



FACULDADE DE LETRAS  
UNIVERSIDADE DE  
**COIMBRA**

Matilde Vieira Lourenço Martinho

# **RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTES AQUÁTICOS: PRÁTICA, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO. O ECOMUSEU PATRIMONIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**

Relatório de Estágio do Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis, orientado pelo Professor Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos e coorientado pela Engenheira Ana Filipa Duarte de Sousa Coelho, apresentado ao Departamento de Geografia e Turismo da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

outubro de 2021

# FACULDADE DE LETRAS

## RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTES AQUÁTICOS: PRÁTICA, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO. O ECOMUSEU PATRIMONIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de Estágio</b>
<b>Título</b>	<b>Recursos Hídricos e Ambientes Aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Matilde Vieira Lourenço Martinho</b>
<b>Orientador/a(s)</b>	<b>Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos Engenheira Ana Filipa Duarte de Sousa Coelho</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor João Luís Jesus Fernandes Vogais: 1. Doutor Paulo Manuel de Carvalho Tomás 2. Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis</b>
<b>Área científica</b>	<b>Geografia</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Geografia Humana</b>
<b>Data da defesa</b>	<b>15-12-2021</b>
<b>Classificação do Relatório</b>	<b>18 valores</b>
<b>Classificação do Estágio e Relatório</b>	<b>18 valores</b>



*"Á beira de um rio louco  
Ainda sem ter idade  
Descobri ser por tão pouco  
Feliz a felicidade."*

Viriato Gouveia

*Para as minhas avós: Mariete e Vitória*

## Agradecimentos

Quem me conhece sabe que um dos meus grandes desejos e objetivos passava por fazer Mestrado em Geografia Humana, uma ciência que tanto me apaixonou e completa.

Chega, por fim, o término de uma etapa que eu sempre ambicionei. Ao longo deste percurso e para a realização deste trabalho, foi primordial a presença, a contribuição e o amparo de várias pessoas. Por isso, enuncio o meu sincero reconhecimento e estima por todas as pessoas que, de uma forma ou de outra, estiveram ao meu lado nesta fase da minha vida.

Agradeço, também, de uma forma íntima e especial:

- Aos meus pais e ao meu irmão, pela base familiar, pelos valores e pela educação que me passaram, por terem acreditado sempre no meu potencial e não desistirem de mim. Agradeço por me terem concedido a possibilidade de estudar e seguir os meus objetivos sem nunca me "cortarem as asas". Agradeço, também, pelo ombro amigo nos dias mais difíceis, pelo colo, pela dedicação, sacrifício e esforço que tiveram para comigo. Nada disto seria possível ou faria sentido sem eles;

- A todos os professores que se cruzaram na minha vida, que me ensinaram, que me fizeram crescer, que me abriram os horizontes e que despertaram em mim a necessidade de querer saber sempre mais, que estimularam o meu sentido crítico e que me fizeram entender que só somos verdadeiramente ricos se formos pessoas curiosas e informadas. Expresso, de um modo sentido, a minha gratidão a todos os professores/geógrafos que estimularam o meu gosto e curiosidade pela Geografia;

- Ao Professor Doutor Norberto Santos, por ter aceitado o meu pedido para ser meu orientador, pela ajuda na definição de uma temática e pela disponibilidade e cooperação ao longo deste trabalho;

- À Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, nomeadamente o Executivo, por terem aceitado a minha proposta, por terem investido e acreditado em mim e por me permitirem dar os primeiros passos no mundo do trabalho. Agradeço, também, aos meus colegas e funcionários, por me terem acolhido e incluído de forma bondosa;

- À minha coorientadora, Sra. Engenheira Ana Filipa Coelho, por todo o interesse depositado no meu trabalho, pela paciência e gentileza para comigo, pela compreensão e pelo profissionalismo;

- Ao Luís Antero, pelo empenho e preocupação para com o meu trabalho, pelos conselhos e sugestões, pela sabedoria e pelo conhecimento que me transmitiu;

A todos/as, o meu sincero obrigado!

## Resumo

### **Recursos Hídricos e Ambientes Aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital**

O presente relatório de estágio, designado por “Recursos Hídricos e Ambientes Aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, resulta de um trabalho desenvolvido durante os seis meses de estágio na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, no âmbito da unidade curricular "Estágio/Relatório", do 2º ano de Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC).

Com este trabalho, pretende-se elaborar um inventário do património cultural (material e imaterial), presente e associado a dois dos cursos de água que atravessam o concelho de Oliveira do Hospital: o rio Alva e o rio Alvoco, de modo a promover o Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital (EPOH), permitindo, assim, a valorização dos rios Alva e Alvoco, bem como todas as práticas, tradições e inovações a eles associadas.

Para isso, a metodologia utilizada passou pelo trabalho de campo, tendo estado em contacto com a população residente nas freguesias que estes dois cursos de água percorrem, a fim de conceber o levantamento do património cultural intangível (lendas, mitos, tradições e saber-fazer) e do património cultural tangível (pontes, açudes, moinhos, sistemas de irrigação, rodas de água), entre outros, associado aos rios Alva e Alvoco. Além disto, foi também elaborada e aplicada uma entrevista a 20 *stakeholders* do concelho de Oliveira do Hospital, a fim de analisar a perceção dos entrevistados quanto à importância e funções que estes atribuem aos recursos hídricos e aos ambientes aquáticos.

Serviu a entrevista, também, para perceber qual o conhecimento ou desconhecimento dos entrevistados relativamente ao conceito de Ecomuseu e quais as suas posições relativamente à sua implementação no concelho de Oliveira do Hospital do EPOH.

**Palavras-chave:** Ambientes aquáticos; Ecomuseu; Oliveira do Hospital; Património; Recursos Hídricos.

## **Abstract**

### **Water Resources and Aquatic Environments: practice, tradition and innovation. The Oliveira do Hospital Heritage Ecomuseum**

The present internship report, called "Water Resources and Aquatic Environments: practice, tradition and innovation". The Patrimonial Ecomuseum of Oliveira do Hospital", results from a work developed during six months of internship at the City Council of Oliveira do Hospital, within the scope of the curricular unit "Internship/Report", from the 2<sup>nd</sup> year of the Master's in Human Geography, Planning and Healthy Territories of the Faculty of Arts of the University of Coimbra (FLUC).

With this work, it is intended to elaborate an inventory of the cultural heritage (material and immaterial), present and associated with two of the water courses that cross the municipality of Oliveira do Hospital: the river Alva and the river Alvoco, in order to promote the Ecomuseum Patrimonial de Oliveira do Hospital (EPOH), thus allowing the appreciation of the Alva and Alvoco rivers, as well as all the practices, traditions and innovations associated with them.

For this, the methodology used went through field work, having been in contact with the population residing in the parishes that these two water courses run through, in order to design the survey of the intangible cultural heritage (legends, myths, traditions and know-how) and tangible cultural heritage (bridges, weirs, mills, irrigation systems, water wheels), among others, associated with the Alva and Alvoco rivers. In addition, an interview was also prepared and applied to 20 stakeholders in the municipality of Oliveira do Hospital, in order to analyze the interviewees' perception of the importance and functions they attribute to water resources and aquatic environments.

The interview also served to understand the interviewees' knowledge or lack of knowledge regarding the Ecomuseum concept and their positions regarding its implementation in the municipality of Oliveira do Hospital do EPOH.

**Keywords:** Aquatic environments; Ecomuseum; Oliveira do Hospital; Patrimony; Water resources.

## Índice

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>v</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>vi</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>vii</b>
<b>Índice</b> .....	<b>viii</b>
<b>Índice de figuras</b> .....	<b>xi</b>
<b>Índice de tabelas</b> .....	<b>xiii</b>
<b>Índice de anexos</b> .....	<b>xiv</b>
<b>Índice de apêndices</b> .....	<b>xv</b>
<b>Lista de siglas e acrónimos</b> .....	<b>xvi</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
1. Caracterização da Entidade de Acolhimento referente ao Estágio Curricular.....	4
1.1. Gabinete de Ambiente e Energia.....	5
2. Objetivos do relatório .....	6
3. Metodologia de Investigação e Estrutura .....	7
<b>Capítulo I - Recursos Hídricos, Ambientes Aquáticos e Turismo</b> .....	<b>10</b>
1. O uso da água no desenvolvimento civilizacional e problemas ambientais: causas e consequências .....	10
1.1. A “crise da água” e as alterações climáticas .....	10
1.2. Políticas de gestão do uso da água .....	15
1.2.1. Políticas internacionais e nacionais para a gestão e preservação dos recursos hídricos .....	15
2. Bacias hidrográficas.....	20
2.1. Bacias hidrográficas e monitorização ambiental .....	20
2.2. Relações luso-espanholas: as águas ibéricas .....	22
3. Turismo e Lazer: a água como atrativo turístico.....	24
3.1. Definição do conceito de Turismo e Lazer .....	24
3.2. Relação entre o Turismo e os recursos naturais.....	27
3.2.1. Definição do conceito de ecoturismo .....	29
<b>Capítulo II - Património, Ecomuseus, Cultura Popular e Identidade Cultural</b> .....	<b>32</b>
1. Ecomuseus: o seu papel na preservação patrimonial e a sua relação com o Turismo.....	32
1.1. Importância dos Museus para a valorização e preservação patrimonial .....	32
1.2. Génese da Nova Museologia .....	37



1.2.1. Nova Museologia: o caso português .....	37
1.3. Relação e importância entre os Ecomuseus e o Turismo .....	40
2. Breve contextualização dos conceitos de cultura popular, identidade, memória e tradição .....	44
2.1. O papel da cultura popular no desenvolvimento local .....	44
2.2. A memória individual e coletiva.....	47
2.3. Tradições e costumes.....	49
<b>Capítulo III – O Território de Oliveira do Hospital .....</b>	<b>51</b>
1. Caracterização do concelho de Oliveira do Hospital.....	51
1.1. Enquadramento geográfico .....	51
1.2. Caracterização histórica.....	57
1.3. Caracterização económico-financeira.....	58
2. Recursos hídricos, ambientes aquáticos e turismo no concelho de Oliveira do Hospital .	61
2.1. Ordenamento do território para a requalificação dos territórios ribeirinhos no concelho .....	61
2.2. Influência e importância dos rios Alva e Alvoco para a definição paisagística enquanto espaço de Turismo e Lazer.....	64
<b>Capítulo IV - O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital .....</b>	<b>70</b>
1. Explicação do projeto e sua importância para o território .....	70
2. Património cultural, material e imaterial relativo aos rios Alva e Alvoco.....	72
2.1. Património material associado aos rios Alva e Alvoco .....	72
2.1.1. Sistemas de Irrigação .....	72
2.1.2. Açudes.....	73
2.1.3. Pontes .....	77
2.1.4. Rodas de água .....	81
2.1.5. Moinhos de água .....	83
2.2. Património imaterial associado aos rios Alva e Alvoco.....	83
2.2.1. Ofícios .....	83
2.2.2. Lendas.....	84
2.2.3. Mitos .....	85
2.2.4. Tradições.....	85
2.3. Património Classificado de Interesse Nacional, Público, Municipal e Património de Interesse para o Município.....	85
2.3.1. Património Classificado como Imóvel de Interesse Nacional.....	85
2.3.2. Património Classificado de Interesse Público .....	87

2.3.3. Património Classificado de Interesse Municipal.....	95
2.4. Património de Interesse para o Município .....	97
2.4.1. Afloramentos .....	97
2.4.2. Santuários .....	99
2.4.3. Jardim.....	100
2.4.4. Miradouros .....	101
2.4.5. Palheiras.....	102
2.4.6. Festas e romarias.....	103
<b>Capítulo V - Metodologia .....</b>	<b>105</b>
1. Metodologia utilizada .....	105
2. Objetivos e constituição da entrevista.....	105
<b>Capítulo VI - Análise dos resultados obtidos através das entrevistas.....</b>	<b>109</b>
1. Análise das nuvens de palavras.....	109
2. Análise das entrevistas estruturadas .....	113
2.1. Perfil da amostra .....	113
2.2. Análise de conteúdo.....	116
2.2.1. Recursos hídricos e ambientes aquáticos.....	116
<b>Considerações finais.....</b>	<b>129</b>
<b>Bibliografia/Fontes Consultadas .....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>156</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>161</b>

## Índice de figuras

<b>Figura 1:</b> Bacias fluviais .....	22
<b>Figura 2:</b> Bacias hidrográficas luso-espanholas.....	23
<b>Figura 3:</b> Plano para a génese de um Ecomuseu .....	43
<b>Figura 4:</b> Esboço hipsométrico e localização da bacia hidrográfica do rio Alvoco.....	54
<b>Figura 5:</b> Bacia hidrográfica do Mondego .....	55
<b>Figura 6:</b> Evolução do volume armazenado na bacia hidrográfica do Mondego.....	56
<b>Figura 7:</b> Levada de São Gião (esquerda) e Arco utilizado para a passagem da Levada de São Gião (direita).....	72
<b>Figura 8:</b> Levada de Alvoco das Várzeas.....	73
<b>Figura 9:</b> Açude de São Sebastião da Feira .....	73
<b>Figura 10:</b> Açude da praia fluvial de Caldas de São Paulo.....	74
<b>Figura 11:</b> Açude da Ribeira de Pomares .....	74
<b>Figura 12:</b> Açude de Penalva de Alva .....	75
<b>Figura 13:</b> Açude de São Gião .....	75
<b>Figura 14:</b> Açude da Moenda .....	76
<b>Figura 15:</b> Açude do Parente.....	76
<b>Figura 16:</b> Açude dos Pedreiros .....	77
<b>Figura 17:</b> Ponte Medieval de Alvoco das Várzeas .....	77
<b>Figura 18:</b> Ponte das Três Entradas.....	78
<b>Figura 19:</b> Ponte de Avô .....	78
<b>Figura 20:</b> Ponte sobre a Ribeira de Pomares.....	79
<b>Figura 21:</b> Ponte de São Gião (esquerda) e Arco da Ponte de São Gião (direita) .....	79
<b>Figura 22:</b> Ponte de Penalva de Alva.....	80
<b>Figura 23:</b> Ponte de São Sebastião da Feira .....	80
<b>Figura 24:</b> Ponte de Santo António do Alva .....	81
<b>Figura 25:</b> Roda de água de Avô.....	81
<b>Figura 26:</b> Roda de água de São Sebastião da Feira.....	82
<b>Figura 27:</b> Roda de água de Penalva de Alva .....	82
<b>Figura 28:</b> Moagem da farinha do Moinho de água de São Gião (esquerda) e passagem da água da levada que faz funcionar o moinho de água de São Gião (direita) .....	83
<b>Figura 29:</b> Capela dos Ferreiros.....	86
<b>Figura 30:</b> Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa .....	86
<b>Figura 31:</b> Arco - Ruínas Romanas da Bobadela.....	87
<b>Figura 32:</b> Dólmén do Seixo da Beira .....	87
<b>Figura 33:</b> Dólmén de Bobadela .....	88
<b>Figura 34:</b> Dólmén de Curral dos Mouros .....	88
<b>Figura 35:</b> Muralhas do Castelo de Avô (esquerda) e Capela de São Miguel (direita).....	89
<b>Figura 36:</b> Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento .....	89
<b>Figura 37:</b> Igreja Paroquial de São Gião .....	90
<b>Figura 38:</b> Igreja Matriz de Travanca de Lagos.....	90
<b>Figura 39:</b> Pelourinho de Avô.....	91
<b>Figura 40:</b> Pelourinho de Nogueira do Cravo.....	91
<b>Figura 41:</b> Pelourinho de Oliveira do Hospital .....	92

<b>Figura 42:</b> Pelourinho de Bobadela.....	92
<b>Figura 43:</b> Pelourinho de Penalva de Alva.....	93
<b>Figura 44:</b> Pelourinho de Seixo da Beira .....	93
<b>Figura 45:</b> Ponte Romana de Bobadela.....	94
<b>Figura 46:</b> Pousada de Santa Bárbara .....	94
<b>Figura 47:</b> Solar de Ervedal da Beira .....	95
<b>Figura 48:</b> Casa Brás Garcia de Mascarenhas (fachada principal).....	96
<b>Figura 49:</b> Igreja Matriz de Penalva de Alva.....	96
<b>Figura 50:</b> Monte do Colcurinho e Capela da N <sup>a</sup> Sra. das Necessidades .....	97
<b>Figura 51:</b> Presépio do Alva.....	98
<b>Figura 52:</b> Penha do Vieiro .....	98
<b>Figura 53:</b> Santuário de Nossa Senhora das Preces .....	99
<b>Figura 54:</b> Santuário de Nossa Senhora dos Milagres.....	100
<b>Figura 55:</b> Jardim do Santuário de Nossa Senhora das Preces .....	100
<b>Figura 56:</b> Vista do Miradouro da Penha .....	101
<b>Figura 57:</b> Varandas de Avô .....	102
<b>Figura 58:</b> Palheiras de Fiéis da Beira.....	102
<b>Figura 59:</b> Nuvem de palavras referente ao conteúdo geral .....	110
<b>Figura 60:</b> Nuvens de palavras referente aos grupos: Organizações (desenvolvimento e serviços); Alojamento e Restauração; Político; Cultural e Empresarial .....	112
<b>Figura 61:</b> Escalão etário pertencente aos entrevistados, em 2021.....	114
<b>Figura 62:</b> Género pertencente aos entrevistados, em 2021 .....	114
<b>Figura 63:</b> Estado Civil dos entrevistados, em 2021.....	115
<b>Figura 64:</b> Habilitações Literárias dos entrevistados, em 2021 .....	115
<b>Figura 65:</b> Situação laboral referente aos entrevistados, em 2021 .....	116
<b>Figura 66:</b> Funções atribuídas pelos entrevistados aos rios Alva e Alvoco, em 2021.....	117
<b>Figura 67:</b> Hábitos associados aos rios Alva e Alvoco que podem ser integrados no EPOH.....	122
<b>Figura 68:</b> Tradições associadas aos rios Alva e Alvoco que podem ser integradas no EPOH.....	123
<b>Figura 69:</b> Informação associada aos rios Alva e Alvoco que pode ser integrada no EPOH .....	124
<b>Figura 70:</b> Artes, ofícios e saberes-fazer referentes aos rios Alva e Alvoco que podem ser integrados no EPOH.....	124
<b>Figura 71:</b> Atividades ligadas à economia local que podem ser integradas no EPOH .....	125
<b>Figura 72:</b> Localização da sede do EPOH.....	128

## Índice de tabelas

<b>Tabela 1:</b> Indicadores demográficos relativos ao concelho de Oliveira do Hospital, na sub-Região de Coimbra, na Região Centro e em Portugal, em 2016 e 2021 .....	58
<b>Tabela 2:</b> Vocábulos em destaque na nuvem de palavras, por ordem decrescente, referentes aos grupos de entrevistados.....	113
<b>Tabela 3:</b> Pontos fortes e pontos fracos (por ordem decrescente) que os ambientes aquáticos apresentam no concelho de Oliveira do Hospital, em 2021 .....	118

## **Índice de anexos**

<b>Anexo I:</b> Enquadramento geográfico do concelho de Oliveira do Hospital.....	157
<b>Anexo II:</b> Região Centro: Divisão territorial: NUTS III e Municípios.....	157
<b>Anexo III:</b> Reorganização administrativa do território (Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro).....	158
<b>Anexo IV:</b> Concelhos pertencentes à Região Centro abrangidos pelo Sítio do Carregal do Sal. ....	158
<b>Anexo V:</b> Praias Fluviais e Zonas Balneares do concelho de Oliveira do Hospital .....	159
<b>Anexo VI:</b> Percursos Pedestres e Grande Rota do concelho de Oliveira do Hospital .....	160

## **Índice de apêndices**

**Apêndice I:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021 162

## **Lista de siglas e acrónimos**

**AA** - Alto Alva

**ADESA** - Associação Desenvolvimento Regional Da Serra Do Açor

**ADXTUR** - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto

**AM** – Alto Mondego

**ANCOSE** - Associação Nacional dos Criadores de Ovinos Serra da Estrela

**ARH** - Administrações de Região Hidrográfica

**BLC3** - Campus de Tecnologia e Inovação

**BM** – Baixo Mondego

**CCDRC** - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

**CE** - Comunidade Europeia

**CEE** – Comunidade Económica Europeia

**CEP** – Convenção Europeia da Paisagem

**CH<sub>4</sub>** - Metano

**CIM-RC** - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra

**CMOH** – Câmara Municipal de Oliveira do Hospital

**CO<sub>2</sub>** - Dióxido de carbono

**COVID-19** - Doença por Coronavírus - 2019

**DGPC** - Direção Geral do Património Cultural

**d.C.** - Depois de Cristo

**DQA** - Diretiva Quadro da Água

**EM** – Estados Membros

**EPAL** - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

**EPOH** – Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital

**ERPVA** - Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

***Et al.*** – *et alii* (e outros)

**Ex** - Exemplo

**EXPOH** - Feira Regional de Oliveira do Hospital

**FBA** - Floresta da Beira Alta

**FBS** – Floresta da Beira Serra

**FCMP** - Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal

**FLUC** – Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

**GAV** - Gabinete de Apoio à Vereação

**ICNF** - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas



**ICOM** - Conselho Internacional de Museus

**ICOMOS** - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios

**IIP** – Imóvel de Interesse Público

**LA** – Lei da Água

**LA** - Lousã e Açor

**LBA** – Lei de Bases do Ambiente

**MINOM** - Movimento Internacional para a Nova Museologia

**nº.** - Número

**N<sub>2</sub>O** - Óxido nitroso

**NE** – Nordeste

**NUTS** - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

**NO** – Noroeste

**OMS** - Organização Mundial da Saúde

**OMT** - Organização Mundial de Turismo

**ONGs** - Organizações não Governamentais

**ONU** - Organização das Nações Unidas

**p.** - Página

**pp.** – Páginas

**PBH** - Plano das Bacias Hidrográficas

**PDM** – Plano Diretor Municipal

**PGBH** - Planos Gestão de Bacia Hidrográfica

**PGRH** - Planos de Gestão de Região Hidrográfica

**PIN** - Pinhal Interior Norte

**PNA** - Plano Nacional da Água

**PNPOT** - Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território

**POA** - Programa Operacional do Ambiente

**POP** - Poluentes Orgânicos Persistentes

**PROF** - Plano Regional de Ordenamento Florestal do

**PROF-BIN** - Plano Regional de Ordenamento Florestal do Beira Interior Norte

**PROF-CL** - Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral

**PROF-PIN** – Plano Regional de Ordenamento Florestal do Pinhal Interior Norte

**PROT-C** – Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

**QCA** - Quadro Comunitário de Apoio

**s/d** - Sem data

**SIC** – Sítio de Importância Comunitária

**SIPA** - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

**SNIRH** - Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos

**SO** – Sudoeste

**UE** - União Europeia

**UNESCO** - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

**v.** - Volume

**VA** - Vale do Alva

**WTTC** - World Travel & Tourism Council

**ZIF** - Zonas de Intervenção Florestal

## Introdução

Ao longo da História, os cursos de água têm desempenhado uma importância significativa nas populações ribeirinhas, não só devido aos benefícios e danos que promovem, mas também pela influência que os cursos de água têm exercido nas populações e no seu modo de vida, manifestando-se na ocupação do território, na construção de infraestruturas, bem como nos hábitos e costumes, marcando no decorrer do tempo, a cultura de cada povo (Correia, Moreira & Saraiva, 2004).

Nas últimas décadas, os recursos hídricos têm suscitado interesse e preocupações, tanto a nível nacional, como a nível europeu e internacional. Essas preocupações estão ligadas a questões económicas, políticas, sociais e, sobretudo, ambientais (Tundisi, 2008). Devido às alterações nas características naturais dos cursos de água provocadas pela ação antrópica, pela urbanização, pelo uso desmedido dos recursos hídricos, pela poluição e contaminação dos ambientes aquáticos, o interesse e a preocupação tanto a nível nacional como a nível internacional têm vindo a crescer, conduzido a alterações legislativas e institucionais de modo a combater estes obstáculos (Reis, 2006; Castro & Rodrigues, 2008; Tundisi, 2008).

Neste contexto, existirão dois cenários possíveis: o primeiro, associado às consequências das alterações climáticas, à escassez de água, ao *stress* hídrico, à poluição e contaminação dos cursos de água, à perda da biodiversidade e, o segundo, consciente, marcado por mudanças culturais, governamentais e jurídicas, tendo em vista a sustentabilidade, a proteção e valorização dos recursos hídricos, dos ambientes aquáticos e da biodiversidade (Aleixo, Barbosa, Pereira & Mota, 2011).

Devido à importância e ao valor económico, social, político, cultural e ambiental dos recursos hídricos e dos ambientes aquáticos, a água passou a exigir uma gestão preventiva e o seu uso passou a ser encarado com moderação e consciência (Bilhim, 2015). Além de ser necessário assegurar a disponibilidade e a gestão equilibrada dos recursos hídricos, é também preciso garantir que a água potável chegue a toda a população, representando, de igual modo, um recurso substancial para o Turismo e para o Lazer (Moreira, 2018).

Neste sentido, os recursos hídricos e os ambientes aquáticos passaram a ser objeto de múltiplas valorizações, especialmente em atividades relacionadas com o Turismo e Lazer, uma vez que, são entendidos como recursos “que não se cingem à utilização dos reservatórios de água que os empreendimentos hidroelétricos e hidroagrícolas proporcionam, nem à simples navegação marítimo-turística” (Nunes, Moreira, Paiva & Cunha, 2016, pp. 264-265).

O Turismo é um setor que tem contribuído para a valorização e conservação dos recursos naturais, tem reconhecido e engrandecido as tradições, os costumes e a História das populações locais, além de diversificar a economia local (Pires, 2004). Assim, surgiu o “Turismo Sustentável”, um conceito que representa a aplicação do desenvolvimento sustentável ao setor do Turismo (Silva, 2013). No entanto, o Turismo também tem desencadeado problemas e impactos negativos nas áreas recetoras, sobretudo a

nível ambiental, onde a poluição, o lixo e a sobre-exploração dos recursos naturais acabam por ressaltar (Pires, 2004).

A água, sobretudo a água doce, consiste num recurso turístico distinto e capaz de determinar e influenciar a escolha de um destino, especialmente se for um recurso de qualidade, importante para a utilização do setor do Turismo e Lazer e para a valorização dos serviços prestados por este ramo (Santos, 2012).

O Turismo Cultural, de acordo com Pellicciotta e Solha (2016), é um segmento que contribuiu e continua a participar na preservação dos bens culturais e ambientais, uma vez que, o património e o Turismo estão relacionados, mas não necessariamente interdependentes: o património está muito associado à educação, à pesquisa e conservação, não se encontrando forçosamente conexo ao Turismo e Lazer (Carneiro, 2004), contudo, é um elemento atrativo e qualificador da oferta turística dos destinos. Deste modo, constata-se que, atualmente, as relações estabelecidas entre ambiente e cultura são intensas e com significativos efeitos multiplicadores.

Para a Direção Geral do Património Cultural ([DGPC], s/da), o património é um bem complexo e abrangente, que envolve a nossa rotina, sendo indissociável da mesma. Barbuy (1995) afirma que quando se trata de definir património, essa designação abrange também as paisagens, os sítios, construções e objetos que simbolizam e retratam o passado e são um veículo para a memória.

De acordo com Carneiro (2004, p. 9), o património é uma unidade que abrange “tanto os bens materiais como os traços imateriais considerados definidores da história, da memória e da identidade de um determinado grupo sociocultural e integrante da cultura desse mesmo grupo, pode-se compreender a importância que a classificação, a proteção e a conservação dos bens culturais têm assumido na vida social contemporânea”.

O património cultural natural ou cultural, corresponde ao retrato de expressões territoriais que formam a identidade cultural (Paes, 2009). Neste seguimento, o património ligado aos cursos de água pode ser entendido como herança cultural legada nesse domínio, podendo “assumir formas muito diferentes, desde as construções para a utilização e controlo da água (património hidráulico construído), obras de arte, mais generalizadamente de pintura, escultura e azulejaria (património artístico), e ainda valores da cultura popular (património etnográfico)” (Correia et al., 2004, p. 345).

Neste ponto de vista, a patrimonialização, atualmente, constitui um recurso notável na conservação “de símbolos e signos culturais, sejam eles monumentos ou objetos aparentemente banais, cidades, sítios históricos, paisagens naturais, festas, ritmos, crenças, modos de fazer, o *savoir faire*, seja um artesanato, um prato típico ou uma técnica construtiva” (Paes, 2009, p.1).

Segundo Nunes et al. (2016), as linhas de água, ao longo do século XXI, têm vindo a adquirir em Portugal notoriedade e dimensão, especialmente nos núcleos museológicos, levando a que diversas

autarquias promovam iniciativas locais e transfronteiriças educativas e turísticas relativas aos rios que percorrem os seus municípios.

Assim, torna-se necessário constatar que, historicamente, os museus configuram-se como instituições sem fins lucrativos, destinados à pedagogia e à coleção dos bens culturais (Possamai, 2010). No entanto, na década de 60 do século XX, os museus passam "por um processo de questionamento da sua forma tradicional, abrindo-se para uma perspetiva de reflexão sobre o seu lugar social" (Possamai, 2010, p. 36), surgindo, assim, a noção de "Ecomuseu".

O Ecomuseu consiste num novo conceito que procura determinar uma relação entre museu e território (Possamai, 2010). Para Barbuy (1995), o Ecomuseu é composto por quatro elementos: o território, a população, o tempo e o património. Para Pedrosa (2014, p. 204), o Ecomuseu consiste num novo conceito que representa "um espaço aberto, um espaço de povoação, de representatividade da identidade da população e mesmo de ordenamento do território com intenção de definir uma estratégia de desenvolvimento dinâmico da região em que se insere, tendo em atenção os valores culturais do presente, ao mesmo tempo que preserva os do passado, como forma de pensar o futuro nas suas diversas formas de sustentabilidade".

Esta forma de encarar os Ecomuseus leva a que um dos principais objetivos se prenda com o enaltecimento dos seus valores patrimoniais (sejam eles naturais, arqueológicos, construídos ou culturais), valores esses que ao longo da História foram desenhando um espaço cultural que pode ser vislumbrado através da paisagem cultural (Pedrosa, 2014).

A redação do presente relatório insere-se no âmbito da unidade curricular "Estágio/Relatório", do 2º ciclo do Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis, lecionado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Desde a admissão no Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis, que um dos principais objetivos, quer pessoais, quer académicos, quer profissionais, passava por ter a oportunidade de estagiar num organismo local e colocar em prática os conhecimentos adquiridos ao longo da especialização.

A proposta de Estágio Curricular foi então apresentada ao executivo da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e consecutivamente aprovada. O Estágio Curricular teve a duração de seis meses e decorreu entre 28 de setembro de 2020 e 31 de março de 2021, no Município de Oliveira do Hospital (entidade de acolhimento), no Gabinete de Ambiente e Energia.

No decorrer do Estágio, tive a possibilidade de obter experiências e competências pessoais e profissionais, percebi como atua e funciona um organismo local e apliquei conhecimentos adquiridos ao longo do meu percurso académico. Por outro lado, o Estágio permitiu-me abordar e estudar temáticas relacionadas com o ambiente, recursos hídricos e ambientes aquáticos, explorar conceitos e conteúdos alusivos à cultura, património, museologia e ecomuseologia, que desencadeiam em mim interesse e curiosidade e que serão debatidos e aprofundados neste relatório.

Tive, de igual modo, a possibilidade e o privilégio de iniciar um projeto que acarreta um enorme potencial para o desenvolvimento local e regional e que representa a vontade e o desejo de vários munícipes: a promoção de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital. Um Ecomuseu que contribua para a valorização dos recursos hídricos e dos ambientes aquáticos do concelho de Oliveira do Hospital, bem como o património (material e imaterial) a eles associado, preservando, também, a memória, a cultura e as atividades tradicionais existentes no território.

No entanto, para a criação deste projeto, existem algumas questões a que este Relatório de Estágio procura responder, tais como:

1. Qual o nível de importância dos rios Alva e Alvoco para a população local?
2. Quais os pontos fortes e quais os pontos fracos que os ambientes aquáticos no concelho de Oliveira do Hospital apresentam?
3. Qual a relevância em promover um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital?
4. Quais os possíveis objetivos deste Ecomuseu?
5. Como podem os rios Alva e Alvoco ser propulsores da valorização pedagógica, cultural, científica e turística do património cultural e ambiental em Oliveira do Hospital?

Com a promoção do Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital (EPOH), pretende-se contribuir para as estratégias de desenvolvimento sustentável, valorizando e divulgando os recursos presentes no território através da inovação e do empreendedorismo assentes em atividades culturais, de natureza, lúdicas e turísticas no concelho de Oliveira do Hospital, promovendo e dinamizando o património cultural e natural do mesmo.

### **1. Caracterização da Entidade de Acolhimento referente ao Estágio Curricular**

Localizada no Largo Conselheiro Cabral Metello, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital (CMOH), segundo os artigos 56.º e 75º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, "... é o órgão executivo colegial do município, eleito pelos cidadãos eleitores recenseados na sua área", sendo que o "mandato dos titulares dos órgãos das autarquias locais é de quatro anos".

Quanto ao executivo, este é composto por um Presidente, José Carlos Alexandrino Mendes, e por seis vereadores, sendo um deles, José Francisco Rolo, intitulado, também, por Vice-Presidente. Ao encargo do executivo da CMOH estão cinco pelouros:

1. Pelouros do Presidente da Câmara Municipal – José Carlos Alexandrino Mendes;
2. Pelouros do Vice-presidente e vereador a tempo inteiro da Câmara Municipal – José Francisco Tavares Rolo;
3. Pelouros da Vereadora a tempo inteiro – Maria da Graça Madeira de Brito da Silva;
4. Pelouros do Vereador a tempo inteiro – Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro;

5. Pelouros da Vereadora Teresa Maria Mendes Dias. A atribuição destes pelouros aos Vereadores é da responsabilidade do Presidente.

A CMOH, de modo a atingir uma administração mais eficiente e que atenda às necessidades dos munícipes e de todos os que com ela se relacionam, e consoante o estabelecido no Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, artigo 9.º, alínea 1 a), dispõe de um modelo estrutural hierarquizado, onde o Presidente, o cabeça de lista mais votado nas eleições autárquicas se encontra no topo desta estrutura. De seguida, surgem as unidades nucleares, na forma de departamentos/divisões: o Gabinete de Apoio à Presidência, o Gabinete de Apoio às Freguesias, o Gabinete de Coordenação e Ação Local, o Departamento de Administração Geral e Finanças, a Unidade de Desenvolvimento Económico e Social, a Unidade de Gestão Financeira e Patrimonial, a Divisão de Infraestruturas e Obras Públicas, a Divisão de Planeamento e Gestão do Território e, por último, duas subunidades orgânicas, Contabilidade e Património e Tesouraria.

### 1.1. Gabinete de Ambiente e Energia

No decurso do Estágio Curricular, o meu trabalho foi desenvolvido no Gabinete de Ambiente e Energia, um gabinete que pertence à Unidade de Desenvolvimento Económico e Social. Neste Gabinete são tratados e desenvolvidos diversos assuntos, projetos e temáticas, nomeadamente:

1. **Gestão de Resíduos:** o Gabinete de Ambiente e Energia estabelece uma articulação com as diversas empresas e associações que procedem à recolha dos resíduos do concelho de Oliveira do Hospital, como por exemplo, recolha de resíduos indiferenciados, recolha seletiva, recolha de resíduos têxteis, recolha de óleos alimentares usados;
2. **Eficiência Energética:** o Gabinete de Ambiente e Energia implementa medidas de eficiência energética na iluminação pública, edifícios e outras instalações, gere os consumos de energia no concelho e responde a pedidos de novas ligações e gestão da iluminação pública;
3. **Acompanhamento da época balnear nas Praias Fluviais:** acompanha todos os processos relacionados com a preparação da época balnear (equipamentos, segurança, informação ao público), acompanha e monitoriza a época balnear e, por fim, efetua candidaturas à Bandeira Azul e Praia Acessível;
4. **Educação Ambiental:** realiza atividades associadas à educação ambiental destinadas a diversos públicos-alvo, como por exemplo, exposições, ações de reflorestação, programas de rádio, jogos didáticos, visitas guiadas ao Ecocentro e Centro de Triagem (Planalto Beirão), realização de percursos interpretativos, limpeza de praias, abordando várias temáticas da área do Ambiente (resíduos, água, energia, florestas, fauna e flora e mobilidade). Além disto,

este gabinete também acompanha a implementação do "Programa Eco-escolas" nas diversas escolas do concelho;

5. **Mobilidade sustentável:** procede à realização de atividades de sensibilização para a mobilidade sustentável, promove modos suaves para uma frota municipal mais sustentável (veículos elétricos e híbridos), e participa na Rede de Cidades e Vilas de Excelência;
6. **Gestão de Candidaturas a Fundos Comunitários e Nacionais:** elabora e acompanha Fundos Comunitários e Nacionais (Portugal 2020, Fundo Ambiental, Valorizar - Turismo de Portugal, Fundo de Eficiência Energética, entre outros).
7. **Candidaturas a prémios de mérito e reconhecimento:** concebe e acompanha candidaturas a prémios de mérito e reconhecimento (ex.: ECOXXI, Prémio Município do Ano, *European Green Leaf*), entre outros.
8. **Acompanhamento de projetos na área do Turismo:** acompanha a implementação de alguns projetos ligados ao Turismo, como é o caso da Rede das Aldeias do Xisto e da Rede das Aldeias de Montanha.

## 2. Objetivos do relatório

Uma vez que o concelho de Oliveira do Hospital é rico em património cultural e natural, sendo percorrido por vários rios, designadamente o rio Alva e o rio Alvoco, o presente trabalho tem como objetivo geral estudar os patrimónios tangíveis e intangíveis associados aos rios anteriormente referidos, com o intuito de projetar a criação de um Ecomuseu Patrimonial referente às práticas e tradições de aproveitamento dos ambientes aquáticos no concelho de Oliveira do Hospital.

Quanto aos objetivos específicos, estes estão relacionados com o objetivo geral, pretendendo-se, de forma mais detalhada:

1. Apresentar o enquadramento histórico, geográfico e económico-financeiro do concelho de Oliveira do Hospital;
2. Analisar o papel do Ordenamento do Território para a requalificação dos territórios ribeirinhos;
3. Analisar as potencialidades, a influência e importância dos rios Alva e Alvoco enquanto elementos de atração lúdica e turística e desenvolvimento sustentável, em Oliveira do Hospital;
4. Demonstrar a importância dos ambientes aquáticos para a qualificação ambiental, paisagística e patrimonial no concelho de Oliveira do Hospital;
5. Demonstrar a importância dos ambientes aquáticos para as práticas e tradições, em Oliveira do Hospital;



6. Conceber a inventariação do património local, especialmente aquele que tem relações com as práticas e tradições fluviais e de aproveitamento sociocultural, lúdico e económico da água;
7. Ter interlocução com entidades públicas, privadas, comunidade e associações da região, que contribuem para o desenvolvimento e aproveitamento do potencial fluvial, ambiental, paisagístico e patrimonial.

### 3. Metodologia de Investigação e Estrutura

No decurso do estágio, a minha principal função centrou-se no desenvolvimento e promoção de um Ecomuseu que valorize o ambiente, os recursos hídricos e ambientes aquáticos no concelho de Oliveira do Hospital. Para isso, foquei-me essencialmente no levantamento do património tangível e intangível associado aos rios Alva e Alvoco. De modo a concretizar os objetivos anteriormente expostos, em termos metodológicos o meu trabalho recaiu em dois ramos: o trabalho de gabinete e o trabalho de campo.

Quanto ao trabalho de gabinete, este incidiu maioritariamente na pesquisa e recolha de bibliografia relacionada com a parte teórica deste relatório, ou seja, consulta e tratamento de temáticas e conceitos alusivos aos recursos hídricos, ambientes aquáticos, ordenamento do território, património cultural e natural, museologia, ecomuseus, ecomuseologia e turismo através de livros, artigos e dissertações.

No que diz respeito ao trabalho de campo, este incidiu no contacto direto com a população local, tendo em vista a recolha de informação referente ao património intangível ligado aos rios Alva e Alvoco (práticas, hábitos, lendas, tradições e saber-fazer), bem como o aproveitamento dos recursos hídricos e ambientes aquáticos. Além disto, procedeu-se também à observação, contacto direto e recolha de informação relacionada com o património tangível (pontes, açudes, moinhos, rodas de águas), entre outros.

Foi, de igual modo, elaborada uma entrevista no *Google Forms*, tendo sido posteriormente enviada pelo GAV (Gabinete de Apoio à Vereação) via correio eletrónico, destinada aos *stakeholders* do concelho de Oliveira do Hospital (comunidade, trabalhadores, gerentes, instituições de ensino, operadores turísticos), entre outros.

Apesar da entrevista ter sido enviada para 41 indivíduos, o perfil da amostra final é apenas de 20 indivíduos, estando divididos em cinco grupos - político, cultural, empresarial, alojamento e restauração e organizações (desenvolvimento e serviços) - alusivos às seguintes categorias e instituições:

Na categoria política, destacam-se as seguintes entidades políticas entrevistadas:

1. Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro (Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital);

2. União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira;
3. Freguesia de São Gião;
4. Freguesia de Aldeia das Dez.

Relativamente aos agentes culturais, salientam-se as seguintes instituições:

1. Coral de Sant'Ana;
2. Museu do Azeite;
3. Sociedade de Recreio Filarmónica Avoense (António da Silva Antunes).

Seguem-se as empresas, onde se destacam:

1. Azeites do Cobral, Lda;
2. Carlos Faria da Cunha & Filhos, Lda - Carlos Faria da Cunha & Filhos (Casa Luzarte);

De seguida, apresenta-se os agentes ligados ao alojamento e restauração, salientando-se:

1. Quinta das Covas/Country House (Nuno Alves e Raquel Campos Alves);
2. Hotel Rural Quinta da Geia & Restaurante João Brandão (Célia Madeira)
3. Flag Hotel Convento do Desagravo
4. Quinta da Moenda
5. Casa de Baixo (José Vasco de Campos)

E, por último, as organizações, que envolvem agentes ligados ao desenvolvimento, à religião e aos serviços, salientando-se:

1. Bombeiros de Oliveira do Hospital;
2. Associação Desenvolvimento Regional Da Serra Do Açor - ADESA (Teresa Dias);
3. Campus de Tecnologia e Inovação (BLC3);
4. EPTOLIVA;
5. Unidade Pastoral Oliveira do Hospital Sul.

Com esta entrevista pretende-se estudar a utilidade e importância dos rios Alva e Alvoco e do património associado ou complementar aos ambientes aquáticos no concelho de Oliveira do Hospital para estes agentes. Tenciona-se, de igual modo, entender o posicionamento dos entrevistados no que toca à criação de um Ecomuseu que promova o património tangível e intangível relacionado aos rios Alva e Alvoco. Após a recolha de dados e indicadores, procedeu-se à análise estatística de variáveis, que será apresentada e discutida no presente relatório.

Quanto à organização deste trabalho, este encontra-se estruturado em oito pontos: introdução, seis capítulos e conclusão.

O capítulo I, denominado por “Recursos Hídricos, Ambientes Aquáticos e Turismo”, diz respeito à parte teórica deste Relatório, onde é exemplificada a importância da água para o desenvolvimento civilizacional e quais os problemas, causas e consequências ambientais associados à sua exploração, fazendo referência à “crise da água” e as políticas nacionais e internacionais desenvolvidas e aplicadas para gerir e preservar os recursos hídricos e os ambientes aquáticos. É, também, abordado o conceito de bacia hidrográfica e o seu papel na monitorização ambiental, bem como a importância e o papel da água enquanto atrativo turístico.

O capítulo II, apelidado por “Património, Ecomuseus, Cultura Popular e Identidade Cultural”, corresponde à parte teórica deste trabalho e aborda o papel dos Ecomuseus na preservação e valorização patrimonial, a génese da Nova Museologia, nomeadamente, em Portugal, bem como a simbiose entre Ecomuseus e Turismo. É também apresentada uma breve contextualização dos conceitos de cultura popular, identidade, memória, lendas, mitos, tradições e costumes.

O capítulo III, designado por “Estudo de caso: concelho de Oliveira do Hospital”, representa o estudo de caso deste trabalho. Neste capítulo, o território em estudo é caracterizado em termos geográficos, históricos e económico-financeiros. Por outro lado, é também apresentado o interesse do ordenamento do território para a requalificação dos territórios ribeirinhos no concelho de Oliveira do Hospital.

No capítulo IV, denominado por “O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, são explanados o projeto e a importância da criação do Ecomuseu para o território. Como este capítulo representa a parte prática deste trabalho, a inventariação do património material e imaterial associado aos rios Alva e Alvoco é especialmente valorizada.

O capítulo V corresponde à metodologia, onde é explicada a importância da Entrevista Estruturada enquanto metodologia, bem como os principais objetivos e a sua constituição.

No capítulo VI, intitulado por “Análise dos resultados”, são apresentados e analisados os resultados obtidos através da entrevista.

Por fim, o último ponto corresponde à conclusão, sendo discutidos os resultados obtidos através da entrevista, assim como as limitações do Relatório e linhas de orientação para trabalhos futuros.

## Capítulo I - Recursos Hídricos, Ambientes Aquáticos e Turismo

### 1. O uso da água no desenvolvimento civilizacional e problemas ambientais: causas e consequências

#### 1.1. A “crise da água” e as alterações climáticas

A Terra é associada à cor azul devido às grandes massas de água que formam a hidrosfera do planeta. No entanto, segundo Capellari e Capellari (2018), apenas 2,6% são de água doce e 98,7% desse total não se encontra disponível para o ser humano utilizar, ou porque se encontra congelado - (76,4%) em calotas polares, por exemplo, ou porque formam aquíferos (22,8%). Para Capellari e Capellari (2018), dos 2,6% do total da água doce, apenas 0,5% está acessível ao ser humano, como é o caso da água superficial que concebe áreas alagadas, rios, lagos e represas.

De acordo com Aleixo et al. (2011), o termo “água” normalmente refere-se ao elemento natural em si. Por “recursos naturais”, entendem-se os elementos da natureza renováveis ou não renováveis que se interrelacionam, possibilitando o estabelecimento de processos entre o ambiente e as espécies, sendo assim, imprescindíveis para o ser humano (Lopes & Santos, 2014).

Vital para a sobrevivência dos seres vivos e para o desenvolvimento das civilizações, a água é um importante recurso natural, podendo distinguir-se três grandes domínios na superfície do planeta: a talassosfera, que representa a parte líquida do planeta Terra e é formada pelas águas dos mares, a epinosfera, composta pela terra firme e, por último, a limnosfera, que integra tanto os ecossistemas aquáticos continentais superficiais, como os ecossistemas aquáticos continentais subterrâneos (Sofiati, 2003). Contudo, “a água encontra-se distribuída de forma muito irregular, sendo que, do total existente, apenas 1% se encontra disponível para consumo humano, direto ou indireto” (Branco, 2007, p. 18).

De acordo com Bacci e Pataca (2008), a presença ou ausência de água estabeleceu hábitos, definiu o surgimento de culturas e determinou a ocupação de determinados territórios, além de ter contribuído para a extinção de espécies e condicionado o futuro da população.

Ao longo dos diversos períodos históricos, a água tem vindo a representar várias funções, além de preservar o equilíbrio do ambiente. Em todo o mundo, os ambientes aquáticos são aproveitados e destinados a várias funções, como por exemplo, o abastecimento de água, a harmonia paisagística e a produção de energia (Moraes & Jordão, 2002).

No caso dos ambientes aquáticos, estes podem ser divididos em dois grupos: marítimos e não marítimos (Moreira, 2011). Quanto aos ambientes aquáticos não marítimos salientam-se as linhas de água, uma vez que suportam muitas atividades humanas (Moreira, 2011). Contudo, na convergência entre ambientes aquáticos marítimos e não marítimos encontram-se os “ambientes aquáticos cuja hidrodinâmica é mareal e fluvial, designadamente os estuários” (Moreira, 2011, p. 149).

Dando como exemplo as antropossociedades, marcadas pelo nomadismo e pela economia extrativa, Sofiati (2003) afirma que os ambientes aquáticos eram utilizados enquanto vias de comunicação e fonte de alimento, servindo, também, para a irrigação agrícola e para a agropecuária.

Sofiati (2003) demonstra ainda a importância da água ao longo dos séculos, quando refere que as praias passaram a ser utilizadas e vistas não só como um lugar destinado ao desembarque e aos pescadores, mas também como um espaço apreciado pela aristocracia a partir do século XVIII, frequentado para banhos, caminhadas, sendo uma atração que se estende até à atualidade. Com isto, verifica-se que a água sempre desempenhou diversas funções e contribuiu para o estabelecimento de certas práticas imprescindíveis para a sobrevivência humana.

Por outro lado, a água foi encarada pelos cientistas e pelas comunidades como um recurso natural inesgotável até à segunda metade do século XX. Contudo, esta visão alterou-se e a vida das sociedades modernas foi afetada em função da crescente urbanização, das práticas agropecuárias e industriais, que conduziram a problemas e desequilíbrios ambientais, tornando este recurso num bem ameaçado, frágil, insubstituível e poluído, uma verdadeira perturbação para a paisagem, para "o bem-estar da sociedade, economia e para a dinâmica da biosfera" (Brum & Nascimento, 2016, p. 127; Vieira, 2003). Contudo, devido ao ciclo hidrológico, a água, considerada um recurso renovável, não se extingue, mas sim renova-se e transfere-se (Nunes et al., 2016).

Atualmente, devido às ações antrópicas, os ambientes aquáticos estão expostos a inúmeras intervenções, como por exemplo, construção de reservatórios, atividades ligadas ao Turismo, à pesca e à agricultura e despejo de efluentes (Siqueira & Silva, 2011), conduzindo a um desequilíbrio que aliado à falta de manutenção ambiental (já que o Homem é o principal responsável pelo consumo desmedido de energia e pelas condições instáveis provocadas pela densidade populacional), leva a uma pressão crescente sobre o meio ambiente e a natureza (Moraes & Jordão, 2002). Esta pressão crescente sobre a água devido à procura, tanto em qualidade como em quantidade, conduz ao chamado "stress hídrico" (Branco, 2007).

Podem identificar-se dois tipos de repercussões resultantes das ações antrópicas: o primeiro, ligado ao consumo exacerbado de recursos naturais que se torna incompatível com a capacidade de reposição do sistema ecológico, e o segundo, causado pela produção de resíduos em quantidades inconciliáveis com aquelas que o ciclo natural consegue absorver (Moraes & Jordão, 2002).

De outro modo, através de grandes projetos hidráulicos, com destaque para as grandes barragens e obras de captação de águas subterrâneas, foi possível retirar água dos rios, lagos e aquíferos, destinando-se à produção de alimentos, ao uso industrial e doméstico (Vieira, 2003).

No caso dos rios, sendo entendidos como os principais recursos naturais destinados à captação e fornecimento de água em inúmeros países do mundo, têm sido alvo de ações e procedimentos que viabilizam a sua degradação, que acabam por conduzir à poluição hídrica (Capellari & Capellari, 2018). A

poluição hídrica contribuiu e contribui para a alteração das propriedades físico-químicas nos ambientes aquáticos através de despejos de efluentes líquidos não tratados derivados de esgotos sanitários e indústrias, acarretando repercussões e sequelas para o ambiente, uma vez que são “lançados em lagos, rios, córregos e no mar” (Capellari & Capellari, 2018, p. 90).

Em muitos países, sobretudo nos países em desenvolvimento, assiste-se a uma rápida industrialização, cada mais vez mais inquietante devido à “poluição por substâncias ácidas, metais pesados e poluentes orgânicos persistentes (POP), que põem em causa a qualidade da água dos aquíferos, sendo em muitas situações as únicas origens de água disponíveis para abastecimento doméstico, industrial e para as atividades agrícolas” (Branco, 2007, p. 22).

Segundo Capellari e Capellari (2018, p. 8), a cada 20 anos, o consumo global de água duplica, tanto que os dados disponibilizados pela Organização das Nações Unidas (ONU) ressaltam que “em todo o mundo, a agricultura é responsável por 70% de todo o consumo de água, em comparação com 20% para a indústria e 10% para uso doméstico” e, nos países industrializados, as indústrias são as mais dependentes, consumindo grande parte da água que está ao dispor para o uso humano.

Constata-se que na Europa, de acordo com o ZAP (2019):

- 38% da água é utilizada na produção de energia hidroelétrica e na refrigeração;
- 30% é empregue na agricultura, sobretudo na irrigação;
- 18% da água captada destina-se ao abastecimento público;
- 14% na indústria.

Quanto a Portugal, segundo ZAP (2019), no consumo doméstico, o país encontra-se na lista de países que está em “*stress hídrico*”, sendo, também, o segundo país da Europa que apresenta uma taxa de consumo *per capita* superior, sendo somente ultrapassado pela Noruega, onde são utilizados por pessoa mais de 200 litros de água por dia. Sublinha-se ainda que, em Portugal, o problema prende-se com a quantidade de água que é despendida e não com a qualidade (ZAP, 2019).

Contudo, não são apenas as alterações físico-químicas nos ambientes aquáticos que prejudicam a biodiversidade local. A construção de reservatórios e canais de transposição de rios também contribuem para danificar a diversidade biológica,

uma vez que expõem as espécies nativas a novas condições, tanto pelas alterações hidrológicas, como por alterações nas interações bióticas ao possibilitar que espécies de bacias hidrográficas distintas passem a interagir, assim como espécies de trechos isolados de uma mesma bacia (Bellay, Rosa, Bozza, Fernandes & Silveira, 2016, p. 184).

Além da degradação ambiental, para Bellay et al. (2016, pp. 185-187), estas construções podem ainda impulsionar mudanças “nas dinâmicas e padrões de dominâncias de espécies não nativas sobre as

nativas” nos ambientes aquáticos e “influenciar a invasão de espécies aquáticas, principalmente microrganismos, sendo elas: distúrbio na paisagem, eutrofização, salinidade e alterações na cadeia trófica”, contribuindo para mudanças na qualidade da água, lesando a produção de energia elétrica e bloqueando a pesca desportiva.

Por outro lado, o problema das perdas em sistemas de distribuição de água é ainda bastante atual e sério. Por perdas de água pode entender-se “o volume de água correspondente à diferença entre a água entrada no sistema e o consumo autorizado” (Carvalho, 2014, p. 29). As perdas de água apresentam repercussões a nível social, económico e ambiental (Martinho, 2013), uma vez são originadas a partir de perdas físicas, como por exemplo, as fugas de água em reservatórios ou condutas, provocadas pelo mau estado dos equipamentos, pela quantidade de água existente nos reservatórios, entre outros. Também podem surgir devido a erros dos contadores no momento da medição, a usos ilícitos ou até mesmo furtos (Carvalho, 2014).

Além disto, as roturas representam um foco propício para a contaminação da água e para a passagem de agentes patogénicos, interferindo na saúde das populações (Alegre, Coelho, Almeida & Viera, 2005).

As perdas em sistemas de distribuição de água correspondem a água que não é faturada “nem utilizada para outros usos autorizados, mas que é captada, tratada, transportada em infraestruturas de elevado valor patrimonial e com custos de operação e manutenção significativos” (Carvalho, 2014, p. 38). A nível ambiental, segundo Oliveira (2021), as perdas de água comprometem a sustentabilidade ambiental e ameaçam um bem escasso que precisa de ser gerido com prudência.

Com isto, a sociedade deixou de encarar a água como um bem natural e passou a entendê-la como um recurso hídrico, servindo-se desta riqueza natural de forma irrefletida e descuidada, encontrando sempre novas formas de a utilizar sem considerar as consequências ambientais que resultaram da sua má gestão e utilização, como por exemplo, a “crise da água” (Bacci & Pataca, 2008).

De acordo com Branco (2007), a “crise da água” é uma expressão empregue para caracterizar à escala global as assimetrias progressivas entre necessidades e disponibilidades hídricas, sendo importante referir que este problema tem estado presente nas agendas e nos trabalhos de governantes, da comunidade científica e académica, da opinião pública, entre outros.

A “crise da água”, sustentada em aspetos sociais, culturais, económicos, ambientais e tecnológicos (Bacci & Pataca, 2008), interfere na qualidade da água, nos ambientes aquáticos e, conseqüentemente, na qualidade de vida do ser humano, dando origem a doenças provocadas pelo consumo e utilização de águas poluídas, inexistência de saneamento básico (urbano e rural), e desequilíbrios nos ecossistemas (Capellari & Capellari, 2018). De acordo com Aleixo et al. (2011), a Organização Mundial da Saúde (OMS), declara que “a gastroenterite, cólera, febre tifoide, hepatite A e E,

poliomielite, leptospirose, giardíase”, são as principais doenças que afetam a população provocadas pela má qualidade da água.

Por outro lado, a “crise da água” contribui para acirrar as desigualdades entre diversas regiões do planeta, muitas com políticas de gestão da água inócuas (Branco, 2007). No século XXI, a “crise da água” vai para além da escassez, sendo a ausência/ineficiência da gestão da mesma um dos problemas centrais da atualidade, podendo levar a que a humanidade disponha de água, mas não a possa utilizar ou tenha dificuldades em servir-se deste recurso natural (Capellari & Capellari, 2018).

É essencial que a gestão da água seja desenvolvida a partir da atuação local e setorial, procurando “promover a integração das políticas públicas governamentais nacionais e internacionais, especialmente, no que se refere a exploração e domínio reservas hídricas”, de modo a contribuir para cursos de águas limpos, despoluídos e seguros (Capellari & Capellari, 2018, p. 92).

Por outro lado, a humanidade atualmente defronta-se com outro problema que vem acompanhando gerações, debates, dificuldades, alterações no meio ambiente e na saúde pública, bem como estratégias para o seu combate: as alterações climáticas (Nunes et al., 2016). Como a água e as suas propriedades possibilitam o seu uso em diversas atividades humanas, a procura tem sido superior à oferta e à sua capacidade natural de renovação, tornando este recurso hídrico num elemento rico e estratégico com grande valor económico (Brum & Nascimento, 2016), social e, sobretudo, ambiental, apresentando um peso significativo para o equilíbrio dos ecossistemas. Caso este recurso tenha uma má gestão e utilização, o desenvolvimento sustentável, o crescimento económico das cidades e a subsistência das espécies será lesada (Nunes et al., 2016).

As alterações climáticas resultam num aquecimento gradual e global do planeta, acarretando consequências e mutações na hidrologia da maioria dos rios (Vieira, 2003). De entre essas consequências, Nascimento, Ribeiro, Cunha e Oliveira (2004), ressaltam o armazenamento natural ou a libertação de gases de estufa, como CO<sub>2</sub>, CH<sub>4</sub> e N<sub>2</sub>O nos aquíferos. Por outro lado, Duarte (2007) destaca a ocorrência de episódios climáticos violentos, entre os quais o risco de cheias, a redução da qualidade das águas superficiais, a diminuição da escorrência média anual a nível global, entre outros.

As alterações climáticas irão estimular e originar transformações na hidrologia da maioria dos rios, o que significa que a sua utilização acarreta uma prudência acrescida (Vieira, 2003). O Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos (2020) alerta para o agravamento da situação de regiões que já apresentam escassez de água, o que conduzirá ao *stress* hídrico, sobretudo em regiões onde se encontram escassos recursos hídricos. Com as alterações climáticas e com a escassez de água, o Relatório anteriormente mencionado, prevê que a disponibilidade e a qualidade da água sejam afetadas em diversos lugares devido às temperaturas elevadas, à concentração de poluentes em períodos de seca, à poluição hídrica e à degradação dos ecossistemas, levando à perda da biodiversidade.



Apesar da poluição hídrica ainda ser um problema bastante atual, na verdade, nas últimas décadas têm vindo a ser criadas e estabelecidas políticas de gestão para o controlo e proteção da água (Capellari & Capellari, 2018).

## **1.2. Políticas de gestão do uso da água**

Essencial para a sobrevivência humana e para o desenvolvimento económico e social, a água, entendida como um georecurso, acarreta preocupações alusivas à sua utilização, gestão e preservação (Branco, 2007). Devendo ser entendida como um bem jurídico, económico e social, a água é um recurso natural restrito, de domínio público e com um acentuado valor económico e, por isso, precisa de ser utilizado de forma equilibrada e justa (Capellari & Capellari, 2018).

Devido à sobre-exploração deste recurso natural, onde eram captadas enormes quantidades de água, em comparação com aquelas que a natureza conseguia restituir, o ciclo hidrológico e os regimes de caudais foram alterados à escala global, tanto que, atualmente, as consequências deste uso infrene começaram a despontar (Vieira, 2003).

Devido à dependência do homem face à água, ao problema da qualidade da água, às doenças que advêm da contaminação da água, entre outros, foi necessário promover e aplicar políticas de gestão que promovam o uso sustentável dos recursos hídricos, ou seja, um uso equilibrado e consciente destes recursos naturais de forma a satisfazer as necessidades do presente sem comprometer as necessidades das gerações vindouras (Vieira, 2003; Maia et al., 2015).

### **1.2.1. Políticas internacionais e nacionais para a gestão e preservação dos recursos hídricos**

Por serem medidas que se aproximam das políticas atuais, neste ponto irão ser abordadas as iniciativas internacionais e nacionais para a gestão e preservação dos recursos hídricos que marcaram o final do século XX e o início do século XXI.

Em primeiro lugar, é importante mencionar a “Carta Europeia da Água”, proclamada pelo Conselho da Europa, em Estrasburgo a 6 de maio de 1968, com o intuito de dar resposta aos problemas que tocam atualmente a humanidade: a contaminação dos recursos hídricos e as alterações climáticas (Branco, 2007).

A “Carta Europeia da Água”, de acordo com a Empresa Portuguesa das Águas Livres (EPAL) (2021), é constituída por doze pontos, onde são declaradas as potencialidades deste recurso (indispensável para as atividades humanas, essencial para a sobrevivência do homem e dos seres vivos), quais as razões para a sua proteção e controlo (não há vida sem água, não é um recurso inesgotável, é um património comum), medidas necessárias no que toca aos recursos hídricos (realização de um inventário, elaboração e

aplicação de planos eficientes de gestão da água, cooperação internacional devido ao seu caráter transfronteiriço), entre outros.

À medida que a relevância da temática ambiental aumentou, Schmidt e Ferreira (2013) declaram que na União Europeia (UE), as preocupações ligadas aos recursos hídricos também ganharam destaque. Neste sentido, devido à Cimeira de Paris, realizada em 1972, surgiu o “Primeiro Programa de Ação em Matéria de Ambiente”, tendo sido publicadas várias diretivas com destaque para o setor da água: “Diretiva 75/440 sobre qualidade das águas superficiais, Diretiva 76/160 sobre águas balneares e Diretiva 80/778 sobre qualidade da água para consumo humano” (Schmidt & Ferreira, 2013, p. 391).

De acordo com Branco (2007, p. 53), a problemática ligada aos recursos hídricos levou a que a primeira grande iniciativa tenha partido da ONU, localizada em Mar del Plata (Argentina), em 1977, resultando no “Plano de Ação de Mar del Plata”, uma proposta “que sistematizava um conjunto de resoluções e recomendações no âmbito dos recursos hídricos”. Contudo, este documento revelou uma difícil aplicabilidade, tal como o “Decénio Internacional de Abastecimento de Água Potável e Saneamento”, que surgiu no seguimento da Conferência de Mar del Plata (Branco, 2007), “sob a premissa de que independentemente do nível de desenvolvimento e das condições sociais e económicas, todos os povos têm direito ao acesso à água potável em quantidade e qualidade à altura de suas necessidades básicas” (Vargas, 2000, p. 178).

A partir das ideias projetadas pelo Clube de Roma, nos anos 70, fica determinado no tão conhecido “Relatório Brundtland”, publicado em 1987, sobre o “Nosso Futuro Comum”, elaborado pela Comissão para o Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, o conceito de sustentabilidade, graças aos problemas originários da gestão e preservação dos recursos hídricos (Nunes et al., 2016).

Um ano depois, em 1988, de acordo com Schmidt e Ferreira (2013, p. 391), na Cimeira de Frankfurt foram anunciadas três novas diretivas: “a Diretiva 91/271 sobre tratamento de águas residuais; Diretiva 91/676 sobre nitratos; a terceira Diretiva, que deveria definir uma estratégia de recuperação da qualidade ecológica dos rios, levou cerca de uma década a ser debatida”.

Segundo Branco (2007, p. 53), com a “Declaração de Nova Deli”, em 1990, fica estabelecido que as bacias hidrográficas serão o sustentáculo das políticas de gestão da água e, no ano seguinte, “a ONU cria o Secretariado Internacional da Água”.

Já em 1992, celebra-se no Rio de Janeiro a “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, tendo sido debatidos conceitos e temas cruciais e relevantes para os países em desenvolvimento, tais como: desenvolvimento sustentável, responsabilidades em relação à proteção do meio ambiente, “a soberania dos Estados sobre os recursos naturais existentes em seus territórios e a responsabilidade de que sua exploração não acarrete danos fora de sua jurisdição; e o princípio da precaução” (Vargas, 2000, pp. 178-179).

Através da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, surge a Agenda 21, um documento estratégico que envolve as diretrizes “para a conduta dos Estados e um plano de ação global para a cooperação na área ambiental” (Vargas, 2000, p. 179).

Do mesmo modo, em 1992 a ONU redigiu a “A Declaração Universal dos Direitos da Água”, recomendando a preservação da natureza e dos recursos naturais, uma vez que o futuro da humanidade depende deles, considerando a água um elemento natural basilar para a sobrevivência animal, vegetal e humana na Terra (Capellari & Capellari, 2018).

Posto isto, verifica-se que nas décadas de 80 e 90 do século XX, na Europa, assistiu-se a várias intervenções nas linhas de água, nas margens dos rios e na valorização de frentes de água, integrando estratégias que visavam a regeneração urbana, através do planeamento urbano (Moreira, 2011). Devido a estas intervenções na Europa, onde em muitas cidades as margens dos rios encontravam-se situadas em locais estratégicos para hotéis e restaurantes e espaços agradáveis e relaxantes, foi possível repensar as cidades, comprovando a importância de incluir ecossistemas aquáticos naturais na paisagem urbana, ou seja, nos espaços construídos (Moreira, 2011).

Segundo Branco (2007), em 1997, com a criação do “Fórum Mundial da Água”, os Governos e as grandes empresas transnacionais passaram a atuar no setor da água e no saneamento, podendo focar-se em determinar medidas e estratégias para privatização do “mercado da água”. De acordo com o *website World Water Forum* (2017), o “Fórum Mundial da Água” é uma iniciativa do Conselho Mundial da Água, sendo considerado o evento do setor mais significativo, ocorrendo a cada três anos. Segundo o *website “Turismo de Portugal”* (s/da), o intuito deste evento passa por “aumentar a importância da água na agenda política dos governos, aprofundar discussões, trocar experiências para os atuais desafios e formular propostas concretas para o setor”.

Apesar de não se ir discutir nenhum dos eventos neste trabalho, é importante referir que, até aos dias de hoje, foram realizadas oito edições: em Marraquexe, em 1997; em Haia, em 2000; em Quioto, em 2003; na Cidade do México, em 2006; em Istambul, em 2009; em Marselha, em 2012; em Gyeongju e Daegu, em 2015; em Brasília, em 2018 e, por último, no Senegal, em 2021 (*World Water Forum*, 2017; *World Water Council* 2020a; *World Water Council* 2020b; *World Water Council* 2020c).

Regressando ao início do século XXI, no ano 2000 foi aprovada a Diretiva Quadro da Água (DQA), pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu, tendo sido “posteriormente transposta para os regimes jurídicos nacionais” (Schmidt & Ferreira, 2013, p. 391). Neste sentido, a UE definiu um quadro comunitário com o objetivo de proteger os recursos hídricos. Para isso, foi publicada a DQA, diretiva 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho, de 23 de outubro de 2000, tendo como finalidade alcançar e garantir bom estado das águas entre 2015 e 2027 “de cada uma das bacias hidrográficas dos Estados-Membros, através do desenvolvimento e implementação de estratégias nacionais, regionais e locais, à luz dos princípios

européus de boa governança - abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência” (Maia et al., 2015, p. 2).

Com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade ambiental através da utilização prudente dos recursos naturais, esta política comunitária encontra-se “baseada nos princípios de precaução e da ação preventiva, da correção, prioritariamente na fonte, dos danos causados ao ambiente e do poluidor-pagador”, compreendendo que os recursos naturais devem ser encarados e geridos tendo em conta os danos ecológicos que podem ameaçar o desenvolvimento económico, bem como as correlações existentes entre o solo, fauna e flora e a água (Vieira, 2003, pp. 7-8).

A DQA também promove a cooperação entre instituições públicas, empresas e envolve a participação pública e cívica, entre outros, propondo “uma visão integrada dos recursos hídricos a partir da gestão por bacias hidrográficas, apostando na descentralização das políticas, e na uniformização de critérios e objetivos” (Schmidt & Ferreira 2013, p. 391). Neste sentido, algumas Organizações Não Governamentais (ONGs) também impulsionaram a discussão sobre a importância da água em várias partes do mundo, mostrando que este recurso natural é um bem comum da humanidade, essencial e crucial (Capellari & Capellari, 2018).

De acordo com a ONU (2021), a “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” é composta por 17 desafios que devem ser atingidos pela comunidade global. Segundo a ONU (2021), a água é o foco do desenvolvimento sustentável, sendo um compromisso do Objetivo 6 da “Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, salvaguardar o acesso à água potável e ao saneamento a toda a população até 2030. Um dos objetivos destacados nessa Agenda prende-se com metas que procuram contribuir para o acesso à água potável, ao saneamento e ao combate das desigualdades e discriminação.

Para a ONU (2021), a água é um recurso natural ameaçado, uma vez que é escasso. A escassez deste bem poderá aumentar até 2050 e, devido à procura do setor industrial e doméstico, resultante do crescimento da população mundial, a urgência em equilibrar o consumo dos recursos hídricos, de acordo com as necessidades da população, é inadiável. Segundo a ONU (2021), a água e o saneamento são cruciais para controlar a nível global as doenças, contribuindo, ainda, para a melhoria da educação, da saúde e da economia das comunidades.

Relativamente a Portugal, apesar de algum atraso no que toca aos avanços registados noutros países europeus, podem ser encontradas algumas semelhanças relativamente aos grandes momentos da política da água e aos usos da mesma (Schmidt & Ferreira, 2013).

De acordo com Schmidt (2007), Moreira (2011) e Schmidt e Ferreira (2013), destacam-se, assim, as seguintes políticas da água em Portugal:

1. Os recursos hídricos e a sua utilização durante as décadas de 40 a 60, destinavam-se a atividades produtivas (aproveitamento para energia e rega, administração central, entre outros);

2. Através do II Plano de Fomento (1959-1964), as preocupações ambientais tornaram-se inexistentes, as políticas de saneamento eram inoperantes e o país estava a investir na industrialização, o que conduziu a uma má qualidade da água dos rios portugueses;
3. Com a instauração da democracia em 1974, os problemas ambientais ganharam destaque e, com a adesão à UE em 1986, as políticas passavam por melhorar as condições de vida da população, combatendo as desigualdades sociais e os riscos para a saúde pública;
4. A contaminação de vários rios portugueses, como o Ave, Lis, Sado, Tejo, entre outros, ganhou destaque entre 1986 e os anos 90. Esta contaminação deveu-se às descargas regulares, que resultaram em danos nocivos para os ambientes aquáticos. Além disto, a década de 90 foi ainda marcada pela seca, afetando sobretudo o Sul do país e pelas cheias de 1997, mostrando que a água é um recurso natural escasso, mas também um recurso destruidor;
5. Com o arranque do Plano Nacional da Água (PNA) e dos Planos das Bacias Hidrográficas (PBH), bem como a promoção do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH), em 1995, pelo Instituto da Água, nas relações bilaterais, a água passou a ser encarada como um recurso natural que pode motivar conflitos, sobretudo, devido às ameaças dos caudais que deveriam chegar a Portugal provocados pelos transvases conjecturados no Plano Hidrográfico Espanhol, o que levou à assinatura da Convenção de Albufeira, em 1998, enfraquecendo o problema;
6. O programa POLIS, criado em 2000 e incorporado no III Quadro Comunitário de Apoio, procurou valorizar as frentes de mar e de rio, através da tentativa de reprodução da experiência organizacional e urbanística da EXPO'98;
7. Entre 2000 e 2005, o PNA mostrou o estado lastimável em que os rios portugueses se encontravam, sobretudo devido aos esgotos urbanos e industriais;
8. Após a instauração da Lei da Água (LA) - Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro - os anos de 2005 a 2010 foram marcados pelo planeamento e gestão da água, tendo a bacia hidrográfica como base;
9. Em 2009 foi formado o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos, tendo como principal objetivo promover a utilização equilibrada dos recursos hídricos;
10. Entre 2009 e 2012, os novos PBH estudaram o envolvimento da população, no entanto, este processo foi interrompido devido à alteração política em 2011;
11. O retrocesso das políticas da água ficou marcada entre 2011 e 2013 devido à crise económica e social, levando à aprovação do Novo Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e com a alteração da Lei da Água. A somar a tudo isto, as Administrações de Região Hidrográfica (ARH) perderam autonomia, passando a estar integradas no Instituto da Água;

12. Em 2012, cumprindo o calendário da DQA, foram elaborados Planos de Gestão da Bacia Hidrográfica (PGBH) que estão em vigor desde 2016 até 2021.

## **2. Bacias hidrográficas**

### **2.1. Bacias hidrográficas e monitorização ambiental**

Com a decadência dos ambientes aquáticos, os Estados, a nível mundial, têm-se debruçado sobre as questões ambientais, procurando soluções para controlar e preservar os ambientes aquáticos e os recursos hídricos. Neste sentido, as bacias hidrográficas têm vindo a ser elementos de estudo, debate e planeamento, dado que são importantes para o desenvolvimento económico e social (Siqueira & Silva, 2011).

Posto isto, é necessário perceber o que se entende por bacia hidrográfica. Para Hoffmann (2014), a definição de bacia hidrográfica modifica-se de acordo com a abordagem e de autor para autor. No entanto, de acordo com Sanches (2012), a noção de bacia hidrográfica é o resultado da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas.

Hoffmann (2014, p. 36), define bacia hidrográfica “como um sistema geomorfológico que recebe matéria e energia por meio de agentes climáticos e que as perde por deflúvio”. Para Gomes, Ferreira e Lima (2019), as bacias hidrográficas são a junção de terras naturais formadas por uma rede de drenagem composta por um rio principal e seus afluentes. Quanto à constituição das bacias hidrográficas, estas são formadas por canais de escoamento de água e os processos naturais que abrangem a precipitação, evaporação, infiltração e escoamento, assim como o tamanho da área que a bacia hidrográfica ocupa, irão influenciar diretamente a quantidade de água recebida (Cazula & Mirandola, 2010).

Sanches (2012, p. 6), sublinha que a bacia hidrográfica é “a área terrestre a partir da qual todas as águas superficiais fluem, através de uma sequência de ribeiros, rios e, eventualmente, lagos, para o mar, desembocando numa única foz, estuário ou delta, assim como as águas subterrâneas associadas”.

Para Cazula e Mirandola (2010, p. 108), as bacias hidrográficas são constituídas por vários elementos:

1. Pela planície de inundação, entendida como a “extensão do terreno geralmente plana, na posição baixa, que normalmente se apresenta como extensões contíguas aos canais de drenagem”;
2. Pelo interflúvio, reconhecido por “terras altas” que geralmente se situam entre duas planícies de inundação, sendo “composto pelas encostas e pelo divisor, constituindo-se, desse modo, na porção do terreno de maior expressão para o uso agrícola”;
3. E, por último, pelas encostas, também entendidas como vertentes, locais onde os ciclos hidrológicos se manifestam.

Segundo Gomes et al. (2019), as condições climáticas interferem diretamente no ciclo hidrológico de uma bacia hidrográfica. Assim, entende-se que a água não perdura no mesmo reservatório, estando o seu movimento inteiramente relacionado com o ciclo hidrológico, entendido como o processo mais relevante na ação e dinâmica externa da terra (Hoffmann, 2014).

Neste sentido, a quantidade de água que uma bacia hidrográfica irá receber e reter está intimamente ligada à dimensão da área ocupada pela bacia hidrográfica, bem como pelo ciclo hidrológico, entendido como um processo de mutação constante da água entre a hidrosfera, a atmosfera e o solo, através da precipitação, evaporação, infiltração e escoamento (Cazula & Mirandola, 2010).

As bacias hidrográficas são, assim, entendidas como o modelo integral para compreender e analisar os ecossistemas, uma vez que os ambientes aquáticos pertencem a sistemas que incluem a geologia, o clima, a vegetação, entre outros, “sendo formados por um mosaico de subsistemas funcionais interligados por processos bióticos e abióticos” (Siqueira & Silva, 2011, p. 1). Todavia, as bacias hidrográficas também são organizadas por procedimentos biofísicos, geofísicos, económicos e sociais, sendo encaradas como um instrumento propício a esforços de gestão e perceção ambiental (Siqueira & Silva, 2011).

Graças a estes atributos, torna-se necessário conservar as bacias hidrográficas, sobretudo aquelas que servem o abastecimento público, pretendendo, deste modo, conservar a quantidade, qualidade e regularidade da água que se destina a inúmeros usos, como por exemplo, produção de energia, irrigação, uso industrial e lazer (Cazula & Mirandola, 2010).

Para Siqueira e Silva (2011), existem ainda outros elementos que qualificam a bacia hidrográfica enquanto unidade de gestão, tais como: o desenvolvimento de parcerias e solução de conflitos, a integração institucional e a participação da população local, possibilitando a consciencialização e educação ambiental, entre outros.

Atualmente, o planeamento e gestão da bacia hidrográfica abarca “o uso da água, sua distribuição e a sua ocorrência em contexto territorial da bacia hidrográfica ou aquífero subterrâneo” (Hoffmann, 2014, p. 37), sendo, por isso, urgente e importante compreender os processos que constituem e governam os sistemas fluviais (Siqueira & Silva, 2011). Sendo essenciais para a gestão da Terra e da água, as bacias hidrográficas contribuem para uniformizar os processos estabelecidos entre o ambiente e as interferências humanas (Hoffmann, 2014).

Por outro lado, a bacia hidrográfica é um instrumento relevante no que toca a decisões políticas relacionadas com o meio ambiente, com a ética ambiental e com a gestão de recursos hídricos, tornando-a num instrumento que contribui para a integração multidisciplinar, para o estudo e atividade ambiental e para a execução de tecnologias avançadas (Cazula & Mirandola, 2010).

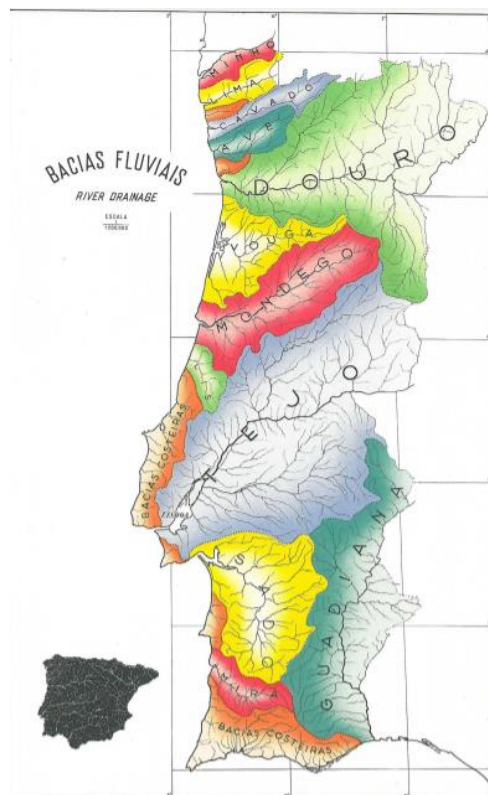


## 2.2. Relações luso-espanholas: as águas ibéricas

Em Portugal, a gestão das bacias hidrográficas (figura 1) cabe à Agência Portuguesa do Ambiente que, através dos PBH, "definem orientações de valorização, proteção e gestão equilibrada da água no território" (Santos, 2012, p. 210). Porém, a gestão da água em Portugal e das suas principais bacias é internacional (Santos, 2012), sendo a relação ibérica um dos temas que têm tido visibilidade em Portugal ao longo das últimas décadas (Sanches, 2012). Neste sentido, é importante referir que, apesar deste estudo incidir sobre uma parte da rede fluvial de bacias hidrográficas exclusivamente portuguesas, a influência das bacias hidrográficas internacionais (luso-espanholas) é iminente.

Até à instauração das duas democracias, as relações entre Portugal e Espanha eram apenas formais, passando a ser aprofundadas após a coincidente adesão à Comunidade Económica Europeia (CEE) e com a concretização das Cimeiras Luso-Espanholas, em 1986 (Sanches, 2012).

No que diz respeito aos recursos hídricos, Portugal é um país dependente e vulnerável, dado que Espanha detém controlo total "sobre os seus recursos hídricos, Portugal, que possui cerca de dois terços (64%) do seu território em bacias hidrográficas internacionais", sendo 50% dos seus recursos hídricos transfronteiriços (Ferreira, 2017, p. 7424).



**Figura 1: Bacias fluviais**

**Fonte:** Amorim Girão (1958)



Por outro lado, surgem questões ligadas ao abastecimento humano e agrícola e à gestão de caudais, onde a partilha de recursos hídricos é cada vez mais importante, tanto que, dos 581.000 Km<sup>2</sup> da Península Ibérica, 264.560 Km<sup>2</sup> são ocupados pelas bacias hidrográficas luso-espanholas (figura 2), correspondendo a 45% do território peninsular (Sanches, 2012).

Todavia, têm sido estabelecidos acordos bilaterais entre os dois países desde o século XIX relativamente às águas ibéricas com o intuito de estabelecer a cooperação na gestão das bacias hidrográficas (Zucco & Costa, 2013; Ferreira, 2017). Neste sentido, destacam-se dois acordos: um referente ao ano de 1864, quando se “define a fronteira entre Portugal e Espanha desde a foz do rio Minho até à confluência do rio Caima com o rio Guadiana” (Ferreira, 2017, p. 7424), e a “Convenção sobre a cooperação para a proteção e o aproveitamento sustentável das águas das bacias hidrográficas Luso-espanholas (1998)” (Costa & Zucco, 2013, p. 518).

Como foi anteriormente referido, no ano 2000 a legislação europeia estabeleceu a DQA, dando especial atenção aos rios transfronteiriços, tendo sido desenvolvidos “planos de gestão de bacias hidrográficas, os quais devem ser revistos e atualizados a cada seis anos” (Costa & Zucco, 2013, p. 518). As bacias hidrográficas Luso-espanholas (Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana), necessitam de um tratamento jurídico e normativo que permita a coexistência de dois países soberanos e a existência de legítimos interesses (Sanches, 2012).



**Figura 2: Bacias hidrográficas luso-espanholas**

**Fonte:** Sanches (2012, p.5)

Ainda assim, de acordo com Ferreira (2017), surgem questões relacionadas com a disponibilidade de água das bacias hidrográficas partilhadas em Portugal provocadas pelo clima e pelo regime de

utilização em Espanha, salientando-se o decréscimo da disponibilidade de água afluente de Espanha e a interferência na salubridade dos aquíferos a jusante, sobretudo junto ao Douro e Tejo devido ao risco provocado pelas descargas com níveis de radiação de centrais nucleares de Espanha. Destaca-se a central nuclear de Almaraz, que se encontra localizada na bacia hidrográfica internacional do Tejo, a 100km da fronteira portuguesa (Ferreira, 2017).

As bacias hidrográficas transfronteiriças revelam-se importantes, sobretudo porque providenciam “recursos vitais para apoiar os meios de vida, a saúde e o desenvolvimento das sociedades humanas” (Costa & Zucco, 2013, p. 518). Porém, a gestão destas pode revelar-se um verdadeiro desafio ambiental, diplomático e político, já que a água, além de ser um recurso político estratégico, é um recurso natural vital e essencial a todos os seres humanos e, por isso, o acesso a este bem natural tem de ser igualitário e com qualidade (Ferreira, 2017).

A juntar a todas as considerações acima efetuadas, valoriza-se, hoje, a importância da água nos processos associados ao lazer. O ambiente aquático é, de facto, um enorme atrativo para as atividades turísticas, inicialmente como forma de cura, com a talassoterapia e o termalismo, e depois como forma de prazer, relaxamento, qualidade de vida e atividades lúdico-desportivas. Importa, por isso, olhar para a água como atrativo turístico e “território” de lazer.

### **3. Turismo e Lazer: a água como atrativo turístico**

#### **3.1. Definição do conceito de Turismo e Lazer**

Com o surgimento do “*Grand Tour*”, no século XVII, inicia-se a atividade turística, sendo assinalada com as viagens realizadas por parte da aristocracia, viagens essas marcadas pela descoberta e pela ânsia de explorar o desconhecido (Pereira, 2014). O “*Grand Tour*” foi um fenómeno baseado na deslocação dos jovens rapazes pelas principais cidades europeias, com o objetivo de cimentar conhecimentos e enriquecer a sua educação, durante três anos (Pereira, 2014, p. 20).

Mais tarde, com a globalização (final do século XX e início do século XXI), o mundo sentiu mudanças radicais, tanto no desenvolvimento das comunicações e da informação, como na alteração do entendimento espaço-temporal e, neste sentido, o Turismo ganhou destaque devido “ao reconhecimento do seu relevante papel no desenvolvimento económico e social, gerando renda e empregos, tanto diretos como indiretos” (Neto, 2011, p. 29).

De acordo com Lima (2008), o Turismo é um setor que agrega um conjunto de elementos que se interrelacionam de modo a construir uma base organizada que satisfaça e suprima as necessidades, os interesses e expectativas dos visitantes.

Por outro lado, a Organização Mundial de Turismo (OMT), considera que o Turismo é um fenómeno que compreende as atividades realizadas pelos indivíduos no decorrer das suas viagens e ao

longo da sua permanência em locais que se encontram fora do seu ambiente natural, durante um período contínuo (inferior a um ano), por motivos ligados aos negócios, ao lazer, entre outros (Lima, 2008). O Turismo consiste tanto na deslocação temporária de pessoas para destinos que não abrangem os seus locais de trabalho e de residência, como nas atividades realizadas durante a sua estada nesses destinos "e as facilidades criadas para satisfazer as suas necessidades" (Pereira, 2014, p. 23).

O Turismo também pode ser entendido como um estado de espírito, um comportamento ou uma experiência pessoal (Neto, 2011). Para Montes (2006), a definição de Turismo baseia-se nos conceitos de procura e oferta, estando a procura intimamente relacionada com todas as atividades que são realizadas pelas pessoas fora do seu local de habitação, durante um período inferior a um ano, tendo como principais motivações a diversão, negócios, ócio, entre outros.

A OMT em *International Recommendations for Tourism Statistics, 2008*, publicado em 2010, classifica as principais motivações do turista, que continuam, hoje, a ser referência, sendo estas:

1. Férias, lazer e recreio;
2. Visitas a familiares e amigos;
3. Educação e formação;
4. Saúde e assistência médica;
5. Religião;
6. Compras;
7. Trânsito;
8. Outros (entendidos como motivos pessoais);
9. Motivações de negócios e motivos profissionais.

Todavia, diferentes autores assumem diferentes classificações. Por exemplo, segundo Lopes e Santos (2014), de forma a satisfazer as exigências da atualidade e as necessidades dos turistas, a atividade turística encontra-se seccionada em: Turismo de Saúde, Turismo Religioso, Turismo de Eventos, Turismo Ecológico, Turismo Pedagógico, Turismo Rural, Turismo Cultural. Contudo, para o interesse deste trabalho, só serão desenvolvidos e aprofundados conceitos relacionados com o Turismo Ecológico, Turismo Cultural, Turismo Pedagógico e Lazer.

Posto isto, o Turismo Ecológico é praticado em áreas naturais preservadas, tendo como finalidade estudar e contemplar a paisagem, a natureza, as plantas e os animais, ou seja, procura apreciar os recursos naturais existentes, tendo como princípio a sustentabilidade e a conservação dos recursos (Lopes & Santos, 2014). O Turismo Cultural volta-se para o contacto com outros povos e culturas, pretendendo o enriquecimento cultural. Por último, o Turismo Pedagógico é visto como uma prática renovadora, onde o local a visitar é apresentado e explorado de forma pedagógica (Lopes & Santos, 2014).

O Turismo atualmente apresenta uma importância económica e sócio produtiva nos vários setores que integram a economia de qualquer país, devido à capacidade que este setor apresenta para a criação de infraestruturas e postos de trabalho, para o desenvolvimento de estabelecimentos gastronómicos e hoteleiros, além de promover o crescimento e o desenvolvimento do transporte aéreo, terrestre e marítimo (Castro & Navas, 2016).

Em 1990, na Conferência Globo, no Canadá, surgiu uma nova estratégia de ação pautada pelo Turismo e pela sustentabilidade, passando a ser entendido como “Turismo Sustentável”, como referido acima, uma atividade que satisfaz as necessidades dos turistas e as necessidades das populações receptoras, “enquanto a integridade cultural, a integridade dos ambientes naturais e a diversidade biológica são mantidas para o futuro” (Lopes & Santos, 2014, p. 53).

Souza (2010) afirma que a vivência que o Turismo proporciona permite escapar à realidade, às tensões e hostilidades que são apresentadas no quotidiano. Devido à necessidade de usufruir do tempo livre, surge a noção de lazer (Frois, 2008), sendo visto como o principal motivador para conceder felicidade e por permitir a recuperação de energia (Souza, 2010).

O termo “Lazer”, em latim, “*licere*”, significa “permitido”, em “oposição ao trabalho, sendo definido com base na contextualização da vida social e dos modelos culturais dominantes (...) sendo vulgarmente equacionado com princípios de liberdade, de escolha e de satisfação pessoal” (Brito, 2004, p. 75).

Segundo Gomes (2013), o conceito de Lazer sempre esteve intimamente ligado à noção de trabalho. Só após o período de industrialização é que o tempo livre passou a ser equacionado, passando a existir a diferenciação entre trabalho, enquanto produção, e Lazer (Gomes, 2013). O Lazer é hoje um “veículo de propostas sustentáveis e responsáveis, expressas em modos de relação promotores do desenvolvimento local, através da valorização dos recursos endógenos ancorados na cultura e na natureza” (Santos, 2011, p. 94).

É um conceito que integra as atividades turísticas, tanto que, os indivíduos utilizam os tempos livres para viajar, descansar, para se desligarem da rotina e do *stress* do quotidiano, em prol do seu bem-estar (Paiva, 2013). Pode ser visto como um conjunto de atividades que são desenvolvidas por indivíduos em grupo ou individualmente, no seu tempo livre, libertos de pressões externas, tendo em vista atingir objetivos motivacionais variados e concretos (Brito, 2004).

Segundo Neto (2011, p. 30), o conceito de “tempo livre” surge como “um subconjunto do tempo de não-trabalho”, tempo esse que poderá ser aplicado no Lazer, entendido como ato de descansar. Todavia, é preciso ver o Lazer como algo mais. Como refere Dumazedier (1962), o Lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para se divertir, recrear ou entreter-se, ou ainda, para desenvolver a sua informação ou formação desinteressada, a sua

participação social voluntária ou a sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

É, então, visto como agregado e como agregador, ao incluir o descanso, o divertimento e o desenvolvimento, sendo, sobretudo, eficiente em "orientar uma parte significativa da vida das pessoas, que passam a trabalhar para viver em vez de viver para trabalhar, o Lazer atinge uma valorização que se expressa em diversos campos de atuação, muitos deles, até então, separados e mesmo mutuamente inibidores" (Santos, 2011, p. 92).

Por isso, o Turismo e o Lazer não podem ser somente encarados como uma "forma de escape", mas sim como fenómenos socioculturais que podem conduzir ao desenvolvimento quer social, quer pessoal (Souza, 2010). Neste sentido, os recursos hídricos e os ambientes aquáticos consistem nas principais motivações para a escolha de um destino, onde o lazer de beira-rio ganha relevo (Santos, 2012).

Segundo Oliveira (2011, p. 193), o aumento de tempo livre e de descanso, resultado "dos novos modos de produção e reprodução urbano industrial", converte-se na emergência de novos padrões de vida onde o Turismo se evidencia. Um exemplo disso é o facto do Lazer e do Turismo de Sol e Mar estarem a ganhar visibilidade e a massificarem-se, favorecendo a promoção dos lazeres e dos turismos nas margens dos rios (Santos, 2012).

Assim, o processo de urbanização em paralelo com a apropriação da natureza ao longo das últimas décadas, têm favorecido o desejo de "consumo da natureza", um desejo bastante fomentado pelo Turismo (Oliveira, 2011).

### **3.2. Relação entre o Turismo e os recursos naturais**

O crescimento da consciência ambiental, fruto do conhecimento dos impactes causados pelas ações antrópicas ao longo das últimas décadas e que afetaram e afetam o planeta e a qualidade de vida dos seres vivos, têm conduzido a reflexões, estratégias e medidas a fim de se contornar esta problemática e promover o equilíbrio ambiental (Castro & Navas, 2016).

Só no final do século XIX e início do século XX é que os ambientes aquáticos passaram a ser relevantes e a gerar interesse recreativo e turístico (Sofiaty, 2003), levando a que os meios de comunicação social também contribuam para dar a conhecer novos destinos marcados pela natureza, beneficiando, assim, o meio ambiente e os produtos turísticos a eles associados (Tulik, 1992).

O ambiente natural dispõe de vários atrativos turísticos, como rios, lagos, praias, florestas, grutas, fornecendo, também, recursos indispensáveis para o setor do Turismo, tais como: a água, a energia, matérias-primas diversas, alimentos, entre outros (Leite, 2007). Com isto, entende-se que o Turismo é uma atividade que depende fortemente dos recursos naturais, quer pelo consumo da paisagem, quer pelo uso de recursos, como a água, nos processos hoteleiros (Leite, 2007).

De acordo com Aleixo et al. (2011), o Turismo gera emprego, sendo uma atividade importante para a balança comercial de muitos países, contribuindo para estimular o crescimento e desenvolvimento económico de uma região. Portugal não é exceção aos impactos positivos do turismo, obtendo nos últimos nove anos um crescimento positivo neste setor (Turismo de Portugal, 2021).

Contudo, devido à COVID-19, em 2020, o país registou uma quebra acentuada na procura, contando-se apenas 25,9 milhões de dormidas (-63,0%) no alojamento turístico comparativamente a 2019. A nível mundial, o Turismo, em 2020, registou um decréscimo nas chegadas internacionais de 74%, o que significa que, comparado a 2019, registaram-se menos mil milhões de chegadas internacionais, em muito devido às restrições de viagens e a uma quebra na procura provocadas pela COVID-19 (Turismo de Portugal, 2021).

Com este cenário, a população empregada em Portugal acabou por se ressentir. Segundo o Turismo de Portugal (2021), “as atividades ligadas ao Alojamento e à Restauração e Similares empregaram 292 mil indivíduos, menos 29 mil do que no ano de 2019 (-8,9%)”. Em termos internacionais, o Turismo de Portugal (2021) afirma que, em 2019, o setor do Turismo contribuiu com 10,6% (334 milhões) de empregos, mas graças à COVID-19, em 2020, perderam-se 62 milhões de empregos, representando um declínio de 18,5%.

Esta pandemia sem precedentes acarreta inúmeras incertezas, nomeadamente os verdadeiros impactos que terá na indústria do turismo (Chebli & Said, 2020; Mishra, 2020; Neuburger & Egger, 2020). Contudo, existem hábitos, por parte dos consumidores, que começam a sobressair, e é neste sentido que o Turismo de Natureza, promovido também pela COVID-19, expande, sendo cada vez mais popular e em crescimento acelerado, tanto que a sua importância é notória em eventos nacionais e internacionais díspares, além de ser um dos temas centrais em diversas ONGs, promovendo um Turismo que contribua para o desenvolvimento sustentável e que se desenvolva sem alterar o equilíbrio do ambiente, evitando, assim, danos na natureza (Castro & Navas, 2016).

Enquanto atrativo turístico, a paisagem (elemento físico), contribui significativamente para transformar um território num destino turístico notável (Santos, 2012). No caso dos rios, a paisagem é muitas vezes marcada por bacias hidrográficas industriais, vitivinícolas, comerciais e, naturalmente, a estas estão vinculadas “atividades dominantes (os pastores, as queijeiras e os operários das fábricas de lanifícios; os molinheiros e os vinhateiros; os barqueiros, os construtores de barcos, as aguadeiras e as lavadeiras; os ferroviários, os construtores e os operários fabris; as mondadeiras, os pescadores e os marnotos)” (Santos, 2012, p. 214). Todas estas atividades e paisagens são fundamentais para a valorização de espaços ecomuseológicos, aqui fulcrais, em termos de investigação.

Graças à interferência do poder local, a par com investimentos privados, foi possível “valorizar as potencialidades de lazer de espaços ribeirinhos que conjugam paisagens e ludismo aquático de modos

completamente diversos dos que temos à beira-mar [e como complementos destes]" (Santos, 2012, p. 217).

Esta valorização surgiu devido ao interesse pelos recursos naturais, pelos ambientes aquáticos, pelos rios e pelas atividades de lazer *outdoor*, que se desenvolveram e expandiram, mas também porque estes recursos servem de suporte na génese de oportunidades ligadas à prestação de serviços e na criação de produtos turísticos (Moreira, 2011).

No caso dos rios, estes contribuem ainda para definir localizações, movimentos, distribuições, tendo "impacto no clima, no cultivo, na urbanização, nos usos e atividades económicas", favorecendo o desenvolvimento local "ao nível da hotelaria, da valorização do Património local, do melhoramento das acessibilidades e dos transportes, da construção e da cimentação de identidades do território", constituindo, assim, um elemento da paisagem marcante e decisivo (Pereira, 2014, p. 29).

Por outro lado, devido às embarcações que passam entre diferentes bacias hidrográficas, constata-se que o Turismo pode ainda facilitar e proporcionar a introdução de espécies no meio aquático, uma vez que, nos cascos ou motores podem encontrar-se organismos aquáticos (invertebrados e propágulos de macrófitas) (Bellay et al., 2016).

Atualmente, os turistas e a sociedade em geral encontram-se voltadas para o Lazer, para o tempo livre e para o consumo, tanto que, os recursos naturais, nomeadamente, as margens dos rios, as frentes ribeirinhas e os ambientes aquáticos conquistam novas ocupações (residencial, comercial, recreativa, entre outros) (Moreira, 2011).

No entanto, devido à forte dependência do Turismo face ao ambiente e recursos naturais, entende-se que a atividade turística também pode levar a uma exploração desmedida destes recursos, sobretudo os recursos hídricos utilizados nos equipamentos hoteleiros (Leite, 2007).

Em consequência da atividade turística e das fortes pressões que esta tem efetuado no ambiente e nos recursos naturais, estabeleceu-se a construção de um novo paradigma, o ecoturismo, uma nova atitude do Turismo perante a natureza (Sofiati, 2003).

### 3.2.1. Definição do conceito de ecoturismo

O ecoturismo surge devido à emergência de um conjunto de experiências turísticas alternativas, intituladas por "Turismo Alternativo", uma categoria do Turismo que diverge do Turismo convencional (Pires, 1998). Assente no interesse do Homem pela natureza e pela alteração dos valores culturais, o ecoturismo ganhou um peso considerável, passando a ser uma das atividades e ocupações mais solicitadas na esfera do Lazer (Campos, Vasconcelos & Félix, 2011).

O termo "ecoturismo" nasce na década de 60 do século XX, tendo sido usado para "explicar o intrincado relacionamento entre turistas e o meio ambiente e culturas nos quais eles interagem" (Campos, 2005, p. 2). No entanto, o seu crescimento só se deu após os anos 80 do século XX, graças aos benefícios



económicos que proporciona (Montes, 2006), e pela “insatisfação gerada pelo turismo convencional” (Campos et al., 2011, p. 398).

Só após a publicação do Relatório de Brundtland, em 1987, é que o mundo despertou para a necessidade urgente de encontrar caminhos alternativos de modo a ressaltar o desenvolvimento sustentável, uma vez que, no Relatório, constavam os seguintes objetivos: investigar o desenvolvimento económico a nível global e recomendar estratégias ambientais que circundam o desenvolvimento sustentável (Campos, 2005).

Por outro lado, é necessário diferenciar ecoturismo de Turismo de Natureza, de Turismo de Aventura e de Turismo Selvagem, uma vez que, o ecoturismo, ao contrário dos outros conceitos, propicia o respeito pelas áreas protegidas e pela comunidade em que se desenvolve, além de integrar a cultura, a sociedade e o ser humano (Wu & Carrasco, 2017).

De acordo com Oliveira (2011), o ecoturismo deve ser um setor social capaz de estabelecer mudanças e transformações. A possibilidade de transformação anteriormente referida, prende-se com o aumento da consciencialização da sociedade relativamente a todas as questões socioambientais que “pode ser alcançada por meio da educação ambiental” (Oliveira, 2011, p. 191).

Primeiramente, o ecoturismo procura gerar rendimentos económicos para a população local e para as empresas, consciencializando e sensibilizando a população local e os turistas para o valor dos recursos naturais e culturais (Agüera, 2014).

Neste sentido, o ecoturismo, é uma atividade sustentável, assente nos recursos naturais e na sua preservação e conservação, cujo principal objetivo passa por aprender e ter contacto com a natureza, tendo como oferta atrativos naturais (fauna, flora, geologia, climatologia, hidrografia), oferecendo uma grande variedade no que toca à oferta natural, desde lagos, rios, passando por montanhas, florestas e desertos, dando a possibilidade de desenvolver inúmeras atividades, como por exemplo: mergulho, escalada, passeios a cavalo, *camping* (Montes, 2006; Castro & Navas, 2016; Antunes, 2017).

Neste sentido, “engloba um turismo ecológico, ético e sustentável, procurando o mínimo de impactos negativos nas paisagens naturais e na população das cidades vizinhas, promovendo a preservação do planeta, tornando-se rapidamente numa das alternativas mais demandadas pelos viajantes” (Castro & Navas, 2016, p. 214).

Com isto, entende-se que a estrutura do ecoturismo se encontra alicerçada na natureza e na sua preservação e conservação, assim como na sustentabilidade, na aprendizagem ambiental, na responsabilidade e consciência, contribuindo para o respeito das culturais locais, para benefícios económicos e para minimizar os impactes ambientais negativos (Wu & Carrasco, 2017).

Apesar deste quadro favorável, o ecoturismo é uma atividade turística que não acarreta somente efeitos positivos. Pode, também, provocar consequências negativas de carácter económico, social e ambiental, destacando-se: a inflação provocada pela atividade turística, a ausência de reconhecimento



do trabalho efetuado pela população residente, a ameaça do estabelecimento da atividade turística como o único setor económico numa determinada região provocando impactes negativos noutros setores, poluição ambiental, paisagística e sonora, alterações na fauna e flora e, por último, exploração exacerbada da água e energia (Agüera, 2014; Wu & Carrasco, 2017; Rubio & Amaya, 2018).

Em virtude das consequências negativas, prejudiciais para a comunidade recetora e para o ambiente, é necessário um planeamento adequado que contribua para atenuar os impactos ambientais que enlanguescem a fauna e a flora (Campos, 2005).

Por último, é necessário compreender a importância dos Ecomuseus enquanto modelos diferenciadores para a preservação patrimonial (material e imaterial), e qual a associação entre Ecomuseus e Turismo, que será abordada no próximo capítulo.

## Capítulo II - Património, Ecomuseus, Cultura Popular e Identidade Cultural

### 1. Ecomuseus: o seu papel na preservação patrimonial e a sua relação com o Turismo

#### 1.1. Importância dos Museus para a valorização e preservação patrimonial

A palavra "museu" tem origem na Antiguidade Clássica – do grego *mouseion* – e, em grego, significa "templo das musas" (Carvalho, 2019). De acordo com o Conselho Internacional de Museus (ICOM, 2019), atualmente, os museus consistem em instituições sem fins lucrativos, abertos ao público, destinados a conservar, investigar, comunicar o património (material e imaterial), servindo a comunidade e contribuindo, de igual modo, para a sua formação e desenvolvimento.

Para Souza, Leal e Faccio (2019), a instituição museológica tem um papel educativo, patrimonial e ambiental. Nas últimas décadas, são espaços que se encontram em constante transformação, vistas como instituições que procuram gerir os patrimónios e conservá-los, passando também pelo estudo, informação e intercomunicação no decorrer do tempo (Carvalho, 2019).

Com a Convenção de proteção do património mundial cultural e natural adotada pela décima sétima sessão da Conferência Geral da Unesco em 1972, veio a ser o instrumento final de um processo e o mais importante para a implantação do conceito de património mundial. Esta convenção compromete os Estados signatários com a proteção, no interior e no exterior das suas fronteiras, dos monumentos e sítios que possam ser vistos pela comunidade humana como testemunhos únicos da diversidade das criações da humanidade e como repositórios de um património comum (Vial, 2015, p. 85).

No que toca ao património, é importante referir que o seu significado se tem vindo a modificar e a assumir diversas noções (Gomes, 2012) desde "a sua primeira designação no Império Romano onde, no âmbito do Direito" (Souza et al., 2019, p. 70), estava associado a bens herdados. Por isso, é necessário saber o que se entende por património.

A palavra "património" estava inicialmente ligada aos bens materiais herdados, tendo na sua origem a palavra latina *patrimonium*, que deriva de *pater* (pai) (Gomes, 2012; Correia, 2013). Segundo a Carta Internacional do Turismo Cultural (1999), o património pode ser entendido como um conceito que compreende o património natural, englobando elementos como as paisagens, sítios e locais históricos, a biodiversidade, experiências vividas, coleções, práticas culturais, entre outros.

No século XVIII (século das luzes), começaram a ser determinadas as ideias para o surgimento da noção de património, onde a base para esta noção estava assente na ideia de monumento histórico "e a institucionalização da conservação material de pinturas, esculturas e objetos de arte antigos" (Primo, 2007, p. 46).

Também no século XVIII, graças às primeiras ações de proteção dos monumentos considerados raros e relevantes para a História mundial, a conceção de património "estendeu-se para os bens

protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos, nomeando o conjunto de bens culturais de uma nação" (Gomes, 2012, p. 13).

Com a acentuada formação de patrimónios nacionais no decorrer do século XIX, foi possível criar referenciais comuns de forma a unir todos os que habitavam no mesmo território através da determinação de hábitos e interesses coletivos, como por exemplo, a língua e os costumes (Gomes, 2012). Com isto, o património passou a ser entendido como "uma coleção simbólica unificadora, que procurava dar base cultural idêntica a todos, embora os grupos sociais e étnicos presentes em um mesmo território fossem diversos" (Gomes, 2012, p. 13).

Nesta mesma linha de pensamento, Bonifácio (2014) afirma que o património consiste numa herança que integra a vertente material e imaterial, que recebemos e transmitimos às gerações futuras, definindo uma determinada cultura e que pode ser caracterizada pela multidisciplinaridade e por interesses heterogéneos (Gomes, 2012; Vial, 2015). Desta forma, o património acaba por estabelecer uma ligação com o passado, a expressar a identidade histórica, contribuindo para relembrar tempos antigos e vivências de um povo (Correia, 2013).

Segundo Bertagnolli (2015), no fundo, o património é o conjunto de tudo aquilo que o ser humano cria, estima e tenciona preservar, como é o caso dos monumentos, das obras de arte, das festas, da gastronomia, do saber-fazer, entre outros. É, assim, encarado como o conjunto da componente tangível e intangível, cultural e natural, e ainda os elementos herdados ou constituídos no presente (Zanirato, 2009).

Antes de abordar o significado de património cultural, torna-se fundamental compreender o conceito de cultura, que de acordo com Santos e Paulino (2010, p. 129), a cultura de um povo, um conceito pluridimensional, não se cinge e não se expressa somente nos aspetos físicos (museus, monumentos), mas também "nos saberes, músicas e danças típicas, no folclore, na gastronomia, no artesanato, nas lendas ou nas festividades".

O termo "cultura", segundo Domingues (2011, pp. 402-403), era comumente utilizado para se referir à literatura, à música, à ciência, às canções folclóricas e medicina popular, apresentando, nos dias de hoje, um conceito com "um sentido bastante dilatado, abrangendo praticamente tudo que pode ser apreendido em uma sociedade – desde uma variedade de artefactos (imagens, ferramentas, casas e assim por diante)" e práticas quotidianas, como por exemplo, beber, falar, ler, entre outros.

Pode ser, então, entendida como um conjunto de símbolos concebidos por uma determinada população para simplificar a interação e regular o raciocínio (Lóssio & Pereira, 2007), ou seja, é a soma de todas as ações que os povos utilizam para exprimir o seu modo de viver, de fazer e produzir/criar (Bertagnolli, 2015).

Para Martínez (2012), a cultura representa um sistema de crenças, valores, comportamentos e artefactos que são transmitidos de geração em geração e vividos e compartilhados com os indivíduos que se inserem numa determinada sociedade. Por outro lado, a cultura também pode ser entendida como um

conjunto de soluções originais que um grupo de seres humanos inventa, a fim de se adaptar a seu meio ambiente natural e social" (...) abrangendo "diferentes aspetos da vida: savoir-faire, conhecimentos técnicos, costumes relativos a roupas e alimentos, religião, mentalidade, valores, língua, símbolos, comportamento sociopolítico e económico, formas autóctones de tomar decisões e de exercer o poder, atividades produtoras e relações económicas, entre outros" (Kashimoto, Marinho & Russeff, 2002, p. 35).

Posto estas definições, torna-se fulcral definir património cultural, que para Bonifácio (2014), esteve sempre assente no material, estando, no entanto, dividido em tangível (onde se insere o artesanato, a fotografia, as coleções), e intangível (onde se inserem as paisagens culturais, conjuntos arquitetónicos), entre outros (Moreira, 2014).

Foi em 2003, com a "Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial", que o conceito de património cultural foi alterado e foram incluídos os bens culturais imateriais ao seu entendimento (Bonifácio, 2014), "tais como os folclóricos, bibliográficos, documentais, ambientais, materiais e imateriais" (Souza et al., 2019, p. 70).

O património cultural é elaborado em conformidade com as atividades humanas e com a fantasia/imaginação (Moreira, 2014). Por isso, envolve uma mescla de elementos (materiais e imateriais), que são de interesse coletivo e apresentem uma influência e um prestígio que acabam por se tornar eternos (Correia, 2013).

Para Gomes (2012), podem ser ainda incluídos neste campo os rituais, conhecimentos e os usos relacionados à natureza e ao universo, bem como expressões orais e práticas sociais. Neste sentido, por património cultural imaterial entendem-se todas "as práticas, representações, expressões, conhecimentos, objetos, artefactos, lugares culturais" que a comunidade identifica como seus (Bertagnolli, 2015, p. 49). Sendo, assim, encarado como um repositório do passado, indispensável para a sobrevivência das sociedades, permitindo identificar-nos, mas também identificar outrem (Correia, 2013).

Quanto ao processo de patrimonialização, este pauta-se pela seleção de vários elementos representativos de uma identidade ou história pertencentes a uma certa cultura, "sendo que este processo de escolha pode ser espontâneo, nascendo de forma natural dentro do grupo ou grupos sociais, ou resultar de uma intervenção por parte dos representantes políticos" (Gomes, 2012, p. 13).

Em Portugal, a proteção, e conservação do património cultural material está ao encargo da DGPC e o património mundial à responsabilidade da UNESCO (Bonifácio, 2014).

Estudiosos, agentes públicos e privados, bem como comunidade local, nos últimos 40 anos têm vindo a demonstrar interesse patrimonial, uma vez que, os patrimónios, no seu todo, apresentam valores económicos, culturais, políticos e sociais (Carvalho, 2019).

Tendo em vista a valorização, a preservação patrimonial, a educação e orientações de didáticas, estas instituições são compostas por públicos e profissionais variados, interdisciplinares e críticos, cuja função deve passar por tornar os patrimónios num mecanismo que permita identificar os valores interculturais, e conduzir à cidadania sendo instituições que passam a sua mensagem e a sua informação a diversas pessoas e que acompanhem a sociedade e as tecnologias (Carvalho, 2019).

O Homem sempre teve uma forte ligação e apego aos bens materiais/objetos levando ao hábito do colecionismo, hábito que veio "a ser solidificado e legitimado nos museus, acervos e centros de memória, criados pelas diversas sociedades do mundo antigo e moderno" (Souza et al., 2019, p. 71).

O património e a sua respetiva preservação sempre fizeram parte dos desejos das pessoas, tendo como exemplo disso o facto de passarem o conhecimento de geração em geração, preservando os saberes enquanto elementos que definem a identidade de um povo, dando a noção de pertença a um determinado local ou cultura (Souza et al., 2019).

Para a proteção e preservação do património, foram criados órgãos como a UNESCO, em 1946, com o intuito de reconstruir os países e o património cultural danificado no pós II Guerra Mundial e, para isso, foram estabelecidas conferências, abordados temas como a diversidade cultural, direitos humanos, património natural e cultural, entre outros (Vial, 2015).

Após o surgimento da UNESCO, foram desenvolvidas duas organizações não governamentais ligadas aos museus e ao património: o ICOM, em 1946, e o ICOMOS, em 1965 (Vial, 2015). Com sede em Paris, o ICOM tinha como principal objetivo favorecer os interesses da museologia, tendo como atividades as exposições, a conservação e restauração de bens culturais (Vial, 2015). O ICOMOS também tinha sede em Paris e era um organismo destinado à elaboração de listas de Património Cultural e consultoria junto da UNESCO (Vial, 2015).

Mais tarde, em 1972, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, emerge a "Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural", tendo como principal foco a prevenção da destruição a que o património natural e cultural "estavam expostos, o que geraria um défice patrimonial para a humanidade" (Paiva, 2013, p. 49).

Neste sentido, "o património é tido como um bem público cuja preservação deve ser assegurada pelas coletividades" (Desvallées, Mairesse, Soares & Cury 2013, p. 74), uma vez que, o envolvimento da sociedade é necessário para que seja possível entender o que ela considera património e o que merece ser escolhido para ser preservado.

Assim, considerar e refletir sobre o património, é um modo de pensar que tipo de relação é que a sociedade tem com a cultura e com o meio ambiente (Souza et al., 2019).

Para que seja possível comunicar, interagir com a comunidade, património e território, a museologia trata "um campo de saber-fazer que envolve estudiosos de várias áreas do conhecimento, investigadores, bem como experiências teórico-práticas associadas a temas, problemas e abordagens em campos como educação e interpretação patrimonial, museografia didática, gestão, públicos, acessibilidades (física e cognitiva)" (Carvalho, 2019, p. 68). É aqui que se insere a geoconservação, entendida como um instrumento de proteção e promoção do território (Santos, 2006).

Ligada à geoconservação está a sustentabilidade e a preservação, de modo a constituir-se uma herança para as gerações futuras dada à importância do património natural e cultural enquanto legado, matéria de investigação e peça fundamental de expressão cultural (Santos et al., 2010). Como foi referido, a sustentabilidade é um dos pilares da geoconservação, cujo princípio se baseia na "capacidade de integração territorial, de recriação da imagem dos lugares, da melhoria da qualidade de vida das populações locais, de expressão, de liderança política e de fórum de atividade científica" (Santos, 2006, p. 125).

Segundo Santos (2006), os geossítios, os geomonumentos e geomorfossítios, não podem ser meramente encarados enquanto elementos de promoção territorial, mas sim vistos como elementos que podem contribuir para um processo estruturado.

Desta forma, a museologia contribui para a preservação e valorização do património, quer material, quer imaterial, através da recuperação da cultura e da preservação dos seus recursos, tornando o museu numa janela comunitária (Souza et al., 2019), atuando como um "teatro da memória (...) já que a matriz sensorial facilita a rememoração" (Vial, 2015, p. 59).

Segundo Carvalho (2012, pp. 294-295), apesar das estratégias e intervenções para a integração do património "nos processos de desenvolvimento económico, social e cultural dos territórios e das populações" serem complicadas, esta integração permite incluir os lazeres turísticos, onde se insere o Turismo Cultural e Ecológico, os parques temáticos, os eventos culturais, os museus, entre outros.

A crescente iniciativa de criação de museus e espaços museológicos rurais não pode ser dissociada do alargamento do conceito de museu e das práticas museológicas, dos novos territórios do lazer lúdico e cultural, e dos desafios ou oportunidades de desenvolvimento sobretudo em territórios com maior potencial de recursos endógenos vinculados ao património. A ligação ao desenvolvimento local, uma vez que os museus (tal como as rotas e as redes patrimoniais) são considerados fatores de construção de futuro em matéria de desenvolvimento local na medida em que, de forma planeada e com inovação, podem valorizar os recursos endógenos, criar cadeias de valor acrescentado também com a participação da população local e, assim, promover dinâmicas locais sustentáveis" (Carvalho, 2012, pp. 298-300).

Assim sendo, constata-se que o património é algo vivo e volátil, existindo diversas perceções para determinados elementos patrimoniais que variam consoante o período histórico e que interferem com

questões políticas e grupos sociais (Gomes, 2012). Naturalmente, verifica-se que as inúmeras definições de património revelam que "existem várias formas de entender e ver os elementos patrimoniais, e que não se pode afirmar que esta ou aquela é incorreta, mas sim que há diferentes óticas para compreender e investigar os elementos patrimoniais" (Gomes, 2012, p. 15).

## 1.2. Génese da Nova Museologia

### 1.2.1. Nova Museologia: o caso português

Nos séculos XVIII e XIX, começaram a nascer os primeiros museus tal como os conhecemos na atualidade, surgindo, assim, um novo conceito, o "museu moderno" que, de acordo com Magalhães (2003, p. 213), é "como um produto do humanismo renascentista, do iluminismo oitocentista". A esta conceção de museu, segundo Magalhães (2003), estava associada uma edificação maioritariamente luxuosa, composta por uma coleção (faustosa, de preferência), e um público, maioritariamente uma elite, apesar de afirmar ser para toda a comunidade.

Contudo, as contestações que surgiram na França em maio de 1968, bem como a falta de investimento e o distanciamento das comunidades levou à chamada crise da museologia tradicional (Magalhães, 2003; Amado, 2011). Com esta crise, surgiu, assim, uma forma diferente de fazer e olhar para a museologia, tendo em vista o desenvolvimento das populações, encarando o património e o seu conceito de uma nova maneira, também como o que é representativo para a sociedade (Magalhães, 2003; Souza et al., 2019), de modo a "retirar ao Museu o carácter sacralizado que possuía, aproximá-lo das populações e colocá-lo ao serviço da sociedade" (Amado, 2011, p. 27).

Nasce, então, um novo conceito intitulado por "Nova Museologia", tendo ficado estabelecido entre as décadas 70 e 90 do século XX, através de quatro documentos que são utilizados até aos dias de hoje como linhas orientadoras para as ações museológicas (Primo, 2007). Esses documentos correspondem à "Declaração da Mesa Redonda de Santiago do Chile" (1972), à "Declaração de Quebec" e à "Declaração de Oaxtepec" (ambas em 1984) e, por fim a "Declaração de Caracas" (1992) (Primo, 2007; Moreira, 2014).

Antes de mais, é necessário referir que os quatro documentos anteriormente apresentados abordam diferentes conceitos, no entanto,

é possível verificar a adoção de uma linha mestra que os une: a função social do museu como uma das funções em transformação; a necessidade da Museologia trabalhar com e para uma comunidade local, assumindo as questões sociais como área de trabalho da Museologia; a defesa do património, que deixa de ser visto como uma referência com importância unicamente ao passado, para ser compreendido como referência de memória e marco identitário que nos leva a uma compreensão mais arraigada do nosso processo histórico (Primo, 2007, p. 166).

Começando pela “Mesa Redonda de Santiago do Chile”, em 1972, devido ao Conselho Internacional dos Museus (ICOM) (Alves & Carvalho, 2014), foi possível dar “o pontapé inicial para uma ação museológica que considera os problemas sociais, económicos e culturais, cumprindo aos Museus serem partes ativas, proporcionando ações de esclarecimento educativo” (Moreira, 2014, p. 35). Foram adotadas posturas revolucionárias, assumindo um posicionamento que descartava as desigualdades, tanto sociais, como económicas, desigualdades essas que afetavam os valores identitários das populações que habitavam em regiões economicamente mais pobres (Primo, 2007).

Mais tarde, com a “Declaração de Québec” (1984), são apresentadas no Ateliê Internacional de Ecomuseus novas propostas e orientações que revolucionaram a esfera da Museologia, passando, assim, a intitular-se por Nova Museologia (Amado, 2011). Com esta declaração, a função social do museu foi afirmada, tendo sido proposto que o museu passasse a incluir outras funções e práticas, como investigações, que vão além das funções tradicionais (Primo, 2007, p. 171).

Nesse mesmo ano (1984), com a “Declaração de Oaxtepec”, o conceito de Nova Museologia é ratificado, tal como “a importância da interdisciplinaridade, introduzindo uma nova relação entre o indivíduo, o património e o território” (Amado, 2011, 29). Esta declaração permitiu consolidar uma distinção entre a Museologia Tradicional e a Nova Museologia, além de se ter promovido a consciência para as perdas que iriam surgir se se retirasse um determinado monumento do seu local original, levando à sua adulteração, surgindo, assim, a preservação *in situ* (Moreira, 2014).

Em 1992, na Venezuela, foi instituída a “Declaração de Caracas”, tendo ficado determinado que os museus são mais do que espaços destinados à informação ou à educação, são, além disso, espaços que se encontram ao serviço de uma comunidade, meios de comunicação e interação (Moreira, 2014).

Este documento englobou ainda uma

análise da situação política, económica e social do cenário internacional, denunciando o crescente fosso entre os países economicamente mais desenvolvidos e os denominados países em vias de desenvolvimento, assim como as consequências do processo de globalização que vem acentuando a clivagem e a desigualdade entre os povos” (Primo, 2007, p. 173).

Os museus que formam então a Nova Museologia opõem-se ao museu tradicional, pautando-se pela participação da população, pelo desenvolvimento da comunidade, pela preservação da memória coletiva, pelo desenvolvimento do território, por novas formas de comunicação e estratégias de captação de um público, pela criatividade e melhoria da qualidade de vida (Mendes, 2011). Além disto, concedem conhecimento científico, onde se englobam quaisquer museus, sejam eles municipais, locais, ou outros, banindo entraves formadas pela identidade nacional, de modo a reconhecer e a valorizar a cumplicidade e o elo de ligação entre as comunidades, povos e etnias (Mendes, 2011).



Posto isto, ao contrário da "museologia tradicional", que preza a alta cultura (Borrelli & Davis, 2012), e é realizada e desenvolvida dentro de um edifício, dirigida a um público específico com o intuito de educar de uma forma formal, a "Nova Museologia" diferencia-se por ser praticada dentro de um território, onde a comunidade participa e está incluída, trabalhando o património cultural, valorizando o sujeito social, a memória coletiva e a interdisciplinaridade (Alves & Carvalho, 2014).

Além dos fatores apresentados, a Nova Museologia entendeu que os museus são espaços de lazer cultural, intimamente ligados ao Turismo e Lazer, espaços que prezam o conhecimento e a ciência, que dão espaço e apreciam o surgimento de novas profissões (como turismólogos ou técnicos de *marketing*), procurando oferecer aos seus visitantes valências que lhes permitam ter interesse em permanecer no local durante mais tempo (Mendes, 2011).

Todavia, é necessário “referir que a Nova Museologia não pretende substituir ou terminar com as práticas da Museologia Tradicional, propõe somente um alargamento da noção de Museologia Tradicional funcionando em complementaridade” (Amado, 2011, p. 31).

Posto isto, a Nova Museologia pode ser entendida como um movimento que veio cimentar transformações e modificar as instituições museológicas, para que fosse possível tirar um melhor proveito das mesmas no século XXI (Ribeiro, 2016).

Ligado à "Nova museologia" surge uma nova tipologia de museus, os Ecomuseus, a partir dos anos 70, um conceito que, segundo Magalhães (2003), prezava o desenvolvimento das comunidades e o envolvimento interventivo das mesmas, sendo um espaço destinado à preservação e divulgação do património cultural e natural presente num território.

Com a criação dos parques naturais e a sua evolução, adquirindo maior ênfase enquanto instrumentos de ordenamento do território e enquanto componentes de educação ambiental em França, o conceito de Ecomuseu surge em 1971, na conferência geral da ICOM, em Grenoble, graças às ideias de Riviére sobre este conceito e a Hugues de Varine, “que designou a conceção museológica evolutiva através da qual se revela a natureza e a evolução do homem no território onde vive” (Alves & Carvalho, 2014, p. 5).

Quanto a Portugal, este manteve-se sempre na frente da criação da Nova Museologia, a par com outros países, como a França, tanto que, em 1974, o país desenvolveu-se devido à crescente problemática em volta da cultura local e ao proveito museográfico (Alves & Carvalho, 2014).

Foi também em Portugal que surgiu na década de 70 do século XX a primeira ideia para a execução de um Ecomuseu associado às áreas protegidas e, em 1977, George Riviére deslocou-se ao Parque Natural da Serra da Estrela a fim de ver concebido o Ecomuseu. Contudo, devido a questões políticas, o projeto acabou por nunca se realizar (Alves & Carvalho, 2014).

É relevante referir que Mário Moutinho e João Nabais são dois dos nomes e dois dos investigadores que abraçaram a ideia e o projeto em Portugal e, em 1985, em Lisboa, com a organização

do 2º Atelier Internacional "Nova Museologia/Museus Locais", surgiu o Movimento Internacional para a Nova Museologia (MINOM), tornando-se a grande alavanca para nova Museologia (Magalhães, 2003).

Assim, de acordo com Alves e Carvalho (2014), é possível identificar inúmeras tentativas e propostas para a criação de Ecomuseus em Portugal, algumas conseguidas com sucesso, em diferentes regiões do país e que traduzem e demonstram as novas práticas museológicas. Segundo o *website* "Museologia Social e Ecomuseus em Portugal" (s/d), é possível identificar vários exemplos, como é o caso do Ecomuseu das Serras do Algarve, o Ecomuseu da Ilha de São Jorge (Açores), o Ecomuseu Tradições do Xisto (Góis), o Ecomuseu Municipal do Seixal (Seixal), o Ecomuseu Marinha da Troncalhada (Aveiro), o Ecomuseu Terra Mater (Bragança), o Ecomuseu de Martinchel (Santarém), o Centro de Interpretação de Montemuro e Paiva, o Parque Natural da Serra de Sintra, o Ecomuseu da Serra da Lousã, entre outros. No entanto, apesar de todas estas referências, muitos projetos acabaram por nunca surgir (Alves & Carvalho, 2014).

### 1.3. Relação e importância entre os Ecomuseus e o Turismo

Num mundo cada vez mais globalizado e caracterizado por múltiplos fluxos culturais, onde cada vez mais as pessoas se deslocam de um lugar para o outro, onde o desejo por conhecer, visitar, aprender e experienciar novas aventuras impera (Magalhães, 2003), leva-nos a tentar perceber como é que os Ecomuseus e o Turismo se correlacionam e qual é o vínculo entre eles.

Os Ecomuseus contribuem para o desenvolvimento sustentável, abarcam a territorialidade, englobam o holismo e promovem a apreciação dos lugares, isto quando a comunidade começa a valorizar e a interpretar a sua própria cultura e os recursos ambientais, contribuindo para a preservação do património e para o envolvimento da comunidade (Borrelli & Davis, 2012).

Para Souza et al. (2019), o Ecomuseu, por ser um modelo que se encontra dentro da conceção da Sociomuseologia, possibilita um contacto mais intenso com a comunidade e debruça-se sobre as questões territoriais e socioambientais, promovendo o desenvolvimento sustentável e o contacto das gerações vindouras com a sua herança cultural.

Assim, a génese de um Ecomuseu só será possível se a população local tiver consciência da sua cultura, do seu património, dos seus recursos e do seu território, podendo, então, começar a valorizá-los e estimá-los com base na sustentabilidade (Pedrosa, 2014).

Para Magalhães (2003), o conceito de Ecomuseu – museu do território – e a Nova Museologia, por terem metas semelhantes, são muitas vezes confundidos. Contudo, apesar de terem fins semelhantes, o Ecomuseu não se cinge à Nova Museologia (Magalhães, 2003).

Vial (2015, p. 9) esclarece que o termo "eco" deriva da palavra "ecologia", mas também diz respeito a uma nova forma de encarar e "interpretar a relação com o património cultural, mais holística e menos focada em objetos".

Por outro lado, é possível estabelecer uma comparação entre o museu tradicional e o Ecomuseu: o primeiro é formado por um edifício, tem uma localização fixa e o seu conteúdo provém de coleções, o segundo, não tem uma localização fixa, envolve o território, proporciona novas formas de trabalhar, valoriza o património (cultural e/ou natural), dá a oportunidade para o surgimento de novas ideias, apresenta a vida quotidiana de um determinado povo e valoriza o saber-fazer, as lendas e as tradições (Amado, 2011; Borrelli & Davis, 2012).

Entendidos como elementos essenciais para o desenvolvimento sustentável do território e para a preservação do ambiente e dos ecossistemas (Carvalho, 2019), os Ecomuseus procuram, ainda, reconhecer e enaltecer a identidade cultural do território, promover e desenvolver a região através da valorização dos recursos endógenos, acabando por sensibilizar e estimular a comunidade, bem como as associações e empresas da região (Pedrosa, 2014).

São espaços destinados à aprendizagem e à descoberta do território, que têm em vista a interação com diversos públicos através da criação de microleituras, tornando-se num espaço acolhedor e sereno, fazendo com que as pessoas se sintam confortáveis ao visitar, possibilitando, sobretudo a coexistência de todos (Borrelli & Davis 2012). Os Ecomuseus também incluem um processo dinâmico onde as comunidades têm a capacidade de se identificar, salvaguardar e interpretar os seus recursos naturais e o seu património (Borrelli & Davis 2012).

Como referido, o Ecomuseu é um novo conceito que se caracteriza essencialmente por ser constituído por um

espaço aberto, um espaço de povoação (...) de ordenamento do território com intenção de definir uma estratégia de desenvolvimento dinâmico da região em que se insere, tendo em atenção os valores culturais do presente, ao mesmo tempo que preserva os do passado, como forma de pensar o futuro nas suas diversas formas de sustentabilidade" (Pedrosa, 2014, p. 203).

Os Ecomuseus têm como principal objetivo estabelecer uma relação sustentável e equilibrada entre o ser humano e o meio ambiente, através da investigação, preservação e transmissão de testemunhos (Carvalho, 2019). Tencionam preservar o património integrado (cultural, natural, material e imaterial), através da participação ativa da comunidade, procurando alternativas para a transformação do património num instrumento de desenvolvimento local (Vial, 2015).

Sendo um Ecomuseu um espaço que se destina à preservação e valorização do património, seja ele material ou imaterial, cultural ou natural, facilmente percebemos que o Turismo e os Ecomuseus estabelecem uma simbiose, uma vez que, atualmente, o património oferece imensos recursos e bens que podem ser explorados e aproveitados tendo em vista o desenvolvimento turístico, cultural e económico de um território (Bonifácio, 2014).

Além disto, o Turismo pode contribuir para a "recuperação e divulgação de formas de património que possam já ter sido esquecidas" (Magalhães, 2003, p. 220). São espaços onde o património cultural material e imaterial local se encontra apresentado e exibido em polos, dispersos no território, estando próximo das populações, sendo que, muitos dos objetos expostos não são musealizados, mas estão em uso com as funções originais (Carvalho, 2019, p. 69).

Os Ecomuseus apresentam ainda uma função basilar enquanto promotores turísticos, através da "conceção e promoção de produtos específicos para o espaço em que se desenvolvem, seguindo uma agenda cultural resultante da organização seletiva da oferta turística" (Pedrosa, 2014, p. 203). Como se pretende que os Ecomuseus sejam financeiramente independentes, tornando-se autossustentáveis, é essencial aproveitar ao máximo todas as atividades que cativem e estimulem os visitantes, como é o caso do Turismo (Mendes, 2011).

Atualmente, enquanto produto turístico (conjunto de elementos que podem beneficiar e satisfazer as necessidades dos consumidores), o património apresenta uma função substancial no que toca às motivações dos turistas, já que estes podem ser conquistados através do património natural, pelo património cultural, ou por ambos, dando a conhecer a identidade de um local (Bonifácio, 2014).

Os Ecomuseus permitem e contribuem para a sensibilização e conhecimento através da "divulgação, promoção e salvaguarda de modos de saber-fazer, lugares, celebrações, memórias individuais e coletivas, com foco no desenvolvimento local e sustentável (Carvalho, 2019, p. 69), possibilitando a "construção e legitimação de uma identidade, ampliando a autoestima da comunidade onde se inserem, perante um mundo onde os fluxos transnacionais são crescentes" (Magalhães, 2003, p. 220), e que podem levar ao debate, ao diálogo e à participação das comunidades, já que o principal objetivo passa por valorizar o território e contribuir para a qualidade de vida e desenvolvimento das comunidades (Borrelli & Davis, 2012).

Potenciadores de inúmeras atividades, os Ecomuseus articulam-se com a agenda cultural, de forma a fomentar os recursos endógenos do território, a desenvolver e a aplicar um plano de divulgação turística, tornando-se, assim, num promotor turístico no território (Pedrosa, 2014).

Nesta questão, as novas tecnologias também devem ser incorporadas, sobretudo no que toca ao conceito de mobilidade, acessibilidade e inclusão, permitindo a criação de percursos e rotas temáticas, desenvolvendo um turismo sensorial (cheiros, visão, tato), facilitando a visitação perante a existências de barreiras, privilegiando um conhecimento particular do território (Pedrosa, 2014).

No entanto, o Turismo pode apresentar um outro lado nocivo e contribuir para que os objetivos do Ecomuseu não sejam realizados. Temos o exemplo do Turismo massificado, uma realidade que pode pôr em causa a conservação do património e a sustentabilidade do território e do ambiente (Magalhães, 2003).

No que toca à preservação do património, a comunidade pode e deve ter um papel ativo nestas questões, podendo ajudar a elucidar e educar os turistas, fazendo-os perceber que se trata, de facto, de representações culturais importantes e únicas (Magalhães, 2003). Do ponto de vista do turista, é necessário que estes tenham consciência que a cultura, aquilo que lhes é apresentado e representado, é apenas um fragmento de uma cultura (Magalhães, 2003), parte de uma orgânica que deve ser entendida de forma sistémica.

Posto isto, os Ecomuseus e o Turismo devem trabalhar em consonância, evitando desequilíbrios, uma vez que, por um lado, o Turismo pode contribuir monetariamente para a investigação, recolha, divulgação, para a imagem de um território, dando a conhecer a herança cultural e natural de um povo, contribuindo para assegurar a sua identidade, por outro lado, pode também apresentar impactes negativos motivados por atitudes predatórias que colocam em risco o património cultural, a região ou o território (Magalhães, 2003).

Em síntese, analisando a figura 3, verifica-se que para a conceção de um Ecomuseu e da sua estratégia, é necessário valorizar e reconhecer a identidade cultural de um determinado território/região. Isso pode ser conseguido através do levantamento e preservação do património natural, cultural e arquitetónico. Se tudo o que foi apresentado foi executado e estabelecido, aliado ao desenvolvimento endógeno, onde a mobilização da população local, a organização e promoção de eventos, a divulgação dos recursos endógenos e *marketing* territorial são essenciais, será possível estruturar um Ecomuseu que terá como principais objetivos investigar, informar e formar, quer a população local, quer os turistas, contribuindo, simultaneamente, para promover o turismo numa região.

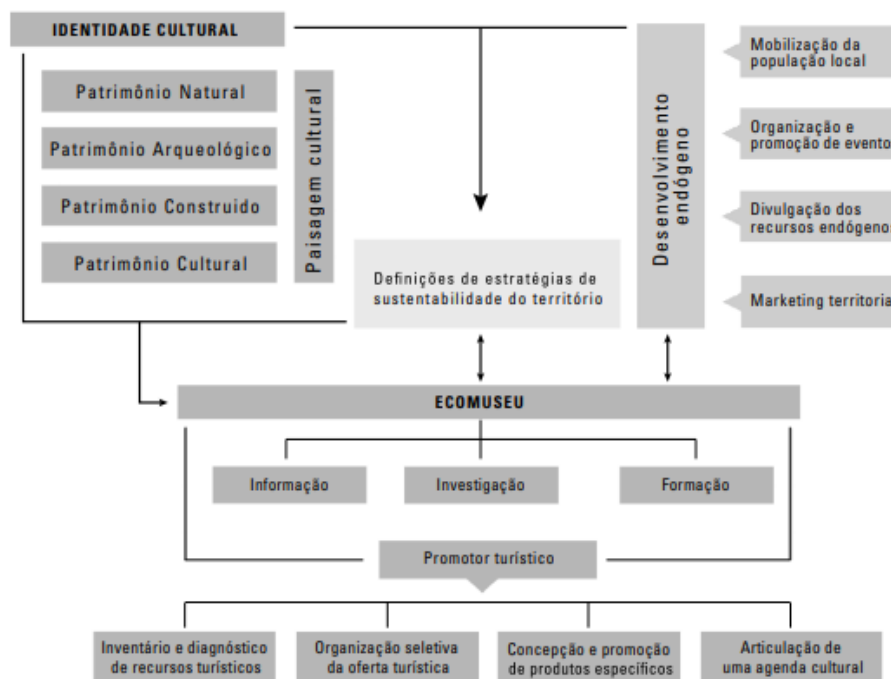


Figura 3: Plano para a génese de um Ecomuseu

Fonte: Pedrosa (2014, p. 206)

## 2. Breve contextualização dos conceitos de cultura popular, identidade, memória e tradição

### 2.1. O papel da cultura popular no desenvolvimento local

No século XX, durante a Conferência Mundial de Políticas Culturais, no México, a cultura já era definida como “o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social” (Ortega, 2018, p. 253). Após vários estudos, no século XX, o conceito “folclore” (saber do povo), foi-se tornando insustentável, sendo então substituído por “cultura popular” (Domingues, 2011).

Para Bertagnolli (2015), a cultura tradicional e cultura popular consistem num

conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundada na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras (Bertagnolli, 2015, p. 50).

Cultura popular é uma concepção que existe desde o final do século XVIII e, atualmente, é um conceito que deriva do povo, apesar de ser difícil defini-lo (Abreu, 2003).

Para Abreu (2003, p.1), “a cultura popular equivale ao folclore, entendido como o conjunto das tradições culturais de um país ou região”. Assim, interpretada como uma ferramenta importante, abrangendo aspetos económicos, educativos, sociais e administrativos, que podem ser alterados (Lóssio & Pereira, 2007) e ajuda os indivíduos a questionarem a sua realidade social e cultural, a despertarem para possíveis problemas, além de contribuir para destacar diferenças, sendo, por isso, um instrumento multifacetado (Abreu, 2003). Neste sentido, encontra-se intimamente ligado à cultura do povo, composta por uma cultura própria e autónoma capaz de solucionar as suas próprias carências, capaz de responder aos anseios de um povo, quer históricos, quer sociais, contribuindo, de igual modo, para salvaguardar as tradições, os valores, as crenças e a identidade de um povo (Bravo, 2005; Velázquez, 2012).

Segundo Flores (2007), o território é um “palco” que as comunidades utilizam para as suas ações e para desenvolverem os seus pensamentos e ideais, ajudando a construir a identidade de um determinado povo, sendo, por isso, entendido como a consequência de uma ação social que de modo concreto ou abstrato, é tomado por um espaço (tanto físico como simbólico).

Podemos, então, estabelecer a distinção entre dois tipos de territórios: o primeiro, determinado por ações políticas e administrativas e, o segundo, entendido como “espaço-território”, composto por um encontro de atores sociais cujo principal objetivo passa por identificar e solucionar um problema comum. Ou seja, o território é compreendido como um espaço de relacionamento social, onde os atores locais apresentam um sentimento de propriedade e pertença “em relação à identidade construída e associada

ao espaço de ação e apropriação coletiva, onde se criam laços de solidariedade entre os atores” (Flores, 2007, p. 37). Estes espaços são o resultado das vivências, das percepções e das representações das populações que deles fazem uso e apresentam-se, por isso mesmo, extremamente dinâmicos (Flores, 2007).

Tal como foi exposto anteriormente, o património é um espelho da cultura e da identidade de um povo (Gomes, 2013). A criação e surgimento de identidade e sentimento de pertença formam a cultura de uma determinada região e de um certo grupo de pessoas, já que se baseia “em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspetos” (Bertagnolli, 2015, p. 50).

As sociedades são a consequência de processos (históricos, simbólicos e mitológicos), por isso, são portadoras de património, nomeadamente património cultural que ao ser produzido continuamente por um grupo, contribui para um sentimento de pertença, entendido como identidade cultural (Bertagnolli, 2015).

No entanto, a construção da identidade, quer individual, quer social, não é uma trajetória linear, unificadora ou estável (Correia, 2013), podendo algumas das suas características regionais serem modificadas e reinventadas ao longo do processo civilizacional devido às experiências que os indivíduos vivenciam ao longo desse período (Bertagnolli, 2015).

O conceito de identidade, segundo Martínez (2012), emerge da dialética entre indivíduo e sociedade e é determinada pelos processos sociais, pelas identidades resultantes da interação e pela consciência individual, podendo, assim, ser entendida como uma construção social. É um processo que está em constante mutação, levando a que o indivíduo se reconheça como parte integrante de um grupo, seja ele étnico, religioso ou cultural, variando de acordo com a consciência que cada um tem de si e dos outros, estabelecendo uma ligação basilar, originando, posteriormente, a identidade coletiva (Correia, 2013; Bertagnolli, 2015).

Destacando, agora a identidade cultural, esta encontra-se intimamente relacionada com a cultura de um povo, um povo que detém tradições, hábitos e costumes que ao longo do tempo foram avançando e evoluindo, moldando a cultura de cada comunidade e conduzindo ao desenvolvimento de um lugar (Ortega, 2018).

Para Arrabal, Méndez e Fontes (2021), a identidade cultural é um recurso com potencial indispensável para o desenvolvimento local, visto que, apresenta valores essenciais que o território interpreta, desenvolvendo, em seguida, estratégias que visam a transformação desse recurso.

Segundo Silva (2015, p. 16), a identidade cultural é fundada pelos aspetos individuais de cada pessoa que emergem da "pertença às culturas étnicas, raciais, linguísticas, religiosas, e acima de tudo, nacionais".

Por outro lado, a identidade cultural também pode envolver um sentimento de pertença a um grupo cujas características são singulares, tornando-o divergente e díspar comparativamente aos outros grupos sociais (Ortega, 2018).

Podendo ser encarada como uma variável, a identidade cultural consiste num processo incompleto, de transformação e de construção, onde as expressões culturais como a língua, a cultura popular, a arte e a literatura se vão alterando e redirecionando em função do tempo, do momento histórico, da classe social, do espaço geográfico, entre outros (Fernández & Fernández, 2012).

Segundo Fernández e Fernández (2012), a identidade cultural corresponde à partilha de valores, crenças, atitudes, estilos de vida, costumes e motivações entre indivíduos. Por outro lado, os indivíduos têm de ter em consideração o facto de possuírem práticas sociais e culturais com características distintas em relação a outros povos e a outras culturas (Fernández & Fernández, 2012).

A identidade cultural, para Martínez (2011), pode ser abordada através de duas correntes antropológicas:

1. A corrente essencialista, que crê que os inúmeros traços culturais passam de geração em geração delineando ao longo do tempo uma identidade cultural;
2. E a corrente construtivista, que entende que a identidade cultural é sim construída e não recebida das gerações anteriores, sendo, então, um processo dinâmico e mutável. Este é da responsabilidade do agente da cultura popular tradicional (Roberto, 2017), que produz, reproduz e transmite de forma ininterrupta a herança cultural recebida da sua família ou comunidade.

Posto isto, o desenvolvimento local assenta numa estrutura social em que a população, na tentativa de obter uma melhoria nas suas condições de vida, efetua um processo de organização, procurando identificar as suas necessidades e objetivos e os recursos para os atingir (quer externos, quer internos) (Allegrini, 2003).

Lóssio e Pereira (2007) frisam alguns fatores que perturbam a valorização popular no desenvolvimento local, como por exemplo: a valorização de produtos internacionais, a inexistência de projetos e políticas culturais locais, a intervenção dos media, entre outros.

No presente, a cultura popular é um elemento bastante utilizado para o desenvolvimento local, já que consiste num recurso valioso e estratégico para o desenvolvimento de um território e para a valorização da identidade cultural (Bertagnolli, 2015), tanto que, vários estudos de economistas e sociólogos apontam as potencialidades “de produtos e eventos culturais como recursos para o desenvolvimento” (Canclini & Urteaga, 2012 p. 165).



Para Bertagnolli (2015), o vínculo entre cultura e desenvolvimento deve estar sustentado em políticas culturais governamentais, de modo a estabelecer a diversidade enquanto direito. Neste sentido, através de projetos de desenvolvimento cultural, do fomento de políticas públicas culturais, com a propagação de museus destinados ao turismo cultural, com a criação de novos postos de trabalho e com a ampliação de espaços destinados à cultura, é possível promover o desenvolvimento local contribuindo para a melhoria das condições sociais e para o crescimento económico local (Almeida & Nogueira, 2011).

Verifica-se que, a partir do momento em que uma comunidade assumir que os bens culturais e a riqueza que possuem definem e marcam a sua região, existirá uma maior facilidade em preservá-los (Bertagnolli, 2015).

No entanto, se a comunidade não valorizar ou se não se identificar com o seu património cultural ou com o seu passado, estes nunca se poderão tornar numa referência para a sua identidade cultural, o que acaba por ser prejudicial, a vários níveis, sobretudo a nível económico, já que não existirão atividades económicas e valores simbólicos relacionadas com o Turismo que explorem e valorizem o património cultural de um determinado povo, contribuindo, assim, para um impacto negativo no desenvolvimento económico-social (Ortega, 2018).

## **2.2. A memória individual e coletiva**

A valorização da memória é essencial para a constituição da História e para a conceção de identidade de um povo (Nascimento & Ramos, 2011). A incerteza em relação ao futuro, o medo e a ansiedade relativamente a um possível desaparecimento e esquecimento de tudo o que o ser humano conhece, conduziram a uma fixação e preocupação no que toca à memória (Casadei, 2010).

A memória é vista como “suporte fundamental da identidade, funcionando como um mecanismo de retenção de informação e de conhecimento, articulando os aspetos multiformes da realidade, conferindo-lhes inteligibilidade” (Santos, 2007, p. 63). A memória e o seu estudo revelam-se bastante importantes para o “conhecimento da realidade, amplamente fundada em características subjetivas” (Casadei, 2010, p. 154). A memória tem a capacidade de transportar para o momento atual as vivências do passado, gerando uma ideia simulada de um passado próximo (Ritter, 2016).

Através da memória é possível estabelecer um vínculo entre o passado e o presente, possibilitando que um determinado povo ou comunidade comece a ter perceção dos sujeitos que fizeram parte da sua História (Ribeiro, 2016). Graças à memória, o ser humano tem a capacidade de lembrar e recordar, e as lembranças podem surgir naturalmente ou através de um processo determinado pela consciência de cada indivíduo (Silva, 2015).

Reyes (2008) associa a memória a um depósito onde as lembranças são guardadas, ficando disponíveis para serem utilizadas sempre que necessário. Assim, pode-se entender por lembrança o

pensamento daquilo que já foi visto ou vivido, ou seja, um resgate de acontecimentos e vivências do passado (Ritter, 2016).

Dentro do campo da memória humana existe a memória coletiva e a memória individual. De acordo com Silva (2016), a memória coletiva corresponde a um processo de rememoração de vivências e acontecimentos por parte de um grupo social. Quanto à memória individual, esta é “formada pela vivência de uma pessoa em diversos grupos ao mesmo tempo” (Casadei, 2010, p. 155). Segundo Reys (2008), a memória individual resume-se a uma experiência íntima, interna e pessoal, tanto que, as lembranças só podem ser recordadas pelo indivíduo a quem pertencem.

Por outro lado, para Nascimento e Ramos (2011), a memória individual não está totalmente isolada e fechada, encontrando-se fundamentada na memória coletiva, uma vez que, no geral, o indivíduo precisa de recorrer às lembranças de outrem para evocar o seu próprio passado.

De acordo com Reys (2008), as memórias mais relevantes são aquelas que são construídas em grupo, como por exemplo, em comunidade, em família, uma vez que os indivíduos articulam as suas memórias com base no seu sentimento de pertença a um ou mais grupos.

A memória coletiva é sustentada pela comunicação estabelecida entre indivíduos, contudo, para que exista lembrança sobre um determinado acontecimento, não basta que um grupo social se recorde ou que conserve “no espírito as representações que dizem respeito ao passado do grupo” (Casadei, 2010, p. 156).

No processo de rememoração, a memória coletiva torna-se extremamente importante, pois através da junção das lembranças de uma ou várias pessoas, é possível demonstrar e pormenorizar factos, objetos, palavras ou conjunturas (Silva, 2016, p. 249). Neste sentido, quando se fala de rememoração, “é importante que a memória individual esteja em consonância com a memória de outros membros do grupo social” (Silva, 2016, p. 249), resultando daí tradições, hábitos, costumes e saber-fazer.

É igualmente necessário que os membros mais experientes do grupo transmitam a informação aos menos informados e menos experientes, caso contrário, podem surgir ruídos de comunicação, mal-entendidos e até mesmo deturpações (Casadei, 2010; Silva, 2016). Por isso, podem existir recordações erróneas ou equívocos no campo da memória coletiva (Casadei, 2010), se bem que o cumulativo dessas memórias tenda para a valorização de circunstâncias de maior ocorrência e para a eliminação dos desvios.

No âmbito desta investigação ganha especial relevo a relação entre memória e lugar. O lugar encontra-se numa ininterrupta construção e mudança (Souza, 2013). Segundo Silva (2016, p. 253), a partir do momento que “um grupo social se encontra inserido em um espaço, passa então a moldá-lo à sua imagem”. Assim, o lugar é visto como um conjunto de significados, onde a memória coletiva funciona como mediadora, do que foi sendo construído num processo histórico, social, cultural, económico e ambiental, uma rede composta por relações, por multiplicidade e multiculturalidade (Souza, 2013).

### 2.3. Tradições e costumes

As narrativas orais consistem numa transmissão de histórias, experiências, vivências e conhecimentos entre gerações, através do uso da memória, tendo o narrador a capacidade de influenciar quem o está a ouvir (Nascimento & Ramos, 2011).

A herança cultural dos grupos sociais é também definida pelos costumes, uma prática que pode contribuir para manter e conservar a necessidade e o interesse coletivo, estando intimamente ligados às “realidades materiais e sociais da vida e do trabalho, embora não derivem simplesmente dessas realidades” (Santos & Kinn, 2009, p. 61).

Sabe-se que, no passado, os mitos, as crenças e as lendas eram transmitidas através da oralidade e, neste sentido, era estabelecida uma tradição (Nascimento & Ramos, 2011). A palavra “tradição” surgiu no campo das ciências sociais e tem vindo a ser entendida como uma “expressão da permanência no tempo de uma comunidade” sendo, assim, a “transmissão dos elementos de uma cultura de uma geração a outra” (Miranda, 2005, pp. 116-118).

A tradição caracteriza particularidades relevantes do quotidiano de grupos e comunidades (Lana & Lobato, 2016), sendo um conceito que remete para tudo o que foi herdado dos antepassados e para práticas que vêm acompanhando gerações ou que se repetem ao longo de um certo período de tempo (Miranda, 2005).

Ao contrário das grandes cidades, as tradições religiosas, festivas, recreativas, culinárias, entre outras, assumem um papel central e distinto nas sociedades folclóricas, onde a tradição ainda é vista como uma peça imprescindível, uma “autoridade”, estando instituições, crenças, normas e práticas e costumes a ela dependentes e vinculadas (Miranda, 2005).

A tradição também pode ser entendida como um conceito que abarca diversas práticas ligadas à produção e preservação de discursos culturais, no entanto, para que uma determinada prática seja catalogada como tradição, é necessário que seja feita uma análise da estória, seja por escrito ou oralmente (Rieger, 2019).

Para Rieger (2019), essa estória é vista como um elemento agregador para os elementos de um determinado grupo ou comunidade, podendo ser documentada ou imaginada. Neste sentido, a invenção ou reinvenção de uma tradição diz respeito a um conjunto de práticas (costumes, hábitos, rotinas, usos), geralmente reguladas por normas implícitas ou então por normas amplamente reconhecidas, cujo principal objetivo se prende com o estabelecimento de valores e comportamentos através da repetição (Lana & Lobato, 2016).

Contudo, a tradição também é considerada inflexível e impenetrável, tendo vindo a sofrer imputações, traduzindo a ideia que novos conceitos, experiências e vivências das novas gerações não devem interferir nem contrariar o que é considerado e valorizado há gerações (Miranda, 2005).

Para Miranda (2005), como a população herda certos costumes e práticas e não se questiona se é correto ou não seguir essas tradições, por considerá-las uma verdade, começa-se, então, a construir um padrão de comportamento que influencia a ordem social.

No entanto, Arévalo (2004) apresenta uma ideia distinta, dizendo que a tradição é uma construção social alterada de geração em geração com o decorrer do tempo e de lugar para lugar e, por isso, para que a tradição seja funcional, ela está em constante mudança, renovação e adaptação cultural. Esta interpretação pode ser experienciada no território em estudo e na temática de investigação associada à ecomuseologia.

Por último, como o concelho de Oliveira do Hospital corresponde ao território em estudo neste trabalho, o próximo capítulo será dedicado à sua análise e caracterização em termos geográficos, históricos e económico-financeiros.

## Capítulo III – O Território de Oliveira do Hospital

### 1. Caracterização do concelho de Oliveira do Hospital

#### 1.1. Enquadramento geográfico

O concelho de Oliveira do Hospital encontra-se situado na Região Centro de Portugal (NUTS II), na região de Coimbra (NUTS III), estando demarcado a norte pelo concelho de Nelas, a sul pelo concelho de Arganil, a leste pelo concelho de Seia e a Oeste pelo concelho de Carregal do Sal (Anexo I e Anexo II) (Gonçalves, 2013; Rodrigues, 2018), estando, assim, inserido na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC).

Oliveira do Hospital é sede de município, com uma área total de 234,55 km<sup>2</sup> e, em 2013, devido à reorganização administrativa do território das freguesias (Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro, na sua atual redação), o concelho foi subdividido em dezasseis freguesias (Anexo III), sendo elas: Aldeia das Dez, Alvoco das Várzeas, Avô, Bobadela, Lagares da Beira, Lourosa, Meruge, Nogueira do Cravo, São Gião, Seixo da Beira, Travanca de Lagos, União das Freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira, União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa, União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira e União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira.

Este concelho encontra-se inserido no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF-CL), que segundo a Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, “corresponde aos anteriores PROF do Centro Litoral, do Dão-Lafões, do Pinhal Interior Norte e do Pinhal Interior Sul”. No PROF-CL também se inserem os municípios de Arganil, Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, Lousã, Góis, Coimbra, Mira, Miranda do Corvo, Mortágua, Montemor-o-Velho, Penacova, Vila Nova de Poiares, Pampilhosa da Serra, Penela, Soure e Tábua

Por outro lado, o concelho de Oliveira do Hospital está localizado na "área das adjacências da Serra da Estrela (Neves, 2007, p. 15), estando, de igual modo, inserido na Serra do Açor, o conjunto montanhoso da zona Centro-Ibérica do Maciço Hespérico mais ilustre de Portugal – a Cordilheira Central (Lourenço, 2009).

Os maciços montanhosos, quer da Serra da Estrela, quer da Serra do Açor, são as componentes naturais mais notáveis que marcam o concelho de Oliveira do Hospital na zona nascente, bem como o rio Mondego, a poente (Lourenço, 2009) e os vales dos rios Alva e Alvoco que atravessam o concelho a sul (PDM, 2013). Por outro lado, a Serra do Açor também é composta por materiais xistosos inseridos no supergrupo "Dúrico Beirão" (Lourenço, 2009).

Por estes motivos, o concelho de Oliveira do Hospital é definido por uma passagem entre o granito e o xisto, sendo que a norte do concelho prevalece o granito e, a sul, o xisto subsiste e marca a paisagem

natural (PDM, 2013). A paisagem no concelho de Oliveira do Hospital espelha “uma orografia dinâmica, uma rede hidrográfica e cobertura vegetal densas, com áreas agrícolas e de cultivo ainda significativas” (Paiva, 2019, p. 83).

Devido aos terrenos graníticos, os solos são bastante soltos e as "rochas impermeáveis originaram o aparecimento de numerosas fontes, regra geral, de pequeno caudal, mas suficientemente abundantes para permitirem uma vegetação rica e variada. Nas bacias onde se acumulam sucessivas camadas arrastadas dos altos, o solo é profundo e de elevada fertilidade (...)" (Neves, 2007, p. 22). Os solos da encosta, apesar de fracos, dispõem de variados recursos que possibilitam a cultura da vinha, do centeio, das pastagens e de vastas matas, compostas por pinheiros, castanheiros, carvalhos, entre outros (Neves, 2007).

Neste seguimento, de acordo com a Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro, o PROF-CL efetua a gestão precisa dos espaços florestais, através da definição de uma política de planeamento adequada, tendo como finalidade a valorização, proteção e gestão equilibrada dos recursos florestais.

O concelho de Oliveira do Hospital também se insere na Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), estabelecida no Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-C) e, de acordo com o *website* “BD JUR – Base de Dados Jurídica Almedina”, a ERPVA, “constitui uma estrutura que tem por suporte um conjunto de áreas territoriais e corredores que representam e incluem as áreas com maior valor natural ou com maior sensibilidade ecológica”, possibilitando “a manutenção da biodiversidade característica da Região e dos processos ecológicos fundamentais para a integridade dos seus ecossistemas sensíveis”.

De acordo com Henriques e Santos (2013), na ERPVA trespassam os Corredores Ecológicos dos Rios Mondego, Alva e Seia. De acordo com o PROF-CL, o concelho de Oliveira do Hospital é abrangido pelas cinco seguintes sub-regiões homogéneas: Alto Mondego (AM), Vale do Alva (VA), Lousã e Açor (LA), Floresta da Beira Serra (FBS) e Floresta da Beira Alta (FBA).

Por outro lado, há dois mil anos, na Serra da Estrela, existiram glaciares ou glaciações que influenciaram e se manifestaram no concelho de Oliveira do Hospital, uma vez que, no vale do Alvoco existiu um pequeno glaciar suspenso (Neves, 2007).

O relevo e a hidrografia influenciam a vegetação do concelho de Oliveira do Hospital, resultando em diferentes morfologias do terreno e a um coberto vegetal desigual (Paiva, 2019).

Nas zonas de menor altitude e que se encontram próximas aos cursos de água (norte do concelho de Oliveira do Hospital), “as temperaturas apresentam menores amplitudes térmicas e a vegetação é mais densa”, no entanto, “as temperaturas tornam-se mais agrestes, com maiores amplitudes, com ocorrência de precipitação e ventos mais intensos” no sul do concelho (Paiva, 2019, p. 86).

O reconhecimento da importância da água e a sua forte presença nos vales dos rios Alva e Alvoco constituíram uma peça fundamental para a ocupação humana no território possibilitando a prática de

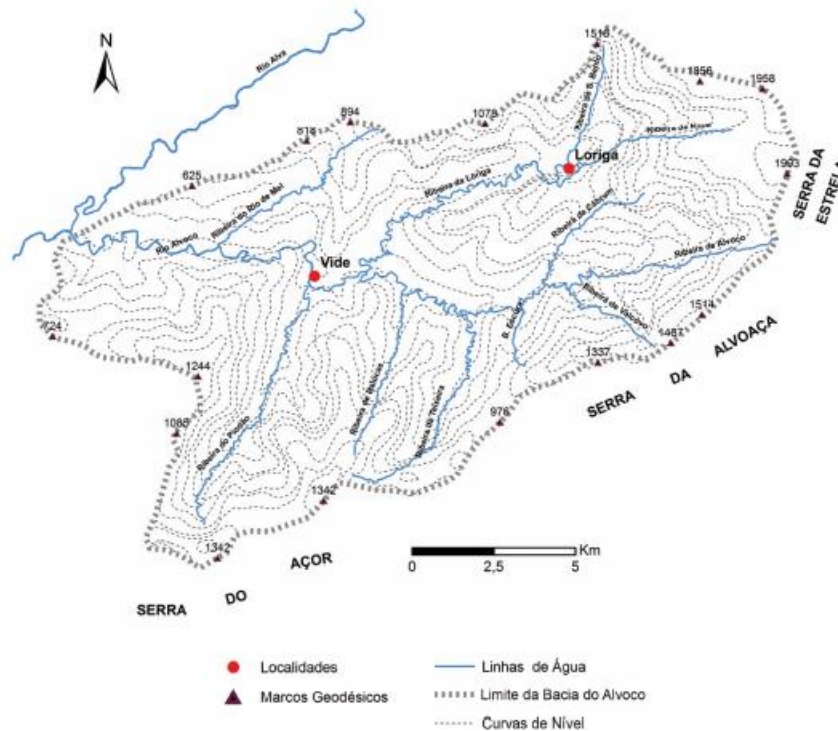
atividades ligadas à agricultura e à silvicultura (Município de Oliveira do Hospital, s/dc). Neste sentido, é importante abordar e tratar a bacia hidrográfica do Mondego, onde se incluem os rios Alvoco, Alva e Mondego, já que são parte integrante do território em estudo e a base central desta investigação.

Começando pela rede hidrográfica no concelho de Oliveira do Hospital, sabe-se que esta é densa, tendo impacto na “dinâmica do relevo neste território, criando sucessivas variações de altitudes quando os rios cortam os vales, pelo que se assiste a um contraste paisagístico entre vales escarpados, extensos planaltos e montanha” (Paiva, 2019, p. 85).

O rio Alvoco, nasce na Serra da Estrela, próximo de Alvoco da Serra, estendendo-se até à Ponte das Três Entradas (concelho de Oliveira do Hospital), numa extensão aproximada de 33 km (Lourenço, 2016) e, de acordo com o *website “All about Portugal”* (2021a), tem dois afluentes, a Ribeira de Loriga e a Ribeira do Piodão, indo, por fim, desaguar no rio Alva.

A bacia hidrográfica do rio Alvoco (figura 4), independentemente da sua dimensão diminuta, “com pouco mais de 190 km<sup>2</sup> de extensão, dispõe de uma diversidade de formas que lhe conferem um espaço privilegiado no contexto da geomorfologia fluvial, em resultado da atuação de uma dinâmica fluvio-glaciar” (Lourenço, 2016, p. 13). Esta dinâmica fluvio-glaciar acaba por ter consequências na morfologia dominante nas cabeceiras devido às marcas deixadas pela ação de processos glaciares, na parte vestibular, onde existem traços que se destacam e que estão ligados com o encaixe da rede fluvial e com a alternância de épocas mais frias e húmidas, com épocas mais frias e secas, que acabam por desorganizar a drenagem levando à acumulação de quantidades de material significativas e relevantes, que conduzem a uma petrificação de antigas zonas de água (Lourenço, 2016).

Em relação à rede hidrográfica do rio Alvoco, é necessário referir que esta tem início no Covão Estrela, uma área aplanada e, a jusante de Alvoco da Serra, o vale alarga um pouco e o declive do talvegue diminui, “afastando as vertentes, que continuam declivosas, a partir de agora talhadas em xisto, e onde correm diversas barrocas e ribeiras, cuja importância aumenta para jusante, à medida que a bacia hidrográfica se vai alargando” (Lourenço, 2016, p. 18). Após a junção com a ribeira do Piódão é que a ribeira de Alvoco se passa a denominar “rio Alvoco”, até à sua junção com o rio Alva (Lourenço, 2016).



**Figura 4: Esboço hipsométrico e localização da bacia hidrográfica do rio Alvoco**

**Fonte:** Lourenço (2016, p. 17)

Tal como o rio Alva, o rio Alvoco, segundo o *website* das "Aldeias do Xisto" (2013a), nasce na Serra da Estrela, a cerca de 1600 metros de altitude, entre Curral do Martins e Fraga das Penas, integrando a bacia hidrográfica do Mondego. Deste modo, este rio é um afluente do Mondego e percorre aproximadamente 106 km até desaguar no concelho de Penacova, sendo o principal curso de água em Oliveira do Hospital (Rios de Portugal, 2011; Paiva, 2019).

Segundo o *website* das "Aldeias do Xisto" (2013a), o rio Alva percorre as encostas da Serra da Estrela e da Serra do Açor, estando várias localidades e praias fluviais situadas nas suas margens, como é o caso de Avô e São Gião, inseridas no concelho de Oliveira do Hospital.

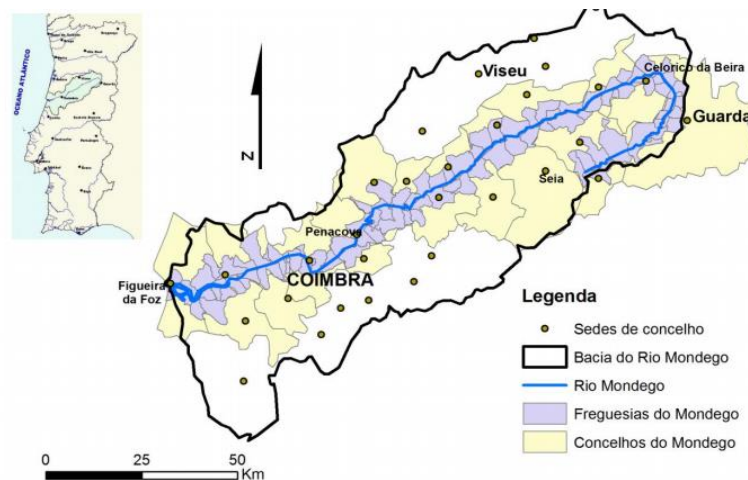
É um rio ilustre que, devido à precipitação alta no inverno e à ausência desta no verão, bem como o controlo do rio por parte de um sistema hídrico da Serra da Estrela, levam a uma elevada variação do caudal, sendo uma das suas principais características (Rios de Portugal, 2011).

De outro modo, o *website* das "Aldeias do Xisto" (2013a) realça que os vales profundos do rio Alva foram decisivos “na morfologia do relevo, bem como para a presença humana ao longo das margens, que se faz notar nos açudes, rodas (azenhas) e caneiros”, especialmente importantes para o tema central desta investigação.



Tal como anteriormente mencionado, o rio Alva encontra-se inserido na bacia hidrográfica do Mondego, sendo também necessário apresentar e analisar esta bacia hidrográfica, tão importante para este estudo.

A bacia hidrográfica do Mondego (figura 5), é composta por uma área de cerca de 6 645km<sup>2</sup>, apresenta uma forma alongada com eixo maior na direção NE-SO, estando “limitada a Norte e Este pelas bacias dos rios Vouga e Douro, e a Sul, pelas bacias dos rios Lis e Tejo”, percorrendo “258 km até desaguar no Oceano Atlântico junto à Figueira da Foz” (Maia et al., 2015, p. 2). Esta rede hidrográfica é constituída pelo rio Mondego (maior rio que nasce em Portugal) e pelos seus principais afluentes: os rios Dão, Pranto, Arunca, Ceira e Alva (Santos, 2012).



**Figura 5: Bacia hidrográfica do Mondego**

Fonte: Santos (2012, p. 212)

Em relação à orografia diferenciam-se duas regiões: o AM, caracterizado por elevada altitude, localizado a montante e marcado por uma topografia acidentada e o Baixo Mondego (BM), definido por um curso de água mais largo e um terreno menos irregular (Maia et al., 2015).

Além disto, destacam-se ainda obras hidráulicas significativas, como por exemplo, o “Aproveitamento Hidráulico do Mondego (onde se incluem as barragens da Aguieira, Fronhas, Raiva e açude de Coimbra) e o Sistema Electroprodutor da Serra da Estrela” (Santos, 2012, p. 211).

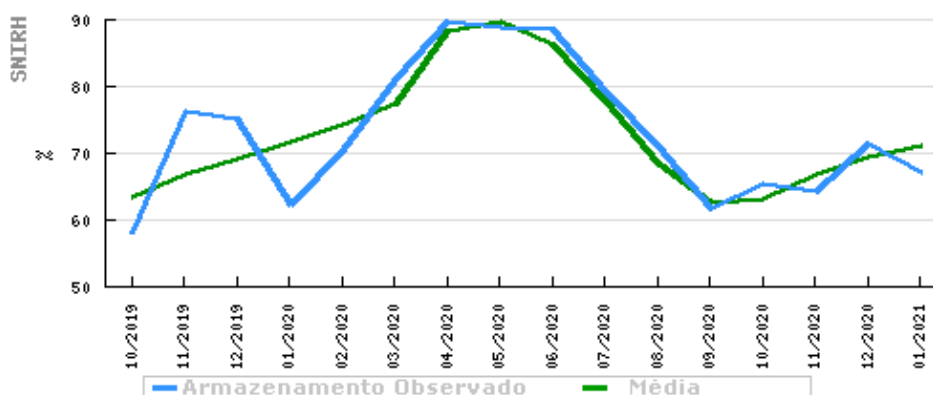
Importa ainda salientar as características mediterrânicas do clima e os impactos da variação dos caudais em diferentes estações do ano. É sabido que os caudais do rio Mondego, assim como do rio Alva, são mais reduzidos no verão e mais volumosos no inverno. Estes fatores, aliados às perturbações que ocorrem nesta bacia hidrográfica, são responsáveis por cheias e inundações no BM, acabando por lesar o património monumental, e por condicionar a vida na cidade (sobretudo na Baixa de Coimbra) (Santos, 2012).

Por destruir áreas ecológicas importantes, por ter impacto na fraca qualidade visual da paisagem, pela poluição da água e pelas consequências diretas sobre os sistemas fluviais, pelas alterações do regime

hidrológico e ausência de manutenção e monitorização, entre outros, (Bravo et al., 2015), foi necessário intervir e defender o Baixo Mondego (Santos, 2012). Foram, assim, levadas a cabo diversas intervenções, segundo (Santos, 2012) para o rio Mondego, entre as quais:

1. Abertura de um novo leito do rio Mondego no século XVIII;
2. Elaboração de um projeto em 1940 intitulado “Aproveitamento Hidroagrícola e Hidrelétrico da Bacia do Mondego”, da Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola;
3. Apresentação de um “Plano Geral de Aproveitamento Hidráulico da Bacia do rio Mondego” em 1962 pela Direcção-Geral dos Serviços hidráulicos com o objetivo de estabilizar as cheias através da criação da “Barragem da Aguieira, cerca de 40 km a montante de Coimbra, a que se juntam as barragens da Raiva, Fronhas (Rio Alva) e Açude-Ponte de Coimbra” (Santos, 2012 p. 213).

Por fim, quanto ao volume de armazenamento, de acordo com o SNIRH (2021), constata-se que no último dia do mês de janeiro de 2020, a bacia hidrográfica do Mondego apresentava um volume de armazenamento de 62,2% e, em 2021, no último dia do mês de janeiro, o volume de armazenamento da bacia hidrográfica do Mondego era de 67,2% (figura 6). De 2020 para 2021, verifica-se que a bacia hidrográfica do Mondego regista um aumento do volume de armazenamento.



**Figura 6: Evolução do volume armazenado na bacia hidrográfica do Mondego**

Fonte: SNIRH (2021)

Quanto ao armazenamento nas albufeiras da bacia do Mondego, segundo o SNIRH, em 2020, a Lagoa Comprida registou um armazenamento superior a 80%, a Aguieira e Caldeirão marcaram um armazenamento entre 50% e 80%, e inferior a 50% estavam Fronhas e Vale do Rossim. Por outro lado, comparativamente a 2020, em 2021 registou-se um armazenamento superior a 80% em duas albufeiras, Caldeirão e Lagoa Comprida, Aguieira e Vale do Rossim marcaram um armazenamento entre 50% e 80% e Fronhas continuou com um armazenamento inferior a 50%.

Neste sentido, é importante explanar que o norte do concelho e a cidade de Oliveira do Hospital estão inseridas na bacia hidrográfica do Mondego, e a parte sul do concelho pertence à bacia (parcial) do

Alva, estando a linha de cumeada (que se encontra próxima da cidade de Oliveira do Hospital), a delimitar as duas bacias (parciais), atravessando a "lomba que vem pela Venda da Esperança, Vendas de Galizes, Senhor das Almas, Catraia de São Paio, Chamusca da Beira, Póvoa das Quartas" (Neves, 2007, p. 21).

É ainda importante clarificar que é nesta linha de cumeada que a bacia hidrográfica do Mondego e a bacia hidrográfica do rio Alva se encontram e as águas das chuvas se desunem, "umas vão para a vertente sul e as escorrências dão-se para o rio Alva (embora este vá afluir ao Mondego), outras descem para o lado norte, para o lado da cidade de Oliveira, e acabam por escorrer para o rio Mondego" (Neves, 2007, p. 21).

## 1.2. Caracterização histórica

Através da existência de vários vestígios que demonstram a beleza e a grandeza cultural, histórica e arqueológica do concelho de Oliveira do Hospital, como por exemplo, as ruínas romanas da Bobadela, a Capela dos Ferreiros (arquitetura gótica), a Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa, e os inúmeros fragmentos de calçadas romanas presentes no concelho (Município de Oliveira do Hospital, s/dd), bem como o pelourinho de Avô, o castelo de Avô, a ponte medieval de Alvoco das Várzeas, é possível comprovar que a ocupação deste território remonta à Pré-História, passando pela presença romana e árabe (Gonçalves, 2013).

A cidade de Oliveira do Hospital nasce no século XII devido à proclamação da Segunda Cruzada (Dias, 2018; Rodrigues, 2018). Na primeira metade do século XII, de acordo com documentação e estudos históricos, acredita-se que existisse um pequeno povoado que "foi o embrião da atual cidade e que já era abrangido pelo remoto Condado de Coimbra, ligado ao Condado Portucalense de que já há referências pelo menos desde fins do século IX, e que no final do século XI (...) já incluía o lugar de Oliveira do Hospital" (Gonçalves, 2013, p. 8).

O nome original de Oliveira do Hospital surge devido à existência de um terreno alagadiço onde se encontravam ulvas, sendo, então, designado por "*Ulvária*" (Dias, 2018, p. 4), passando mais tarde para "*Ulveira*" que, graças a adulterações, começou a designar-se mais tarde por Oliveira. Quanto ao nome "Hospital", este surge graças à Comenda da Ordem dos Hospitalários de São João de Jerusalém (Gonçalves, 2013), tendo Dona Teresa concedido em 1120 esta vila a essa mesma ordem (Dias, 2018).

A Carta de Doação de D. Afonso II (1211), é o documento mais antigo onde surge a referência a Oliveira do Hospital e, em 1341, na *Carta da Sentença*, D. Afonso IV atribuiu toda a jurisdição civil e criminal à Ordem e Comenda de Oliveira (Gonçalves, 2013). No ano de 1514, o rei D. Manuel concedeu foral a Oliveira do Hospital e, posteriormente, de acordo com Rodrigues (2018), através das

sucessivas reformas de âmbito administrativo e judicial, entre as quais aquela que ficou conhecida como a Reforma de Mouzinho da Silveira que, pela extinção dos pequenos concelhos limítrofes de Lagares, Lagos

da Beira, Nogueira do Cravo e Bobadela, o concelho de Oliveira do Hospital ficou com 9 freguesias e, mais tarde ainda, pela extinção dos concelhos de Penalva de Alva, Ervedal da Beira, Avô e S. Gião, que ficou com um total de 20 freguesias (Rodrigues, 2018, p. 39).

Contudo, no ano de 1988 “foi criada a então mais nova freguesia de Vila Franca da Beira por desanexação de um lugar da freguesia de Ervedal da Beira” (Rodrigues, 2018, p. 39). Já em 1993, a vila de Oliveira do Hospital foi elevada à categoria de cidade pela Lei nº 23/93 de 2 de julho.

### 1.3. Caracterização económico-financeira

De acordo com Censos 2021, dados disponibilizados pelo PORDATA (s/da), em 2021, no concelho de Oliveira do Hospital residiam 19 421 habitantes, ocupando o território municipal de 234,55 km<sup>2</sup>, correspondendo a uma densidade populacional de 82,8 habitantes por km<sup>2</sup> (PORDATA, s/db).

Comparando os dados referentes aos anos 2016 (PORDATA, s/dc) e 2021, verifica-se que o concelho de Oliveira do Hospital apresenta um decréscimo do número da população residente, uma vez que, em 2016 residiam no concelho 19 876 habitantes e, em 2021, residem 19 421 habitantes, sendo assim, menos 455 habitantes.

Em comparação a Portugal, em 2016, a população residente no concelho de Oliveira do Hospital representava 0,19% da população nacional e, em 2021, representa 0,18% da população nacional. Relativamente à Região Centro, em 2016, a população residente no concelho de Oliveira do Hospital representava 0,88% da população residente na Região Centro e, em 2021, representa 0,87% da população residente na Região Centro. Quanto à Região de Coimbra, em 2016, a população residente no concelho de Oliveira do Hospital representava 4,51% da população residente na Região de Coimbra e, em 2021, representa 4,44% da população residente na Região de Coimbra (tabela 1).

Unidade Geográfica	População residente		Densidade populacional (habitante/km <sup>2</sup> )	
	2016	2021	2016	2021
Oliveira do Hospital	19 876	19 421	84,7	82,8
Região de Coimbra	440 687	436 949	101,6	100,8
Região Centro	2 250 149	2 227 912	79,8	79,0
Portugal	10 325 452	10 347 892	112,0	112,2

**Tabela 1: Indicadores demográficos relativos ao concelho de Oliveira do Hospital, na sub-Região de Coimbra, na Região Centro e em Portugal, em 2016 e 2021**

**Fonte:** Elaboração Própria com base nos dados disponíveis no PORDATA

Sendo considerado um dos concelhos mais avançados e prósperos do país, é na cidade que está localizado o grosso das atividades económicas (Gonçalves, 2013). No entanto, este quadro é recente, tendo sido "resultado de um processo de integração das pessoas na sociedade de consumo, onde os serviços e o comércio assumiram destaque principal junto dos consumidores finais, e onde a produção industrial se assumiu como fornecedora dos bens e equipamentos para o mercado" (Paiva, 2019, pp. 98-99).

Neste concelho, a indústria é a principal atividade económica, onde se destacam setores como a confeção, mobiliário, transformação de madeiras, granitos e mármore (Rodrigues, 2018), "materiais de construção, artefactos de cimento e sirgarias e passamanarias, metalomecânica, metalurgia ligeira, montagem de componentes elétricos, tipografia e artes gráficas, produção de metais e cobsres" (Gonçalves, 2013, p. 12), entre outros.

No setor primário, a exploração florestal, a pastorícia (Paiva, 2019), e a agricultura de subsistência, são atividades que apesar de estarem em minoria no território em estudo, ainda subsistem. No caso da agricultura de subsistência, esta é expressiva no concelho, sendo os produtos destinados maioritariamente ao autoconsumo, não gerando receitas nem criando postos de trabalho (Rodrigues, 2018). Neste sentido, ligado à agricultura, é importante referir a riqueza natural no concelho de Oliveira do Hospital, um concelho abundante em água e em solos férteis, sobretudo junto às margens dos rios.

Com estas condições favoráveis, os pastos e as pastagens permitem a criação de rebanhos de ovelhas de espécie bordaleira, mais conhecidas como "ovelhas da serra", conferindo identidade à população local e contribuindo para uma das atividades tradicionais deste concelho: a produção e a comercialização de leite e do Queijo da Serra (Gonçalves, 2013). O Queijo da Serra é um produto tão característico do concelho de Oliveira do Hospital, que originou a Festa do Queijo da Serra da Estrela, uma mostra que pretende afirmar o território e valorizar o Queijo da Serra, bem como outros produtos endógenos da região.

Posto isto, ainda com enfoque nas matérias agrícolas, é importante mencionar que no concelho de Oliveira do Hospital estão sediadas a Confraria do Queijo da Serra da Estrela e a Associação Nacional dos Criadores de Ovinos Serra da Estrela (ANCOSE). Este concelho pertence ainda à Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, às Regiões Demarcadas do Vinho do Dão e do Queijo Serra da Estrela (Rodrigues, 2018).

No entanto, apesar da agricultura e a pastorícia serem atividades substanciais para a economia do concelho, com o avanço da indústria extrativa (pedra e areia), e com "o incremento de elementos de urbanização nas áreas rurais e naturais" (Paiva, 2019, p. 99), estes ofícios foram perdendo importância ao longo do tempo (Gonçalves, 2013). Um exemplo dessa industrialização é a paisagem, fortemente marcada pela grande tradição industrial e pelo "conjunto de empresas que contribuem significativamente para a economia do concelho, essencialmente nas indústrias madeireira, têxtil e de construção civil,

apresentando valores acima da média regional e nacional quanto ao número de empresas industriais” (Paiva, 2019, pp. 99-100).

O artesanato também é uma atividade e um saber que ainda representa o território, sobretudo pela importância que acarreta para a cultura e para o Turismo, bem como pela existência de inúmeros artesãos que ainda dominam este ofício no concelho de Oliveira do Hospital. Neste sentido, destacam-se os trabalhos feitos em cobre, latão, ferro, cestaria, tapeçaria, madeira, barro, lãs, queijo fresco e requeijão, cerâmica, entre outros.

A gastronomia também apresenta neste concelho um papel significativo, sendo utilizada enquanto produto turístico da região. No concelho de Oliveira do Hospital, os sabores, os aromas, os temperos e o modo de confeccionar certos pratos típicos da região, permitem conhecer a sua cultura, além de se tornar numa “opção de atrativo turístico-cultural (...) favorecendo a atividade turística em vários lugares” (Correia, 2013, p. 29).

Dentro dos produtos típicos do concelho de Oliveira do Hospital destacam-se: os enchidos, o queijo da serra, a broa de milho, o cabrito assado, os torresmos, os carolos, o arroz de miscalos, a tigelada (fina ou grossa), a papa laberça, os bolos de azeite, entre outros (Gonçalves, 2013). A EXPOH – Feira Regional de Oliveira do Hospital, é outro dos eventos que, de acordo com o *website* “Aldeias do Xisto” (2013b), procura promover as potencialidades do território em diversas áreas: económica, social, desportiva e cultural.

Todavia, os elementos que mais se destacam e que contribuem para a valorização paisagística e natural do território são os rios, com especial enfoque nos rios Alva e Alvoco, que ligam os seus vales ao Monte do Colcurinho, um dos principais atrativos turísticos do concelho. A qualidade da água destes rios, bem como a proximidade à Serra da Estrela e à Serra do Açor, permitem dar a conhecer o património natural do concelho, contribuindo para o desenvolvimento turístico e, consequentemente, para o desenvolvimento local (Rodrigues, 2018), tornando o concelho de Oliveira do Hospital mais competitivo no mercado da oferta fluvial e ecológica (Paiva, 2019).

Este concelho é bastante rico em recursos hídricos como referido anteriormente, e, em termos paisagísticos e naturais, os ambientes aquáticos são notáveis. Neste sentido, aos recursos hídricos e aos ambientes aquáticos encontram-se ligadas inúmeras praias fluviais, salientando-se as praias fluviais de Alvoco das Várzeas, São Sebastião da Feira, Avô e São Gião, bem como zonas de lazer e equipamentos devidamente cuidados e prontos a serem utilizados pelos turistas ou pela população local (Município de Oliveira do Hospital, s/dd).

Aliado a tudo isto, o facto de existir uma fonte termal nas margens do rio Alva, em Caldas de São Paulo, (Paiva, 2019), a exploração dos bares das praias fluviais, o aluguer de canoas, gaivotas ou *paddle*, a organização de passeios e percursos interpretativos, bem como a pesca desportiva, dinamizam o

território, contribuem para o desenvolvimento sustentável e permitem um contacto direto com a natureza, neste caso, com os recursos hídricos e com os ambientes aquáticos.

Estes recursos naturais tornam-se num atrativo turístico, além de gerarem emprego e receitas. Durante a época balnear, o Município de Oliveira do Hospital empenha-se em desenvolver atividades de educação ambiental, nas praias fluviais do concelho, de modo a transmitir a necessidade para a conservação e valorização natural. Posto isto, é importante referir que a exploração dos recursos hídricos e ambientes aquáticos é sazonal e está assente no Turismo e Lazer.

## **2. Recursos hídricos, ambientes aquáticos e turismo no concelho de Oliveira do Hospital**

### **2.1. Ordenamento do território para a requalificação dos territórios ribeirinhos no concelho**

No concelho de Oliveira do Hospital, os rios e ribeiros são uma componente natural bastante significativa e marcante no território, sendo o concelho atravessado por vários cursos de água e, de acordo com Henriques e Santos (2013), o Rio Alva, o Rio Cobral, o Rio Seia e o Rio Alvoco encontram-se "organizados em função do Rio Mondego (que limita o município a norte e noroeste (NO), numa extensão de aproximadamente 16 km)".

Um dos rios mais relevantes que trespassa o concelho (passa entre as freguesias de São Gião e Lourosa), numa distância superior a 23km, no sentido NE/NO, é o Rio Alva. Este rio tem a peculiaridade de receber tanto na margem esquerda como na margem direita, o contributo de várias ribeiras, com enfoque no Rio Alvoco (Henriques & Santos, 2013), como referido anteriormente.

Com a elaboração do PROT-C estabeleceram-se "as opções estratégicas de base territorial para o desenvolvimento da região Centro" (Henriques & Santos, 2013), que abrangem unidades territoriais relevantes, como por exemplo, "Centro Litoral (subsistemas Aveiro/Baixo Vouga, Coimbra/Baixo Mondego e Leiria, Marinha Grande/Pinhal Litoral); Dão-Lafões e Planalto Beirão; Beira Interior; Pinhal Interior e Serra da Estrela" (Henriques & Santos, 2013).

Neste documento, de acordo com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [CCDRC] (2008), foram traçados objetivos estratégicos que pretendem o

reforço dos fatores de internacionalização da economia regional e a valorização da posição estratégica da região para a articulação do território nacional e deste com o espaço europeu, a proteção, valorização e gestão sustentável dos recursos hídricos e florestais, o aproveitamento do potencial turístico, dando projeção internacional ao património natural, cultural e paisagístico, a mobilização do potencial agropecuário e a valorização dos grandes empreendimentos hidroagrícolas, o desenvolvimento de inserção ibérica das sub-regiões do interior (CCDRC, 2008).



Como o concelho de Oliveira do Hospital está inserido na unidade territorial Pinhal Interior e Serra da Estrela, de acordo com o Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital [PDM] (2013), existem "prioridades de consolidação e qualificação desta unidade territorial", tais como, os "recursos biofísicos, valores ambientais e paisagísticos, floresta e turismo; articulação da política local (municipal e intermunicipal) com as políticas setoriais nacionais no setor do turismo" (Henriques & Santos, 2013), entre outros. Por esse motivo, segundo o PDM de Oliveira do Hospital (2013), a ERPVA é um "conjunto de áreas com valores naturais e sistemas fundamentais para a proteção e valorização ambiental, tanto na ótica do suporte à vida natural como às atividades humanas", estando definida no PROT-C.

Por outro lado, como foi referido anteriormente, com a aprovação da DQA foi estabelecido um quadro legislativo e as bacias hidrográficas passaram a ser reconhecidas "como grandes e complexos sistemas ecologicamente integrados" (Fernandes, 2013, p. 37).

Através da articulação entre a gestão da água e o ordenamento do território, no âmbito das bacias hidrográficas, é possível estabelecer uma estrutura que una o território e potencie o aproveitamento de recursos, assim como as paisagens ribeirinhas (Fernandes, 2013).

De acordo com Henriques e Santos (2013), o PBH do Mondego está dividido em temáticas que apresentam os seguintes objetivos estratégicos:

1. Gestão da procura: tem em vista uma gestão racional, sustentável e integrada da água, conservando, assim, os recursos hídricos evitando perdas nos sistemas;
2. Proteção das águas e controlo de poluição: pretende garantir a qualidade da água para os diferentes usos e funções (nomeadamente consumos humanos), garantir a qualidade do tratamento de afluentes e a recuperação e controlo dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, atingindo uma diminuição das cargas poluentes;
3. Conservação da natureza: procura garantir a proteção dos meios aquáticos e ribeirinhos com interesse ecológico, preservar habitats e as espécies nas linhas de água e no estuário e impedir a artificialização do regime hidrológico de modo a assegurar a manutenção dos sistemas aquáticos, fluviais, entre outros;
4. Proteção e minimização dos efeitos de cheias, secas e poluição accidental: pretende minimizar os efeitos económicos e sociais provocados pelas cheias, secas, e riscos de acidentes de poluição (se acontecerem), adequar medidas de gestão da água e da sua disponibilidade nas reservas quando estas atingirem níveis baixos e, através do ordenamento das áreas ribeirinhas, "promover a definição de critérios de gestão da água e da sua disponibilidade nas reservas quando estas atingirem níveis baixos e, através do ordenamento das áreas ribeirinhas, "promover a definição de critérios de gestão, a regularização fluvial e a conservação da rede hidrográfica, visando a minimização dos prejuízos";



5. Valorização social e económica dos recursos hídricos: tem em vista a identificação de locais destinados ao recreio e lazer, ao uso balnear, à pesca, à navegação desde que não ameacem o ambiente, além disto, pretende uma valorização económica e social dos recursos e a "designação das massas de água em função dos respetivos usos, nomeadamente as correspondentes às principais origens de água para produção de água potável existentes ou planeadas";
6. Articulação do domínio hídrico com o ordenamento do território: procura condicionar o uso do solo sempre que os objetivos de Proteção e valorização ambiental dos recursos fiquem comprometidos, além de proteger os domínios hídricos (margens, leitos, troços degradados) através do estabelecimento de diretrizes de ordenamentos e de elaborar planos de ordenamento para as albufeiras;
7. Quadro institucional e normativo: tenciona promover a melhoria da coordenação intersectorial e institucional, otimizar os processos de gestão da água e assegurar a implementação da Diretiva Quadro;
8. Regime económico-financeiro - procura viabilizar a sustentabilidade económica e financeira dos sistemas, bem como a utilização racional dos recursos e do meio hídrico, pretende "promover a aplicação dos princípios utilizador-pagador e poluidor-pagador", entre outros;
9. Conhecimento dos recursos hídricos: tem como objetivo "promover a monitorização do estado quantitativo e qualitativo das massas de água superficiais e subterrâneas", promover o planeamento e a gestão sustentável dos recursos hídricos, incluir a população através da sensibilização e informação relativamente à necessidade de assegurar e proteger o meio ambiente, incluindo os recursos hídricos, entre outros.

Quanto às áreas protegidas, o concelho de Oliveira do Hospital encontra-se "classificado no domínio da Rede Natura 2000, denominado por Sítio do Carregal do Sal, ocupando cerca de 28% da superfície do concelho (Henriques & Santos, 2013). Trata-se de uma zona com afloramentos graníticos e linhas de água, algumas encaixadas, sendo o único local conhecido de ocorrência de "*Narcissus Scaberulus*" (Henriques & Santos, 2013). O "*Narcissus Scaberulus*" é uma espécie endémica, rara, que se desenvolve ao longo dos vales dos rios Mondego, Cobral e Seia nos meses de fevereiro e março, sendo, por isso, uma planta característica do concelho de Oliveira do Hospital (Garcia, 2020).

Deste modo, o Sítio do Carregal do Sal compreende vários concelhos da Região Centro, entre os quais, o concelho de Oliveira do Hospital, abrangendo as freguesias de Lagares da Beira, Meruge, Seixo da Beira e Travanca de Lagos, União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira e a União das Freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa (Anexo IV).

## 2.2. Influência e importância dos rios Alva e Alvoco para a definição paisagística enquanto espaço de Turismo e Lazer

No caso do concelho de Oliveira do Hospital, para se compreender a configuração do território e o estado da paisagem, é necessário perceber quais foram as modificações da paisagem ao longo dos anos, sendo ela o resultado de ações antrópicas, económicas, entre outras (Brum & Nascimento, 2016).

Deste modo, a paisagem no concelho de Oliveira do Hospital, fortemente marcada pela presença dos rios, pela Serra da Estrela e pela Serra do Açor, permite contar uma História a quem a estuda e observa, integrando os fatores naturais presentes, bem como todo um passado marcado pelas atividades, onde o tempo e o espaço se relacionam incontestavelmente.

Neste concelho, as zonas ribeirinhas contribuem para salvaguardar os valores ecológicos e paisagísticos, uma vez que consistem em *habitats* que cooperam na proteção de espécies e na defesa da fauna e flora. Além disto, são ainda um elemento unificador ou separador dos espaços, contribuindo para a diversidade da paisagem, para o desenvolvimento de plantas aquáticas e ensombramento (Nunes, 2017).

Por outro lado, o trabalho, sobretudo agrícola do qual estava dependente uma população que necessitava do que produzia para sobreviver, marcou o passado do concelho de Oliveira do Hospital, estando bem definido e evidente no território através dos socalcos, sendo, assim, impossível ignorar todos os indícios e artefactos deixados pelos antepassados, principalmente no caso dos recursos hídricos (Lourenço & Rocha, 2009).

As margens, os terrenos agrícolas, quintas, pontes, açudes e rodas de água que estão localizadas próximas aos cursos de água do concelho de Oliveira do Hospital, apresentam alguns elementos que demonstram e dão a conhecer algumas práticas, tradições e as engenhosas soluções para a utilização rentável da água de forma a atenuar ou reduzir a atuação dos processos erosivos, a par de variadas formas de aproveitamento dos recursos hídricos tanto na agricultura, como nas tarefas domésticas, na alimentação, vias de comunicação, entre outros (Lourenço & Rocha, 2009).

Para Santos (2012, p. 214), a água doce é considerada um recurso turístico significativo com capacidade para influenciar "decisivamente a qualidade de um destino", sobretudo quando associada a limpeza e frescura, contribuindo, assim, "para a valorização dos serviços de lazer e turismo em qualquer parte do mundo".

Para Lourenço e Rocha (2009, p. 243), os vales Alva e Alvoco, ao nível dos aspetos geomorfológicos, apresentam uma importância significativa, podendo ser utilizados para atividades turísticas associadas à geodiversidade e ao geoturismo, uma vez que, devido à dinâmica fluvial e de vertentes, as formas de relevo e os depósitos estão presentes e mereciam maior destaque e conservação pelas suas peculiaridades.

Os rios Alva e Alvoco constituem importantes recursos para a realização e estabelecimento de certas atividades ligadas a planos de água interiores, sobretudo nas praias fluviais (o lugar), onde o turismo contribui para esta tendência ano após ano. Os rios Alva e Alvoco, além da sua importância no ordenamento territorial (Santos, 2012), possibilitam o estabelecimento de atividades relacionadas com o turismo e lazer, onde os visitantes, residentes e turistas, podem aproveitar as suas águas para desportos náuticos, atividades de lazer e aventura, como a pesca, o remo, a canoagem, o *paddle board*, entre outros.

Neste concelho, as praias fluviais (anexo V) possuem serviços, estruturas e equipamentos que permitem a inclusão de todas as pessoas, possibilitando a todos um lazer de sol e banhos de água doce. Todas estas praias fluviais possuem rampas de acesso para pessoas com mobilidade reduzida até à linha de água, cadeira anfíbia (somente na praia fluvial de Alvoco das Várzeas, São Sebastião da Feira e Avô), parque de estacionamento (inclui lugares destinados a viaturas de pessoas com mobilidade reduzida), nadador-salvador, bar, parque de merendas, zonas verdes, casas de banho (WC), chuveiros, posto de primeiros socorros, entre outros.

De acordo com o Município de Oliveira do Hospital (s/dd), constata-se que existem quatro praias fluviais classificadas (anexo V) neste concelho: a praia fluvial classificada de Alvoco das Várzeas, que está incluída na Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto, tendo-lhe sido atribuído, em 2017, pela Fundação Vodafone o prémio "Praia Saudável", a praia fluvial classificada de Avô, a praia fluvial classificada de São Gião e a praia fluvial classificada de São Sebastião da Feira.

Em termos de galardões, a praia fluvial de Alvoco das Várzeas foi distinguida com a Bandeira Qualidade de Ouro (2020), Bandeira Azul e Praia Acessível – Praia para Todos (2021), a praia fluvial de Avô foi distinguida com Bandeira Azul (2020), Praia Acessível – Praia para Todos (2021) e a praia fluvial de São Sebastião da Feira recebeu, de igual modo, o galardão de Praia Acessível (2021) (Município de Oliveira do Hospital (s/dd)).

Estas distinções e o facto de algumas freguesias do concelho de Oliveira do Hospital integrarem marcas de promoção turística importantes, como a Rede de Praias Fluviais das Aldeias do Xisto (Praia Fluvial de Alvoco das Várzeas e Praia Fluvial de Avô), e a Rede das Aldeias de Montanha (localidade de Alvoco das Várzeas e São Gião), permitem ao território afirmar-se e desenvolver-se, tanto em termos regionais, como em termos nacionais, tornando-se num território atrativo e competitivo em complementaridade com outros setores e/ou atividades.

Por outro lado, este concelho, segundo o Município de Oliveira do Hospital (s/dd), também conta com quatro zonas balneares de recreio e lazer (a zona balnear de recreio e lazer de Caldas de São Paulo, a zona balnear de recreio e lazer de Penalva de Alva, a zona balnear de recreio e lazer de Santo António de Alva e a zona balnear de recreio e lazer da Ponte das Três Entradas) (anexo V), e segundo a Portaria nº 178/2013, não são tidas como praias fluviais classificadas

Ao contrário das praias fluviais classificadas, as zonas balneares de recreio e lazer não são vigiadas, não sendo atribuída nenhuma classificação à qualidade da água por parte da Agência Portuguesa do Ambiente e a sua utilização é da inteira responsabilidade do utilizador.

Além das praias fluviais classificadas e zonas balneares, o concelho apresenta rotas e percursos pedestres ligados aos rios Alva e Alvoco, que permitem impulsionar e diversificar o concelho, dar a conhecer ao turista o território, permitir que estejam em contacto com a natureza, podendo aproveitar os rios e as suas margens, bem como relaxar e reter conhecimentos.

Para este trabalho, é importante focar e referir as rotas e os percursos pedestres (Anexo VI) que estão relacionados diretamente com os rios Alva e Alvoco, destacando-se, por isso, três rotas: a "Grande Rota do Alva", a rota "Rio Alva" e a "Rota Rios", assim como seis percursos pedestres: o "Percurso Pedestre de Avô", o "Percurso Pedestre de São Sebastião da Feira", o "Percurso Pedestre de Vila Pouca da Beira" e os "Caminhos do Xisto", onde está incluído o "Caminho do Xisto de Aldeia das Dez – Pelas Várzeas do Alvoco", "Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva", "Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II – Rota Imperial" e o "Caminho do Xisto de Aldeia das Dez III – Na Pegada do Ermitão".

A "Grande Rota do Alva", de acordo com o *website* "Região de Coimbra" (2021), é um produto promovido pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC) que atravessa 7 concelhos: Gouveia, Seia, Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Vila Nova de Poiares e Penacova, numa extensão de 117 Km. Este percurso, além de valorizar e destacar o rio Alva e as suas margens, tenciona promover a região através do fomento de produtos turísticos, como por exemplo, os corredores naturais, o alojamento local e as pequenas rotas. Aliado a tudo isto, a "Grande Rota do Alva" procura promover a oferta de "*walking and cycling*" (Região de Coimbra, 2021).

A rota "Rio Alva" é um trajeto que abrange 10 localidades do concelho e que se inicia em Oliveira do Hospital, seguindo-se para São Paio de Gramaços, passando por Catraia de São Paio, Póvoa das Quartas, regressando-se à Catraia de São Paio, seguindo-se para São Gião e depois para Penalva de Alva, Caldas de São Paulo e Santo António do Alva, São Sebastião da Feira e, por fim, terminando na Ponte das Três Entradas (Município de Oliveira do Hospital, s/dhh).

Ao longo deste percurso, o vale do Alva e o rio Alva encontram-se em destaque, onde a sua beleza, a limpeza das águas e os socacos despertam nos turistas o desejo de nadar e caminhar entre as montanhas dando a possibilidade de avistar a Serra da Estrela (Município de Oliveira do Hospital, s/ dhh). É uma rota bastante completa e rica, pois permite ao turista conhecer bastantes freguesias do concelho, estar em contacto com os monumentos históricos, como a Igreja Paroquial em São Gião e a capela-mor em Penalva de Alva, conhecer a História e o passado do concelho de Oliveira do Hospital, além de permitir o contacto e a descoberta da natureza, como por exemplo, através da visita à gruta ou ao abrigo natural do Penedo da Moura, proporcionando a vivência de aventuras (Município de Oliveira do Hospital, s/ dhh).

A "Rota dos Rios", é um trajeto que atravessa quatro freguesias do concelho e que se inicia em Alvoco das Várzeas, seguindo-se para a Ponte das Três Entradas, depois para Avô e terminando em Vila Pouca da Beira. Ao longo deste percurso, é possível ter contacto com dois rios que atravessam o concelho, o rio Alvoco e as suas margens, que de acordo com o Município de Oliveira do Hospital (s/de), estima-se que seja o curso de água menos poluído da Europa, e o rio Alva, sendo na Ponte das Três Entradas onde os dois rios se cruzam, tornando-se numa singularidade que torna esta rota única e atípica.

Em comparação com a rota "Rio Alva", a "Rota dos Rios" é mais pequena, no entanto, permite ao turista ter uma experiência igualmente rica e gratificante, onde a História, os monumentos, a natureza e a paisagem estão presentes e se interligam (Município de Oliveira do Hospital, s/de). Ao percorrer esta rota, é possível, por exemplo, ter contacto com inúmeros moinhos em Alvoco das Várzeas, nadar nos rios Alva e Alvoco, desfrutar das suas infraestruturas, sendo, de igual modo, possível visitar a Igreja Matriz e o castelo em Avô, contemplar a vila de Avô (terra natal do poeta Brás Garcia de Mascarenhas) e o rio Alva através do miradouro "Varandas de Alva" e conhecer o Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento, onde também se encontra uma imponente Igreja (Município de Oliveira do Hospital, s/de).

Quanto aos percursos pedestres, no concelho de Oliveira do Hospital existem diversos que se encontram em fase de homologação pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal (FCMP). Começando pelo "Percurso Pedestre de Avô", este inicia-se e termina na vila de Avô, tendo uma extensão de 7km (cerca de 3h30m), com um grau de dificuldade caracterizado por "fácil" (Município de Oliveira do Hospital, s/df). É um percurso que se realiza junto ao rio, por caminhos apertados e que valoriza a natureza e o ambiente, nomeadamente a fauna, flora, a paisagem e o rio (Município de Oliveira do Hospital, s/dh). É um percurso que passa pela Ponte das Três Entradas, por Vila Pouca da Beira e, como foi referido, a vila de Avô (Município de Oliveira do Hospital, s/df).

O "Percurso Pedestre de São Sebastião da Feira" inicia-se em São Sebastião da Feira ou em Castelo, passa pela Ponte das Três Entradas, Merujais, terminando em São Sebastião da Feira (Município de Oliveira do Hospital, s/dg). Tem uma extensão de 7km (cerca de 3h30m) e é caracterizado por ser um percurso de grau de dificuldade "moderado". Estimula o encontro com a natureza e o contacto com o rio Alva, onde é possível aproveitar as suas margens e os campos cultivados através dos socalcos construídos (Município de Oliveira do Hospital, s/dg). Além disto, ainda é possível desfrutar de um parque de merendas em Castelo e ter contacto com um extenso arvoredo, onde estão incluídas espécies como mimosas, carvalhos, castanheiros, entre outros (Município de Oliveira do Hospital, s/dg).

Quanto ao "Percurso Pedestre de Vila Pouca da Beira", este inicia-se em Vila Pouca da Beira, segue para Avô e, por fim, termina em Vila Pouca da Beira (Município de Oliveira do Hospital, s/dh). Tem uma extensão de 16 km (cerca de 6h) e o grau de dificuldade é caracterizado por "fácil" (Município de Oliveira do Hospital, s/dh). É um percurso que dá a conhecer algumas propriedades cultivadas, permite observar casas antigas e recentes - construídas em granito-, possibilitando, ainda, o contacto com uma paisagem

plana, mas que se estende pelo horizonte, tendo, por fim, o rio Alva como pano de fundo a embelezar a paisagem, o percurso e a experiência (Município de Oliveira do Hospital, s/dh).

Por último, o concelho de Oliveira do Hospital além de estar inserido na Rede das Aldeias de Montanha, onde se encontram as aldeias de Alvoco das Várzeas e São Gião, o concelho ainda integra a Rede das "Aldeias do Xisto", um projeto liderado pela Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) e que é constituído por 27 aldeias de 16 concelhos na região Centro de Portugal, um território marcado pelo xisto (Aldeias do Xisto, 2013c). Este projeto procura preservar a cultura, os produtos locais, os saberes e tradições, a paisagem, dinamizando os territórios através da oferta de serviços turísticos. De acordo com o Turismo do Centro de Portugal (s/db), é possível verificar que do concelho de Oliveira do Hospital, Aldeia das Dez é a única aldeia que se encontra inserida nesta rede das "Aldeias do Xisto" e que está localizada na Serra do Açor.

De acordo com o *website* das "Aldeias do Xisto", foram criados os "Caminhos do Xisto", trilhos pedestres homologados, com vários níveis de dificuldade, devidamente sinalizados, que percorrem as diversas "Aldeias do Xisto" com o objetivo de envolver os pedestrianistas na paisagem circundante e na arquitetura (Aldeias do Xisto, 2013d). No concelho de Oliveira do Hospital, estão incluídos cinco trilhos: o "Caminho do Xisto de Aldeia das Dez – Pelas Várzeas do Alvoco" (Aldeias do Xisto, 2021), o "Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva" (Aldeias do Xisto, 2013e), o "Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II – Rota Imperial" (Aldeias do Xisto, 2013f), o "Caminho do Xisto de Aldeia das Dez III – Na Pegada do Ermitão" (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/da) e o "Caminho do Xisto de Oliveira do Hospital – A marcha dos veteranos". No entanto, este último trilho não será abordado, uma vez que não tem passagem pelos rios Alva e Alvoco.

Em relação ao "Caminho do Xisto de Aldeia das Dez – Pelas Várzeas do Alvoco", segundo Aldeias do Xisto (2021), este percurso circular tem início em Aldeia das Dez, segue para Vale de Maceira, Chão Sobral, Alvoco das Várzeas, terminando em Aldeia das Dez. Este percurso tem uma extensão de 19,9 km (cerca de 5h15m), e o grau de dificuldade é caracterizado por "moderado" (Aldeias do Xisto, 2021). É um trajeto que possibilita o contacto com os campos cultivados, com o Monte do Colcurinho, onde se pode assistir ao nascer e pôr do sol (Aldeias do Xisto, 2021). Com este percurso, ainda se pode avistar a Serra da Estrela, passando pelas ribeiras e vales indo ao encontro da ponte medieval de Alvoco das Várzeas (Património Classificado de Interesse Público - IIP), estando próximo do Rio Alvoco, dirigindo-se, por fim, a Aldeia das Dez para terminar o percurso (Aldeias do Xisto, 2021).

Enquanto o percurso anterior ocorre próximo ao rio Alvoco, o "Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva" está muito próximo, como o nome indica, do Rio Alva (Aldeias do Xisto, 2013e). É um percurso circular, com uma extensão de 8km (cerca de 2h30m), e o grau de dificuldade é caracterizado por "fácil" (Aldeias do Xisto, 2013e). Inicia-se em Avô, na Ilha do Picoto, segue para a Igreja Matriz de Avô passando pelas margens do Rio Alva, num trilho que antigamente ligava até à Ponte das Três Entradas (Aldeias do

Xisto, 2013e). A partir da ponte o percurso segue até à vila de Avô, pela via imperial romana, passando pela capela de Santa Maria do Mosteiro e pela Capela de Nossa Senhora dos Anjos (Aldeias do Xisto, 2013e). Chegando a Avô, o percurso passa pela Ermida de São Miguel, do Castelo, pelo Pelourinho, Casa da Câmara e, por fim, chega-se novamente à Ilha do Picoto (Aldeias do Xisto, 2013e). É um percurso que permite a envolvência com a natureza e com o património do concelho, além de valorizar o Rio Alva (Aldeias do Xisto, 2013e).

De seguida, é importante referir o “Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II – Rota Imperial” (Aldeias do Xisto, 2013e). Este é um percurso circular pedestre, com uma extensão de 12km (cerca de 3h30) e caracterizado com o grau de dificuldade “fácil” (Aldeias do Xisto, 2013e). O “Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II – Rota Imperial” inicia-se em Aldeia das Dez, depois Chão Sobral, Alvoco das Várzeas e, por fim, Aldeia das Dez (Aldeias do Xisto, 2013e). Este percurso permite passar pela casa do “S”, apreciar e contemplar o Santuário de Nossa Senhora das Preces, o Jardim Botânico e as margens do rio Alvoco e admirar a Ponte Medieval de Alvoco das Várzeas (Aldeias do Xisto, 2013e).

E, por último, o “Caminho do Xisto de Aldeia das Dez III – Na Pegada do Ermitão”, um percurso circular, com uma extensão de 10km (cerca de 2h50), caracterizado com o grau de dificuldade “fácil” (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/da). Este percurso inicia-se na Aldeia das Dez, passando pela Ponte das Três Entradas, depois São Sebastião da Feira, voltando à Ponte das Três Entradas e acabando em Aldeia das Dez (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/da). Neste percurso é possível percorrer a antiga calçada romana e desfrutar das margens do rio Alva (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/da).

É ainda necessário explicitar que como os Caminhos do Xisto e a Grande Rota do Alva são os únicos percursos que se encontram homologados, não foi possível apresentar cartografia referente à rota "Rio Alva", à "Rota dos Rios", ao "Percurso Pedestre de Avô", ao "Percurso Pedestre de São Sebastião da Feira" e ao "Percurso Pedestre de Vila Pouca da Beira".



## Capítulo IV - O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital

### 1. Explicação do projeto e sua importância para o território

A componente natural no concelho de Oliveira do Hospital, como já foi referido anteriormente, é significativa, e os rios Alva e Alvoco, são comumente utilizados para atividades voltadas para o Turismo e Lazer, apesar de ser uma utilização sazonal.

As linhas de água têm vindo a despertar a curiosidade das autarquias, estando este interesse relacionado com a vontade de recuperar e salvaguardar o património hidrológico e cultural, a memória (individual e coletiva), o saber-fazer, as tradições, as profissões antigas (muitas que acabaram por se perder no tempo), as práticas associadas à água e objetos presentes nos territórios e que podem contribuir para potenciar a cultura de um concelho/região e as virtualidades de um povo.

Por isso, com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, ficou determinado “o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais” e, segundo o n.º 1 do Artigo 23.º, “constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias”. De igual modo, o n.º 2 do mesmo artigo, expressa que “os municípios dispõem de atribuições (...) nos seguintes domínios”, estando específico nas alíneas “e)” “Património, cultura e ciência”, e “m)” “Promoção do desenvolvimento”. Com esta lei fica claro que os órgãos municipais têm o dever de investir na cultura e no património do Município, contribuindo, assim, para o seu desenvolvimento.

Posto isto, é nesta linha que se pretende inserir o EPOH. Através da leitura do território, percebe-se que o concelho de Oliveira do Hospital está repleto de ferramentas diferenciadoras, de recursos endógenos e património que ao serem utilizados pelo EPOH, podem contrariar a sazonalidade, desenvolver o território de forma sustentável, contribuindo para a sua afirmação regional e nacional, tornando-o, consecutivamente, competitivo. Além disto, a existência de potencialidades naturais e estruturas arquitetónicas construídas nas margens ou próximas dos rios Alva e Alvoco, podem contribuir para impulsionar a cultura do território, para estimular o interesse da população local pela sua História e tradição, além de serem elementos que podem valorizar o desenvolvimento turístico-cultural e económico do concelho de Oliveira do Hospital.

Assim, devido à riqueza de recursos naturais e patrimoniais associados a estes rios, bem como o património classificado presente nas freguesias do concelho de Oliveira do Hospital, aliados ao dever de proteger e agregar esses elementos, surgiu a necessidade de criar um projeto inovador que conduza ao desenvolvimento territorial, tendo sempre a sustentabilidade enquanto base.

A ideia de promover um Ecomuseu, intitulado por “Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, consiste num projeto que se pretende que esteja assente em quatro premissas: território, qualidade ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.



Um projeto que além de valorizar os rios Alva e Alvoco em termos naturais e patrimoniais, pretende, fundamentalmente, envolver a população local e fazer com que este organismo contribua para que a população conheça e dê a conhecer a sua cultura, valorize a sua História, as suas raízes e que o reconheça “como seu”, como uma parte integrante da sua identidade cultural.

De forma concisa, o EPOH visa projetar novas iniciativas e atividades no concelho de Oliveira do Hospital, tais como:

1. Dar a conhecer aos turistas e à população residente o património cultural e natural associado aos rios Alva e Alvoco;
2. Preservar e enaltecer os recursos naturais do concelho;
3. Salvaguardar e enaltecer o património cultural e etnográfico relativo aos rios Alva e Alvoco;
4. Salvaguardar e enaltecer o património cultural classificado presente no território;
5. Aumentar a oferta cultural do concelho;
6. Ser um espaço que dignifique profissões antigas e trabalhadores de certos ofícios que já não existem ou poderão findar;
7. Envolver a população local;
8. Preservar a memória (individual e coletiva), bem como a identidade cultural;
9. Estimular a economia local e o Turismo;
10. Contribuir para a formação dos turistas e da população local em termos ambientais, patrimoniais e culturais;
11. Explorar o turismo criativo;
12. Estabelecer ações cooperativas entre entidades locais;
13. Desenvolver investigação científica.

No fundo, devido à inexistência de um espaço no concelho de Oliveira do Hospital capaz de transmitir informação e representar o património classificado presente nas freguesias do concelho de Oliveira do Hospital, assim como o património hidrológico associado aos rios Alva e Alvoco, bem como todas as práticas e tradições a eles associadas, espera-se que, com a criação do EPOH, seja possível dinamizar e reaproveitar o território e aprimorar as atividades culturais.

Por outro lado, devido aos impactos provocados pela COVID-19, os territórios de baixa densidade ressentem-se e precisarão de se reinventar de forma a conseguirem superar o contexto económico atual. Para isso, a criação do EPOH poderá ser um projeto conveniente para que o Município de Oliveira do Hospital atraia turistas, crie postos de trabalho, gere receitas, dinamizando a sua economia e superando eventuais dificuldades.

Por conseguinte, de forma a concretizar o projeto do EPOH, será apresentada uma proposta de inventário patrimonial material e imaterial para integrar este Ecomuseu.

## 2. Património cultural, material e imaterial relativo aos rios Alva e Alvoco

Devido à inexistência de um espaço que dê a conhecer o património material e imaterial ligado aos rios Alva e Alvoco no concelho de Oliveira do Hospital, este subcapítulo será dedicado à apresentação dos resultados obtidos através do trabalho de campo, ou seja, a divulgação do inventário relativo ao património material e imaterial associado aos rios Alva e Alvoco, elaborado no âmbito desta investigação, e que poderá ser aproveitado enquanto instrumento para a promoção do EPOH.

Será, de igual modo, abordado o concelho de Oliveira do Hospital que está repleto de monumentos singulares, com uma importância incalculável para a cultura e que se encontram, por isso, classificados e categorizados em Monumento Nacional, Imóvel de Interesse Público e Imóvel de Interesse Municipal. Por estes motivos, devido ao seu valor, é de interesse agregá-los ao EPOH.

Deste modo, com este trabalho de campo, pretende-se valorizar a componente natural e hidrológica, primeiramente será apresentado o património material e imaterial ligado aos rios Alva e Alvoco e, posteriormente, o património classificado.

### 2.1. Património material associado aos rios Alva e Alvoco

#### 2.1.1. Sistemas de Irrigação

A figura 7 apresentada abaixo, destaca o sistema de irrigação intitulado por “Levada de São Gião”, que se encontra localizado na freguesia de São Gião (no complexo turístico Fundação Albino Mendes da Silva), tendo como linha de água o rio Alva. Em termos de classificação patrimonial, esta levada não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação. É importante destacar que na ponte de São Gião existe um arco utilizado somente para a passagem desta levada, conduzindo a água até ao moinho.



Figura 7: Levada de São Gião (esquerda) e Arco utilizado para a passagem da Levada de São Gião (direita)

Fonte: Elaboração Própria

A “Levada do Povo” (figura 8), provém do distrito da Guarda e tem uma extensão de 7 km, sendo considerada um sistema de irrigação que se encontra localizado na freguesia de Alvoco das Várzeas, tendo como linha de água o rio Alvoco. Em termos de classificação patrimonial, esta levada não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação. No passado, esta levada, destinava-se à agricultura, nomeadamente à irrigação do milho, sendo também utilizados alguns dos seus pontos pelas senhoras da aldeia para a sua higiene pessoal.



**Figura 8: Levada de Alvoco das Várzeas**

**Fonte:** Elaboração Própria

### 2.1.2. Açudes

O açude de São Sebastião da Feira (figura 9) está localizado em São Sebastião da Feira (União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), tendo como linha de água o rio Alvoco. A sua principal função está ligada à retenção da água e, em termos de classificação patrimonial, este açude não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação. O betão, material utilizado na sua construção, apresenta-se, também, em bom estado de conservação.

No passado, devido aos campos agrícolas existentes em volta, é possível verificar que a água retida por este açude era também utilizada na agricultura e, por consequente, o abastecimento da população. Atualmente, a água retida é utilizada somente para o Turismo e Lazer, formando uma represa para a praia fluvial de São Sebastião da Feira.



**Figura 9: Açude de São Sebastião da Feira**

**Fonte:** Elaboração Própria

O açude da praia fluvial de Caldas de São Paulo (figura 10) está localizado nas Caldas de São Paulo (União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), tendo como linha de água o rio Alva. Consiste numa barreira construída por rochas sobrepostas (açude de enrocamento), permitindo, no passado, a retenção da água para o abastecimento da população local. Em termos de classificação patrimonial, este açude não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 10: Açude da praia fluvial de Caldas de São Paulo**

Fonte: Elaboração Própria

O açude da Ribeira de Pomares (figura 11) está localizado na entrada da ribeira de Pomares na sua foz (freguesia de Avô), na Ilha do Picoto e, tal como os restantes açudes, este também servia para reter a água que fazia trabalhar/mover os engenhos de moagem aí estabelecidos, tendo como linha de água o rio Alva. É construído por rochas disponibilizadas de forma uniforme (açude de enrocamento), tendo no cimo e no fundo uma espécie de barreira feita em betão. Atualmente, este açude ajuda a controlar o caudal do rio além de ser utilizado para fim de lazer na Ilha do Picoto e em termos de classificação patrimonial, não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 11: Açude da Ribeira de Pomares**

Fonte: Elaboração Própria



O açude de Penalva de Alva (figura 12), está localizado na zona balnear (União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), servindo para reter a água que fazia trabalhar/mover os engenhos de moagem aí estabelecidos, tendo como linha de água o rio Alva.

Consiste numa barreira construída em betão que serve para o armazenamento permanente da água, e atualmente é utilizada para o lazer nesta zona balnear. Em termos de classificação patrimonial, este açude não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 12: Açude de Penalva de Alva**

**Fonte:** Elaboração Própria

O açude de São Gião (figura 13), está localizado junto à ponte e à levada, na freguesia de São Gião, sendo o betão o material de construção utilizado. Em comparação com os restantes açudes aqui mencionados, o açude de São Gião é de pequena dimensão e é utilizado para moderar o caudal do rio Alva (linha de água). Em termos de classificação patrimonial, este açude não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 13: Açude de São Gião**

**Fonte:** Elaboração Própria

O açude da Moenda (figura 14), está localizado na freguesia de Alvoco das Várzeas, tendo a ponte românica ou medieval, como também é conhecida, como pano de fundo. É construído por rochas disponibilizadas de forma uniforme, tendo no cimo uma espécie de barreira feita em betão. Esta construção no passado foi utilizada para fazer a retenção da água, permitindo a sua utilização para a rega de terrenos agrícolas e para o funcionamento dos moinhos. Atualmente, este açude ajuda a controlar o caudal do rio Alvoco, formando uma belíssima zona de lazer e em termos de classificação patrimonial, este açude não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 14: Açude da Moenda**

**Fonte:** Elaboração Própria

Localizado na freguesia de Alvoco das Várzeas, o açude do Parente (figura 15), está construído a partir de rochas e, no passado, foi utilizado para fazer a retenção da água (rio Alvoco), possibilitando a sua utilização para a rega de terrenos agrícolas e para o funcionamento dos moinhos. Atualmente, este açude ajuda a controlar o caudal do rio Alvoco sendo também utilizado para fins de lazer. Em termos de classificação patrimonial, este açude não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 15: Açude do Parente**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dee)



Localizado de igual modo da freguesia de Alvoco das Várzeas, o açude dos Pedreiros (figura 16), construído em betão, foi aproveitado para fazer a retenção da água, possibilitando a sua utilização para a rega de terrenos agrícolas e para o funcionamento dos moinhos. Atualmente, este açude ajuda a controlar o caudal do rio Alvoco. Em termos de classificação patrimonial, este açude não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 16: Açude dos Pedreiros**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dff)

### 2.1.3. Pontes

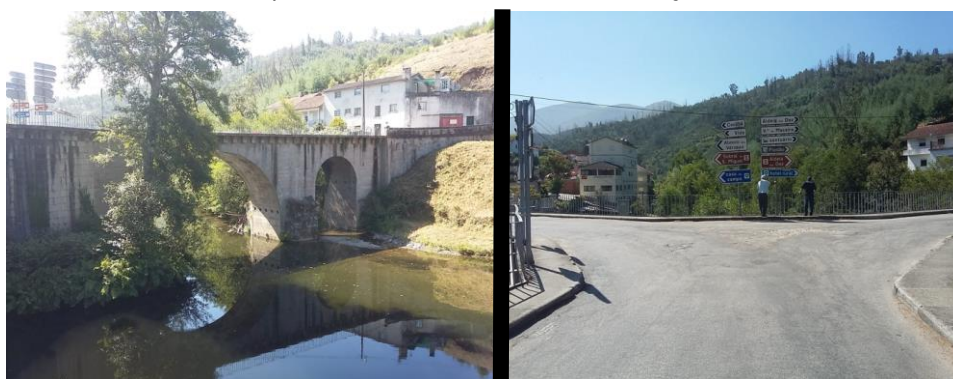
A ponte Medieval de Alvoco das Várzeas (figura 17), também conhecida por “ponte romana”, está localizada sobre o rio Alvoco, próxima à praia fluvial, na freguesia de Alvoco das Várzeas (Município de Oliveira do Hospital, s/di). Esta ponte gótica remonta ao século XVI, e é constituída por dois arcos desiguais e por uma rampa característica e acentuada (Município de Oliveira do Hospital, s/di). Encontra-se classificada como Imóvel de Interesse Público (IIP) e num bom estado de conservação.



**Figura 17: Ponte Medieval de Alvoco das Várzeas**

**Fonte:** Elaboração Própria

Intitulada por “Ponte das Três Entradas”, dando também nome à aldeia onde está localizada, encontra-se no sentido da freguesia de Aldeia das Dez, da União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira e União de Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira. Esta ponte *sui generis* (figura 18), torna-se peculiar por ter sido a última obra realizada pelos “arguinhas” (pedreiros de Santa Ovaia, de Nogueira do Cravo e de outras aldeias) e por possuir três sentidos. Além disso, a ponte é composta por passeios, sinalética e um gradeamento em toda a volta, garantindo a segurança. É ainda importante referir que é aqui que os rios Alva e Alvoco se encontram, não sendo possível identificar o período histórico a que remonta. Em termos de classificação patrimonial, esta ponte não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 18: Ponte das Três Entradas**  
Fonte: Elaboração Própria

A figura 19 destaca uma ponte, intitulada por “Ponte de Avô”, que se encontra edificada sobre uma rocha e sobre o rio Alva. É formada em pedra e apenas por um arco, sendo possível ter uma vista privilegiada através da Ilha do Picoto. Em termos de classificação patrimonial, esta ponte não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 19: Ponte de Avô**  
Fonte: Elaboração Própria



A Ponte da Ribeira de Pomares (figura 20), localizada na freguesia de Avô e construída em pedra, ergue-se sobre a ribeira de Pomares (afluente do rio Alva), e é formada por três arcos, fazendo a ligação entre a vila de Avô. Apesar de não ter sido possível identificar o período histórico a que remonta, esta ponte, em termos de classificação patrimonial, não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 20: Ponte sobre a Ribeira de Pomares**

**Fonte: Elaboração Própria**

A ponte de São Gião (figura 21), situada na freguesia de São Gião, encontra-se localizada à entrada da aldeia, sobre o rio Alva. É uma ponte extensa, composta por quatro arcos, sendo que um deles é mais estreito e destinado à passagem da levada, anteriormente referida. Apesar de não ter sido possível identificar o período histórico a que remonta, esta ponte, em termos de classificação patrimonial, não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 21: Ponte de São Gião (esquerda) e Arco da Ponte de São Gião (direita)**

**Fonte: Elaboração Própria**

A Ponte de Penalva de Alva (figura 22), situa-se em Penalva de Alva (União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), e ergue-se sobre o rio Alva. É uma ponte composta por quatro arcos, sendo também formada por um passeio e por um gradeamento recente. No tempo das invasões francesas foi palco de uma importante batalha, a Batalha de Penalva de Alva. Apesar de não ter sido possível identificar o período histórico a que remonta, esta ponte, em termos de classificação patrimonial, não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 22: Ponte de Penalva de Alva**

**Fonte:** Elaboração Própria

A Ponte Medieval de São Sebastião da Feira (figura 23), é formada por dois arcos e remonta à Idade Média. Esta ponte localiza-se em São Sebastião da Feira (União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), ergue-se sobre o rio Alva e tem a praia fluvial de São Sebastião da feira como pano de fundo. Em termos de classificação patrimonial, esta ponte não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 23: Ponte de São Sebastião da Feira**

**Fonte:** Elaboração Própria



A Ponte de Santo António do Alva (figura 24), situa-se em Santo António do Alva (União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), e remonta ao século XIX e ergue-se sobre o rio Alva, sendo formada em pedra apenas por um arco. Em termos de classificação patrimonial, esta ponte não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 24: Ponte de Santo António do Alva**  
Fonte: Elaboração Própria

#### 2.1.4. Rodas de água

A roda de água de Avô (figura 25) (roda de água vertical inferior), situada na freguesia de Avô e construída em madeira, não se encontra em funcionamento, uma vez que está parcialmente destruída. Esta roda era movida através da água que passava por baixo, certamente proveniente da Ribeira de Pomares (afluente do rio Alva), destinada à produção de energia. Contudo, atualmente exhibe apenas o que resta da sua estrutura. Em termos de classificação patrimonial, esta roda não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu mau estado de conservação.



**Figura 25: Roda de água de Avô**  
Fonte: Elaboração Própria

A roda de água de São Sebastião da Feira (figura 26), localizada em São Sebastião da Feira (União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), encontra-se em funcionamento. Esta roda construída em ferro, é movida através da água que passa por baixo, água essa proveniente do rio Alva, destinando-se, ainda hoje, ao uso agrícola, através da sua extração. A água passa de caixa em caixa, fazendo com que um dos lados da roda fique mais pesado. Deste modo, a roda gira, levando a água aos campos de cultivo, a montante. Em termos de classificação patrimonial, esta roda não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 26: Roda de água de São Sebastião da Feira**

**Fonte: Elaboração Própria**

A roda de água de Penalva de Alva (figura 27) (roda de água vertical inferior), localizada em Penalva de Alva (União de Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), encontra-se somente em funcionamento no verão para fins turísticos. Esta roda, construída em ferro, é movida através da água que passa por baixo, proveniente do rio Alva, e destinava-se à moagem de cereais e produção da farinha. A água passa de caixa em caixa, fazendo com que um dos lados da roda fique mais pesado, fazendo com que a roda gire. Em termos de classificação patrimonial, esta roda não se encontra protegida, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 27: Roda de água de Penalva de Alva**

**Fonte: Elaboração Própria**

### 2.1.5. Moinhos de água

O moinho de água de São Gião (figura 28), está localizado na freguesia de São Gião, no Parque de Campismo de São Gião. Este moinho encontra-se em funcionamento, utilizando a energia hidráulica através da levada de São Gião para a moagem da farinha. A água faz mover o rodízio, que está ligado às várias mós que esmagam o cereal, transformando-o em farinha. Em termos de classificação patrimonial, este moinho não se encontra protegido, contudo evidencia-se pelo seu bom estado de conservação.



**Figura 28: Moagem da farinha do Moinho de água de São Gião (esquerda) e passagem da água da levada que faz funcionar o moinho de água de São Gião (direita)**

Fonte: Elaboração Própria

## 2.2. Património imaterial associado aos rios Alva e Alvoco

No passado, no concelho de Oliveira do Hospital, existiam profissões que careciam dos recursos hídricos, uma vez que os engenhos/estruturas necessitavam da água para o seu funcionamento, de modo que a comunidade garantisse o seu sustento, cumprindo, assim, as suas tarefas. Para além destas profissões, existiam lendas, mitos e tradições, relacionadas e não relacionadas com os rios Alva e Alvoco, que constituem legados herdados das gerações anteriores, caracterizando um povo e uma região.

Neste seguimento, de modo a complementar o património material anteriormente referido, o ponto seguinte irá debruçar-se sobre o património imaterial, destacando a sua riqueza para o território e para a identidade cultural.

### 2.2.1. Ofícios

Relativamente às profissões que outrora marcaram o concelho de Oliveira do Hospital, destaca-se o **Almotacé da Bobadela**, uma profissão que concerne à Idade Média e que consistia num funcionário da Câmara responsável por controlar e administrar a distribuição das águas das levadas pelos devidos interessados (Neves, 2001).

Os **Tapadores** consistiam em ajudantes do almotacé e eram responsáveis por tapar e limpar a levada em Alvoco das Várzeas (Neves, 2001).

As **Lavadeiras**, eram senhoras pertencentes às zonas ribeirinhas que se dedicavam à lavagem da roupa no rio, no concelho de Oliveira do Hospital (Gouveia, 2005). Contudo, a técnica utilizada durante o processo e o seu conhecimento foram-se perdendo com o passar dos anos, mas, apesar disso, ainda representa um símbolo da cultura e da identidade desta comunidade que seria importante reavivar (Gouveia, 2005).

Os **Moleiros**, no concelho de Oliveira do Hospital, picavam as mós (de modo a preservar a sua rugosidade), estavam encarregues da moagem dos cereais para a produção da farinha e ainda preparavam os animais para a transportarem (Campos, 1996).

Quanto aos **Agricultores**, a sua função consistia na plantação e colheita dos produtos agrícolas de modo a garantirem a subsistência do grosso da população. Deste modo, no concelho de Oliveira do Hospital, como as várzeas e os prados junto às linhas de água eram ricas, entendidas como “boas terras” para o cultivo de vários vegetais e cereais, é importante referir o cultivo do milho, a partir do mês de setembro (Neves, 2001). Após a produção do milho, este era levado até aos moinhos, onde seria transformado em farinha e depois em pão.

Por último, é importante referir o **Transporte da Farinha**, uma função que consistia no transporte da farinha através do auxílio animal, salientando-se os burros (Campos, 1996). Posteriormente, os filhos dos moleiros, geralmente jovens, eram responsáveis por distribuir os sarrões de farinha (sacos que carregavam os cereais até ao moinho), pela freguesia (Campos, 1996).

### 2.2.2. Lendas

Tal como anteriormente referido as lendas consistem em crenças populares que caracterizam a cultura de um povo. Neste sentido, devido ao seu interesse para esta investigação, destaca-se a **Lenda das Bruxas** que consiste numa tradição oral passada de geração em geração, crendo-se que as bruxas eram vistas em Alvoco das Várzeas, dentro de um tanque e que se reuniam-se em *concilium*, trocando ideias e passando momentos agradáveis (Liga dos Amigos de Alvoco das Várzeas, 2014).

As **Grutas dos mouros/buracas dos mouros**, consistem em buracos/grutas feitas pelos romanos ao longo do rio Alvoco, apesar de serem popularmente relacionadas aos mouros (Liga dos Amigos de Alvoco das Várzeas, 2014). Pensa-se que estas escavações estavam destinadas à extração de minério, porventura, volfrâmio ou ouro (Liga dos Amigos de Alvoco das Várzeas, 2014).

Por outro lado, através do trabalho de campo e em conversa com uma popular, a senhora Tila Mendes, natural de Alvoco, foi possível conhecer a **Lenda de São Sebastião**. Esta lenda consistiu numa praga/invasão de gafanhotos que atingiu as várzeas, as margens do rio Alvoco e os prados que, outrora verdes, tornaram-se amarelos, devido à presença massiva dos insetos. Perante este cenário, as pessoas rezavam e pediam a São Sebastião para que acabasse com aquele tormento, fazendo promessas ao santo. Destacou-se, de igual de modo, a **Lenda dos lobisomens**, que em conversa com um popular, o senhor

Serafim Cruz Santos, de 84 anos, natural de Alvoco das Várzeas e tapador de profissão, contou que a lenda dos lobisomens consistia no amedrontamento das crianças para que estivessem em casa e não andassem pelas ruas, dizendo-lhes que existiam lobisomens.

Por fim, a **Lenda da Aldeia da Dez** remota ao período da Reconquista da Península Ibérica, e está na origem do nome da atual localidade Aldeia das Dez (Terras de Portugal, 2010). A lenda conta que 10 mulheres encontraram numa caverna, no monte do Colcurinho, um tesouro muito valioso, dividiram-no entre si, sob a promessa de nunca o exibirem ou revelarem, tanto que, ainda hoje não se sabe ao certo em que consistia (Terras de Portugal, 2010).

### **2.2.3. Mitos**

Os mitos, tal como as lendas, transmitem-se de geração em geração através da transmissão oral e definem um fenómeno irreal.

Posto isto, no decorrer do trabalho de campo e em conversa com um popular, o senhor Serafim Cruz Santos – anteriormente apresentado - relatou que existia o hábito entre os populares de se benzerem quando passavam por caminhos cruzados dizendo “caminho em cruz, santo nome de Jesus”, pois acreditavam que as bruxas se reuniam nos cruzamentos.

### **2.2.4. Tradições**

No decorrer do trabalho de campo e em conversa com o Presidente da União de Freguesias de Vide e Cabeça, o senhor João Marques relatou que uma das principais tradições/hábitos relacionados com os rios Alva e Alvoco era a lavagem da roupa no rio, sobretudo a roupa de cama, devido à sua dimensão. Destacou, de igual modo, a lavagem da lã das ovelhas, referindo que a lã era lavada nos rios, em concreto, nas rochas, para depois ser vendida com um aspeto apresentável.

## **2.3. Património Classificado de Interesse Nacional, Público, Municipal e Património de Interesse para o Município**

### **2.3.1. Património Classificado como Imóvel de Interesse Nacional**

A Capela dos Ferreiros (figura 29), está localizada em Oliveira do Hospital (União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços). Consiste numa construção gótica, oriunda da primeira metade do século XIV e que se encontra unida à Igreja Matriz de Oliveira do Hospital (DGPC, s/d), estando classificada como Imóvel de Interesse Nacional. Segundo o Município de Oliveira do Hospital (s/dj), a Capela dos Ferreiros dispõe de um grupo escultórico da autoria de Mestre Pero (entendido como um dos principais espaços funerários góticos portugueses), sendo composta por um retábulo, por uma imagem da Virgem com o Menino e a estátua de um cavaleiro medieval, crendo-se que seja Domingos Joanes



enquanto cavaleiro, e que se encontra aí sepultado, tal como a sua esposa, Domingas Sabachais (DGPC, s/db).



**Figura 29: Capela dos Ferreiros**

**Fonte:** Elaboração Própria

Devido a uma lápide existente, presume-se que a Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa (figura 30) tenha sido erguida ou reerguida em 912 d.C (Município de Oliveira do Hospital, s/dk). Situada na freguesia de Lourosa, em 1930 foi intervencionada e as obras de restauro permitiram dar a conhecer vestígios arqueológicos anteriores à construção da Igreja (Município de Oliveira do Hospital, s/dk). No que toca à sua estrutura, de acordo com o Município de Oliveira do Hospital (s/dk), encontra-se construída sobre um cemitério formado por sepulturas escavadas na rocha que remontam à Idade Média. Por outro lado, este templo apresenta um formato basililar, “de transepto saliente e cabeceira tripartida, com três naves separadas por arcadas em arco de ferradura, sendo a central mais comprida e antecedida na fachada principal de um nártex de compartimento único” (Município de Oliveira do Hospital, s/dk). A Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa tem como orago a Cadeira de São Pedro de Antioquia, e é um monumento classificado como Imóvel de Interesse Nacional (Município de Oliveira do Hospital, s/dk).



**Figura 30: Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa**

**Fonte:** Elaboração Própria



As Ruínas Romanas de Bobadela (figura 31), estão situadas no centro histórico da aldeia de Bobadela, freguesia de Bobadela, e representam os vestígios da antiga cidade romana (DGPC, s/dc). Através do tão conhecido Arco, o Fórum romano, o Anfiteatro, a cabeça de um imperador romano, as epígrafes dedicadas à *Splendidissima Civitas*, bem como as restantes estruturas da antiga cidade romana (Município de Oliveira do Hospital, s/dl), é possível constatar o valor cultural, histórico e patrimonial desta aldeia, bem como a sua importância na Antiguidade Clássica. É um monumento classificado como Imóvel de Interesse Nacional (DGPC, s/dc).



**Figura 31: Arco - Ruínas Romanas da Bobadela**

Fonte: Elaboração Própria

### 2.3.2. Património Classificado de Interesse Público

O Dólmen do Seixo da Beira (figura 32), ou também conhecido por Anta da Arcainha, encontra-se situado em Carvalhal, freguesia de Seixo da Beira, e consiste num monumento que se pensa ter sido construído há cerca de 6.000 anos (Pré-História) (Município de Oliveira do Hospital, s/dm). Esta obra arquitetónica consiste numa sepultura constituída por uma câmara de nove esteios, estando revestida por uma laje de grandes dimensões com cerca de 15 toneladas (Município de Oliveira do Hospital, s/dm). Este monumento também é denominado por “mamao” devido ao seu formato mamilar, e encontra-se classificado como Imóvel de Interesse Público (Município de Oliveira do Hospital, s/dm).



**Figura 32: Dólmen do Seixo da Beira**

Fonte: Município de Oliveira do Hospital (s/dm)

O Dólmen de Bobadela (figura 33), também conhecido por Anta da Coitena ou por Anta do Pinheiro dos Abraços, está localizado na freguesia de Bobadela, e pensa-se que tenha sido construído há cerca de 6.000 anos (Pré-História) (Município de Oliveira do Hospital, s/dn). Atualmente, este monumento está classificado como Imóvel de Interesse Público e já não conserva as lajes que originalmente cobriam a sua estrutura, sendo formado por um “montículo artificial, em pedras e terra, encerrando uma câmara poligonal alargada com oito esteios e um longo corredor de acesso com sete metros de extensão” (Município de Oliveira do Hospital, s/dn).



**Figura 33: Dólmen de Bobadela**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dn)

Classificado como Imóvel de Interesse Público, o Dólmen de Curral dos Mouros ou Anta da Sobreda (figura 34), como também é conhecido, é um monumento que se pensa ter sido construído há cerca de 6.000 anos (Pré-História), estando situado em Sobreda, freguesia de Seixo da Beira (Município de Oliveira do Hospital, s/do). Esta obra arquitetónica consiste numa sepultura que atualmente se encontra desprovida da maioria das suas lajes originais que envolviam a sua estrutura interna (Município de Oliveira do Hospital, s/do). Neste monumento, realça-se a acomodação incomum dos monólitos da câmara, "propiciando um espaço de planta tendencialmente subcircular, presumivelmente lajeado, ao qual se acedia através de um extenso e largo corredor" (Município de Oliveira do Hospital, s/do).



**Figura 34: Dólmen de Curral dos Mouros**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/do)

O Castelo de Avô (figura 35), localizado na freguesia de Avô, nas margens do rio Alva, tendo sido construído no século XIII, é composto por uma muralha com cerca de 3,50 metros de altura por 2,70 metros de largura (*All About Portugal*, 2021b). Em estilo gótico, este monumento é um exemplar da arquitetura militar, sendo atualmente formado pelas muralhas, pelo portal ameado da entrada e pela antiga Capela de São Miguel, contígua ao castelo (Município de Oliveira do Hospital, s/dp). Está, de igual modo, classificado como Imóvel de Interesse Público (Município de Oliveira do Hospital, s/dp).



**Figura 35: Muralhas do Castelo de Avô (esquerda) e Capela de São Miguel (direita)**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dp)

O Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento (figura 36), localizado em Vila Pouca da Beira (União das freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira), foi instituído pela Câmara, Nobreza e Povo desta aldeia, na segunda metade do século XVIII (Município de Oliveira do Hospital, s/dq). Esta edificação é formada por uma Igreja que possui uma porta lateral, por uma grande janela localizada na parte superior e por uma cruz proeminente (Município de Oliveira do Hospital, s/dq). Após ter sido utilizado para a clausura das irmãs franciscanas, este Convento foi também utilizado enquanto Posto Agrário do Mondego, colónia de férias, hospital civil, entre outros (Município de Oliveira do Hospital, s/dq). Atualmente, este espaço encontra-se a funcionar como Hotel e local de eventos, estando classificado como Imóvel de Interesse Público (Município de Oliveira do Hospital, s/dq).



**Figura 36: Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento**

**Fonte:** Elaboração Própria



Através da presença do ano 1756 (MDCCLVI) no portal principal, é possível datar esta Igreja (Município de Oliveira do Hospital, s/dr), também conhecida por “Catedral das Beiras”. Localizada na freguesia de São Gião, e classificada como Imóvel de Interesse Público, a Igreja Paroquial de São Gião (figura 37) tem influências do estilo barroco e o seu interior é adornado por pinturas setecentistas que envolvem o teto da nave e da capela-mor (Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA], 2011a).



**Figura 37: Igreja Paroquial de São Gião**

**Fonte:** Elaboração Própria

Localizada na freguesia de Travanca de Lagos e classificada como Imóvel de Interesse Público, pensa-se que uma parte da Igreja Matriz de Travanca de Lagos (figura 38) tenha sido construída no século XVI, apesar de não se saber a data exata da sua edificação (DGPC, s/dd). Contudo, através do arco triunfal crê-se que este templo corresponda à época manuelina (Município de Oliveira do Hospital, s/ds). No exterior desta Igreja observa-se uma fachada com pilastras laterais coroadas por pináculos e umas escadas que conduzem à porta principal, já no seu interior é possível contemplar uma capela composta por um arco de volta perfeita que permite o acesso à capela-mor (Município de Oliveira do Hospital, s/ds).



**Figura 38: Igreja Matriz de Travanca de Lagos**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/ds)

O Pelourinho de Avô (figura 39), classificado como Imóvel de Interesse Público, localiza-se na Praça 21 de Junho, na freguesia de Avô, e remonta à Época Moderna (estilo manuelino) (Município de Oliveira do Hospital, s/dt). É constituído por três degraus onde está apoiada uma “coluna com base quadrangular e elemento côncavo, fuste constituído por duas secções torsas” (SIPA, 2011b).



**Figura 39: Pelourinho de Avô**  
Fonte: Elaboração Própria

O Pelourinho de Nogueira do Cravo (figura 40) remonta à Época Moderna (estilo manuelino), e está situado no Lugar da Torre, Freguesia de Nogueira do Cravo, não se encontrando estabelecido no local inicial (Município de Oliveira do Hospital, s/du). Este monumento é formado em cantaria de granito, composto por dois degraus quadrangulares (SIPA, 2021c), onde se ergue uma coluna de faces lisas, tendo no cimo um capitel em forma de anel circular liso e, no acabamento, uma mesa circular, estando, também, classificado como Imóvel de Interesse Público (Município de Oliveira do Hospital, s/du).



**Figura 40: Pelourinho de Nogueira do Cravo**  
Fonte: Elaboração Própria

Transferido de Ervedal da Beira entre 1850 e 1950, o Pelourinho de Oliveira do Hospital (figura 41) ergue-se em Oliveira do Hospital (União de Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços), no Largo Conselheiro Cabral Metelo (Município de Oliveira do Hospital, s/dv). Este monumento, classificado como Imóvel de Interesse Público é formado por três degraus quadrangulares, estando neles firmado um bloco cilíndrico que serve de suporte à coluna que sustenta um fuste, não existindo remate (Município de Oliveira do Hospital, s/dv).



**Figura 41: Pelourinho de Oliveira do Hospital**

**Fonte:** Elaboração Própria

O Pelourinho de Bobadela (figura 42), localizado no Largo da Igreja Paroquial e próximo ao Arco romano, na freguesia de Bobadela, foi edificado no seguimento do foral manuelino, em 1513, representando um indício da autonomia desta antiga vila (Município de Oliveira do Hospital, s/dw). Este monumento, classificado como Imóvel de Interesse Público, é formado por três degraus quadrangulares, por uma base onde se encontra sustentada a coluna, um capitel e, por fim, um remate em granito (Município de Oliveira do Hospital, s/dw).



**Figura 42: Pelourinho de Bobadela**

**Fonte:** Elaboração Própria

O Pelourinho de Penalva de Alva (figura 43) remonta à Época Moderna (estilo manuelino), e está localizado nos antigos Paços do Concelho, em Penalva de Alva (União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira) (Município de Oliveira do Hospital, s/dx). Este monumento, classificado como Imóvel de Interesse Público, veio substituir outro pelourinho de madeira e atualmente é formado por quatro degraus quadrangulares, onde se ergue uma coluna, um fuste que estreita no topo e, por último, um pináculo alto em forma de espiral onde sobressai uma bandeirola com uma cruz (Município de Oliveira do Hospital, s/dx).



**Figura 43: Pelourinho de Penalva de Alva**  
**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dx)

Classificado como Imóvel de Interesse Público, o Pelourinho de Seixo da Beira (figura 44), monumento quinhentista (SIPA, 2011d), localiza-se na freguesia de Seixo da Beira e é formado por três degraus quadrangulares onde assenta uma coluna quadrada com cerca de quatro metros, seguida de um capitel e um remate (Município de Oliveira do Hospital, s/dy).



**Figura 44: Pelourinho de Seixo da Beira**  
**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dy)



A Ponte Romana de Bobadela (figura 45) é uma construção que data do século I d.C e que se encontra localizada sobre o rio de Cavalos, freguesia de Bobadela (Município de Oliveira do Hospital, s/dz). Este monumento, classificado como Imóvel de Interesse Público, construído em granito, é formado por um arco de volta perfeita e o tabuleiro original encontra-se revestido por outro mais largo (Município de Oliveira do Hospital, s/dz). Este monumento está inserido no antigo conjunto romano de Bobadela, assim como nas ruínas do originário circo (Município de Oliveira do Hospital, s/dz).



**Figura 45: Ponte Romana de Bobadela**

**Fonte:** Aldeias de Montanha (2021)

A Pousada de Santa Bárbara (figura 46), monumento classificado como Imóvel de Interesse Público, foi uma obra projetada por Manuel Tainha, concluída no ano de 1971, estando localizada num terreno em declive, sobre o vale do rio Alva, em Póvoa das Quartas (União das freguesias de Lagos da Beira e Lajeosa) (Município de Oliveira do Hospital, s/daa; SIPA, 2011e). É um edifício que se divide em três pisos: o primeiro piso corresponde aos serviços, o segundo às salas de jantar, de música e à cozinha, por último, no terceiro, encontram-se os quartos, tendo ainda piscina e campo de ténis no espaço exterior (SIPA, 2011e).



**Figura 46: Pousada de Santa Bárbara**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/daa)



Construído no século XVI, o Solar de Ervedal da Beira ou a “Casa dos Fidalgos de Ervedal” (figura 47), como também era conhecido, está situado em Ervedal da Beira (União das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira), e é composto por três estruturas erguidas em épocas distintas (Município de Oliveira do Hospital, s/dbb). Do lado esquerdo, encontra-se a estrutura principal da casa e do lado direito encontra-se a Capela de Santo António, construída em 1680 por António Tavares Pinto (Município de Oliveira do Hospital, s/dbb). Na extremidade do Solar, é possível observar uma torre aglutinada à Capela (Município de Oliveira do Hospital, s/dbb). É ainda importante referir que em 1992, o Solar foi transformado em unidade Turismo de Habitação, estando classificado como Imóvel de Interesse Público (Município de Oliveira do Hospital, s/dbb).



**Figura 47: Solar de Ervedal da Beira**  
Fonte: Município de Oliveira do Hospital (s/ddd)

### 2.3.3. Património Classificado de Interesse Municipal

A Casa Brás Garcia de Mascarenhas (figura 48), monumento classificado como Imóvel de Interesse Municipal localiza-se na freguesia de Avô nas margens do rio Alva, e foi erguida no século XVI (Município de Oliveira do Hospital, s/dcc). É um dos monumentos mais célebres da vila de Avô, uma vez que aqui nasceu e residiu uma das figuras mais notáveis desta freguesia e do concelho de Oliveira do Hospital: Brás Garcia Mascarenhas, alcaide do castelo de Alfaiates e um elemento que se destacou quer pelo seu desempenho nas lutas pela Restauração da Independência (1640), quer pela sua obra literária (Município de Oliveira do Hospital, s/dcc).

O edifício, na fachada principal, é constituído por dois pisos: o primeiro, um conjunto de portas de arco e o segundo, uma varanda alpendrada. Quanto à fachada lateral, evidencia-se um desnível, devido às ruas principal e traseira, existindo, de igual modo, duas janelas e duas portas desiguais (Município de Oliveira do Hospital, s/dcc). Já a fachada da retaguarda é formada por um primordial aparelho de pedra, sobressaindo uma janela com motivo floral esculpido (Município de Oliveira do Hospital, s/dcc).



**Figura 48: Casa Brás Garcia de Mascarenhas (fachada principal)**

**Fonte:** Elaboração Própria

Também conhecida por Igreja de São Tomé, a Igreja Matriz de Penalva de Alva (figura 49), monumento classificado como Imóvel de Interesse Municipal, localiza-se nas margens do rio Alva, Penalva de Alva (União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), e data do século XVI (Município de Oliveira do Hospital, s/ddd). É um monumento com evidências do estilo barroco, sendo formado na fachada principal por quatro pilastras, por um portal de moldura reta, por um frontão contracurvado e no cimo uma concha (Município de Oliveira do Hospital, s/ddd). Quanto ao interior, este é composto por uma nave única, onde se apresentam duas capelas e dois altares construídos em talha dourada e branca, sendo ainda formada por um arco de triunfo e um púlpito (Município de Oliveira do Hospital, s/ddd).



**Figura 49: Igreja Matriz de Penalva de Alva**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dff)

## 2.4. Património de Interesse para o Município

Neste ponto serão apresentados os monumentos que não se encontram classificados como Património de Interesse Nacional, Público ou Municipal, mas são considerados classificados de Interesse para o Município. Por este motivo, devem ser destacados e inseridos no EPOH, visto que são peças fundamentais para a cultura e para a História do Município, podendo ainda contribuir para a valorização do território.

### 2.4.1. Afloramentos

O Monte do Colcurinho (figura 50), formado há aproximadamente 600 milhões de anos, localiza-se na freguesia de Aldeia das Dez, na Serra do Açor e, geologicamente, a sua origem é xistosa, estando a 1242 metros de altitude (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/db). Foi eleito uma das sete maravilhas ambientais do concelho de Oliveira do Hospital, sendo considerado um lugar de culto, de beleza, descanso e paz (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/db). Aqui encontra-se a Capela da Nossa Senhora das Necessidades, uma capela formada em xisto e que pertence ao Santuário de Nossa Senhora das Precês, vestígios de muros, crendo-se que tenham pertencido a uma torre de vigia ou a uma atalaia (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/db). Recentemente, a autarquia local optou por colocar uma bicicleta numa plataforma giratória, denominada "Bicicleta do Monte do Colcurinho", enquanto atrativo turístico, dando a oportunidade aos seus visitantes de desfrutarem de uma paisagem panorâmica que se estende pelo horizonte (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/db). Em termos de classificação patrimonial, o Monte do Colcurinho não se encontra protegido.



**Figura 50: Monte do Colcurinho e Capela da N.ª Sra. das Necessidades**

**Fonte:** Junta de Freguesia de Aldeia Das Dez (2021)



Situado próximo à aldeia de Formarigo (União das freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira), o Presépio do Alva (figura 51) é composto por pedras de granito de diversas dimensões, dispostas de forma desalinhada pela própria natureza representando a Sagrada Família, sendo, por isso, um lugar de fé e culto, representando um dos atrativos turísticos do concelho de Oliveira do Hospital (Franklin, 2010). Em termos de classificação patrimonial, este presépio não se encontra protegido.



**Figura 51: Presépio do Alva**

**Fonte:** Formarigo Presépio Do Alva (2018)

A Penha do Vieiro (figura 52), localiza-se a 344 metros de altitude, junto à aldeia de Póvoa de São Cosme (União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira), e consiste num afloramento de pedras de quartzo (Soares, 2013). Este afloramento ao longo dos anos e com a erosão foi criando uma espécie de galeria natural, que é denominada por “Sala do Bufo”, assumindo-se como um miradouro (Soares, 2013). Em termos de classificação patrimonial, a Penha do Vieiro não se encontra protegida.



**Figura 52: Penha do Vieiro**

**Fonte:** Município de Oliveira do Hospital (s/dgg)

### 2.4.2. Santuários

O Santuário de Nossa Senhora das Preces (figura 53) situa-se na aldeia de Vale de Maceira (freguesia de Aldeia das Dez), entre 650 e 750 metros de altitude (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/dc). Apelidado por “Fátima das Beiras”, a História deste Santuário, de acordo com uma lenda, começa no século XIV, quando a imagem de Nossa Senhora das Preces surge diante de pastorinhos no alto do Monte do Colcurinho (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/dc). No entanto, no final do século XVI ou inícios do século XVII, a imagem é transportada para Vale de Maceira, sendo aqui que se começa a construir o Santuário entre os séculos XVIII e XIX (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/dc). Este espaço é então constituído por uma Igreja com 50 metros de comprimento e 10 metros de largura, formada por cinco altares, por uma Via-Sacra constituída por 15 capelas com figuras de madeira em tamanho real, dispostas em volta do Santuário; e ainda num parque florestal e um Jardim Botânico (Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, s/dc). Em termos de classificação patrimonial, este Santuário não se encontra protegido.



**Figura 53: Santuário de Nossa Senhora das Preces**

**Fonte:** Elaboração Própria

O Santuário de Nossa Senhora dos Milagres (figura 54) está localizado em São Paio de Gramaços (União de freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços), e é composto por uma Capela datada de 1850 (posteriormente aumentada em 1867 e decorada em 1879), e por um pequeno parque (Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense - IPSS [SRLS-IPSS], s/d). A sua construção setecentista, como se pode comprovar através do altar-mor e dos altares colaterais, deve-se a Dionísio Garcia Ribeiro (SRLS-IPSS, s/d). Em termos de classificação patrimonial, este Santuário não se encontra protegido.



**Figura 54: Santuário de Nossa Senhora dos Milagres**

**Fonte:** Elaboração Própria

### **2.4.3. Jardim**

O Jardim do Santuário de Nossa Senhora das Preces (figura 55), situa-se em torno do Santuário de Nossa Senhora das Preces, em Vale de Maceira (freguesia de Aldeia das Dez) (Andarilho, 2021). Este jardim é composto por uma escadaria notável, por diversos lagos no decorrer da encosta, por uma cascata e por mais de trinta espécies de árvores, algumas autóctones, outras exóticas, e por árvores centenárias (Andarilho, 2021). Em 2017, devido aos incêndios, este Jardim foi devastado, no entanto, numa candidatura aos apoios da Fundação Calouste Gulbenkian, foi possível recuperá-lo em 2018 (Gonçalves, 2018). Em termos de classificação patrimonial, este Jardim não se encontra protegido.



**Figura 55: Jardim do Santuário de Nossa Senhora das Preces**

**Fonte:** Elaboração Própria

#### 2.4.4. Miradouros

O Miradouro da Penha (figura 56), também conhecido como “Sala do Bufo” (Município de Oliveira do Hospital, 2014), está localizado próximo ao rio Mondego, na Póvoa de São Cosme (União das freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira), a 344 metros de altitude (7 Maravilhas de Oliveira do Hospital, 2011). É um miradouro que permite estar em contacto com a natureza, relaxar e contemplar a paisagem, sendo também possível observar a Serra do Caramulo, a Serra da Estrela e a Serra do Açor, encontrando-se a 344 metros de altitude (7 Maravilhas de Oliveira do Hospital, 2011). Em termos de classificação patrimonial, o Miradouro da Penha não se encontra protegido.



**Figura 56: Vista do Miradouro da Penha**

**Fonte:** 7 Maravilhas de Oliveira do Hospital (2011)

O Miradouro “Varandas de Avô” (figura 57), situa-se na freguesia de Avô, a 358 metros de altitude (Aldeias do Xisto, 2020), e o seu nome deve-se à Rainha D. Amélia que ao que tudo indica, era uma visitante assídua deste local (7 Maravilhas de Oliveira do Hospital, 2011). É um pequeno miradouro em pedra que permite observar a vila de Avô, o rio Alva, a Ilha do Picoto e as habitações que se vão estendendo ao longo da paisagem. É também possível ler alguns versos espalhados em azulejo de autores ligados à vila de Avô, como Brás Garcia Mascarenhas e Vasco de Campos, contemplar a Serra do Açor, o Monte do Colcurinho, a Serra da Estrela e a Serra da Lousã, através das Varandas de Avô (7 Maravilhas de Oliveira do Hospital, 2011). Além disto, é considerado Geossítio da Paisagem pela Estrela Unesco Global Geopark. Tal como o Miradouro da Penha, este local também permite estar em contacto com a natureza, descontraír e usufruir de um parque de merendas.





**Figura 57: Varandas de Avô**

**Fonte:** Elaboração Própria

#### 2.4.5. Palheiras

As Palheiras de Fiais da Beira (figura 58) encontram-se situadas em Fiais da Beira (União das freguesias de Ervedal e Vila Franca da Beira) e consistem em 75 palheiras construídas em xisto e granito, que eram e são utilizadas para guardar alfaias agrícolas e cereais, como o centeio, a cevada e o trigo (Portugal Notável, 2011). As palheiras e as lages (onde estão instaladas as palheiras), estão associadas ao processo de cultivo, produção, conservação e preparo dos cereais (Portugal Notável, 2011). Em termos de classificação patrimonial, as Palheiras de Fiais da Beira não se encontram protegidas.



**Figura 58: Palheiras de Fiais da Beira**

**Fonte:** Portugal Notável (2011)



#### 2.4.6. Festas e romarias

Como é importante reconhecer e valorizar o património imaterial, onde se inserem os saberes, as tradições, as lendas e a cultura de um povo, é também importante inserir nesta investigação as festas e romarias mais significativas que são vividas no concelho de Oliveira do Hospital. Por serem certames únicos que valorizam a História, a gastronomia, o artesanato e celebram os antepassados, é essencial mencioná-los, já que estas festas atraem imensos visitantes, contribuem para o turismo e para a economia local, dando ainda a conhecer o que melhor existe no concelho de Oliveira do Hospital, sendo por isso, uma mais-valia para o EPOH. No entanto, é ainda importante referir que nenhum dos certames que será apresentado se encontra protegido em termos de classificação patrimonial.

Neste seguimento, começa-se por destacar a **Festa do Bodo de São Sebastião** decorre num fim de semana do mês de janeiro, em Vila Pouca da Beira. Este certame procura dar a conhecer a gastronomia e as tradições locais, permitindo o contacto com a comunidade, destacando-se o momento que dá nome a esta festa: a distribuição do Bodo de São Sebastião (Notícias de Coimbra, 2015). O bodo consiste numa lenda que remonta ao século XVIII, tendo sido vivida uma epidemia que provocou inúmeras mortes e, neste seguimento, os homens mais abastados pediram a intercessão de São Sebastião para que a findasse (Aldeias do Xisto, s/di). Como o pedido foi ouvido, todos os anos se comemora a Festa do Bodo em homenagem a São Sebastião, contribuindo com o bodo de pão e bolos (Aldeias do Xisto, s/di).

A **Festa Anual em louvor de Nossa Senhora das Necessidades**, realizada no mês de junho, no alto do Monte do Colcurinho, atraindo a esse local imensos devotos que vão agradecer à Virgem os pedidos concedidos ou cumprir promessas, sendo que a Virgem também abençoa os povos da Beira e Portugal (Lourdes, 2011).

As **Festas do Rio** decorrem habitualmente no segundo fim de semana de agosto, nas margens do rio Alvoco (Liga dos Amigos de Alvoco das Várzeas, 2014). Este certame procura valorizar e destacar Alvoco das Várzeas, contando com a presença de artesãos, coletividades e várias atividades económicas locais (Antero, s/d).

A **Feira do Pão, Bôlas e Bolos** decorre durante um fim de semana do mês de agosto, em Seixo da Beira (Prata, 2013). Esta mostra dá a conhecer as iguarias gastronómicas típicas desta freguesia, onde as bôlas de carne e bacalhau, cozidas *in loco* em fornos de lenha pelas forneiras da freguesia, são as mais requisitadas, seguindo-se o pão caseiro e o bolo tradicional da Páscoa (Prata, 2013). Esta feira também conta com a presença e atuação de vários grupos culturais do concelho de Oliveira do Hospital, grupos musicais, exposição de artesanato e produtos endógenos (Prata, 2013).

A **Feira Moçárabe de Lourosa** decorre durante um fim de semana de agosto, em Lourosa, próximo à Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa. É um evento que consiste numa viagem histórica ao passado, destacando o século X, onde os cristãos e muçulmanos habitaram e conviveram neste concelho (Notícias

de Coimbra, 2018). Neste certame, além de ser possível experienciar o ambiente vivido durante aquele período histórico, pode-se desfrutar da gastronomia referente a essa época histórica, da música, danças, do artesanato, do teatro, entre outros (Notícias de Coimbra, 2018).

A **Festa das Vindimas** realiza-se em Lagares da Beira, no Largo da Feira, no mês de setembro, e é uma iniciativa que partiu do Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira (Rádio Boa Nova, 2019). Este certame procura valorizar e transportar para a atualidade um hábito e uma tradição que vigorou no passado: o tratamento das vinhas e a execução das vindimas (Rádio Boa Nova, 2019). Deste modo, o Rancho Folclórico e Cultural de Lagares da Beira, em modo festivo, recria esta tradição, fazendo nascer uma vinha da noite para o dia, já com uvas, onde a comunidade tem a oportunidade de vindimar, seguindo-se a feitura do vinho e do bagaço, tal como antigamente (Rádio Boa Nova, 2019).

A **Festa da Castanha** realiza-se em Aldeia das Dez, no Santuário de Nossa Senhora das Preces, durante um fim de semana do mês de outubro (Aldeias do Xisto, s/dg). Este certame procura valorizar os produtos endógenos, assim como a gastronomia e o artesanato, contando ainda com um concurso de fotografia (Aldeias do Xisto, s/dg). Para além disto, ainda são realizadas atividades como oficinas para famílias, magustos tradicionais, *showcooking* para crianças, entre outros (Aldeias do Xisto, s/dg), visando o envolvimento dos visitantes e os locais.

A **Festa do Porco e do Enchido** realiza-se em Meruje, na Lage Grande e no Terreiro do Santo de Meruge, no segundo fim de semana de novembro (Aldeias do Xisto, s/dh). Nesta feira, que integra ainda a Feira-Mostra do Porco Bísaro, a Feira da Agricultura Familiar e do Mundo Rural e a Feira da Doçaria, os visitantes têm a oportunidade de aprender a arte de “tender” ou adquirir uma bôla de carne, de bacalhau ou sardinha ou uma broa de milho, de desfrutar de um percurso pedestre, e degustar as chouriças de carne e de bofes, as morcelas, farinheiras, presuntos curados, o porco no espeto com arroz de feijão, os torresmos à moda de Meruge ou o arroz doce de anis (Aldeias do Xisto, s/dh).

Finda a apresentação do património material e imaterial que poderá constituir o EPOH, no próximo capítulo deste trabalho abordar-se-á o método utilizado para realizar a entrevista, assim como os objetivos, a constituição da mesma e resultados.

## Capítulo V - Metodologia

### 1. Metodologia utilizada

A entrevista é uma metodologia aplicada na recolha de dados, muito utilizada nas ciências sociais, uma vez que as experiências, a linguagem e a interação são essenciais para o sucesso da entrevista (Batista, Matos & Nascimento, 2017).

As entrevistas podem ser aplicadas através de questionários realizados e divulgados na *Internet*, por chamada telefónica ou pessoalmente. Contudo, o método mais utilizado é através de um contacto pessoal (Vieira, 2020).

Uma das particularidades da entrevista, é que esta metodologia permite estudar as relações, as representações, as opiniões e perceções, possibilitando o estudo de processos sociais e a construção de novas abordagens e novos conceitos, desconhecidos ou pouco conhecidos, referentes a determinados grupos (Batista et al., 2017). Além disto, a entrevista carrega ainda outra vantagem para as investigações: permite um maior número de informação e referências com maior grau de profundidade (Vieira, 2020).

A entrevista estruturada consiste então em questões planeadas, mais rápidas e extensivas, uma vez que o número de entrevistados pode ser igualmente superior (Vieira, 2020). No entanto, a entrevista estruturada requer um certo controle sobre a informação (tentando não fugir ao tema ou à questão), e sobre o desenvolvimento e sobre a análise do conteúdo (Boni & Quaresma, 2005; Monteiro, 2011). Com isto, é possível estabelecer uma reflexão e comparação entre as diferenças ou semelhanças existentes nas respostas dadas à mesma pergunta pelos diversos entrevistados (Boni & Quaresma, 2005).

### 2. Objetivos e constituição da entrevista

Os recursos naturais no concelho de Oliveira do Hospital são diversos e notórios. O vale do Alva e o vale do Alvoco, aliados aos ambientes aquáticos neste concelho, tiveram a capacidade de moldar o quotidiano da população residente, tendo sido imprescindíveis para o desenvolvimento de determinadas atividades e ofícios (devido à disponibilidade hídrica), que culminaram na edificação de pontes, açudes, moinhos, rodas de água, bem como na emergência de lendas, práticas e tradições associadas à água.

Assim, devido ao património natural e ao património cultural (material e imaterial) presente e correlacionado ao rio Alva e ao rio Alvoco, um dos principais objetivos deste trabalho passa por analisar a perceção dos *stakeholders* do concelho de Oliveira do Hospital quanto à importância e funções que estes atribuem aos recursos hídricos e ambientes aquáticos.

Por outro lado, também é necessário analisar o conhecimento ou desconhecimento dos *stakeholders* do concelho de Oliveira do Hospital relativamente ao conceito de Ecomuseu, e conhecer as suas posições relativamente a uma possível implementação deste projeto no concelho de Oliveira do Hospital.

Por fim, tenciona-se verificar de que forma é que este projeto pode contribuir para o desenvolvimento territorial, para a dinamização dos produtos endógenos e para a proteção e valorização do património natural e cultural associado à água.

De modo a alcançar os objetivos anteriormente expostos, foi elaborado um guião de entrevista (Apêndice I). Num primeiro momento, a entrevista foi desenvolvida para uma amostra populacional composta por quarenta e um indivíduos, no entanto, só vinte indivíduos é que responderam, estando divididos em cinco grupos - político, cultural, empresarial, alojamento e restauração e organizações (desenvolvimento e serviços) - pertencentes às seguintes categorias e instituições:

Na categoria política, destacam-se as seguintes entidades políticas entrevistadas:

1. Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro (Presidente da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital);
2. União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira;
3. Freguesia de São Gião;
4. Freguesia de Aldeia das Dez.

Relativamente aos agentes culturais, salientam-se as seguintes instituições:

1. Coral de Sant'Ana;
2. Museu do Azeite;
3. Sociedade de Recreio Filarmónica Avoense (António da Silva Antunes).

Seguem-se as empresas, onde se destacam:

1. Azeites do Cobral, Lda;
2. Carlos Faria da Cunha & Filhos, Lda - Carlos Faria da Cunha & Filhos (Casa Luzarte).

De seguida, apresentam-se os agentes ligados ao alojamento e restauração, salientando-se:

1. Quinta das Covas/Country House (Nuno Alves e Raquel Campos Alves);
2. Hotel Rural Quinta da Geia & Restaurante João Brandão (Célia Madeira);
3. Flag Hotel Convento do Desagravo;
4. Quinta da Moenda;
5. Casa de Baixo (José Vasco de Campos).

E, por último, as organizações, que envolvem agentes ligados ao desenvolvimento, à religião e aos serviços, salientando-se:

1. Bombeiros de Oliveira do Hospital;

2. Associação Desenvolvimento Regional Da Serra Do Açor - ADESA (Teresa Dias);
3. Campus de Tecnologia e Inovação (BLC3);
4. EPTOLIVA;
5. Unidade Pastoral Oliveira do Hospital Sul.

Devido à COVID-19, a entrevista foi submetida e disponibilizada através da *internet*, na plataforma *Google Forms*. Para a obtenção de respostas, os entrevistados foram contactados pelo Gabinete de Apoio à Vereação (GAV), via *e-mail*, tendo sido enviada uma mensagem de correio eletrónico que continha a apresentação e contextualização do estudo, bem como o *link* para acederem à entrevista.

Como a entrevista se destinava exclusivamente aos agentes locais do concelho de Oliveira do Hospital, esta foi redigida apenas em português e as questões foram iguais para todos os entrevistados, sendo formada por quatro grupos - identificação, dados sociodemográficos, recursos hídricos e ambientes aquáticos e, por fim, um grupo dedicado ao Ecomuseu - num total de trinta e três questões, sete de resposta aberta e vinte e seis de resposta fechada.

Quanto à estrutura da entrevista, como foi referido, esta foi dividida em quatro grupos, estruturando-se da seguinte forma:

1. No primeiro grupo da entrevista, intitulado por “Identificação”, foi pedido aos entrevistados para referirem o seu nome e/ou a instituição que representam;
2. Em seguida, no grupo “Dados sociodemográficos”, os entrevistados foram questionados relativamente à sua idade, género, estado civil, habilitações literárias e, por último, situação laboral;
3. Depois, no grupo designado por “Recursos hídricos e ambientes aquáticos”, o principal objetivo passou por questionar os entrevistados relativamente ao grau de importância que atribuíam aos rios Alva e Alvoco, como é que estes rios poderiam contribuir para o desenvolvimento local e regional, quais os pontos fracos e os pontos fortes que identificavam nestes rios, e para eles, quais as ameaças perante a oferta e concorrência de outros concelhos e investimentos nacionais que os ambientes aquáticos apresentam no concelho de Oliveira do Hospital;
4. Por último, no grupo denominado por “Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, a finalidade consistia em analisar o conhecimento ou desconhecimento dos entrevistados relativamente ao conceito de ecomuseu e o que pensavam sobre a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital, alusivo ao património material e imaterial relacionado com os rios Alva e Alvoco. Foi também importante entender se os entrevistados estariam disponíveis ou indisponíveis para colaborar na criação deste projeto, e perceber quais deveriam ser os principais objetivos. Tendo em consideração as suas opiniões, os

entrevistados foram questionados sobre os hábitos, tradições e lendas associadas aos rios Alva e Alvoco que poderiam ser incluídas no ecomuseu. Foi, de igual modo, importante conhecer os vários métodos de pesca e informações associadas aos rios anteriormente referidos, construindo, assim, uma base mais sólida para a fundação do EPOH. Posteriormente, os entrevistados foram ainda interrogados quanto às artes, ofícios e saberes-fazer referentes aos rios Alva e Alvoco que deveriam ser utilizados enquanto elementos para a criação do EPOH, assim como as atividades ligadas à economia local que deveriam ser aproveitadas para uma possível proposta de Ecomuseu. Por fim, foi importante analisar se para os entrevistados fazia sentido incluir a gastronomia no EPOH, quais as palavras/expressões que seriam imprescindíveis para definir o EPOH, onde estaria localizada a sede do EPOH e quais seriam freguesias de outros concelhos da região ou parceiros institucionais que poderiam estar integrados neste projeto.

Como a entrevista não foi realizada presencialmente, optou-se maioritariamente por questões de resposta fechada, de forma a facilitar o processo de resposta. Contudo, a entrevista também era formada por questões de resposta aberta, para que os entrevistados pudessem fundamentar as suas opiniões e posições. Posto isto, é ainda importante referir que a entrevista foi aplicada num período que decorreu entre os meses de abril de 2021 a julho de 2021. Quanto ao tempo estimado de resposta, este varia entre os 10 a 15 minutos.

Como o principal objetivo deste trabalho consiste na promoção de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital, é importante referir que a entrevista representa uma componente basilar, sendo a informação recolhida um suporte para este estudo, visto que, para o desenvolvimento deste projeto é necessário envolver a população local e conhecer o seu ponto de vista.

Finda a apresentação da parte metodológica que compõe este trabalho, o próximo capítulo será dedicado à análise dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas aos *stakeholders* do concelho de Oliveira do Hospital.

## Capítulo VI - Análise dos resultados obtidos através das entrevistas

### 1. Análise das nuvens de palavras

Para o tratamento dos dados qualitativos, foi utilizado o “*Word Cloud Generator*”, uma extensão do *Google Docs* que funciona como um *plugin* do *Chrome* e que permite criar de forma automática uma nuvem de palavras com base no texto que é apresentado. Assim, foi utilizada a contagem de palavras que consiste em apurar o número de vezes que uma palavra aparece no texto submetido. Quanto mais vezes uma palavra aparecer nas entrevistas, maior será o seu realce na nuvem de palavras.

Esta contagem de palavras não abrangeu pronomes, advérbios ou determinantes, devido à sua presença em massa, contando apenas palavras que tenham no mínimo quatro letras. Esta funcionalidade foi primordial na análise das entrevistas, pois permitiu constatar quais as palavras mais proferidas e utilizadas pelos entrevistados, dando consecutivamente a perceber quais as ideias, preferências e interesses de cada um dos grupos em estudo. Neste sentido, através da análise dos resultados obtidos através do “*Word Cloud Generator*” (figuras 59 e 60), permitiu observar que os resultados obtidos mostram que o discurso dos entrevistados é similar.

A nuvem correspondente aos resultados obtidos através da análise do conteúdo geral, ou seja, o conteúdo referente a todas as entrevistas (figura 59), constata que o vocábulo utilizado com maior frequência é “**Lazer**”, seguindo-se “**Turismo**” e “**Valorização**”. De igual modo, surgem os vocábulos “**Ausência**”, “**Paisagem**”, “**Concelho**”, “**Património**”, “**Água**”, “**Gastronomia**” e, por último, “**Agricultura**”.

O vocábulo “**Concelho**”, surge devido à constante referência ao concelho de Oliveira do Hospital. Já os conceitos “**Lazer**” e “**Turismo**” podem justificar-se pela relevância que os rios Alva e Alvoco possuem no concelho de Oliveira do Hospital. As praias fluviais existentes, utilizadas maioritariamente para o turismo e lazer, demarcam a paisagem e o quotidiano dos munícipes, indo ao encontro da ideia proposta nesta investigação da criação de um Ecomuseu do Património, sendo este uma mais-valia tanto para a comunidade como para o território, destacando, assim, o património cultural e natural existente.

O vocábulo “**Valorização**”, de acordo com os entrevistados, surge devido à importância e valor que os recursos hídricos e ambientes aquáticos apresentam em termos económicos, culturais, sociais, turísticos e paisagísticos. Estes acreditam que os rios Alva e Alvoco, enquanto componente natural, contribuem e podem possibilitar a valorização económica e turística no concelho, afirmando que os pontos fortes e uma das suas funções está ligada à valorização da “**Paisagem**”, da cultura e identidade e à promoção da sustentabilidade, podendo favorecer o desenvolvimento local e regional, valorizando, assim, o território em estudo, em consonância com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Por outro lado, o vocábulo “**Ausência**” surge devido às preocupações demonstradas pelos entrevistados relativamente aos recursos hídricos e ambientes aquáticos. Apesar dos rios Alva e Alvoco serem uma das principais riquezas do concelho, a ausência de limpeza, a ausência de proteção e





Analisando as nuvens de palavras pertencentes a cada grupo em estudo (figuras 60), verifica-se que não existem grandes dessemelhanças nos seus discursos. Contudo, é possível verificar que o grupo **“Organizações (desenvolvimento e serviços)”** e o grupo **“Cultural”** são os que mais destaque dão à água e ao património. Apesar de serem conceitos igualmente importantes para os restantes grupos, **“Alojamento e Restauração”**, **“Político”** e **“Empresarial”**, os conceitos anteriormente enunciados ocupam uma posição secundária, estando o foco destes grupos centrado no Turismo e Lazer, devido à sua atividade económica estar frequentemente relacionada com a visitação do território ou com a gestão territorial. A isto pode juntar-se o facto do interesse político abarcar uma visão mais ampla do concelho e compreender que os recursos hídricos e a criação de um Ecomuseu podem vir a dinamizar o território, permitindo o envolvimento da comunidade.

Devido à forte relação dos grupos **“Alojamento e Restauração”**, **“Político”** e **“Empresarial”** com o Turismo e Lazer na geração de empregos, de receitas e na dinamização de negócios, estes veem nos recursos culturais e naturais (onde se incluem os recursos hídricos e os ambientes aquáticos), e, futuramente, o EPOH, uma fonte de rendimento. Desta forma, estimula-se a economia local, o conhecimento, o repouso e relaxamento, contrariamente ao que sucede no grupo **“Organizações (desenvolvimento e serviços)”** e no grupo **“Cultural”**, que por terem outra sensibilidade e uma visão cultural/artística, assim como um contacto mais próximo com a comunidade, encaram como primordiais no seu discurso a água e o património. Perspetivar a integração de todos estes grupos de atuação socioeconómica e político cultural no EPOH mostra-se, por isso, como imprescindível para a sua boa gestão.

Por outro lado, os vocábulos **“Valorização”**, **“Concelho”** e **“Paisagem”** são os que mais ressaltam nos discursos dos cinco grupos em análise, demonstrando um equilíbrio e concordância nas suas opiniões. Assim, observa-se, quando interpretados em conjunto, o interesse destes cinco grupos em valorizar e proteger os recursos naturais, culturais e patrimoniais, bem como a necessidade do reconhecimento do enquadramento paisagístico enquanto atrativo.

Além disto, é ainda possível constatar que estes agentes locais pretendem dinamizar o concelho e as atividades económicas através da promoção de um Ecomuseu que eleve os ativos territoriais, onde também se insere a gastronomia, um elemento peculiar na riqueza local e que é salientado por todos os grupos, fazendo referência ao peixe do rio por parte de todos os entrevistados.



Grupos	Word Cloud Geral	Empresaria I	Cultural	Político	Alojamento e Restauração	Organizações (desenvolvimento e serviços)
1.	Lazer	Valorização	Lazer	Lazer	Ausência	Lazer
2.	Turismo	Turismo	Turismo	Turismo	Lazer	Água
3.	Valorização	Ausência	Valorização	Ausência	Turismo	Património
4.	Ausência	Concelho	Água	Água	Valorização	Turismo
5.	Paisagem	Cultural	Paisagem	Concelho	Paisagem	Concelho
6.	Concelho	Lazer	Ausência	Valorização	Património	Paisagem
7.	Património	Paisagem	Concelho	Património	Cultural	Valorização
8.	Água	Património	Indústria	Pesca	Alvoco das Várzeas	Ausência
9.	Gastronomia	Território	Agricultura	Paisagem	Rios	Consciencialização
10.	Agricultura	Inclusivo	Habitats	Património Cultural	Preservação	Indústria

**Tabela 2: Vocábulo em destaque na nuvem de palavras, por ordem decrescente, referentes aos grupos de entrevistados**

**Fonte:** Elaboração Própria com base nos dados obtidos através da análise de conteúdo no *Word Cloud Generator*

De seguida, realizar-se-á uma análise metódica das entrevistas estruturadas, onde será caracterizada a amostra que compõe este estudo, assim como a apresentação das respostas dos entrevistados aos grupos “recursos hídricos e ambientes aquáticos” e “ecomuseu”.

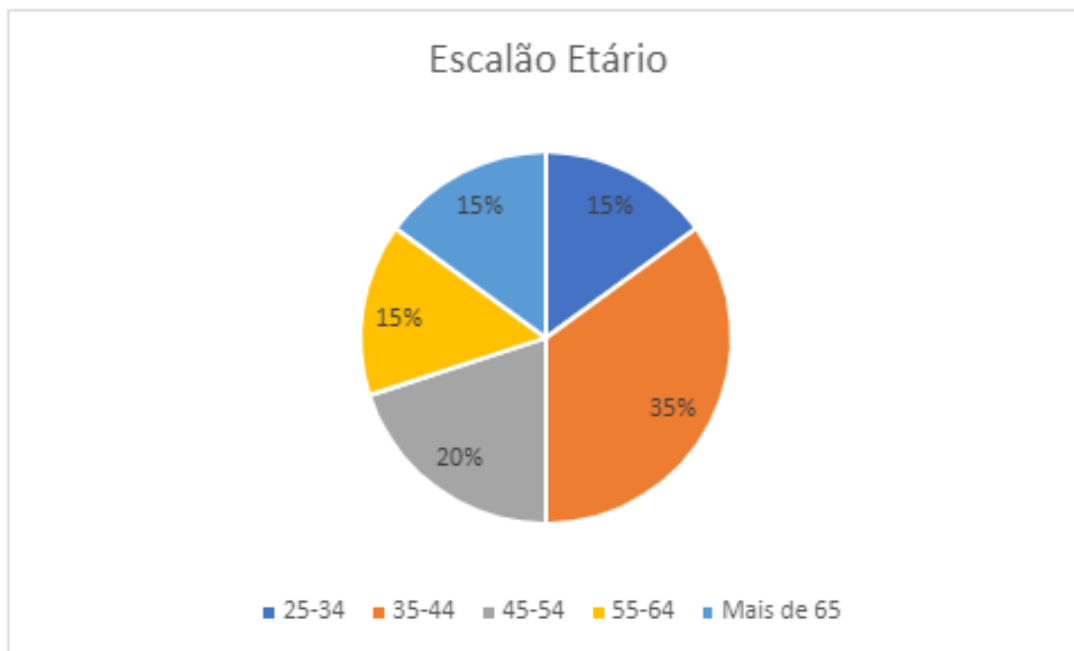
## 2. Análise das entrevistas estruturadas

### 2.1. Perfil da amostra

Como foi anteriormente referido, a entrevista foi enviada aos *stakeholders* do concelho de Oliveira do Hospital, no entanto, numa amostra de 41 indivíduos, só 20 é que se disponibilizaram a colaborar neste estudo. Deste modo, a informação resultante das entrevistas estruturadas irá iniciar-se pelo perfil da amostra.

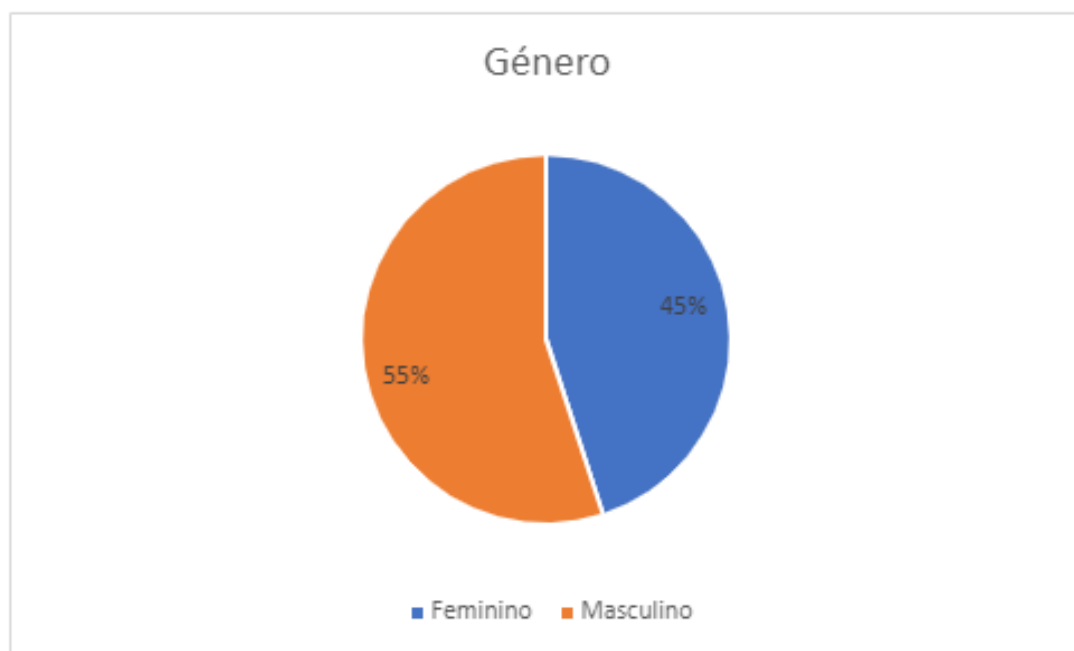
Atendendo à idade dos 20 entrevistados, constata-se que o escalão entre os 35-44 anos é o que sobressai com maior número de participações, em comparação com os escalões entre os 25-34, 55-64 e mais de 65 (figura 61).

Quanto ao género dos participantes, dos 20 entrevistados, verifica-se que 55% (11) pertencem ao género masculino e 45% (9) ao género feminino (figura 62).



**Figura 61: Escalão etário pertencente aos entrevistados, em 2021**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada "Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital", realizada de abril a julho de 2021.



**Figura 62: Género pertencente aos entrevistados, em 2021**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada "Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital", realizada de abril a julho de 2021.

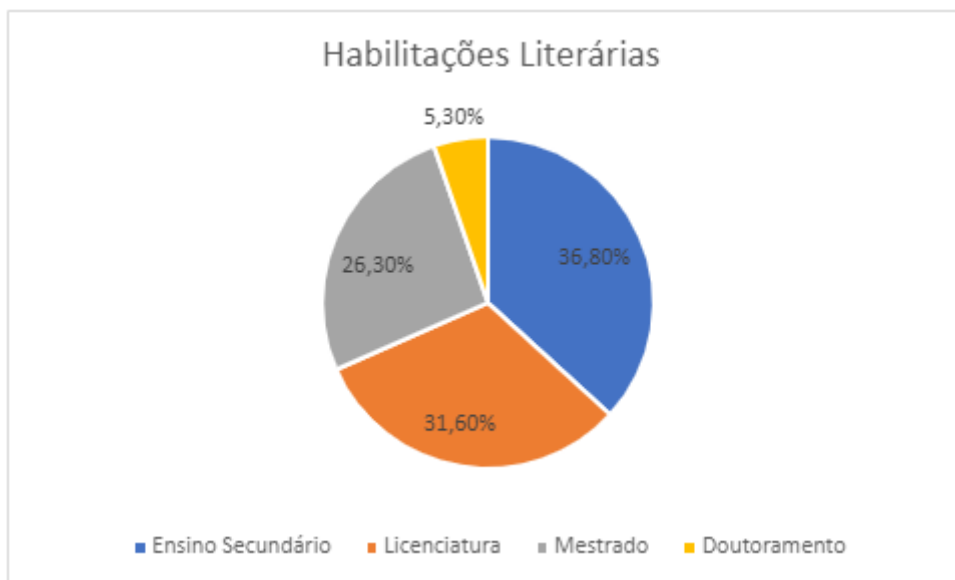
Quanto ao estado civil, 89,5% (17) dos entrevistados encontram-se casados ou em união de facto, e apenas 10,5% (2) dos entrevistados são solteiros (figura 63).



**Figura 63: Estado Civil dos entrevistados, em 2021**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021.

No que diz respeito ao nível de ensino (figura 64), predominam os entrevistados apenas com o ensino secundário 36,8% (7), seguindo-se os entrevistados com licenciatura 31,6% (5). O nível de ensino com menor representatividade diz respeito ao Doutoramento, apenas com 5,3% (1).

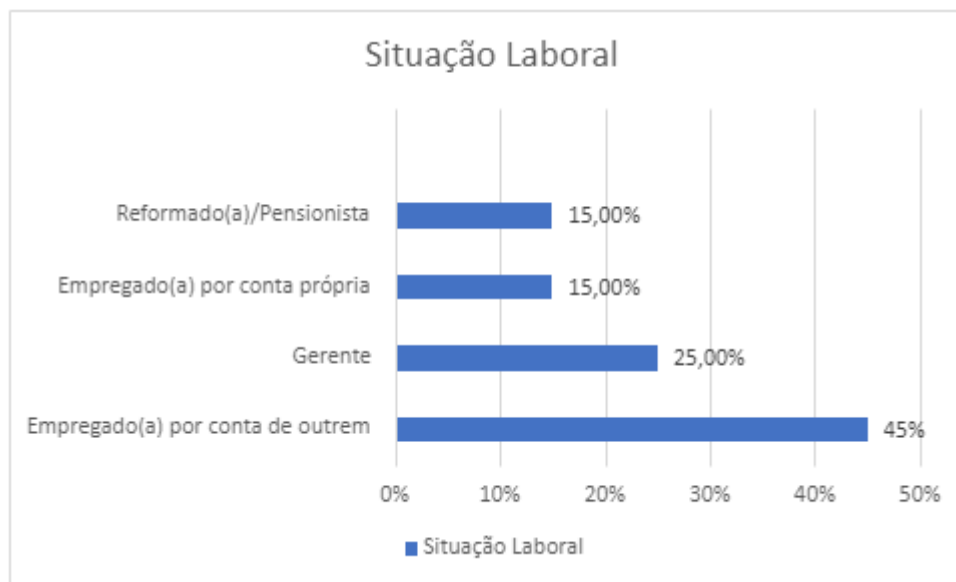


**Figura 64: Habilitações Literárias dos entrevistados, em 2021**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021.



Por último, constata-se que a maioria dos entrevistados 45% (9) encontram-se empregados por conta de outrem. No entanto, apenas 15% (3) dos entrevistados estão empregados por conta própria, e 15% (3) encontram-se reformados/pensionistas. É ainda importante declarar que os dados referentes à situação laboral dos entrevistados correspondem ao tipo de instituição/empresa a que se encontram ligados (figura 65).



**Figura 65: Situação laboral referente aos entrevistados, em 2021**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021.

## 2.2. Análise de conteúdo

### 2.2.1. Recursos hídricos e ambientes aquáticos

Após o perfil da amostra, importa analisar o conteúdo das entrevistas estruturadas. Como se pretende promover um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital que abarque as tradições, as práticas e o saber-fazer relacionado com os rios Alva e Alvoco, foi importante começar por analisar o grau de importância que os entrevistados atribuem aos rios Alva e Alvoco.

Para 70% dos entrevistados (14), estes rios têm “muitíssima importância”, para 25% dos entrevistados (5) têm “muita importância”, e apenas 5% (1) pertencente à categoria “Alojamento e Restauração” respondeu que estes rios, para si, apresentam apenas “alguma importância”.

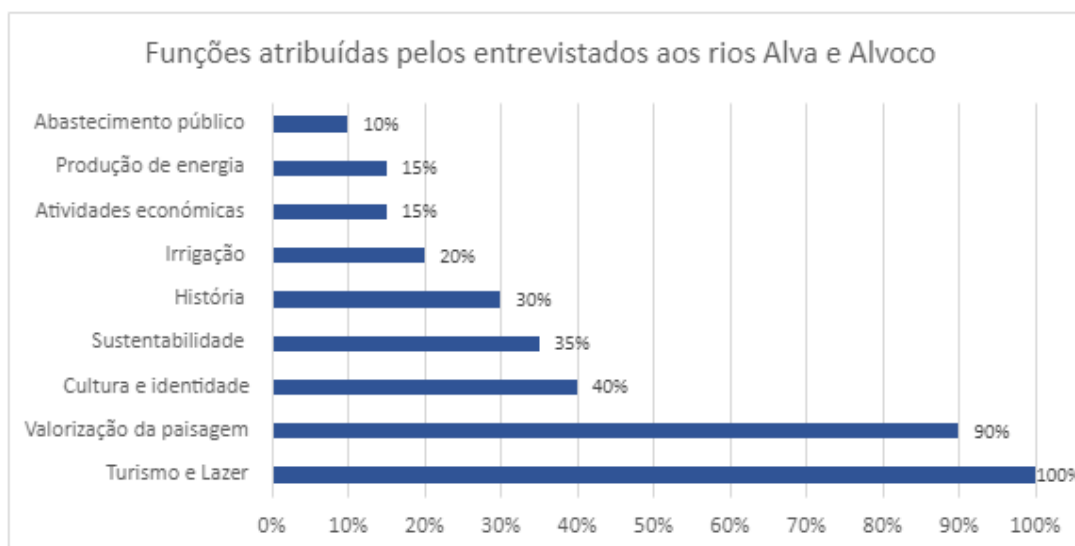
Após terem sido questionados sobre o grau de importância, foi necessário verificar quais as funções que atribuíam aos rios Alva e Alvoco, tendo sido pedido que nomeassem apenas três opções (figura 66). Neste seguimento, como a exploração e utilização destes rios é maioritariamente sazonal (época balnear), sendo as praias fluviais do concelho um dos principais atrativos durante os meses de verão, 100% dos entrevistados, ou seja, a totalidade, atribuíram a função “Turismo e Lazer” aos rios Alva

e Alvoco, seguindo-se 90% (18) entrevistados a nomear a função “valorização da paisagem”, de seguida apenas 40% (8) dos entrevistados referiram a “cultura e identidade” e, por último, 35% (7) entrevistados mencionaram a “sustentabilidade”. É ainda importante referir que apenas 10% (2) entrevistados referiram que uma das funções dos rios Alva e Alvoco está ligada ao abastecimento público.

Por outro lado, quando interrogados se estes rios e as suas margens podem ter um papel decisivo no que toca à atração de população local e visitantes em termos de Turismo e Lazer, de forma a contribuírem para o desenvolvimento local e regional, a opinião dos 20 entrevistados é unânime e positiva.

Foi, de igual modo, pedido aos entrevistados que justificassem as suas posições face às funções que atribuíram aos rios Alva e Alvoco. Neste sentido, um entrevistado pertencente à categoria “**Empresas**” afirmou que os rios e as suas margens constituem “um fator de atração turística, contribuindo para o não abandono do interior, tantas vezes esquecido pelos centros de decisão do país”. Neste sentido, um entrevistado pertencente à categoria “**Cultura**”, veio complementar que, para que isso não se verifique, deve existir a “criação de projetos ligados ao turismo e atividades lúdicas”.

Para um entrevistado pertencente à categoria “**Político**”, estes rios são formados por “um enquadramento paisagístico muito atrativo, com uma componente de atividades económicas e ocupação populacional equilibradas, sem descargas de águas residuais não tratadas e, por isso, ainda sustentáveis do ponto de vista ambiental”, constituindo para um entrevistado pertencente à categoria “**Organizações (desenvolvimento e serviços)**”, verdadeiros “recursos com inúmeras potencialidades que, exploradas de forma sustentada e integral, proporcionam oportunidades para a população local”, podendo, assim atrair visitantes.



**Figura 66: Funções atribuídas pelos entrevistados aos rios Alva e Alvoco, em 2021**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021.

Foi de igual modo pedido para que os entrevistados apresentassem, de acordo com a sua opinião, 4 pontos fortes e 4 pontos fracos que os ambientes aquáticos apresentam (tabela 3). Para 85% (17) dos entrevistados, um dos pontos fortes que estes atribuem aos ambientes aquáticos é a “valorização da paisagem”, seguindo-se 65% (13) dos entrevistados a referir a “qualidade da água” e, por último, 55% (11) a evidenciam o “Turismo”.

Quanto aos pontos fracos que os ambientes aquáticos apresentam no concelho de Oliveira do Hospital de acordo com a opinião dos entrevistados, 45% (9) dos entrevistados referem a “ausência de limpeza”, a “ausência de proteção e valorização da vegetação” e a “ausência de preservação de *habitats* e espécies”.

Pontos fortes (por ordem decrescente)	Pontos fracos (por ordem decrescente)
Valorização da paisagem;	Ausência de limpeza;
Qualidade da água;	Ausência de proteção e valorização da vegetação;
Turismo;	Ausência de preservação de <i>habitats</i> e espécies;
Preservação de <i>habitats</i> e espécies;	Escasso aproveitamento para a agricultura e pesca;
Possibilidade de praticar desporto e atividades ao ar livre;	Ausência de preservação do património cultural;
Proteção e valorização da vegetação;	Falta de lugares de estacionamento;
Boas condições de acessibilidade e mobilidade.	Ausência da preservação da sua envolvente natural, nomeadamente floresta.

**Tabela 3: Pontos fortes e pontos fracos (por ordem decrescente) que os ambientes aquáticos apresentam no concelho de Oliveira do Hospital, em 2021**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021.

Os pontos fracos aqui apontados podem servir de motivação primária para a importância da criação do EPOH. Os rios Alva e Alvoco e os ambientes aquáticos foram sempre primordiais e essenciais para a fixação da população no território, como foi exposto anteriormente, tendo sido, ao longo de várias décadas a única fonte de água potável disponível. Aliado a isto, a existência destes rios e as suas margens, associadas aos solos férteis e às instalações igualmente próximas destes cursos de água, como os moinhos, as rodas de água, as levadas, entre outros, possibilitaram o desenvolvimento da agricultura, assegurando o sustento da população.

Pelas razões previamente enumeradas e por contribuírem para o equilíbrio dos ecossistemas, para a preservação de espécies e para a valorização da paisagem, são considerados “muitíssimo importantes”, ou seja, cruciais e indispensáveis para a maioria dos entrevistados.

Atualmente, a função dos rios Alva e Alvoco prende-se, maioritariamente, com o Turismo e Lazer, devido à existência de praias fluviais em todas as freguesias que são atravessadas por estes rios, no concelho de Oliveira do Hospital.

As praias fluviais e as várias distinções que recebem anualmente (anteriormente explanadas), bem como a qualidade da água, as infraestruturas e equipamentos em bom estado de conservação e a existência de boas condições de acessibilidade e mobilidade, levam a que os rios Alva e Alvoco sejam utilizados maioritariamente pelos banhistas, tendo, por isso, um aproveitamento sazonal. Não obstante, com a criação do EPOH pretende-se reduzir esta sazonalidade e promover atividades que atraiam visitantes durante a época baixa, tais como atividades ou programas técnicos relacionados com as profissões antigas e com o quotidiano da população no passado, através de experiências autênticas e genuínas, onde os visitantes poderiam aprender a moer cereais, a observar como era lavada a roupa nos rios, a cozer pão, entre outros; criados workshops gastronómicos, dando a conhecer aos visitantes os produtos ligados e não correlacionados com os rios Alva e Alvoco.

Por outro lado, estes cursos de água marcam a paisagem e definem-na, conferindo-lhe uma identidade cultural e social, sendo o resultado da apropriação por parte da população que se pode comprovar através da existência de socacos e de campos agrícolas nas suas margens. Por outro lado, é importante referir a paisagem sonora, também conhecida como “*soundscape*”, possível apreciar nos vales do Alva e do Alvoco. A paisagem sonora é então composta pelo chilrear dos pássaros, pela passagem da água dos rios, pelo funcionamento das rodas de água, entre outras, sendo um elemento basilar no concelho de Oliveira do Hospital e de total interesse para os entrevistados.

Presentemente, apesar de os rios Alva e Alvoco ainda serem utilizados para a rega dos campos agrícolas e para o funcionamento de algumas instalações, como a roda de água de Penalva de Alva e a roda de água de São Sebastião da Feira ou o moinho de São Gião, a sua atividade não se centra no abastecimento público ou na produção de energia, como no passado, sendo por isso, um ponto fraco enunciado pelos entrevistados.

Após terem apresentado os pontos fortes e os pontos fracos que os ambientes aquáticos apresentam, chegou o momento de perceber, na opinião dos entrevistados, quais são as ameaças que se fazem sentir perante a oferta e concorrência de outros concelhos e investimentos nacionais.

Depois de selecionarem apenas 3 opções, 75% (15) dos entrevistados salientam a “ausência de investimento nacional no concelho”, 50% (10) dos entrevistados afirmam que existe dificuldade em criar postos de trabalho no concelho, e 5% (1) pertencente à categoria “**Alojamento e Restauração**” destaca a presença de espécies invasoras e que não existem apoios para a proteção e conservação das florestas. A

inexistência de investimento nacional e internacional no território, aliado a uma inércia e desatenção por parte dos agentes políticos e à inexistência ou ineficácia de políticas e estratégias que promovam as conexões locais e inter-regionais e nacionais, conduzem à indiferença perante os territórios de baixa densidade e a um subsequente abandono. Devido a estes fatores, torna-se árduo criar postos de trabalho, dinamizar o território, estimular a economia local e atrair população.

A terceira e última parte da entrevista é iniciada por uma questão que dá corpo a este trabalho: o Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital. Sendo este ponto dedicado em exclusivo ao projeto, foi necessário perceber se os entrevistados sabem em que consiste um Ecomuseu.

Através da análise das entrevistas, foi possível constatar que 35 % (7) dos entrevistados já tinham ouvido falar do seu conceito, 30% (6) dos entrevistados nunca tinham ouvido falar do seu conceito, 30% (6) dos entrevistados têm conhecimento do seu conceito e apenas 5% (1) entrevistado está familiarizado com o seu conceito.

Depois desta “questão de partida” foi necessário verificar o que entendem os entrevistados pelo conceito “Ecomuseu”. Para os entrevistados pertencentes às categorias “**Organizações (desenvolvimento e serviços)**”, “**Alojamento e Restauração**”, “**Cultura**”, “**Político**” e “**Empresas**”, o conceito que estes têm de Ecomuseu é idêntico. Os agentes locais pertencentes a estes grupos afirmam que o Ecomuseu consiste num “museu dinâmico”, um “museu ao ar livre representativo da fauna e flora de uma determinada zona”, “dedicado às questões da ecologia e da natureza”, bem como a sua “valorização e proteção”, correspondendo, assim, a “um conjunto de espaços "reais" transformados em polos turísticos, sendo que o "museu" é o território”.

No entanto, 5% (1) dos entrevistados pertencentes à categoria “**Cultura**” descrevem o Ecomuseu de forma mais detalhada, dando destaque a outra dimensão e mostrando que se encontram mais conscientes da sua noção, expondo, assim, que este é “um instrumento concebido, construído e posto em funcionamento por uma autoridade pública em conjunto com a população local. O envolvimento da autoridade faz-se através dos especialistas, serviços e recursos que fornece, e o envolvimento da população local depende das suas aspirações, conhecimentos e abordagem individual”. Nesta linha de pensamento sobressai ainda a resposta de um entrevistado pertencente à categoria “**Político**”, que dá destaque à vertente “património e a comunidade” neste projeto.

Sobre a criação de um Ecomuseu no concelho, alusivo ao património material e imaterial relacionado com os rios Alva e Alvoco, 65% (13) dos entrevistados, ou seja, a maioria, consideram que seria uma ótima iniciativa para a comunidade e para o Turismo, 25% (5) acreditam que este projeto pode ser um atrativo fundamental e muito importante, já que está relacionado com a sustentabilidade, 5% (1) garante que já tinha pensado num projeto deste tipo e que o sugeriu há 20 anos, só que a ideia acabou por ser desconsiderada e 5% (1) dos entrevistados pensa que talvez seja benéfico para a comunidade. Posto isto, verifica-se que os entrevistados estão todos de acordo e favoráveis à criação do EPOH.

Como é necessário o envolvimento da população local para a promoção de um Ecomuseu, 80% (16) dos entrevistados mostraram-se disponíveis para colaborar na criação do EPOH, e 20% (4) dos entrevistados não estão interessados em participar na conceção do EPOH. Neste sentido, cerca de 58,8% (10), estariam disponíveis para colaborar na criação do Ecomuseu através da divulgação do projeto, 23,5% (4), estariam disponíveis para participar na sua organização e 11,8% (2) gostariam de ser responsáveis pelo arranque do projeto. Contudo, um entrevistado pertencente à categoria “**Organizações (desenvolvimento e serviços)**”, estaria disponível para colaborar na criação do Ecomuseu quer na divulgação do projeto, quer na participação da sua organização, assim como responsável pelo arranque do projeto, “nomeadamente através da partilha de conhecimentos, tendo em conta que também tenho um projeto idêntico, mas para a zona da Cordinha”.

Constata-se que a maioria dos entrevistados manifesta interesse em participar na conceção do EPOH através da sua divulgação, existindo um entrevistado, pertencente à categoria “**Organizações (desenvolvimento e serviços)**”, que se destaca e manifesta singular interesse neste projeto, uma vez que, é responsável por uma proposta semelhante, para a Cordinha e detém conhecimentos sobre esta temática.

Após a análise do conhecimento ou desconhecimento do conceito, interesse e motivações dos entrevistados perante a promoção do EPOH no concelho de Oliveira do Hospital, foi de total interesse perceber quais deveriam ser os principais objetivos do Ecomuseu, na ótica dos entrevistados. Assim, foi pedido que cada entrevistado escolhesse três opções, e as que foram apresentadas, de forma a facilitar o processo de resposta, foram as seguintes:

1. Cooperação na difusão e comercialização dos produtos locais;
2. Interação com a população local;
3. Promoção do território, destacando o património cultural (material e imaterial) e natural;
4. Consciencialização para a necessidade de salvaguardar o património material e imaterial;
5. Espaço dedicado à investigação, documentação e comunicação;
6. Espaço de vivências/experiências sensoriais e autênticas;
7. Espaço que contribua para o desenvolvimento inclusivo e sustentável;
8. Consciencialização ambiental.

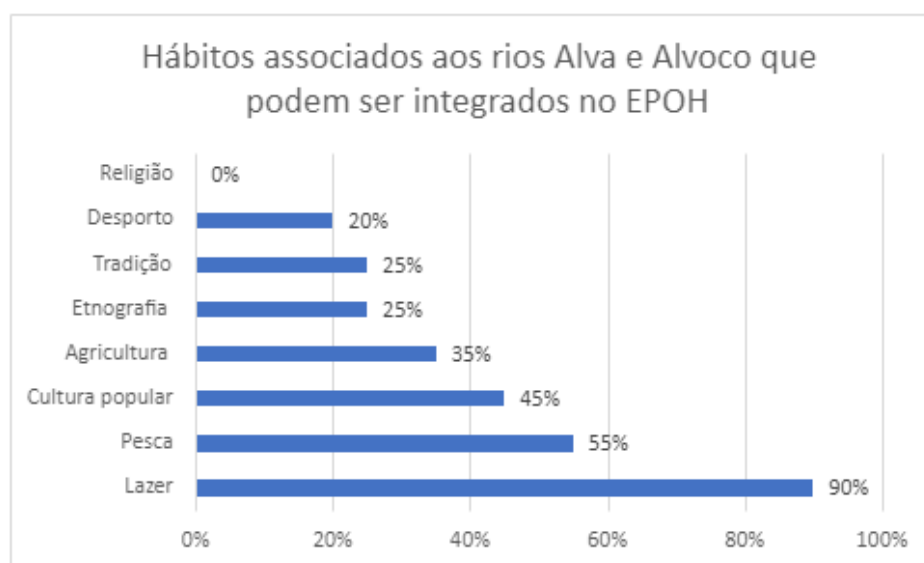
Observou-se que 75% (15) dos entrevistados entendem que a promoção do território, destacando o património cultural (material e imaterial) e natural deverá corresponder ao propósito central do EPOH. De seguida, 55% (11) dos entrevistados declaram que o EPOH deverá ser responsável pela consciencialização e para a necessidade de salvaguardar o património material e imaterial. Apenas 5% (1) dos entrevistados entende que deverá estabelecer interação com a população local.



Assim, constata-se que o património cultural (material e imaterial) para a maioria dos entrevistados é a base principal para a materialização do EPOH, devido à sua importância, sendo, por isso, necessário salvaguardá-lo. Como os Ecomuseus agregam a comunidade representando-a, e como foi sublinhado por 5% (1) entrevistado, o EPOH também deverá estabelecer uma interação com a população local, sendo, de igual modo, responsável pela divulgação da cultura e do património existente.

Depois de estabelecidos os principais objetivos do EPOH, de acordo com a opinião dos entrevistados, é primordial verificar quais os hábitos, tradições, tipo de pesca (pesca de cana, de rede, de barco ou de tarrafa), informações associadas aos rios Alva e Alvoco, artes, ofícios e saberes-fazer, atividades ligadas à economia local, assim como as lendas/mitos associados aos rios Alva e Alvoco que podem ser aproveitados enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital.

Começando pelos hábitos ligados aos rios Alva e Alvoco que podem ser integrados na conceção do EPOH (figura 67), verifica-se que para 90% (18) dos entrevistados prima o Lazer, seguindo-se a pesca para 55% (11) dos entrevistados e a cultura popular para 45% (9) dos entrevistados. De relevar que nenhum entrevistado referiu a religião para integrar este projeto. Todavia, os entrevistados não deixam de referir a importância do desporto, da agricultura, da tradição e da etnografia. Isto evidencia as mais-valias que podem estar associadas à criação do EPOH.



**Figura 67: Hábitos associados aos rios Alva e Alvoco que podem ser integrados no EPOH**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021.

Relativamente às tradições associadas aos rios Alva e Alvoco que podem ser aproveitadas enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital, constata-se que para 85% (17) dos entrevistados as tradições ligadas ao Lazer, nomeadamente, as praias fluviais são importantes para agregar a este projeto, devido ao seu valor natural, seguindo-se as tradições ligadas aos

moinhos de água, às represas e açudes, com 55% (11) dos entrevistados a referi-las. Mais uma vez se comprova que as tradições religiosas de acordo com os entrevistados não devem ser incluídas no EPOH, assim como o artesanato, enquanto hábito associado aos rios Alva e Alvoco, verificando-se, na figura 72, que os entrevistados privilegiam elementos relacionados diretamente com os rios, como o Lazer, a pesca, a cultura popular e a agricultura. Como foi anteriormente aprofundado, o Lazer constitui o principal hábito referente aos rios Alva e Alvoco, sendo por esse motivo que a maioria dos entrevistados nomeiam esta ocupação, assim como as praias fluviais.

Nas margens dos vales do Alva e Alvoco também se encontram construídas estruturas relacionadas com a água, algumas em funcionamento, como é o caso de algumas rodas de água e moinhos, anteriormente enunciadas, assim como as levadas e as pontes, que devido à sua arquitetura e valor patrimonial, são impossíveis de ignorar, como é o caso da ponte de Avô e da ponte medieval de Alvoco das Várzeas, igualmente analisadas neste trabalho.

Quanto à inclusão dos tipos de pesca neste projeto, como se pode verificar nas figuras (67 e 68) foi uma temática bastante reconhecida pelos entrevistados nas outras questões graças ao famoso peixe do rio. O peixe do rio é conhecido e apreciado pela população e, quando questionados sobre o tipo de pesca (pesca de cana, de rede, de barco ou de tarrafa) associada aos rios Alva e Alvoco e que poderá ser aproveitada enquanto elemento para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital, 90% (18) dos entrevistados referem a pesca de cana, por ser a que era comumente usada, 5% (1) dos entrevistados nomeiam a pesca de rede, e somente 5% (1) dos entrevistados não concorda com nenhuma das opções.

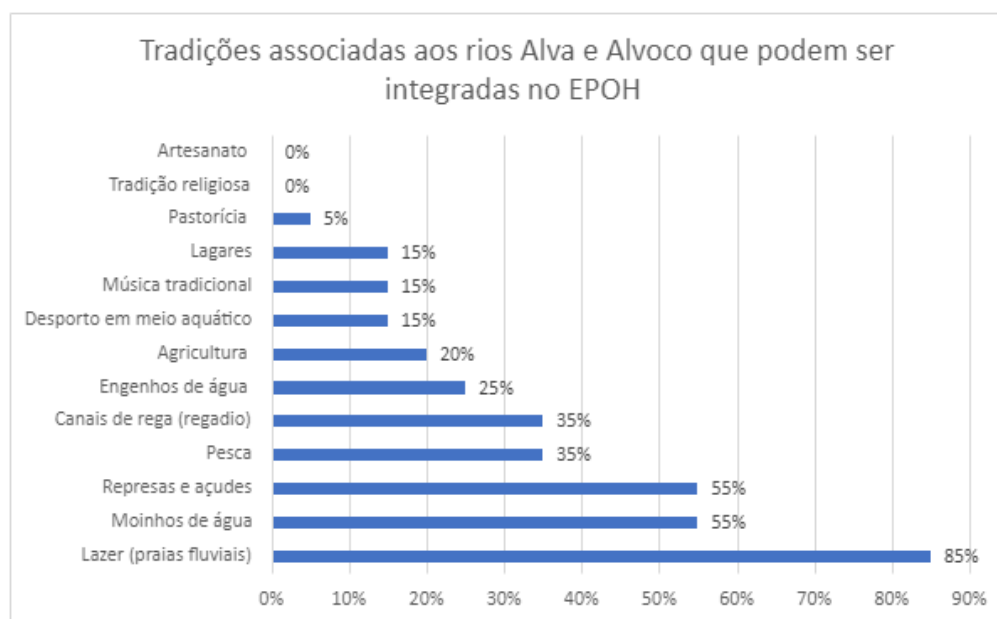
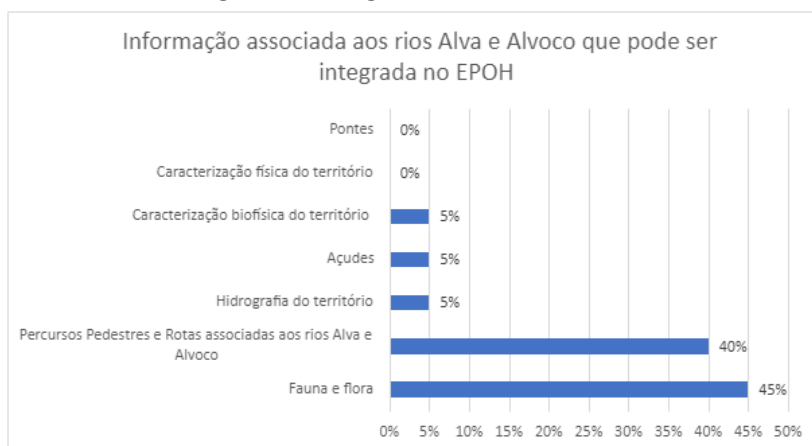


Figura 68: Tradições associadas aos rios Alva e Alvoco que podem ser integradas no EPOH

Fonte dos dados: Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021.

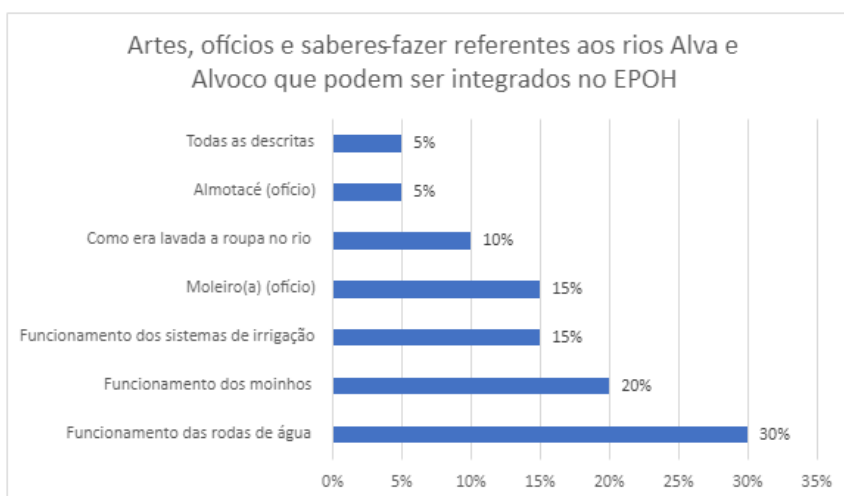
No que se refere à informação associada aos rios Alva e Alvoco que pode ser integrada no EPOH (figura 69), 45% (9) dos entrevistados referem os conhecimentos ligados à fauna e flora e 40% (8) dos entrevistados referem a informação relativa aos Percursos Pedestres e Rotas associadas aos rios Alva e Alvoco. Quanto à informação relativa às pontes e à caracterização física do território, é possível verificar que os entrevistados não mostraram nenhuma inclinação para esta matéria, priorizando informação relacionada com a botânica, ecologia e hidrologia do território.



**Figura 69: Informação associada aos rios Alva e Alvoco que pode ser integrada no EPOH**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021

No que respeita às artes, ofícios e saberes-fazer referentes aos rios Alva e Alvoco que podem ser integrados no EPOH, 30% (6) dos entrevistados mencionam a informação relativa ao funcionamento das rodas de água, 20% (4) dos entrevistados referem que deveria ser incluída informação referente ao funcionamento dos moinhos, e 15% (3) dos entrevistados creem que deveria ser disponibilizada informação relativamente ao ofício dos Moleiros(as) (figura 70).

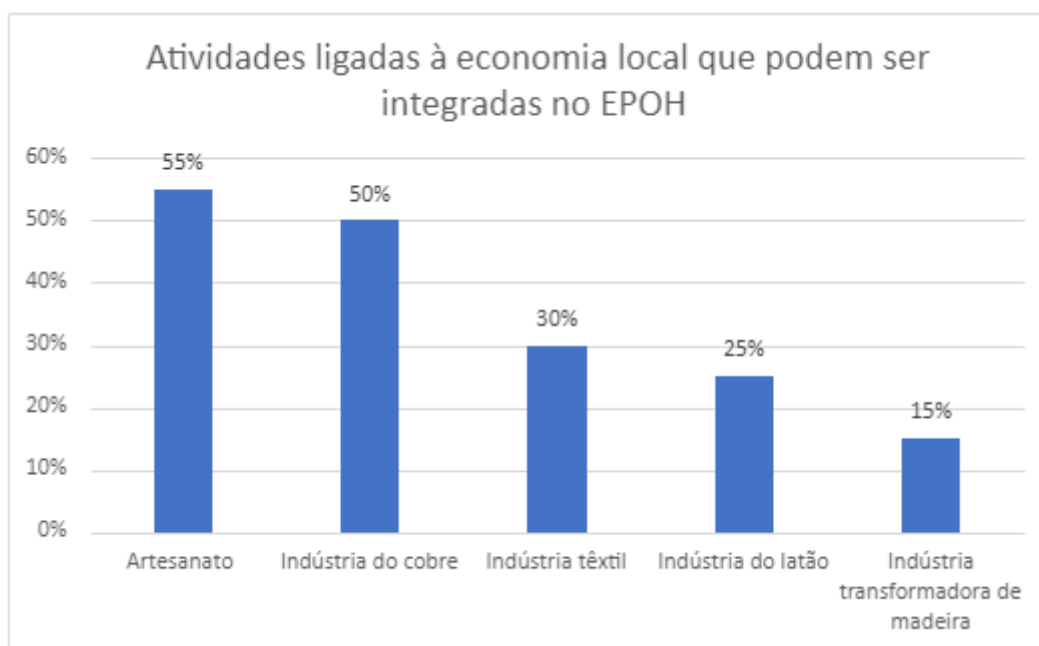


**Figura 70: Artes, ofícios e saberes-fazer referentes aos rios Alva e Alvoco que podem ser integrados no EPOH**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021

O concelho de Oliveira do Hospital apresenta como principal atividade económica a agricultura e a indústria têxtil. Por ser um concelho diferenciado pelo seu tecido empresarial dinâmico (Município de Oliveira do Hospital, 2021), foi necessário perceber quais atividades ligadas à economia local que deveriam ser aproveitadas enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital, de acordo com a opinião dos entrevistados (figura 71).

Assim, segundo a ótica de 55% (11) dos entrevistados, o artesanato não deverá ser incluído no EPOH enquanto tradição, mas sim enquanto arte, ofício e saber-fazer, sendo a principal atividade que deverá ser agregada na criação deste projeto, seguindo-se a indústria do cobre e a indústria têxtil, muito ricas no concelho. No entanto, apenas 15% (3) dos entrevistados referiram a indústria transformadora de madeira.



**Figura 71: Atividades ligadas à economia local que podem ser integradas no EPOH**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021

Quanto às lendas e mitos associados aos rios Alva e Alvoco que podem ser aproveitados enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital, para a maioria dos entrevistados este é um tema desconhecido.

Contudo, dos 20 agentes locais, 5% (1) dos entrevistados pertencentes à categoria “**Organizações (desenvolvimento e Serviços)**” referiu a “lenda de Aldeia das Dez”, e 5% (1) dos entrevistados pertencentes à categoria “**Alojamento e Restauração**” nomeou a lenda associada “à exploração de minério, nomeadamente o ouro”. Apesar destes 10% (2) entrevistados terem referido duas lendas distintas, nenhum entrevistado mencionou mitos associados a estes dois rios ou explicaram em que consistiam estas duas lendas.

Como já foi referido ao longo deste trabalho, o concelho de Oliveira do Hospital é muito rico em recursos naturais e patrimoniais, sendo que o património cultural também sobressai. Não obstante, no que toca às referências gastronómicas, este concelho é também notável e considerável, sobretudo devido à proximidade da Serra da Estrela, que confere produtos típicos e genuínos desta região.

Por este motivo, os entrevistados foram questionados no sentido de exporem a sua opinião em relação à inclusão da gastronomia na proposta para a criação do EPOH. Para 45% (9) dos entrevistados, a gastronomia deve ser incluída e, para 35% (7) dos entrevistados, é fundamental que seja incluída. Apesar deste cenário positivo, para 10% (2) dos entrevistados a gastronomia não deverá ser incluída e, para 10% (2) dos entrevistados, é indiferente que seja ou não agregada.

Devido à sua riqueza e porque constitui um atrativo fundamental para o concelho de Oliveira do Hospital, observa-se que a maioria dos entrevistados reconhece que seria uma mais-valia para o EPOH e para o território abarcar a gastronomia neste projeto. Neste sentido, foi questionado aos entrevistados que responderam "sim" ou "sim, é fundamental que seja incluída", a sua justificação. Para 10% (2) dos entrevistados referentes à categoria "**Organizações (desenvolvimento e serviços)**", a gastronomia "é uma parte essencial do património imaterial de qualquer território" e "faz parte da identidade e cultura local". Para 10% (2) entrevistados pertencentes à categoria "**Alojamento e Restauração**", seria interessante "estabelecer-se uma relação entre o Ecomuseu e a gastronomia local" já que, no geral, "a maioria dos nossos visitantes procuram experiências gastronómicas". Devido à riqueza gastronómica deste concelho, 5% (1) entrevistado pertencente à categoria "**Alojamento e Restauração**" refere ainda o valor da gastronomia dizendo que é "diversificada e os produtos para a sua confeção são ricos".

Os entrevistados acabam ainda por referir que "era comum há 50 anos as pescarias de barbos e bogas, fritos e consumidos pelas famílias ribeirinhas e do concelho" (entrevistado pertencente à categoria "**Político**"), e que seria interessante o "aproveitamento e divulgação dos recursos piscícolas destes rios" (entrevistado pertencente à categoria "**Empresas**"), através do EPOH, permitindo, de igual modo, a divulgação das "entidades gastronómicas da região" (entrevistado pertencente à categoria "**Cultura**").

Na questão seguinte, foi pedido aos entrevistados que escolhessem três palavras/expressões que julgassem imprescindíveis para definir o EPOH, dentro das seguintes opções:

1. Inovador;
2. Sustentável;
3. Difusor de conhecimento(os);
4. Potenciador de identidade cultural;
5. Portador de memória coletiva;
6. Singular;
7. Inclusivo;
8. Cooperativo.

Posto isto, as três palavras/expressões mais escolhidas pelos entrevistados foram: sustentável, potenciador de identidade cultural e portador da memória coletiva.

Por outro lado, os entrevistados não chegaram a um consenso quando questionados sobre a integração neste projeto de freguesias de outros concelhos da região que apresentem características de valor para um Ecomuseu, associados aos ambientes aquáticos. Para 50% (10) dos entrevistados, faz sentido incluir outras freguesias, contudo, para os restantes 50% (10) dos entrevistados, esta parceria não se justifica.

Esta dualidade poderá desfavorecer o EPOH e atrapalhar o seu progresso, já que não existe um entendimento entre os entrevistados relativamente a um ponto de total interesse para o Ecomuseu. Estas instituições museológicas devem existir para assistirem as comunidades e projetarem o território a nível nacional e internacional, sem necessariamente dar atenção a limites administrativos. Posto isto, seria substancial compreender quaisquer freguesias que pudessem dar o seu contributo, e isso pode ser conseguido através de projetos, iniciativas ou parcerias, tornando o EPOH num projeto inclusivo e dinamizador, não deixando de dar ênfase a todo o concelho de Oliveira do Hospital.

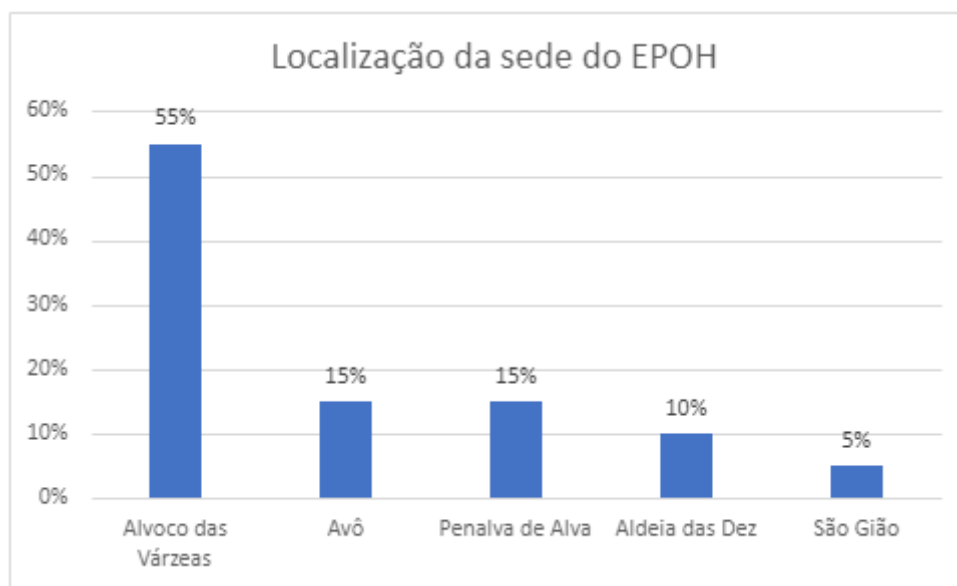
Quando pedido aos entrevistados que estão de acordo para nomearem potenciais freguesias, as sugestões foram coincidentes e concordantes. Para quatro entrevistados referentes às categorias “Empresas”, “Político”, “Cultural” e “Organizações (desenvolvimento e serviços)”, deveriam ser englobadas as “freguesias ribeirinhas destes rios”, assim como “as que convivem ou conviveram de perto com esses rios”, tal como as “freguesias ou concelhos por onde passe o rio Alvoco e o rio Alva”. Um entrevistado pertencente à categoria “Organizações (desenvolvimento e serviços)” salienta ainda a Zona da Cordinha, um entrevistado pertencente à categoria “Alojamento e Restauração” destaca o concelho de Seia e um agente cultural sublinha a freguesia de Sandomil (concelho de Seia).

Relativamente à sede do EPOH (figura 72), a maioria dos entrevistados 55% (11) optou por Alvoco das Várzeas para uma possível localização do EPOH. Esta opção surge uma vez que Alvoco das Várzeas é uma freguesia portadora de um monumento distinguido como “Património Classificado de Interesse Público”, a ponte medieval de Alvoco das Várzeas e por ser atravessada pelo rio Alvoco, um recurso natural importante para o lazer (devido à existência de uma praia fluvial), para o quotidiano da população, para a preservação de espécies e *habitats*, para a valorização da paisagem, considerado um dos mais limpos da Europa. A juntar a isto é uma freguesia detentora de um vasto património imaterial e uma parte considerável dos entrevistados são habitantes de Alvoco das Várzeas. Estes poderão ser alguns dos motivos plausíveis para a sua nomeação em massa.

Por outro lado, apenas 5% (1) dos entrevistados referiu São Gião para uma possível localização do EPOH. Apesar de não ter sido uma freguesia priorizada, é também detentora de valioso património cultural, como é o caso da Igreja Matriz, considerada “Catedral das Beiras”, e por várias estruturas ligadas à água e referidas neste trabalho, como o moinho (ainda em funcionamento) e uma praia fluvial,



mostrando que sempre existiu uma forte ligação a este recurso natural. Por estas razões, crê-se que São Gião tenha sido uma opção pelas razões declaradas.



**Figura 72: Localização da sede do EPOH**

**Fonte dos dados:** Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021

Por último, a pergunta que encerra a entrevista prende-se com a necessidade de perceber quais os possíveis parceiros institucionais para este projeto, de acordo com a opinião dos entrevistados. Mais uma vez, as respostas de 15 (75%) dos entrevistados foram bastante semelhantes, tendo sido referidas as seguintes: CIM-Região de Coimbra, Município de Oliveira do Hospital, Juntas de Freguesia, CAULE, Aldeias de Montanha, ADIBER, Operadores Turísticos interessados na matéria, Escola Superior Agrária de Coimbra, ICOM, Aldeias do Xisto, Agrupamento de Escolas do Vale do Alva, CCDRC, DGPC, Turismo da Região Centro, ICNF, Tunas e ranchos (já que normalmente conhecem as tradições locais), assim como todas as atividades recreativas, hoteleiras, comerciais e industriais que estejam de alguma forma ligadas a estes rios.

## Considerações finais

Finda a investigação que foi desenvolvida ao longo deste relatório de estágio, chega o momento de apresentar as considerações finais referentes ao estágio curricular e ao trabalho realizado.

O estágio curricular correspondeu a uma oportunidade académica, profissional e pessoal. A possibilidade de ter estagiado no Município de Oliveira do Hospital permitiu o contacto com o mercado de trabalho, aprofundar conhecimentos, desenvolver competências, ganhar autonomia, responsabilidade e individualidade, além de ter contribuído para estimular o sentido crítico.

A integração foi positiva, o ambiente de trabalho era saudável e pacífico e houve sempre acompanhamento e compreensão durante este processo.

Quanto aos objetivos estipulados para este trabalho, a principal finalidade passava por realizar um levantamento do património material e imaterial associado aos rios Alva e Alvoco, proposição concretizada ao longo do relatório. Com este trabalho, pretendia-se, de igual modo, dar visibilidade ao património natural e cultural presente no concelho de Oliveira do Hospital, realçando as suas potencialidades.

Como foi referido ao longo deste relatório, o património cultural e natural corresponde a uma expressão territorial, sendo símbolo de identidade cultural, responsável por um sentimento de pertença. Por isso, a patrimonialização equivale à conservação dos símbolos culturais que pode ser conseguida através dos Ecomuseus.

O valor e interesse relativo ao património material e imaterial presente e relacionado com os rios Alva e Alvoco e com as freguesias pertencentes ao concelho de Oliveira do Hospital, levaram à necessidade de criar um projeto inovador que permita a diversificação da oferta turística existente, que contribua para o desenvolvimento sustentável do território, além de valorizar e divulgar os recursos existentes, promovendo e dinamizando o concelho de Oliveira do Hospital através dos seus recursos e da sua valorização turística .

Além disto, a criação do EPOH, na minha opinião, permitirá recuperar práticas, tradições e edificado, constituindo numa estratégia de desenvolvimento local assente no turismo.

A aposta neste projeto poderá contribuir ainda para o desenvolvimento económico, para a consciencialização ambiental e cultural da população, para um reconhecimento e divulgação, quer do território como da região, na divulgação dos produtos endógenos, valorização dos saberes tradicionais e construção de uma oferta turístico-cultural inovadora.

Como o concelho de Oliveira do Hospital é composto por um vasto património, que se encontra distinguido em património classificado de interesse nacional, público e municipal, seria também de todo o interesse agregar esses elementos ao EPOH, otimizando, assim, a cultura e o turismo do concelho de Oliveira do Hospital, complementando, também, o Ecomuseu.

Para isso, a investigação compreendeu duas vertentes principais: trabalho de gabinete e de campo. O trabalho de gabinete consistiu na recolha de informação e investigação e na composição da entrevista. O trabalho de campo baseou-se na observação, descrição e na captação de imagens relativas ao património material classificado e não classificado, nomeadamente o património localizado nas freguesias que são atravessadas pelos rios Alva e Alvoco, e no contacto com a população local, a fim de conhecer as práticas, mitos, lendas e tradições a eles associadas e às respetivas freguesias.

Como o EPOH é um projeto em construção, estando numa fase muito primária, foi necessário recorrer à opinião dos agentes locais relativamente à sua possível implementação. Para isso, foram aplicadas entrevistas a 20 *stakeholders* do concelho de Oliveira do Hospital, tendo-se verificado que os rios Alva e Alvoco são recursos bastante importantes para os entrevistados e, aliados às suas margens, podem ter um papel decisivo no que toca à atração de população local e visitantes em termos de Turismo e Lazer, contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

De acordo com os resultados obtidos através da entrevista, verifica-se que, para os entrevistados, os rios Alva e Alvoco apresentam características que os distinguem positivamente, como a qualidade da água, a valorização da paisagem e o turismo (desenvolvido sobretudo na época balnear). Por outro lado, os entrevistados enunciam alguns pontos fracos relacionados com estes rios, salientando-se a ausência de proteção e valorização da vegetação, de *habitats* e espécies e de limpeza.

Constata-se ainda que, para os entrevistados, as ameaças existentes perante a oferta e concorrência de outros concelhos e investimentos nacionais, relativamente aos ambientes aquáticos no concelho de Oliveira do Hospital, cingem-se à ausência de investimento nacional no território e à dificuldade em criar postos de trabalho no concelho, o que poderia ser contrariado através da implementação do EPOH.

Acerca do Ecomuseu, conclui-se que a maioria dos entrevistados tem conhecimento do seu conceito e, de acordo com os mesmos, seria ótimo para a comunidade e para o turismo a criação de um Ecomuseu no concelho, alusivo ao património material e imaterial relacionado com os rios Alva e Alvoco, estando a maioria disposta a colaborar na sua criação através da sua divulgação e a participar na sua organização.

Com a entrevista, foi também possível verificar que, para os entrevistados, seria importante incluir e aproveitar o lazer e a cultura popular (enquanto hábitos associados aos rios em estudo), assim como os moinhos de água, as represas e açudes, a pesca e os canais de rega (enquanto tradições associadas aos rios Alva e Alvoco), e o funcionamento das rodas de água, dos moinhos, dos sistemas de irrigação e do ofício de “moleiro(a)” (enquanto artes, ofícios e saberes-fazer).

Todavia, quando questionados relativamente às lendas e mitos associados aos rios Alva e Alvoco, verificou-se um desconhecimento geral neste tema, não tendo sido possível uma recolha consistente.

O concelho de Oliveira do Hospital é também rico noutro elemento: a gastronomia. Por isso, seria importante englobá-la neste projeto, já que corresponde a um símbolo diferenciador e essencial da região, correspondendo, de igual modo, à identidade dos oliveirenses. Por estes motivos, foi necessário entender as posições dos entrevistados nesta questão, tendo-se obtido uma conclusão positiva. A maioria dos entrevistados considera que a gastronomia é uma componente basilar do património imaterial de qualquer território, sendo, para os entrevistados, importante estabelecer uma relação entre o EPOH e a gastronomia local, dando a conhecer os recursos piscícolas dos rios Alva e Alvoco, assim como as entidades gastronómicas da região.

Os entrevistados, por outro lado, não chegaram a um entendimento relativamente à possibilidade de integrar freguesias de outros concelhos da região que possam apresentar características de valor para um Ecomuseu associado aos recursos hídricos e ambientes aquáticos. Para 50% (10) dos entrevistados seria importante agregar outras freguesias de outros concelhos, mas para os restantes 50% (10), essa interligação não se justifica. Contudo, seria importante criar uma articulação entre o EPOH e freguesias de outros concelhos, já que os Ecomuseus são formados para estarem ao serviço da comunidade e esta inter-relação poderia conceder outra dinâmica ao projeto, podendo estabelecer-se relações e parcerias que poderiam contribuir para beneficiar e ampliar o EPOH, sobretudo se fossem compreendidas as freguesias de outros concelhos que são atravessadas por estes rios.

Quanto à localização da sede do EPOH, constata-se que Alvoco das Várzeas é a freguesia designada pela maioria dos entrevistados (55%). Esta escolha pode dever-se devido à existência de um monumento nesta freguesia distinguido como “Património Classificado de Interesse Público”, a ponte medieval de Alvoco das Várzeas, mas também por ser detentora de um vasto património imaterial e ser atravessada pelo rio Alvoco, um recurso natural importante para o lazer (devido à existência de uma praia fluvial), que acaba por valorizar a paisagem sendo, também, fulcral para o quotidiano da população residente, bem como para a preservação de espécies e *habitats*.

Porém, ao longo do desenvolvimento deste trabalho, existiram algumas limitações, tais como:

1. Devido à COVID-19 e ao confinamento iniciado em janeiro de 2021, o meu trabalho passou a ser desenvolvido obrigatoriamente na minha residência e não na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Esta adversidade impossibilitou-me de desenvolver o meu trabalho no ritmo desejado e acordado, não tendo sido possível usufruir de toda a experiência como gostaria;
2. Quanto à recolha de informação, o número de entrevistados desejado (41 agentes locais) não foi atingido e também não foi possível realizar as entrevistas pessoalmente, devido à COVID-19 e ao confinamento, como estava determinado inicialmente, o que acabou por alterar o processo da sua análise;

3. Como não se dispunha de vocabulário referente ao património hidrológico, realizar a descrição de alguns elementos, como por exemplo, os moinhos, foi complexo;
4. Devido à escassez de tempo, foi impossível conceber o registo fotográfico de alguns monumentos que integram o Património Classificado de Interesse Público e o Património Classificado de Interesse Municipal. Pelo motivo previamente enunciado, foi, também, inexequível ter a possibilidade de conversar com a população residente de algumas freguesias, tais como, Avô, São Gião e Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, não tendo sido possível realizar o levantamento do património intangível referente às freguesias em questão;
5. Ao proceder ao trabalho de campo, verificou-se que a maioria da população local desconhece lendas, mitos e tradições associadas aos rios Alva e Alvoco, conhecendo, predominantemente, lendas históricas, sagradas e sobrenaturais. Isto constituiu um obstáculo no que toca ao levantamento do património imaterial ligado aos rios anteriormente referidos, não tendo sido possível obter o resultado pretendido.

Neste seguimento, sugerem-se futuras linhas de investigação para este projeto que se encontra apenas numa fase primária, existindo, evidentemente, algum trabalho em falta.

Como a principal finalidade desta investigação se prendia com a apresentação de um projeto para a constituição do EPOH e, conseqüentemente, a apresentação das potencialidades naturais e culturais do concelho de Oliveira do Hospital, seria, por isso, importante implementar no futuro os espaços museológicos, como por exemplo, a sede e os núcleos museológicos.

Seria, de igual modo, importante conceber um plano de atividades de animação para o EPOH que servisse como um instrumento capaz de proporcionar experiências únicas e autênticas aos visitantes, tendo, também, um papel de união junto da comunidade. Esse plano de atividades poderia ser composto por atividades ou programas técnicos relacionados com as profissões antigas e com o quotidiano da população no passado, através de experiências autênticas e genuínas, onde os visitantes poderiam aprender, por exemplo, a moer cereais, a observar como era lavada a roupa nos rios, a cozer pão, como era extraída a água dos rios, entre outros.

Também poderiam ser criados *workshops* gastronómicos, dando a conhecer aos visitantes os produtos ligados e não correlacionados com os rios Alva e Alvoco, mas que são uma marca do território, como por exemplo, o queijo da serra.

De modo a promover o EPOH e afirmar o território enquanto destino turístico, recomenda-se a elaboração de uma estratégia de *marketing* que promova os interesses económicos do Ecomuseu e do território, sem comprometer os recursos existentes e a comunidade.

Por fim, como não foi possível completar o levantamento referente ao património intangível, propõe-se que, em possíveis investigações, seja executada a recolha de informações referentes às freguesias expostas previamente.

Assim, dá-se por concluída uma investigação que procurou apresentar e demonstrar as potencialidades do concelho de Oliveira do Hospital em termos naturais e culturais. Através da criação e implementação do EPOH, apesar do projeto se encontrar ainda numa fase muito incipiente, almeja-se contribuir para um melhor entendimento das potencialidades do território, levando à sua projeção, afirmação e subsequente desenvolvimento, valorizando e protegendo os recursos naturais e o património cultural material e imaterial.

**Bibliografia/Fontes Consultadas**

- 7 Maravilhas de Oliveira do Hospital. (2011, abril 19). Obtido a 13 março de 2021 de, *Divulgação das 7 Maravilhas do Concelho de Oliveira do Hospital*. <http://7maravilhasoliveiradohospital.blogspot.com/>
- Abreu, M. (2003). Cultura Popular: um conceito e várias histórias. *Abreu, Martha e Soihet, Rachel, Ensino de História, Conceitos, Temáticas e Metodologias*, 1-18. <http://files.historicamentes.webnode.com/200000003-b6ec6b7e66/Martha%20Abreu%20-%20Cultura%20popular,%20um%20conceito%20e%20v%C3%A1rias%20hist%C3%B3rias.pdf>
- Agüera, F., O. (2014). Los Impactos económicos, sociales y medioambientales negativos en el ecoturismo: una revisión de la literatura. *Nómadas*, 42(2), 1-10. <https://revistas.ucm.es/index.php/NOMA/article/view/48781>
- Aldeias do Xisto. (2013a). Obtido a 22 abril de 2021 de, *Rio Alva*. <https://aldeiasdoxisto.pt/poi/5594>
- Aldeias do Xisto. (2013b). Obtido a 22 abril de 2021 de, ExpOH'2016. <https://aldeiasdoxisto.pt/evento/4653>
- Aldeias do Xisto. (2013c). Obtido a 22 abril de 2021 de, *A Rede*. <https://aldeiasdoxisto.pt/content/Rede>
- Aldeias do Xisto. (2013d). Obtido a 22 abril de 2021 de, *Caminhos do Xisto*. <https://aldeiasdoxisto.pt/category/caminhos-do-xisto>
- Aldeias do Xisto. (2013e). Obtido a 26 abril de 2021 de, *PR4 OHP - Caminho do Xisto de Avô – À volta do Alva*. <https://aldeiasdoxisto.pt/percurso/2646>
- Aldeias do Xisto. (2013f). Obtido a 27 abril de 2021 de, *PR2 OHP - Caminho do Xisto de Aldeia das Dez II – Rota Imperial*. <https://aldeiasdoxisto.pt/percurso/2676>
- Aldeias do Xisto. (2020, maio 22). Obtido a 22 abril de 2021 de, *Miradouro Varandas de Avô*. Outdooractive. <https://www.outdooractive.com/pt/poi/myxisto/miradouro-varandas-de-avo/45691271/>
- Aldeias do Xisto. (2021). Obtido a 22 abril de 2021 de, *PR1 OHP Caminho do Xisto Aldeia das Dez Pelas Várzeas do Alvoco*. Outdooractive. <https://www.outdooractive.com/pt/route/trilha-de-caminhada/pr1-ohp-caminho-do-xisto-aldeia-das-dez-pelas-varzeas-do-alvoco/36735816/>
- Aldeias do Xisto. (s/dg). Obtido a 5 de junho de 2021 de, *XVII Festa da Castanha de Aldeia das Dez*. <https://aldeiasdoxisto.pt/evento/5240>
- Aldeias do Xisto. (s/dh). Obtido a 5 de junho de 2021 de, *Feira do Porco e do Enchido de Meruge*. <https://aldeiasdoxisto.pt/evento/5289>



- Aldeias do Xisto. (s/di). Obtido a 5 de junho de 2021 de, *Festa do Bodo em Honra de S. Sebastião*.  
<https://aldeiasdoxisto.pt/evento/4040>
- Alegre, H., Coelho, S., Almeida, M., & Vieira, P. (2005). *Controlo de perdas de água em sistemas públicos de adução e distribuição*. Instituto Regulador de Águas e Resíduos (IRAR); Instituto da Água (INAG); Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).  
[https://www.pseau.org/outils/ouvrages/ersar\\_controlo\\_de\\_perdas\\_em\\_sistemas\\_publicos\\_de\\_aducao\\_e\\_distribuiçao\\_de\\_aguas\\_2005.pdf](https://www.pseau.org/outils/ouvrages/ersar_controlo_de_perdas_em_sistemas_publicos_de_aducao_e_distribuiçao_de_aguas_2005.pdf)
- Aleixo, D., de O., Barbosa, J., A., A., Pereira, S., S., & Mota, T., de S. (2011, agosto 1). Obtido a 11 de janeiro de 2021 de, *O uso da água e o ecoturismo: desenvolvimento econômico, sustentabilidade e preservação*. Âmbito Jurídico.  
<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/o-uso-da-agua-e-o-ecoturismo-desenvolvimento-economico-sustentabilidade-e-preservacao/>
- All about Portugal. (2021a). Obtido a 16 abril de 2021 de, *Rio Alvoco*.  
<https://www.allaboutportugal.pt/pt/arganil/recursos-naturais/rio-alvoco>
- All About Portugal. (2021b). Obtido a 16 abril de 2021 de, *Castelo de Avô e Ermida de São Miguel*.  
<https://www.allaboutportugal.pt/pt/oliveira-do-hospital/monumentos/castelo-de-avo-e-ermida-de-sao-miguel>
- Allegrini, G., O. (2003). Obtido a 27 de junho de 2021 de, *Desarrollo local, educación e identidad cultural*. *Revista Estrategia Rural*, 4(004), 67-83. <https://core.ac.uk/download/pdf/83560436.pdf>
- Almeida, M., A., & Nogueira, J. R. F. (2011). *Memória, Cultura Popular e Tecnologias de Informação e Comunicação*. *Conference on Technology, Culture and Memory: Strategies for preservation and Information access*, 1-13.  
[http://www.liber.ufpe.br/ctcm2011/anais/anais\\_ctcm/21\\_Memory\\_technology%20.pdf](http://www.liber.ufpe.br/ctcm2011/anais/anais_ctcm/21_Memory_technology%20.pdf)
- Alves, L., & Carvalho, P. (2014). *Ecomuseus e desenvolvimento local: o caso do Ecomuseu Tradições do Xisto (Serra da Lousã)*. *Revista Delos (Desarrollo Local Sostenible)*, 7(20), 1-20.  
<https://www.eumed.net/rev/delos/20/ecomuseus.pdf>
- Amado, M. M. R. (2011). *O Museu do Pão em Seia: uma iniciativa de desenvolvimento local com expressão nacional* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral.  
<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/19162>
- Amorim Girão, A. (1958). *Bacias Fluviais*. Em Amorim Girão, A. Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, (2ªEds) *Altas de Portugal*. Instituto de Estudos Geográficos
- Andarilho. (2021, julho 14). Obtido a 15 de agosto de 2021 de, *O surpreendente Santuário da Senhora das Preces – a Fátima das Beiras*. <https://andarilho.pt/2021/05/13/santuario-senhora-das-precas/>

- Antero, L. (s/d). Obtido a 3 de setembro de 2021 de, *A Freguesia*. Sons de Alvoco - Paisagens e Marcos Sonoros do Vale do Rio Alvoco. <http://sonsdealvoco.yolasite.com/a-freguesia.php>
- Antunes, H., M. (2017). *(Eco)turismo e Lazer no Desenvolvimento dos Territórios Rurais. O caso dos percursos pedestres no concelho de Góis: proposta de valorização* [Relatório de Estágio, Escola Superior Agrária]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/20797>
- Arévalo, J., M. (2004). La tradición, el patrimonio y la identidad. *Revista de estudios extremeños*, 60(3), 925-956. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1125260>
- Arrabal, M., A., O., Méndez, V., R., & Fontes, R., G. (2021). La identidad cultural como recurso local y su integración a la gestión del desarrollo territorial. *Retos de la Dirección*, 15(1), 27-60. <https://revistas.reduc.edu.cu/index.php/retos/article/view/3732>
- Bacci, D., de La., C., & Pataca, E., M., (2008). Educação para a água. *Estudos Avançados*, 22(63), 211 –226. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200014>
- Barbuy, H. (1995). A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. *Anais do Museu Paulista*, 3, 209-236. <https://doi.org/10.1590/S0101-47141995000100019>
- Base de Dados Jurídica Almedina [BD JUR]. (2020). Obtido a 26 de fevereiro de 2021 de, *Resolução do Conselho de Ministros nº 64-A/2009 de 06-08-2009*. [http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node\\_id&value=1499099](http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1499099)
- Batista, E., C., Matos, L., A., L., & Nascimento, A., B. (2017). A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, 11(3), 23-38. <https://rica.unibes.com.br/rica/article/view/768/666>
- Bellay, S., Rosa, R., Bozza, A., Fernandes, S. & Silveira, M. (2016). Introdução de espécies em ecossistemas aquáticos: causas, prevenção e medidas de controle. *Revista em Agronegócio e Meio Ambiente*, 9(1), 181- 201. <https://doi.org/10.17765/2176-9168.2016v9n1p181-201>
- Bertagnolli, G., B., L., (2015). Processos de construção de identidades regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento. *PERSPECTIVA*, 39(148), 47-54. [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148\\_532.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/148_532.pdf)
- Bilhim, J. (2015). Portugal: Contributos para uma definição de um novo modelo de gestão da água. Em J. M. Aliseda (Ed.), *Gestión de Recursos Hídricos en España e Iberoamérica* (pp.363-372). Editorial Aranzadi Thomson Reuters. <https://www.researchgate.net/publication/281590771>
- Boni, V., & Quaresma, S., J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 2(1), 68-80. <https://doi.org/10.5007/%25x>

- Bonifácio, L. (2014). *O património natural e cultural como fatores de motivação turística no concelho de Abrantes*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/27013>
- Borrelli, N., & Davis, P. (2012). How culture shapes nature: Reflections on ecomuseum practices. *Nature and Culture*. *Nature and Culture*, 7(1), 31-47. DOI: <https://doi.org/10.3167/nc.2012.070103>
- Branco, A., J., de C., L. (2007). *Novos paradigmas para a gestão da água e dos serviços de água e saneamento: o caso de Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/1383>
- Bravo, N. (2005). Costumbre y tradición: la cultura popular entre la rebeldía y el conservadurismo. *Realidad Realidad: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 105, 481- 504. <https://doi.org/10.5377/realidad.v0i105.4151>
- Brito, B., J., B., F., da R. (2004). *Turismo Ecológico: Uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe* [Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa]. Repositório do ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/620>
- Brum, L., B., & Nascimento, F., R. (2016). Estudo da água em Geografia: por uma conexão de paisagens e territórios. *Acta Geográfica*, 10(22), 126-140. <http://dx.doi.org/10.5654/acta.v10i22.3304>
- Campos, A., M., N. (2005). O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. *Caderno Virtual de Turismo*, 5(1), 1-6. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=115416150001>
- Campos, R., F., Vasconcelos, F., C., W., & Félix, L., A., G. (2011). A Importância da Caracterização dos Visitantes nas Ações de Ecoturismo e Educação Ambiental do Parque Nacional da Serra do Cipó/MG. *Turismo em Análise*, 22(2), 397-427. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v22i2p397-427>
- Campos, V. (1996). *Serra! Caminhos de um médico*. (2ª Edição). Humbertipo.
- Canclini, N. G. & Urteaga, M. (2012). Cultura y desarrollo. Una visión crítica desde los jóvenes. *Huellas*, 16, 165-176. <http://www.biblioteca.unlpam.edu.ar/pubpdf/huellas/v16a11educ.pdf>
- Capellari, A., & Capellari, M., B. (2018). A água como bem jurídico, econômico e social: A necessidade de proteção das nascentes. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 36, 83-94. <https://journals.openedition.org/cidades/657>
- Carneiro, A., M., P., de A. (2004). *O património reencontrado - Centro Histórico de Guimarães, património da humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania*. [Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/2695>

- Carvalho, H., R., F. (2014). *Redução de perdas reais de água em sistemas de abastecimento de água. Definição de critérios para delimitação de zonas de medição e controlo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto. <https://hdl.handle.net/10216/74771>
- Carvalho, P. (2012). Património e museus em contexto rural: dos lugares de memória aos territórios de lazer e de turismo. *Biblos*, 10, 293-316. [http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112\\_10\\_11](http://dx.doi.org/10.14195/0870-4112_10_11)
- Carvalho, R., de C., M. (2019). *Por entre rio e mar. Artes, Patrimônio e Museologia* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Belas-Artes]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/39657>
- Casadei, E., B. (2010). Maurice Halbwachs e Marc Bloch: em torno do conceito de memória coletiva. *Revista Espaço Acadêmico*, 9(108), 153-161. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9678>
- Castro, J., A., T., & Navas, N., M. (2016). Ecoturismo y Geoturismo: alternativas estratégicas para la promoción del turismo ambiental sustentable venezolano. *Revista de Investigación*, 88(40), 228. [http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1010-29142016000200011&script=sci\\_arttext&tlng=en](http://ve.scielo.org/scielo.php?pid=S1010-29142016000200011&script=sci_arttext&tlng=en)
- Castro, P., T., A., & Rodrigues, A., S., L. (2008). Protocolos de Avaliação Rápida: Instrumentos Complementares no Monitoramento dos Recursos Hídricos. *RBRH — Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, 13(1), 161-170. DOI:10.21168/rbrh.v13n1.p161-170
- Cazula, L., P., & Mirandola, P., H. (2010). Bacia Hidrográfica – conceitos e importância como unidade de planejamento: um exemplo aplicado na bacia do Ribeirão Lajeado/SP. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*, 12, 101-124. <https://core.ac.uk/download/pdf/270224299.pdf>
- Chebli, A. & Said, B., F. (2020). The impact of Covid-19 on tourist consumption behaviour: a perspective article. *Journal of Tourism Management Research*, 7(2), 196-207. [https://search.yahoo.com/search?fr=mcafee\\_uninternational&type=E210PT91105G0&p=https%3A%2F%2Fmp.ra.ub.uni%02muenchen.de%2F102910%2F](https://search.yahoo.com/search?fr=mcafee_uninternational&type=E210PT91105G0&p=https%3A%2F%2Fmp.ra.ub.uni%02muenchen.de%2F102910%2F)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [CCDRC]. (2002, abril 4). Obtido a 8 de julho de 2021 de, *Carregal do Sal*. [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_docman&view=download&id=620&Itemid=739](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&view=download&id=620&Itemid=739)
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro [CCDRC]. (2008, maio 20). Obtido a 8 de julho de 2021 de, *PROT — Centro*. [https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=156&Itemid=129](https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=156&Itemid=129)
- Correia, F., Moreira, I., & Saraiva, M. (2004). *Gestão ambiental dos sistemas fluviais. Aplicação à bacia hidrográfica do rio Sado*. IsaPress.

- Correia, M., I., da S. (2013). *A importância da gastronomia no desenvolvimento local - Dos lugares às redes. A Chanfana em Góis, Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/36080>
- Desvallées, A., Mairesse, F., Soares, B., B., & Cury, M., X. (2013). *Conceitos-chave de Museologia*. Comité Brasileiro do Conselho Internacional de Museus. [http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF\\_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf](http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf)
- Dias, M. (2018). *Câmara Municipal de Oliveira do Hospital Biblioteca Municipal* [Relatório de Estágio, Escola Superior de Tecnologia e Gestão Instituto Politécnico da Guarda]. Repositório Institucional do Instituto Politécnico da Guarda. <http://hdl.handle.net/10314/4618>
- Direção Geral do Património Cultural [DGPC]. (s/da). Obtido a 18 de março de 2021 de, *Património*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/>
- Direção Geral do Património Cultural [DGPC]. (s/db). Obtido a 23 de agosto de 2021 de, *Capela dos Ferreiros, anexa à igreja matriz de Oliveira do Hospital, com todo o seu recheio, túmulos e retábulos*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70671/>
- Direção Geral do Património Cultural [DGPC]. (s/dc). Obtido a 23 de agosto de 2021 de, *Ruínas Romanas de Bobadela*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70552>
- Direção Geral do Património Cultural [DGPC]. (s/dd). Obtido a 23 de agosto de 2021 de, *Igreja de Travanca de Lagos*. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/74933>
- Diretiva Quadro da Água [DQA]. (s/d). Obtido a 23 de novembro de 2020 de, *Principal instrumento da Política da União Europeia relativa à Água*. <https://www.apambiente.pt/dqa/index.html>
- Domingues, P. (2011). Cultura popular: as construções de um conceito na produção historiográfica. *História*, 30(2), 401-419. <https://doi.org/10.1590/S0101-90742011000200019>
- Duarte, A. (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora. *Museologia e Patrimônio*, 6(1), 99-117. <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/248>
- Duarte, A., A., L., S. (2007). Impacto das Alterações Climáticas na Gestão da água. *Revista Águas e Resíduos*, 58-73. <http://hdl.handle.net/1822/7718>
- Dumazedier, Joffre. (1962). *Vers une civilization du loisir?*. Paris: Ed. du Seuil.

- Empresa Portuguesa de Águas Livres Grupo Águas de Portugal [EPAL]. (2021). Obtido a 26 de janeiro de 2021 de Carta Europeia da água. <https://www.epal.pt/EPAL/menu/epal/comunica%C3%A7%C3%A3o-ambiental/carta-europeia-da-%C3%A1gua>
- Fernandes, D., T. (2013). *O planeamento e gestão da paisagem ribeirinha em Portugal, à luz dos princípios da boa governação*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. <https://www.researchgate.net/publication/263779599>
- Fernández, I., P., & Fernández, I., P. (2012). Aproximación Teórica a la identidad cultural. *Ciencias Holguín*, 18(4), 1-13. <https://www.redalyc.org/pdf/1815/181524363004.pdf>
- Ferreira, C. (2017). Os Hidroconflitos e a Hidrodiplomacia na gestão das bacias hidrográficas internacionais. O caso Ibérico. Em *Os desafios da Geografia Física na Fronteira do Conhecimento*, XVII SBGFA (7423-7427) Campinas - SP Instituto de Geociências – Unicamp. DOI: <https://doi.org/10.20396/sbgfa.v1i2017.2608>
- Flores, M. (2007). La identidad cultural del territorio como base de una estrategia de desarrollo sostenible. *Revista Opera*, 7, 35-54. <https://www.redalyc.org/pdf/675/67500703.pdf>
- Formarigo Presépio Do Alva. (2018, 5 de junho). Obtido a 15 de setembro de 2021 de, *8º aniversário do presépio*. <http://oliveradohospitalpresepiodoalva.blogspot.com/>
- Franklin, A. (2010, agosto 23). Obtido a 15 de setembro de 2021 de, *O Presépio do Alva*. Diário as Beiras. <https://www.asbeiras.pt/2010/08/o-preseprio-do-alva/>
- Frois, R. (2008). *Identidade local, lazer e turismo: propostas de intervenção no turismo cultural da Metrópole Belo-horizontina*. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo, Belo Horizonte. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/122.pdf>
- Garcia, D. (2020, fevereiro 16). Obtido a 28 de agosto de 2021 de, *O Narciso do Mondego já floresce*. Interior do Avesso. <https://interiordoavesso.pt/interior-do-avesso/o-narciso-do-mondego-ja-floresce/>
- Gomes, A., L., A. (2013). *Turismo Cultural e Museus: o caso do Museu do Abade de Baçal* [Relatório de Estágio, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/36095>
- Gomes, D., J., C., Ferreira, N., S., & Lima, A., M., M., (2019). Tendências de variabilidade espaço-temporal pluviométrica na bacia hidrográfica do Rio Araguaia. *Enciclopédia Biosfera*, 16(29), 14-21. DOI: 10.18677/EnciBio\_2019A126
- Gomes, L., E. (2012). *Olhares Sobre o Património - Uma Etnografia do Caminho de Santiago Português*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/25954>

- Gonçalves, Â., S., C., B. (2013). *Do património cultural aos percursos pedestres – o caso do norte do concelho de Oliveira do Hospital* [Relatório de Estágio, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/36114>
- Gonçalves, J. (2018, julho 14). Obtido a 24 de julho de 2021 de, *Santuário de Nossa Senhora das Preces*. Associação Portuguesa dos Jardins Históricos. <https://jardinshistoricos.pt/ad/390>
- Gouveia, V. (2005). *Palavras Tecidas*. (2ª Edição). Município de Oliveira do Hospital.
- Henriques, A. & Santos, L., dos (2013). *Plano Diretor Municipal de Oliveira do Hospital (2013). Relatório – Parte I Enquadramento e Diagnóstico*. Município de Oliveira do Hospital. [https://www.cmoliveiradohospital.pt/pdf/pdm/04\\_relatorio/relatorio\\_PIID.pdf](https://www.cmoliveiradohospital.pt/pdf/pdm/04_relatorio/relatorio_PIID.pdf)
- Hoffmann, G., P. (2014). *O uso da terra e sua influência sobre o volume das águas na Bacia do Rio Biguaçu/SC* [Trabalho para a obtenção do Grau de Bacharel, Universidade Federal de Santa Catarina]. Repositório Institucional. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/182560>
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2020). Obtido a 24 de fevereiro de 2021 de, Retorno de Informação aos Respondentes Municípios. [https://ine.pt/documentos/municipios/0611\\_2020.pdf](https://ine.pt/documentos/municipios/0611_2020.pdf)
- International Council of Monuments and Sites [ICOMOS]. (2007, janeiro). Obtido a 27 de maio de 2021 de, *Carta Internacional do Turismo Cultural*. [http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta\\_internacional\\_do\\_turismo\\_cultural.pdf](http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/carta_internacional_do_turismo_cultural.pdf)
- Junta de Freguesia de Aldeia das Dez. (s/da). Obtido a 27 de julho de 2021 de, *Caminhos do Xisto*. <https://www.freguesia-aldeiadaszdez.pt/turismo/percursos-pedestres>
- Junta de Freguesia de Aldeia das Dez. (s/db). Obtido a 27 de julho de 2021 de, *Monte do Colcurinho Nº Srª das Necessidades*. <https://www.freguesia-aldeiadaszdez.pt/conhecer/monte-do-colcurinho>
- Junta de Freguesia de Aldeia das Dez. (s/dc). Obtido a 27 de julho de 2021 de, *Santuário Nossa Senhora das Preces*. <https://www.freguesia-aldeiadaszdez.pt/conhecer/santuario-precas>
- Kashimoto, M., Marinho, M. & Russef, I. (2002). Obtido a 25 de março de 2021 de, Cultura, identidade e desenvolvimento local: conceitos e perspectivas para regiões em desenvolvimento. *Interações*, 3(4), 35-42. <https://multitemasucdb.emnuvens.com.br/interacoes/article/view/575/613>
- Lana, V., & Lobato, P., G., F. (2016). Tradições populares nos costumes e práticas de cura com plantas medicinais na contemporaneidade - Viçosa, MG. *Revista ELO - Diálogos em Extensão*, 05(02), 43-50. DOI: <https://doi.org/10.21284/elo.v5i2.188>



- Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro (Reorganização administrativa do território das freguesias), publicada em Diário da República, I Série – N.º 19 – 28 de janeiro de 2013.
- Lei n.º 23/93, de 2 de julho (Elevação da vila de Oliveira do Hospital à categoria de cidade), publicada em Diário da República – I Série-A, N.º 153 – 2-7-1993.
- Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro (Estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais), publicado em Diário da República, I Série – N.º 206 – 23 de outubro de 2009.
- Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro (Primeira alteração à Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias), publicada em Diário da República – I Série-A, N.º 9 – 11 de janeiro de 2002.
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico), publicada em Diário da República, I Série - N.º 176/2013 - 12 de setembro de 2013.
- Leite, N., K. (2007). *Turismo e recursos hídricos no arquipélago de Fernando de Noronha (Pernambuco/Brasil): Reflexões sobre a sustentabilidade da atividade turística a partir da análise do consumo de águas pelos meios de hospedagem*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco]. ATTENA - Repositório Digital da UFPE. <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6469>
- Liga dos Amigos de Alvôco das Várzeas. (2014). ... Recordar não deixando esquecer... Alvôco das Várzeas. Liga dos Amigos de Alvôco das Várzeas. Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.
- Lima, J., I., S. (2008). *Turismo e Desenvolvimento Económico – Segmentos de maior valor económico para a Covilhã. Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Gestão e Desenvolvimento em Turismo*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro]. Repositório Institucional da Universidade de Aveiro. <http://hdl.handle.net/10773/1672>
- Lopes, E. R. N. & Santos, A. M. (2014). Turismo e recursos naturais: o lugar das unidades de conservação no ecoturismo. *Nature and Conservation*, 7(1), 48-60. DOI: <https://doi.org/10.6008/SPC2318-2881.2014.001.0004>
- Lóssio, R., A., R., & Pereira, C., M. (2007, maio 23-25). *A importância da cultura popular para o desenvolvimento local*. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. [http://www.cult.ufba.br/enecult2007/RubiaRibeiroLossio\\_CesardeMendoncaPereira.pdf](http://www.cult.ufba.br/enecult2007/RubiaRibeiroLossio_CesardeMendoncaPereira.pdf)
- Lourdes, M. (2011). *Festa no colcurinho*. O Açor. <http://oacor.blogspot.com/2011/06/festa-no-colcurinho.html>

- Lourenço, L. (2016). O didatismo da geomorfologia fluvial do vale do baixo Alvoco. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Lourenço, L., & Rocha, J. (2009). *Dinâmicas de Rede no Turismo Cultural e Religioso*. Património e turismo em espaços rurais, um potencial a explorar. ISMAI.
- Luchiari, M. (2007). Turismo e património natural no uso do território. Papirus.
- Magalhães, F. P. O. (2003). Ecomuseus e o Turismo: uma relação profícua?. *Antropológicas*, (7), 211- 224.  
<https://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/view/871>
- Maia, R., Pinto, A., Fernandes, D., Teiga, P., & Bravo, N. (2015). *Metodologia para a definição de um plano de reabilitação fluvial à escala de uma bacia hidrográfica. Aplicação à bacia hidrográfica do rio Mondego, Portugal* [12º SILUSBA - Gestão da Água e do Território: Perspetivando Sinergias].  
<https://www.researchgate.net/publication/286455407>
- Martínez, N. (2011). Identidad cultural y educación. *Diálogos*, (8), 33-40.  
<http://www.redicces.org.sv/jspui/handle/10972/2055?mode=full>
- Martinho, S., de O. (2013). *Perdas em sistemas de abastecimento de água – INOVA (Cantanhede)* [Relatório de Estágio, Instituto Superior de Engenharia de Coimbra]. Repositório Comum.  
<http://hdl.handle.net/10400.26/13560>
- Mendes, V., H., M., S. (2011). *Museus e Turismo na Serra da Estrela. Dissertação de Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral.  
<http://hdl.handle.net/10316/20200>
- Miranda, M., M. (2005). Algunas consideraciones en torno al significado de la tradición. *Contribuciones desde Coatepec*, (9), 115 - 132. <https://www.redalyc.org/pdf/281/28150907.pdf>
- Mishra, M., K. (2020). The World after COVID-19 and its impact on Global Economy. ZBW – Leibniz Information Centre for Economics. Kiel: Hamburg.
- Monteiro, R., F., G. (2011). *As parcerias entre a Escola e as entidades da comunidade – estudo dos casos de um Agrupamento de Escolas e de uma Escola Secundária. Escola Superior de Educação e Ciências Sociais*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Leiria]. IC-Online. <http://hdl.handle.net/10400.8/884>
- Montes, G., M., V. (2006). *Ecoturismo Instrumento de Desarrollo Sostenible* [Tese de Especialização, Universidade de Antioquia]. Repositório Institucional da Universidade de Antioquia. <http://hdl.handle.net/10495/149>
- Moraes, D., S., L. & Jordão, B., Q. (2002). Degradação dos recursos hídricos e seus efeitos sobre a saúde humana. *Saúde Pública*, 36(3), 370-374. DOI:10.1590/S0034-89102002000300018

- Moreira, C., O. (2011). Ambientes aquáticos não marítimos no baixo Mondego: margens para a recreação, o lazer e o Turismo. *O processo de bolonha e as reformas curriculares da geografia em Portugal* (pp. 149-158). Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra. DOI: [http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0244-8\\_15](http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0244-8_15)
- Moreira, C., O. (2018). Turismo fluvial, lazeres em águas interiores e desenvolvimento local e regional. *Cadernos de Geografia*, (38), 55-67. DOI:[https://doi.org/10.14195/0871-1623\\_38\\_4](https://doi.org/10.14195/0871-1623_38_4)
- Moreira, R., A., G. (2014). *Despertar Mortágua: Projeto de construção de um Arquivo e Museu Municipal e criação de uma Rota de Moinhos de Água*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/29242>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/da). Obtido a 6 de outubro de 2020 de, *Distribuição de Pelouros*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/orgaos-autarquicos/camara-municipal/distribuicao-de-pelouros>.
- Município de Oliveira do Hospital. (s/db). Obtido a 15 de setembro de 2021 de, *SIG - Consulta de Planos, Plantas de Localização, Mapa Interactivo*. <http://sig.cm-oliveiradohospital.pt/geoportal>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dc). Obtido a 16 de novembro de 2020 de, *Plano de Desenvolvimento do Município de Oliveira do Hospital (2007)*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/municipio/documentos-online/regulamentos/planeamento-e-urbanismo/plano-estrategico-municipal/492-plano-estrategico-municipal-relato-rio-final/file>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dd). Obtido a 15 de maio de 2021 de, *Praias Fluviais Classificadas e Zonas Balneares de Recreio e Lazer*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/praias-fluviais>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/de). Obtido a 15 de maio de 2021 de, *Rota dos Rios*. [https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=1198:restaurantes-e-bares-de-oliveira-do-hospital-com-hor%C3%A1rio-alargado-no-carnaval&Itemid=97&tmpl=component&print=1](https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php?option=com_k2&view=item&id=1198:restaurantes-e-bares-de-oliveira-do-hospital-com-hor%C3%A1rio-alargado-no-carnaval&Itemid=97&tmpl=component&print=1)
- Município de Oliveira do Hospital. (s/df). Obtido a 15 de maio de 2021 de, *Percurso Pedestre de Avô*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/percursos-pedestres/percurso-pedestre-de-avo>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dg). Obtido a 15 de maio de 2021 de, *Percurso Pedestre de S. Sebastião da Feira*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/percursos-pedestres/percurso-pedestre-de-ssebastiao-da-feira>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dh). Obtido a 15 de maio de 2021 de, *Percurso Pedestre de Vila Pouca da Beira*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/percursos-pedestres/percurso-pedestre-de-vila-pouca-da-beira>

- Município de Oliveira do Hospital. (s/di). Obtido a 15 de maio de 2021 de, *Ponte Medieval de Alvoco das Várzeas*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1157-ponte-medieval-de-alvoco-das-varzeas>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dj). Obtido a 15 de maio de 2021 de, *Capela dos Ferreiros (com visita virtual)*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interesse-nacional/item/1139-capela-dos-ferreiros>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dk). Obtido a 18 de maio de 2021 de, *Igreja Moçárabe de São Pedro de Lourosa (com visita virtual)*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interesse-nacional/item/1140-igreja-mocarabe-de-sao-pedro-de-lourosa>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dl). Obtido a 18 de maio de 2021 de, *Ruínas Romanas de Bobadela (com visita virtual)*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interesse-nacional/item/1142-ruinas-romanas-de-bobadela>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dm). Obtido a 18 de maio de 2021 de, *Anta da Arcainha*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1143-anta-da-arcainha>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dn). Obtido a 18 de maio de 2021 de, *Anta do Pinheiro dos Abraços*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1145-anta-do-pinheiro-dos-abracos>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/do). Obtido a 21 de maio de 2021 de, *Anta da Sobreda*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1144-anta-da-sobreda>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dp). Obtido a 21 de maio de 2021 de, *Castelo de Avô*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1146-castelo-de-avo>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dq). Obtido a 21 de maio de 2021 de, *Convento do Desagravo*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1147-convento-do-desagravo>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dr). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Igreja Matriz de São Gião*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1149-igreja-matriz-de-sao-giao>

- Município de Oliveira do Hospital. (s/ds). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Igreja Matriz de Travanca de Lagos*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1148-igreja-matriz-de-travanca-de-lagos>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dt). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Pelourinho de Avô*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1151-pelourinho-de-avo>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/du). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Pelourinho de Nogueira do Cravo*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1154-pelourinho-de-nogueira-do-cravo>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dv). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Pelourinho de Oliveira do Hospital*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1153-pelourinho-de-oliveira-do-hospital>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dw). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Pelourinho de Bobadela*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1152-pelourinho-de-bobadela>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dx). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Pelourinho de Penalva de Alva*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1155-pelourinho-de-penalva-de-alva>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dy). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Pelourinho de Seixo da Beira*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1156-pelourinho-de-seixo-da-beira>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dz). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Ponte Romana de Bobadela*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1158-ponte-romana-de-bobadela>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/daa). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Pousada de Santa Bárbara*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1159-pousada-de-santa-barbara>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dbb). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Solar de Ervedal da Beira*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-publico-iip/item/1160-solar-de-ervedal-da-beira>

- Município de Oliveira do Hospital. (s/dcc). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Casa Brás Garcia de Mascarenhas*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-municipal-iim/item/1161-casa-bras-garcia-de-mascarenhas>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/ddd). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Igreja Matriz de Penalva de Alva*.  
<https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-classificado-de-interese-municipal-iim/item/1162-igreja-matriz-de-penalva-de-alva>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dee). Obtido a 24 de maio de 2021 de, *Açude do Parente*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-de-interesse-para-o-municipio/acudes/item/1171-acude-do-parente>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dff). Obtido a 25 de maio de 2021 de, *Açude dos Pedreiros*. <https://cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-de-interesse-para-o-municipio/acudes/item/1170-acude-dos-pedreiros>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dgg). Obtido a 25 de maio de 2021 de, *Penha do Vieiro*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/patrimonio-nacional/patrimonio-de-interesse-para-o-municipio/afloramentos/item/1173-penha-do-vieiro>
- Município de Oliveira do Hospital. (s/dhh). *Rio Alva*. <https://www.cm-oliveiradohospital.pt/index.php/turismo/rotas/rio-alva>
- Nascimento, J., Ribeiro, L., Cunha, L., V., & Oliveira, R. (2004). *Impacto das Alterações Climáticas nos Recursos Hídricos Subterrâneos de Portugal Continental* (1-15). Lisboa: 7º Congresso da Água. <https://www.aprh.pt/congressoagua2004/PDF/89.PDF>
- Nascimento, L., A., & Ramos, M., M. (2011). A memória dos velhos e a valorização da tradição na literatura africana: algumas leituras. *Crítica Cultural*, 6(2), 453-467. DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.v6e22011453-467>
- Neto, D., L., do E., S. (2011). *Turismo Comunitário como Factor de Desenvolvimento Local em S. Tomé e Príncipe: O Caso do Projecto "Voador Panhá"*. [Dissertação de Mestrado, Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL. <http://hdl.handle.net/10071/5136>
- Neuburger, L., & Egger, R. (2020). Travel risk perception and travel behaviour during the COVID-19 pandemic 2020: a case study of the DACH region. *Current Issues in Tourism*, (24)7, 1003-1016. <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13683500.2020.1803807>
- Neves, F., C. (2001). *Crónicas de Oliveira do Hospital e Beira da Serra - fragmentos etnográficos, linguísticos e geográficos*. Câmara Municipal de Oliveira do Hospital.

- Neves, F., C. (2007). Enquadramento Histórico e Toponímia – Concelho de Oliveira do Hospital. Município de Oliveira do Hospital.
- Neves, F., C. (2010). Arqueologia Rural – Concelho de Oliveira do Hospital. (1ª Edição). Município de Oliveira do Hospital.
- Notícias de Coimbra (2015, janeiro 23). Obtido a 28 de setembro de 2021 de, *Vila Pouca da Beira revive tradição com a Festa do Bodo de S. Sebastião*. <https://www.noticiasdecoimbra.pt/vila-pouca-da-beira-revive-tradicao-com-a-festa-do-bodo-de-s-sebastiao/>
- Notícias de Coimbra. (2018, agosto 9). Obtido a 28 de setembro de 2021 de, *Lourosa volta a ser palco da Feira Moçárabe*. <https://www.noticiasdecoimbra.pt/lourosa-volta-a-ser-palco-da-feira-mocarabe/>
- Nunes, A., Moreira, C., O., Paiva, I., R., & Cunha, L., S. (2016). *Territórios de Água | Water Territories*. CEGOT, Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/32286>
- Nunes, F., B. (2017). *Espaço verde como envolvente cultural. Intervenção no Parque dos Marmelos, Oliveira do Hospital* [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior]. uBibliorum. <http://hdl.handle.net/10400.6/8637>
- Oliveira, A., B. (2021, fevereiro 10). Obtido a 13 de janeiro de 2021 de, *188 mil milhões de litros de água desperdiçados*. Jornal de Negócios. <https://www.jornaldenegocios.pt/sustentabilidade/ambiente---descarbonizacao/detalhe/20210210-0951-188-mil-milhoes-de-litros-de-agua-desperdicados>
- Oliveira, C., F. (2011). Ecoturismo como prática para o desenvolvimento socioambiental. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 4(2), 184-195. DOI: <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2011.v4.5919>
- Organização das Nações Unidas [ONU]. (2021). Obtido a 12 de janeiro de 2021 de, *Água*. <https://unric.org/pt/agua/>
- Ortega, J., C. (2018). Una aproximación al concepto de identidad cultural a partir de experiencias: el patrimonio y la educación. *Tabanque*, 31, 244-262. DOI: <https://doi.org/10.24197/trp.31.2018.244-262>
- Paes, M., T., D. (2009). Patrimônio Cultural, Turismo e Identidades Territoriais: um olhar geográfico. Universidade Estadual de Campinas, SP/Brasil. <https://docplayer.com.br/10067373-Patrimonio-cultural-turismo-e-identidades-territoriais-um-olhar-geografico-maria-tereza-duarte-paes-universidade-estadual-de-campinas-sp-brasil.html>
- Paiva, C., L., A., C. (2019). *Os incêndios de outubro de 2017 em Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/93327>



- Paiva, D., R., C. (2013). *Turismo, Desenvolvimento e Espaços de Lazer – O Parque Temático Molinológico de Ul.* [Relatório de Estágio, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/36097>
- Pedrosa, A., de S. (2014). Os ecomuseus como elementos estruturantes de espaços culturais e dinamizadores de estratégias de turismo local. *Revista Colombiana de Geografia*, 23(2), 203-219. DOI:10.15446/rcdg.v23n2.37190
- Pellicciotta, M., & Solha, K. (2016). Turismo e preservação do Património Cultural: uma trajetória (pouco conhecida) de interações. *Saeculum – Revista de História*, 35, 157-176. <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/srh/article/view/38903>
- Pereira, A., F., C. (2014). *O Turismo Fluvial no Rio Tâmega*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/30407>
- Pires, E., C., R. (2004). Inter-relações turismo, meio ambiente e cultura. *Serie Estudos*, 70, 1-53. <http://hdl.handle.net/10198/222>
- Pires, P., dos S. (1998). A dimensão conceitual do ecoturismo. *Turismo – Visão e Ação*, 1(1), 75-91. DOI: <https://doi.org/10.14210/rtva.v1n1.p75-92>
- PORDATA. (s/da). *População residente segundo os Censos: total e por sexo*. <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%3a7%c3%a3o+residente+segundo+os+Censos+total+e+por+sexo-17>
- PORDATA. (s/db). *Densidade populacional segundo os Censos*. <https://www.pordata.pt/Municipios/Densidade+populacional+segundo+os+Censos-591>
- PORDATA. (s/dc). *População residente: total e por grandes grupos etários*. <https://www.pordata.pt/Municipios/Popula%3a7%c3%a3o+residente+total+e+por+grandes+grupos+et%c3%a1rios-390>
- Portaria n.º 56/2019, de 11 de fevereiro (Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral (PROF CL), publicada em Diário da República, I Série - N.º 29 – 11 de fevereiro de 2019.
- Portaria nº 178/2013, de 13 de maio (Procede à identificação das águas balneares, à qualificação das praias e à fixação das respetivas épocas balneares para o ano de 2013), publicada em Diário da República, I Série - 13 de maio de 2013.
- Portugal Notável. (2011, março 23). Obtido a 29 de setembro de 2021 de, Palheiras dos Fiais da Beira (Oliveira do Hospital) (\*) - e como não podemos deixar de existir como País. <http://www.portugalnotavel.com/palheiras-dos-fiais-da-beira-oliveira-do-hospital/>

- Possamai, Z. R. (2010). Museu na cidade: um agente de mudança social e desenvolvimento?. *Museologia e Patrimônio*, 3(2), 36-41. [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38410730/Museu\\_na\\_cidade-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1634410326&Signature=M3hheJpNIZQTalUkyS~Hh6TKEn1w9F9QzTnqFdp25fizQ~CcfDRQ7OLvs7qRYE--8mxFzprhDyzKfDXEgWuF0SkDFxP72Fzk-MetSYaNfOrhyAJu6S5U25MVBCqbV8NluC1wfh~ri3Z6c2hj~F-efMKVdfaBUIZ016vEtLQYNbSVrZ-fwWqLJu5xEcUDIof6UfQLYD8qTSAg9zTkfXv9w-bs9hHr~DEbaCvdcMc-GGahIjIAJjNjGEdlxrhZlUcgWfV6L2XtISU42-MehpXf8gx~BWEESChk8GY6C8husWtD8QmWKVMJGBdOe6N6Egk2eL0r11H-~QQRvgom8o037A\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/38410730/Museu_na_cidade-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1634410326&Signature=M3hheJpNIZQTalUkyS~Hh6TKEn1w9F9QzTnqFdp25fizQ~CcfDRQ7OLvs7qRYE--8mxFzprhDyzKfDXEgWuF0SkDFxP72Fzk-MetSYaNfOrhyAJu6S5U25MVBCqbV8NluC1wfh~ri3Z6c2hj~F-efMKVdfaBUIZ016vEtLQYNbSVrZ-fwWqLJu5xEcUDIof6UfQLYD8qTSAg9zTkfXv9w-bs9hHr~DEbaCvdcMc-GGahIjIAJjNjGEdlxrhZlUcgWfV6L2XtISU42-MehpXf8gx~BWEESChk8GY6C8husWtD8QmWKVMJGBdOe6N6Egk2eL0r11H-~QQRvgom8o037A__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)
- Prata, M. (2013, agosto 29). Obtido a 29 de setembro de 2021 de, *Feira do Pão, Bolos e Bolas já vai na sétima edição*. Folha do Centro. <https://www.folhadocentro.pt/feira-do-pao-bolos-e-bolas-ja-vai-na-setima-edicao/>
- Primo, J., S. (2007). *A Museologia e as Políticas Culturais Europeias: O Caso Português* [Tese de Doutoramento, Universidade Portucalense Infante D. Henrique]. Repositório da Universidade Portucalense. <http://hdl.handle.net/11328/584>
- Rádio Boa Nova. (2019, setembro 25). Obtido a 29 de setembro de 2021 de, *10ª Festa das Vindimas mantém viva a tradição em Lagares da Beira (com vídeo)*. <https://radioboanova.sapo.pt/10a-festa-das-vindimas-mantem-viva-a-tradicao-em-lagares-da-beira-com-video/>
- Região de Coimbra. (2021). Obtido a 29 de junho de 2021 de, Grande Rota do Alva. <https://visitregiaodecoimbra.pt/turismo-de-natureza/grande-rota-do-alva/>
- Reis, A., C., F. (2006, maio 03-05). *Diversidade Cultural e Biodiversidade: patrimônios Interdependentes e pré-requisitos para o desenvolvimento sustentável*. Salvador: II ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador. [http://www.cult.ufba.br/enecul2006/ana\\_carla\\_fonseca\\_reis.pdf](http://www.cult.ufba.br/enecul2006/ana_carla_fonseca_reis.pdf)
- Reyes, J., M. (2008). Memoria individual y memoria colectiva: Paúl Ricoeur. *AGORA - Trujillo*, 22, 121-130. <http://www.saber.ula.ve/handle/123456789/30384>
- Ribeiro, C., R., G. (2016). *Patrimônio, Memória e Identidades Marítimas. Proposta de Implantação de um Museu Digital Marítimo para o Extremo Oriente das Américas – Paraíba/Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/32524>
- Ribeiro, J., A. (2019, setembro 10). Obtido a 29 de setembro de 2021 de, *Sobre a proposta da nova definição de Museu*. International Council of Museums [ICOM]. <https://icom-portugal.org/2019/09/10/sobre-a-proposta-da-nova-definicao-de-museu/>

- Rieger, I. A. (2019). La tradición camaleónica en las prácticas festivas de una comunidad mixteca transnacional. *Revista Reflexiones*, 98(1), 111-129. <http://dx.doi.org/10.15517/rr.v98i1.33121>
- Rios de Portugal. (2011). Obtido a 2 de fevereiro de 2021 de, Rio Alva. <https://riosdeportugal.webnode.pt/rios-de-portugal/rio-alva/>
- Ritter, P., R. (2016). *Os pescadores da Praia do Paquetá (Canoas/RS): entre cotidiano e memória* [Dissertação de Mestrado, Centro Universitário La Salle – Unilasalle]. Repositório Institucional. <http://hdl.handle.net/11690/889>
- Roberto, F., W. (2017). *A Memória Social do campo da cultura popular: A comunidade de cirandeiros de Tarituba (Paraty)* [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro]. DSpace Repository. <http://hdl.handle.net/unirio/11509>
- Rodrigues, F., J., S. (2018). *Plano Estratégico de Desenvolvimento para o Município de Oliveira do Hospital. Trabalho de projeto para a obtenção do grau de Mestre em Gestão de Negócios* [Trabalho de Projeto, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH)]. Repositório Comum. <http://hdl.handle.net/10400.26/31476>
- Rubio, D., I., C., & Amaya, A., O. (2018). Ecoturismo en áreas protegidas de Colombia: una revisión de impactos ambientales com énfasis en las normas de sostenibilidad ambiental. *Luna Azul*, 46, 311–330. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321759619016>
- Sanches, J., F., T., S. (2012). *O regime jurídico e a gestão das bacias internacionais partilhadas por Portugal e Espanha. A Convenção de Albufeira e as suas implicações*. [Instituto de Ciências Jurídico-Políticas, Universidade de Lisboa]. [https://www.icjp.pt/sites/default/files/papers/jorge\\_seguro\\_sanches.pdf](https://www.icjp.pt/sites/default/files/papers/jorge_seguro_sanches.pdf)
- Santos, A., S. (2007). *Tradições Populares e Resistências Culturais: Políticas Públicas e Perspectiva Comparada* [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UNB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/1422>
- Santos, I., G., & Paulino, F., F., (2010). O documentário etnográfico: da memória ao produto turístico. *Revista de Estudos Politécnicos*, 14, 123-135. <https://www.researchgate.net/publication/236840514>
- Santos, N. (2006). Geomonumentos, competição territorial e desenvolvimento. *Cadernos de Geografia*, 24/25, 123-125. <https://www.researchgate.net/publication/236868256>
- Santos, N. (2008). *Lazer – Da libertação do tempo à conquista de práticas*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Santos, N., P. (2011). Lazer tempo livre e novos consumos. In Hernâni Veloso Neto e Sandra Lima Coelho (Org.), *Novas dimensões do consumo na sociedade contemporânea* (pp. 84-97), Porto: IS-FLUP. [https://www.researchgate.net/publication/236840514\\_Lazer\\_tempo\\_livre\\_e\\_novos\\_consumos](https://www.researchgate.net/publication/236840514_Lazer_tempo_livre_e_novos_consumos)

- Santos, N., P. (2012). A gestão das bacias hidrográficas e a valorização turística dos ambientes fluviais: o Rio Mondego. *GEONORTE*, 4(4), 210-219. <https://www.researchgate.net/publication/236735258>
- Santos, N., P., Cravidão, F., D., & Cunha, L., S. (2010). *Natureza, paisagens culturais e os produtos turísticos associados ao território* (1-26). Montevideo – Uruguay: 4º Congresso Latino Americano de Investigação Turística. <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13835>
- Santos, R., J., & Kinn, M., G. (2009). Festas: tradições reinventadas nos espaços rurais dos cerrados de Minas Gerais. *Espaço e Cultura*, 26, 58-71. <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/3555>
- Schmidt, L. (2007), País (In)Sustentável - Ambiente e Qualidade de Vida em Portugal. Esfera do Caos.
- Schmidt, L., & Ferreira, J., G. (2013, maio 12). *A governança da água no contexto de aplicação da Directiva Quadro da Água*. VIII Congresso Ibérico de Gestão e Planeamento da Água, Lisboa. <https://www.researchgate.net/publication/271530530>
- Silva, E., C. (2015). *Lendas e mitos da comunidade São Pedro, Monte Alegre – GO*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade de Brasília]. Biblioteca Digital da Produção Intelectual Discente. <https://bdm.unb.br/handle/10483/25800>
- Silva, F., A., dos S. (2013). *Turismo na natureza como base do desenvolvimento turístico responsável nos Açores*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/8742>
- Silva, G., F. (2016). A memória coletiva. *Revista Aedos*, 8(18), 247-253. <https://www.seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/59252/38241>
- Siqueira, R., D., M., B., & Silva, H., G., G. (2011). A bacia hidrográfica como unidade de estudo e o funcionamento dos ecossistemas fluviais. *Boletim da Associação Brasileira de Limnologia*, 39(2), 1-15. [https://www.ablimno.org.br/boletins/pdf/bol\\_39\(2-6\).pdf](https://www.ablimno.org.br/boletins/pdf/bol_39(2-6).pdf)
- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. (2011, julho 27a). Obtido a 25 de junho de 2021 de, *Igreja Paroquial de São Gião / Igreja de São Gião*. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2607](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2607)
- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. (2011, julho 27b). Obtido a 25 de junho de 2021 de, *Pelourinho de Avô*. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=1008](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1008)
- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. (2011, julho 27c). Obtido a 25 de junho de 2021 de, *Pelourinho de Nogueira do Cravo*. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=2651](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2651)

- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. (2011, julho 27d). Obtido a 25 de junho de 2021 de, *Pelourinho de Seixo da Beira*. [http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=997](http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=997)
- Sistema de Informação para o Património Arquitetónico [SIPA]. (2011, julho 27e). Obtido a 25 de junho de 2021 de, *Pousada de Santa Bárbara / Estalagem de Santa Bárbara*. [http://www.monumentos.gov.pt/site/APP\\_PagesUser/SIPA.aspx?id=17324](http://www.monumentos.gov.pt/site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=17324)
- Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos [SNIRH]. (2021). Obtido a 23 de fevereiro de 2021 de, Boletim de Armazenamento nas Albufeiras de Portugal Continental. <https://snirh.apambiente.pt/index.php?idMain=1&idItem=1.3>
- Soares, J. (2013, maio 21). Obtido a 28 de julho de 2021 de, Vieiro. *A Terra do Arco-Íris*. <https://aterradoarcoiris.blogspot.com/2013/05/vieiro.html>
- Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense – IPSS. (2021). Obtido a 23 de junho de 2021 de, *A Organização Eclesiástica e os Tempos*. <http://srlsampaense.com/index.php/historia-2/>
- Sofiaty, A. (2003). Água e turismo. *Caderno Virtual de Turismo*, 3(3), 14-17. <http://www.spell.org.br/documentos/ver/21171/agua-e-turismo/i/pt-br>
- Souza, G., Leal, A., & Faccio, N. (2019). A atuação do Ecomuseus na preservação de patrimônios naturais: o caso de Mirante do ParanaPanema, São Paulo, Brasil. *Nupem*, 11(22), 68-78. DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.v11i22.616>
- Souza, J., C., R. (2013). *A Geografia nas escolas das comunidades ribeirinhas de Partintis: entre o currículo, o cotidiano e os saberes tradicionais* [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. DOI: 10.11606/T.8.2013.tde-08082013-102213
- Souza, T., R. (2010, julho 9-10). *Lazer e Turismo: reflexões sobre suas interfaces*. Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Saberes e fazeres no turismo: interfaces, Caxias do Sul. [https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios\\_semintur/semin\\_tur\\_6/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf](https://www.uces.br/ucs/eventos/seminarios_semintur/semin_tur_6/arquivos/11/Lazer%20e%20Turismo%20Reflexoes%20Sobre%20Suas%20Interfaces.pdf)
- Tulik, O. (1992). Turismo e meio ambiente: identificação e possibilidades da oferta alternativa. *Revista Turismo em Análise*, 3(1), 21-30. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v3i1p21-30>
- Tundisi, J., G. (2008). Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. *Estudos avançados*, 22, 7-16. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142008000200002>
- Turismo de Portugal. (2021). Obtido a 23 de junho de 2021 de, *População Empregada*. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/Popula%C3%A7%C3%A3o-Empregada--2020.aspx>

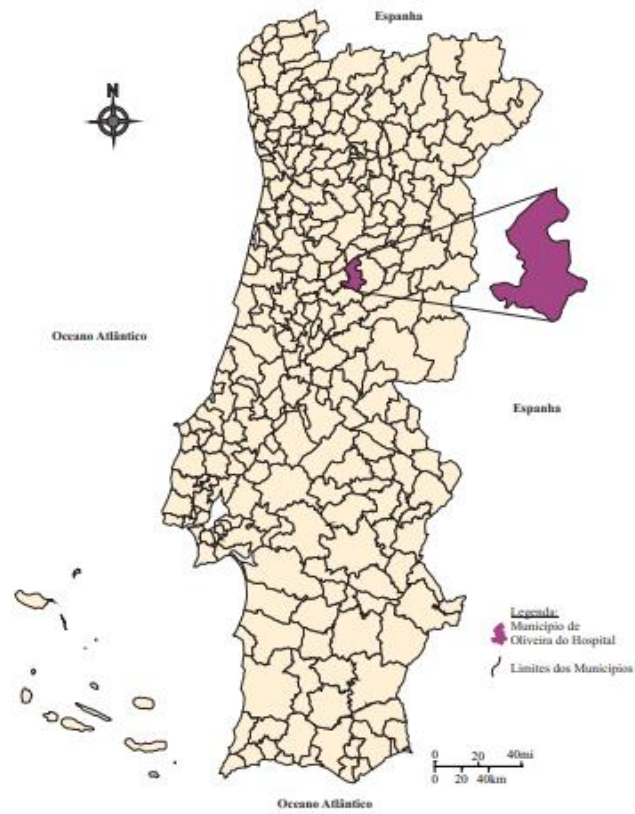
- Turismo de Portugal. (2021, maio 7). Obtido a 23 de junho de 2021 de, *Visão Geral*.  
[http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo\\_Portugal/visao\\_geral/Paginas/default.aspx](http://www.turismodeportugal.pt/pt/Turismo_Portugal/visao_geral/Paginas/default.aspx)
- Turismo de Portugal. (s/da). Obtido a 23 de junho de 2021 de, *9.º Fórum Mundial da Água. Congressos*.  
<http://www.turismodeportugal.pt/pt/Agenda/Paginas/forum-mundial-agua.aspx>
- Turismo de Portugal. (s/db). Obtido a 23 de junho de 2021 de, *As 27 Aldeias do Xisto do Centro de Portugal*.  
<https://turismodocentro.pt/artigo/as-27-aldeias-do-xisto-do-centro-de-portugal/>.
- UNESCODOC Digital Library. (2020). *Relatório Mundial das Nações Unidas sobre Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2020: água e mudança climática, resumo executivo*.  
[https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000372882_por)
- United Nations. (2010). Obtido a 7 de maio de 2021 de, *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*.  
United Nations Publication. [https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm\\_83rev1e.pdf](https://unstats.un.org/unsd/publication/seriesm/seriesm_83rev1e.pdf)
- Vargas, É., V. (2000). Água e relações internacionais. *Revista brasileira de política internacional*, 43(1), 178-182.  
<https://doi.org/10.1590/S0034-73292000000100010>
- Velázquez, A., E. (2012). La cultura popular tradicional como elemento esencial para la transformación sociocultural. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, (2012-01). <https://ideas.repec.org/a/erv/coccss/y2012i2012-012.html>
- Vial, A., D. (2015). *Património Integrado e a prática museológica. Doutoramento em História* [Tese de Doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP. DOI: 10.11606/T.8.2015.tde-09102015-140001
- Vieira, J. L. G. (2020). *Promoção externa de um destino turístico. O Centro de Portugal*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra]. Estudo Geral. <http://hdl.handle.net/10316/93781>
- Vieira, J., M., P. (2003). Gestão da água em Portugal. Os desafios do Plano Nacional da Água. *Engenharia Civil*, 16, 5-12. <http://hdl.handle.net/1822/2541>
- World Water Council. (2020a). Obtido a 5 de janeiro de 2021 de, Haia 2000.  
<https://www.worldwatercouncil.org/en/hague-2000>
- World Water Council. (2020b). Obtido a 5 de janeiro de 2021 de, Kyoto 2003.  
<https://www.worldwatercouncil.org/en/kyoto-2003>
- World Water Council. (2020c). Obtido a 5 de janeiro de 2021 de, México 2006.  
<https://www.worldwatercouncil.org/en/mexico-2006>

- World Travel & Tourism Council* [WTTC]. (2021). Obtido a 5 de junho de 2021 de, Impacto da Pandemia no Turismo. Turismo de Portugal. <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/wttc-impacto-da-pandemia-no-turismo.aspx>
- World Water Forum. (2017). Obtido a 5 de janeiro de 2021 de, 8<sup>o</sup> FÓRUM/Edições Anteriores. <http://8.worldwaterforum.org/pt-br/edi%C3%A7%C3%B5es-antteriores>
- Wu, X., & Carrasco, E. (2017). Ecoturismo: una revisión de sus elementos fundamentales". *Revista DELOS: Desarrollo Local Sostenible*, 28. <https://www.eumed.net/rev/delos/28/ecoturismo.html>
- Zanirato, S., H. (2009). Usos sociais do património cultural e natural. *Patrimônio e Memória*, 5(1), 137-152. <http://200.145.164.4/index.php/pem/article/view/145>
- ZAP. (2019). Obtido a 15 de janeiro de 2021 de, Portugal é o segundo país europeu que mais água gasta per capita. <https://zap.aeiou.pt/portugal-segundo-europeu-agua-gasta-251783>
- Zucco, E., & Costa, F. (2013). *Recursos hídricos compartilhados: as relações luso-espanholas no primeiro ciclo de planeamento* (518-525). Fundación Nueva Cultura del Agua. <http://hdl.handle.net/1822/26986>



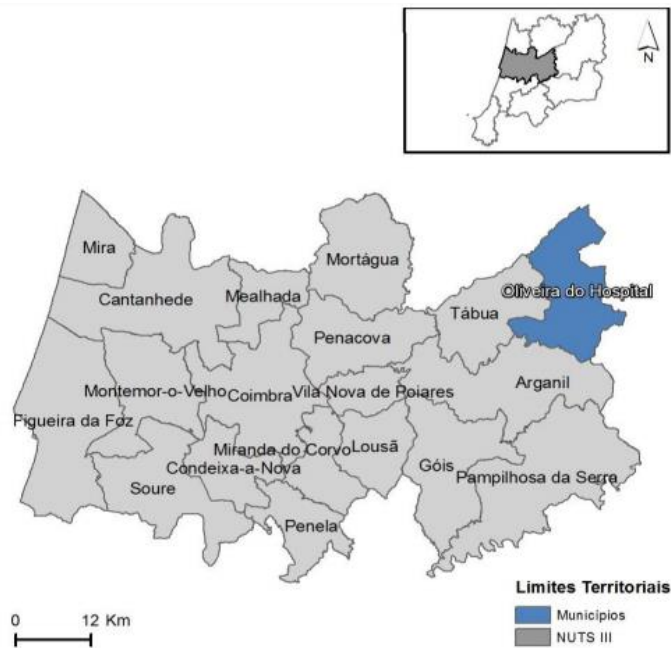
# ANEXOS

**Anexo I: Enquadramento geográfico do concelho de Oliveira do Hospital.**



Fonte: Gonçalves (2013).

**Anexo II: Região Centro: Divisão territorial: NUTS III e Municípios.**



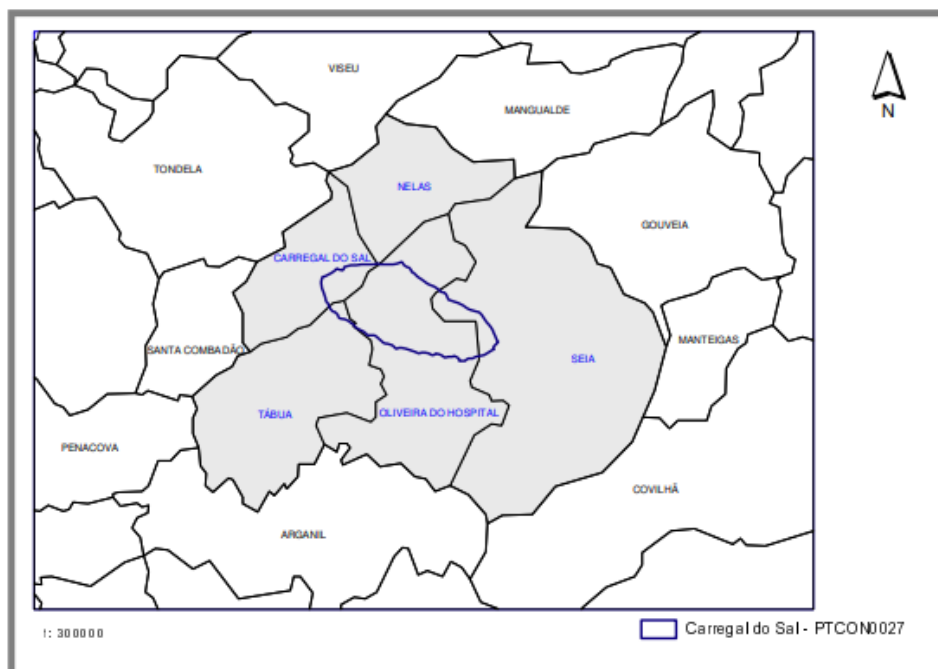
Fonte: INE (2020).

**Anexo III: Reorganização administrativa do território (Lei n.º 11-A/2013 de 28 de janeiro).**



Fonte: Gonçalves (2013).

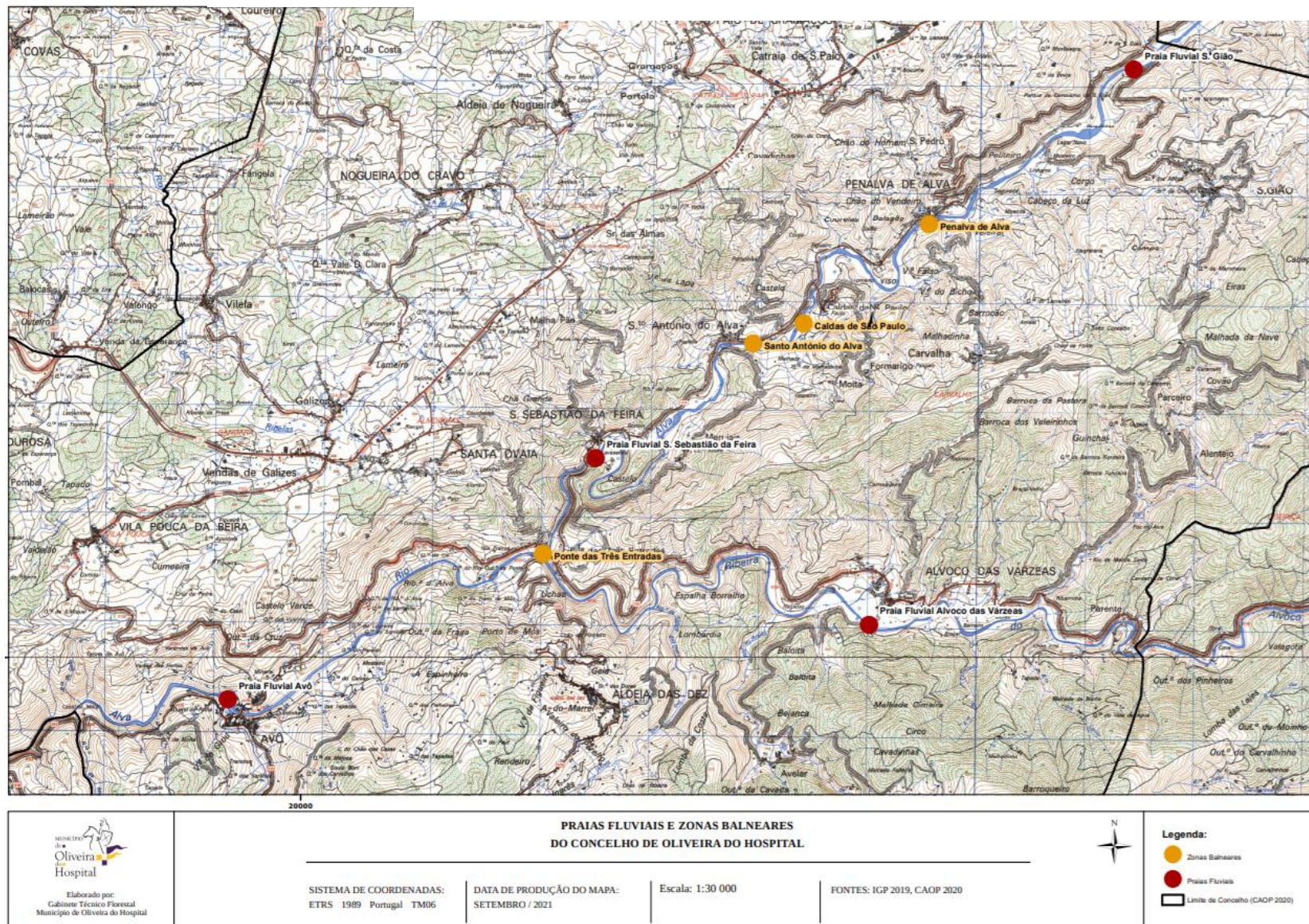
**Anexo IV: Concelhos pertencentes à Região Centro abrangidos pelo Sítio do Carregal do Sal.**



Fonte: CCDRC (2002)



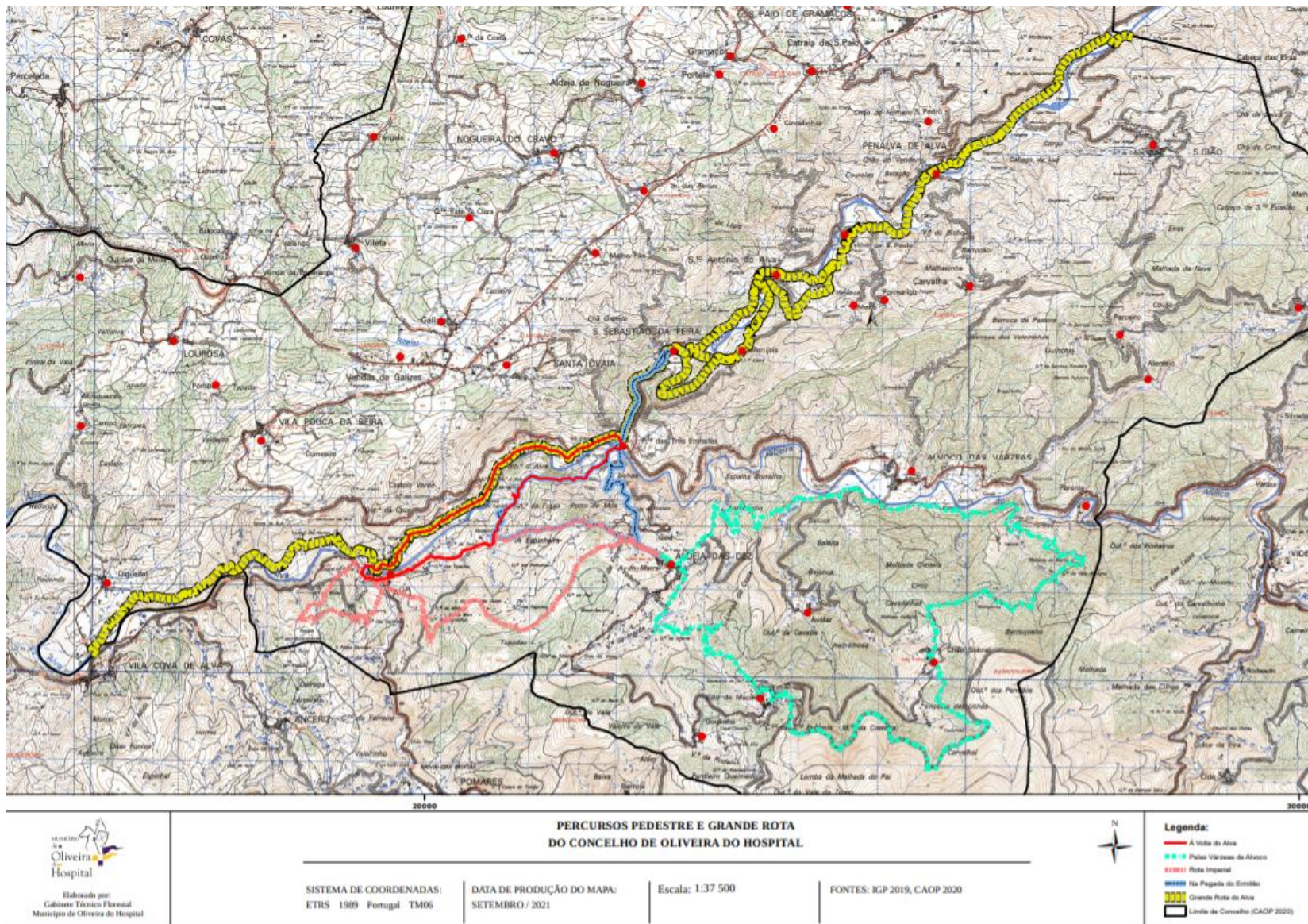
Anexo V: Praias Fluviais e Zonas Balneares do concelho de Oliveira do Hospital



Fonte: Município de Oliveira do Hospital (s/db)



Anexo VI: Percursos Pedestres e Grande Rota do concelho de Oliveira do Hospital



Fonte: Município de Oliveira do Hospital (s/db)

# APÊNDICES



Apêndice I: Entrevista estruturada “Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital”, realizada de abril a julho de 2021

# Recursos hídricos e ambientes aquáticos: prática, tradição e inovação. O Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital.

O meu nome é Matilde Lourenço e sou estudante do 5º ano do Mestrado em Geografia Humana, Planeamento e Territórios Saudáveis, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Para a obtenção do grau de Mestre, encontro-me a estagiar na Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, a fim de promover um Ecomuseu relacionado com o património material e imaterial ligado aos recursos hídricos e ambientes aquáticos do concelho.

Para isso, a entrevista que se segue tem como principais objetivos:

- analisar a perceção dos stakeholders do concelho de Oliveira do Hospital quanto à importância e função dos recursos hídricos e ambientes aquáticos para o desenvolvimento territorial, para a preservação ambiental e patrimonial;
- analisar a perceção dos stakeholders do concelho de Oliveira do Hospital em relação à promoção de um Ecomuseu Patrimonial no concelho ligado às práticas, tradições e costumes dos rios Alva e Alvoco.

Os dados recolhidos serão somente utilizados para fins académicos.

Em caso de dúvidas contactar: [solourenco@live.com.pt](mailto:solourenco@live.com.pt)



---

**\*Obrigatório****Identificação**

1. Indique o seu nome e/ou a instituição/organização a que pertence. \*

---

**Dados Sociodemográficos**

2. Idade \*

*Marcar apenas uma oval.*

- 18 - 24
- 25 - 34
- 35 - 44
- 45 - 54
- 55 - 64
- mais de 65

3. Género \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Masculino
- Feminino
- Prefiro não responder
- Outra: \_\_\_\_\_

#### 4. Estado Civil

*Marcar apenas uma oval.*

- Solteiro(a)
- Casado(a)/ União de facto
- Divorciado(a)/ Separado(a)
- Viúvo(a)
- Outra: \_\_\_\_\_

#### 5. Habilitações Literárias

*Marcar apenas uma oval.*

- Ensino Secundário
- Licenciatura
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra: \_\_\_\_\_

#### 6. Situação Laboral \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Empregado(a) por contra de outrem
- Empregado(a) por conta própria
- Gerente
- Desempregado(a)
- Reformado(a)/Pensionista
- Outra: \_\_\_\_\_

## Recursos hídricos e ambientes aquáticos

7. Quanto aos recursos hídricos, qual o grau de importância que atribui aos rios Alva e Alvoco?

*Marcar apenas uma oval.*

- Nenhuma importância
- Pouca importância
- Alguma importância
- Muita importância
- Muitíssima importância

8. Quanto aos recursos hídricos, qual a função que atribui aos rios Alva e Alvoco? Por favor, selecione apenas três opções. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Sustentabilidade
- Irrigação
- Turismo e lazer
- Cultura e identidade
- História
- Valorização da paisagem
- Atividades económicas
- Abastecimento público
- Produção de energia

Outra:  \_\_\_\_\_

9. Na sua opinião, estes rios e as suas margens podem ter um papel decisivo no que toca à atração de população local e visitantes em termos de Turismo e Lazer, de forma a contribuírem para o desenvolvimento local e regional? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

10. Por favor, justifique a sua resposta à questão anterior.

---

---

---

11. No seu ponto de vista, quais são os pontos fortes que os ambientes aquáticos no concelho apresentam? Por favor, selecione apenas quatro opções. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Boas condições de acessibilidade e mobilidade
- Segurança
- Limpeza
- Infraestruturas e equipamentos de qualidade
- Turismo
- Possibilidade de praticar desporto e atividades ao ar livre
- Qualidade da água
- Valorização da paisagem
- Proteção e valorização da vegetação
- Preservação do património cultural
- Preservação de habitats e espécies
- Aproveitamento para a agricultura e para a pesca

Outra:  \_\_\_\_\_

12. No seu ponto de vista, quais são os pontos fracos que os ambientes aquáticos no concelho apresentam? Por favor, selecione apenas quatro opções. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Fraca acessibilidade e mobilidade
- Insegurança
- Ausência de limpeza
- Infraestruturas e equipamentos fracos/debilitados
- Turismo
- Impossibilidade de praticar desporto e atividades ao ar livre
- Qualidade da água
- Desvalorização da paisagem
- Ausência de proteção e valorização da vegetação
- Ausência de preservação do património cultural
- Ausência de preservação de habitats e espécies
- Escasso aproveitamento para a agricultura e pesca

Outra:  \_\_\_\_\_

13. No seu ponto de vista, quais as ameaças que existem relativamente aos ambientes aquáticos no concelho, perante a oferta e concorrência de outros concelhos e investimentos nacionais? Por favor, seleccione apenas três opções. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Falta de reconhecimento do concelho e da região
- Ausência de investimento nacional no concelho
- Incapacidade de atrair turistas, visitantes e residentes para o concelho
- Dificuldade em promover e divulgar os produtos turísticos do concelho
- Dificuldade em criar postos de trabalho no concelho

Outra:  \_\_\_\_\_

#### Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital

14. Tem conhecimento do que é um Ecomuseu? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim, conheço o conceito
- Sim, já ouvi falar
- Sim, estou familiarizado com o conceito
- Não, nunca ouvi falar

15. Se respondeu "sim" à questão anterior, dê uma breve noção do seu conceito.

---

---

---

---

---

16. Uma vez que o Município de Oliveira do Hospital preza, cria iniciativas e projetos que têm como principal objetivo a preservação do ambiente e do património, o que pensa sobre a criação de um Ecomuseu no concelho, alusivo ao património material e imaterial relacionado com os rios Alva e Alvoco? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não vejo nenhum benefício
- Parece-me indiferente
- Talvez seja bom para a comunidade
- Seria ótimo para a comunidade e para o turismo
- É um atrativo fundamental e muito importante porque está relacionado com a sustentabilidade
- Outra: \_\_\_\_\_

17. Estaria disponível para colaborar na criação do Ecomuseu? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim
- Não

18. Se respondeu "sim" à questão anterior, de que forma estaria disponível para colaborar na criação do Ecomuseu?

*Marcar apenas uma oval.*

- Para colaborar na sua divulgação
- Para participar na sua organização
- Para ser um dos responsáveis pelo arranque do projeto
- Para colaborar na liderança do projeto
- Outra: \_\_\_\_\_



19. Na sua opinião, quais deveriam ser os principais objetivos do Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital? Por favor, selecione apenas três opções. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Cooperação na difusão e comercialização dos produtos locais
- Interação com a população local
- Promoção do território, destacando o património cultural (material e imaterial) e natural
- Consciencialização para a necessidade de salvaguardar o património material e imaterial
- Espaço dedicado à investigação, documentação e comunicação
- Espaço de vivências/experiências sensoriais e autênticas
- Espaço que contribua para o desenvolvimento inclusivo e sustentável
- Consciencialização ambiental

Outra:  \_\_\_\_\_

20. Quais são os hábitos associados aos rios Alva e Alvoco que podem ser aproveitados enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital? Por favor, selecione apenas três opções. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Pesca
- Desporto
- Lazer
- Etnografia
- Agricultura
- Cultura popular
- Tradição
- Religião

Outra:  \_\_\_\_\_

21. Quais são as tradições associadas aos rios Alva e Alvoco que podem ser aproveitadas enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital? Por favor, selecione apenas três opções. \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Desporto em meio aquático
- Tradição religiosa
- Pesca
- Agricultura
- Música tradicional
- Lazer (praias fluviais)
- Artesanato
- Engenhos de água
- Moinhos de água
- Represas e açudes
- Canais de rega (regadio)
- Pastorícia
- Lagares

Outra:  \_\_\_\_\_

22. Que tipo de pesca associada aos rios Alva e Alvoco poderá ser aproveitada enquanto elemento para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Pesca de cana
- Pesca de rede
- Pesca de barco
- Pesca de tarrafa
- Outra: \_\_\_\_\_

23. Que informação associada aos rios Alva e Alvoco deveria ser utilizada, disponibilizada e aproveitada enquanto elemento para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Hidrografia do território
- Fauna e flora
- Caracterização biofísica do território
- Caracterização física do território
- Informação relativa aos Percursos Pedestres e Rotas associadas aos rios Alva e Alvoco
- Informação relativa às pontes
- Informação relativa aos açudes
- Outra: \_\_\_\_\_

24. Quais as artes, ofícios e saberes-fazer referentes aos rios Alva e Alvoco que deveriam ser utilizados enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Funcionamento dos sistemas de irrigação
- Funcionamento dos moinhos
- Funcionamento dos lagares
- Funcionamento das rodas de água
- Moleiro(a) (ofício)
- Lavadeira (ofício)
- Agricultor(a) (ofício)
- Artesão(ã) (ofício)
- Pescador(a) (ofício)
- Almotacé (ofício)
- Lagareiro(a) (ofício)
- Como era feita a moagem da farinha
- Como era feito o transporte da farinha
- Como era lavada a roupa no rio
- Outra: \_\_\_\_\_

25. Quais as atividades ligadas à economia local que deveriam ser aproveitadas enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- A indústria do Latão  
 A indústria do Cobre  
 Indústria têxtil  
 Indústria transformadora de madeira  
 Artesanato

Outra:  \_\_\_\_\_

26. Quais são as lendas/mitos associados aos rios Alva e Alvoco que podem ser aproveitados enquanto elementos para a criação de um Ecomuseu no concelho de Oliveira do Hospital?

---

---

---

---

---

27. Na sua opinião, a gastronomia deveria ser incluída numa proposta de Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital, associado aos ambientes aquáticos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Não  
 É indiferente  
 Sim  
 Sim, é fundamental que seja incluída

28. Se respondeu "sim" ou "sim, é fundamental que seja incluída" à questão anterior, justifique.

---

---

---

---

---

29. Se pudesse escolher três palavras/expressões que julgue imprescindíveis para definir o Ecomuseu Patrimonial de Oliveira do Hospital, quais seriam? \*

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Inovador  
 Sustentável  
 Difusor de conhecimento(os)  
 Potenciador de identidade cultural  
 Portador da memória coletiva  
 Singular  
 Inclusivo  
 Cooperativo

Outra:  \_\_\_\_\_

30. Julga adequado integrar neste projeto freguesias de outros concelhos da região que apresentem características de valor para um Ecomuseu associados aos ambientes aquáticos? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim  
 Não

31. Quais seriam essas freguesias e porque razão?

---

---

---

---

---

32. Sendo criada uma sede para o Ecomuseu, em que freguesia deveria ser localizada? \*

*Marcar apenas uma oval.*

- Alvoco das Várzeas
- Avô
- São Gião
- Penalva de Alva
- Aldeia das Dez

33. Quais julga que devem ser os parceiros institucionais de um projeto deste tipo?

---

---

---

---

---